Desafios urbanos

‘Pagamos hoje o preço do desequilíbrio no adensamento’, afirma o professor Adriano Borges da Costa **A22**

Negócios

Brookfield já recebeu ao menos quatro propostas pelos shoppings Paulista e Pátio Higienópolis **B5**

Previdência

Maioria dos planos fechados não garante padrão de vida na aposentadoria, diz Calçada, da Mercer **C6**

Quarta-feira, 18 de setembro de 2024
Ano 25 | Número 6090 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

Investimento federal atinge R$ 32 bi no acumulado do ano, o maior desde 2016

Fiscal De janeiro a julho, o montante cresceu 31,8% sobre igual período de 2023; restrição fiscal impõe limites a gasto do governo em áreas como infraestrutura

Estevão Taiar
De Brasília

Os investimentos do governo federal somaram R$ 32 bilhões de janeiro a julho, 31,8% a mais do que no mesmo período de 2023 e os mais altos para os primeiros sete meses do ano desde 2016. Os números, atualizados pela inflação, mostram alguma retomada do volume investido, mas os valores seguem baixos. Num quadro em que as despesas obrigatórias respondem por mais de 90% do Orçamento, a restrição fiscal limita a expansão do investimento. A maior parte dos gastos em áreas como infraestrutura terá de vir do setor privado.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 prevê que os investimentos precisarão alcançar pelo menos R$ 74,3 bilhões. Para este ano, a previsão é de R$ 68,5 bilhões. “Mas a gente continua com investimentos públicos muito baixos”, diz o coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do FGV Ibre, Manoel Pires. Ele destaca que, no ano passado, esses desembolsos ficaram em 0,5% do PIB. Levando em conta os investimentos de estatais da União, alcançam 2% do PIB. Já os desembolsos médios das administrações federais dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estão em torno de 3,5% a 4% do PIB.

Embora os economistas ouvidos pelo **Valor** defendam que a maior parte dos investimentos venha do setor privado, também afirmam que aportes da União são necessários para viabilizar alguns projetos. O economista-chefe da Leme Consultores e professor do Ibmec, José Ronaldo de Souza Jr., cita o exemplo da BR-381. Leiloada em agosto pela União, é conhecida como Rodovia da Morte e tem obras de alto grau de dificuldade técnica. O edital definiu que, de um total de 296 quilômetros, 31 serão duplicados pelo governo federal.

Para a União investir mais, é preciso enfrentar a expansão das despesas obrigatórias, afirmam especialistas em contas públicas. Entre as opções, estão a desvinculação de benefícios previdenciários e assistenciais dos reajustes do salário mínimo e alterações nos pisos de gastos com saúde e educação, hoje vinculados à receita. De janeiro a julho, a despesa total da União foi de R$ 1,325 trilhão, mas só R$ 32 bilhões foram para o investimento. **Página A6**

Exportação cresce e superávit do petróleo é recorde

Marta Watanabe
De São Paulo

O aumento da exportação de petróleo fez o superávit da balança comercial da commodity e derivados aumentar, somando US$ 20,3 bilhões de janeiro a agosto, valor recorde na série histórica, com aumento de 45,5% em relação a iguais meses de 2023. Isso compensou o saldo menor no restante das trocas comerciais brasileiras, que ficou em US$ 33,8 bilhões, queda de 30,3% no mesmo período. Os dados foram levantados a partir do Indicador de Comércio Exterior do FGV Ibre. Para Lia Valls, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, “as queimadas também podem trazer algum impacto adicional às exportações do agro, o que pode aumentar ainda mais o peso do petróleo”. **Página A8**

Exemplos sustentáveis

SERGIO RANALLI/GLOBO RURAL

Flavia e Maurício Garcia Cid, proprietários da Fazenda Jaracatiá, em Querência do Norte (PR), em sua plantação de melaleuca: casal recebeu ontem o Prêmio Fazenda Sustentável, da ‘Globo Rural’, na categoria Grandes Propriedades. A iniciativa, que chegou à sua oitava edição, reconhece as fazendas com as melhores práticas de sustentabilidade do país. A Fazenda Três Meninas, de Monte Carmelo (MG), foi a campeã na categoria Pequenas Propriedades, e a Recanto, de Patos de Minas, venceu entre as de médio porte. Página B9

SP planeja novas concessões em saneamento

Taís Hirata
De São Paulo

Depois da privatização da Sabesp, o governo de São Paulo planeja estruturar novas concessões regionais de água e esgoto, com municípios que hoje não são atendidos pela companhia paulista de saneamento. A meta é tirar os novos projetos do papel até o início de 2026, segundo Natália Resende, secretária estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.

Hoje ,120 municípios, com 4 milhões de habitantes, já aderiram ao programa Universaliza SP, no qual os novos lotes de concessões serão estruturados. Segundo a secretária, há estudos para a composição dos blocos, mas o governo ainda vai aguardar as eleições municipais para concluir os arranjos com os novos prefeitos. **Página B1**

Repasse da alta do dólar à inflação acelera

Marcelo Osakabe
De São Paulo

O mercado de trabalho forte e a economia aquecida parecem ter acelerado o ritmo com que a desvalorização do real chega aos preços de bens industriais. É o que sugerem dois estudos que analisam o comportamento recente dos preços no país. Entre o fim de 2023 e agosto passado, a moeda americana subiu cerca de 16% em relação ao real, com a cotação indo de R$ 4,85 a R$ 5,63 — ontem, fechou a R$ 5,488. A Warren estima que a primeira esticada do dólar, de R$ 4,90 em dezembro para R$ 5,13 em maio, já acrescentou entre 0,05 ponto e 0,07 ponto percentual ao IPCA de 2024. “Ainda resta outro 0,05 ponto que chegará aos preços”, diz Andréa Angelo, estrategista de inflação da corretora. **Página A8**

Não há muito o que inovar na condução da política monetária

Márcio Garcia **A21**

Todos no barco da restauração florestal

A. Fraga, C. Bracher, J. Levy e R. Waack **A12**

Destaque

Moove avança com IPO nos EUA

A Moove, fabricante de lubrificantes controlada pela Cosan, deve fazer a primeira oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) de uma empresa brasileira no mercado americano em quase três anos. No prospecto a companhia não informa quanto pretende captar com a operação. A última empresa brasileira a estrear em bolsa nos EUA foi o Nubank, em dezembro de 2021. **C3**

Indicadores

Ibovespa	17/set/24	-0,12 %	R$ 16,3 bi
Selic (meta)	17/set/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	17/set/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	17/set/24		5,5004/5,5010
Dólar comercial (mercado)	17/set/24		5,4877/5,4883
Dólar turismo (mercado)	17/set/24		5,5249/5,7049
Euro comercial (BC)	17/set/24		6,1142/6,1155
Euro comercial (mercado)	17/set/24		6,1001/6,1007
Euro turismo (mercado)	17/set/24		6,1808/6,3608

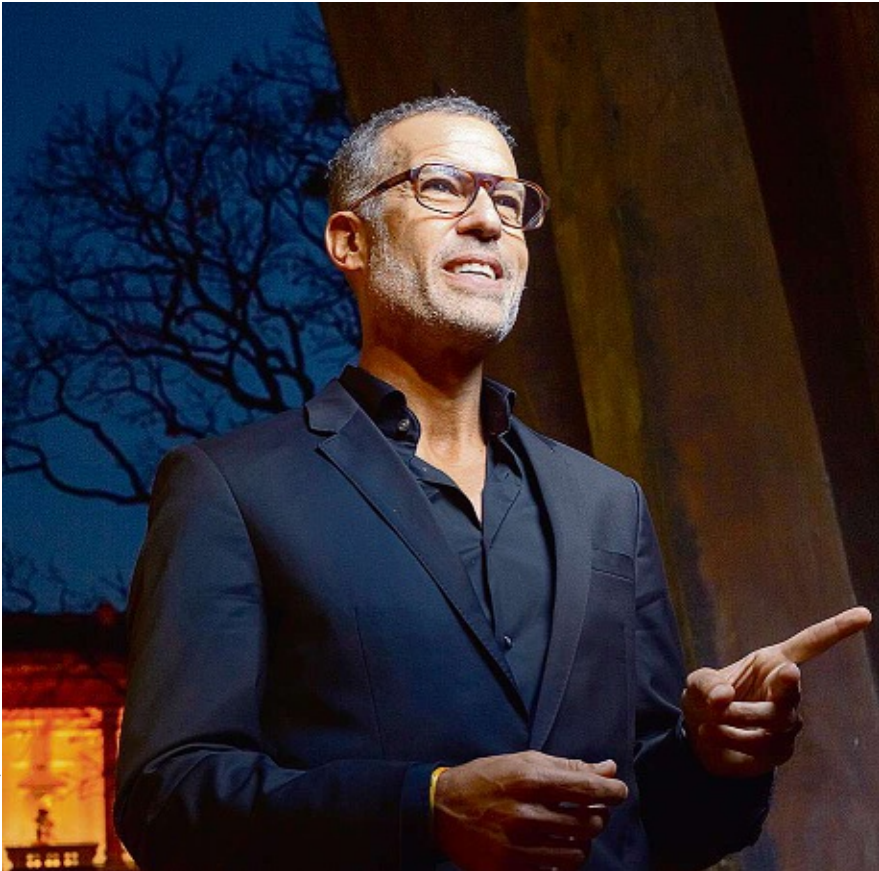
Explosões de pagers no Líbano matam 9 pessoas

Agências internacionais

Uma série de explosões de pagers — dispositivo para troca de mensagens, comuns antes da disseminação dos celulares — matou ao menos nove pessoas e deixou 2,8 mil feridas no Líbano, segundo o Ministério da Saúde do país. Os aparelhos pertenciam a membros do Hezbollah. Entre as vítimas fatais estariam dois integrantes do grupo extremista e uma criança. O embaixador do Irã em Beirute, Moqtaba Amani, se feriu, mas não corre risco de morrer.

O governo do Líbano e o Hezbollah responsabilizaram Israel pelos ataques. O governo israelense não se pronunciou. Segundo alguns relatos, os aparelhos enviaram alertas pouco antes das explosões — fazendo com que as vítimas os manuseassem. Os dispositivos passaram a ser usados em substituição aos celulares, como forma de impedir que Israel rastreasse os telefones para obter informações. **Página A19**

Crescimento

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR

Para dobrar sua receita no Brasil em três anos, o grupo francês L’Oréal aposta nos segmentos de cabelo e pele, além de fortalecer as vendas digitais, diz o presidente no país, Marcelo Zimet. Pág. B2

Combate a incêndios terá R$ 514 milhões

Renan Truffi, Julia Lindner e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O governo anunciou ontem a abertura de crédito extraordinário — fora do arcabouço fiscal — no valor de R$ 514 milhões para o combate aos incêndios no país. O anúncio foi feito durante reunião, no Palácio do Planalto, entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e outras autoridades. Além disso, o governo vai editar medida provisória para flexibilizar e agilizar os repasses do Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES.

Lula, Pacheco e Lira concordaram que parte das queimadas pelo país tem origem criminosa, e uma proposta para elevar as penas por incêndios florestais deve ser enviada ao Congresso. **Páginas A9, A12 e A13**

INÊS 249

INÊS 249

Simples precisa de ajustes, diz França

Lu Aiko Otta

O Simples entrou na mira do programa de revisão de gastos que o governo pretende impulsionar em 2025. O motivo apontado nos bastidores do governo e por especialistas é que ele atua como um inibidor de crescimento das empresas, por isso prejudica a produtividade da economia brasileira.

Entram no regime simplificado empresas com faturamento de até R$ 4,8 milhões ao ano. Algumas que ultrapassam esse limite optam por dividir-se.

É um comportamento já conhecido pelo Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Memp), disse à coluna o ministro Márcio França. Já foi objeto de estudos em instituições como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial.

"Esses estudos mostram que toda política pública que traga algum tipo de benefício tributário apresenta o mesmo problema", comentou. "É uma questão da natureza humana, portanto entender os motivos desse comportamento é o primeiro passo."

Uma hipótese, disse, é que as empresas querem ficar no Simples por causa da complexidade do sistema convencional.

Estudos indicam que o regime simplificado não proporciona redução de carga tributária para negócios que faturam mais do que R$ 2,5 milhões ao ano, comentou. "Mesmo assim, há empresas que preferem continuar no Simples, pela questão de simplificação das obrigações acessórias e por ter mais facilidade em pagar e apurar os tributos", explicou.

A mudança na tributação sobre o consumo será ocasião para atender essas empresas, avaliou. "Com a reforma tributária, sem dúvida o Brasil está dando um grande passo para reduzir esse custo."

As empresas do Simples podem optar por aderir ou não ao novo sistema tributário, informou um técnico do Ministério da Fazenda.

Ele avalia que a migração será interessante para as que estão no meio de alguma cadeia produtiva, pois seus clientes terão direito a créditos dos novos tributos.

Já para as que vendem para o consumidor final a opção pode ser menos interessante, pois o atrativo dos créditos tributários não existe.

Outro fator que pode inibir a migração são os demais tributos federais cobrados no sistema convencional. Além da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), criados na reforma, serão cobrados o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Contribuição Previdenciária Patronal (CPP).

França vê outro ajuste a fazer no Simples. "Não achamos justo, por exemplo, o limite [de enquadramento] ser por faturamento, especialmente para as micro e pequenas indústrias e comércios, que têm grande parte do seu limite consumida pelas aquisições de matérias-primas ou aquisição de produtos para revenda."

A professora de administração pública da Fundação Getulio Vargas (FGV) Élida Graziane Pinto afirma ser necessário rever o Simples, "porque tem um efeito perverso de gerar o nanismo das empresas".

Ela apontou também para o que considera um duplo benefício: a tributação reduzida proporcionada pelo Simples e a isenção do Imposto de Renda na distribuição de dividendos.

Há empresas do Simples que são unipessoais.

Um ponto que chama a atenção dos técnicos do governo é o gasto tributário envolvido: R$ 121 bilhões, ou 22,25% do total previsto para 2025. Trata-se da maior renúncia de receitas do governo federal.

Para alguns estudiosos, porém, o Simples não deve ser considerado uma renúncia de receita, e sim um regime diferenciado de tributação previsto na Constituição Federal para apoiar pequenos negócios. França chamou a atenção para essa polêmica.

A ideia circula também no Congresso Nacional — as micro e pequenas empresas contam com muitos apoiadores. O Simples ficou fora do alcance da emenda constitucional aprovada no governo passado que mandou cortar pela metade os gastos tributários do governo federal, por exemplo. Ficou fora também da reforma tributária.

É fruto desse poder de pressão no Legislativo o limite de enquadramento de R$ 4,8 milhões, considerado elevado para padrões internacionais.

Pinto lembrou que o valor foi resultado de um processo iniciado pelo Poder Executivo, na tentativa de apertar os limites do programa. Assim, ela alertou que o governo precisa articular muito bem suas propostas com o Congresso Nacional, para não colher resultado oposto ao esperado.

Outro ponto de atenção, é o risco de o trabalho de revisão de gastos atingir apenas os grupos menos organizados da sociedade, que não têm força no Congresso, apontou. "Ou a revisão é feita de maneira sistêmica, ou ela será injusta."

O reexame das políticas públicas é a aposta da área econômica para melhorar a sustentabilidade do orçamento, atuando pelo lado das despesas. Serão negociações difíceis, feitas em cima de dados, disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no evento **Valor 1000**.

O debate sobre o Simples avança num tema tabu. Outros precisarão ser colocados sobre a mesa.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Sociedade Representatividade de pessoas negras, pessoas com deficiência e LGBTQI+ continua baixa, principalmente nas posições de liderança

Diversidade está na pauta corporativa, mas avanço é lento

Celia Rosemblum
De São Paulo

Existe nas empresas brasileiras uma evolução da consciência sobre a importância da diversidade das equipes e da necessidade de desenvolver ações que promovam a inclusão. Apesar disso, as desigualdades de raça e gênero no mundo corporativo permanecem em patamares elevados. Mulheres, pessoas negras, com deficiência e LGBTQI+ continuam a ter baixa representatividade, principalmente nas posições de liderança, segundo o "Perfil Social, Racial e de Gênero das 1.100 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas", que será lançado hoje na conferência Ethos 360º, em São Paulo, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

A atenção ao tema cresceu: 54,3% das principais lideranças executivas consideravam, em 2010, que a participação de pessoas negras no quadro da diretoria estava abaixo do que deveria, no ano passado eram 86%. Em relação às mulheres, os percentuais foram de 55,2% para 66,7% no mesmo período. Porém, as políticas afirmativas que acompanharam esse aumento de percepção da desigualdade hoje se refletem em um afunilamento hierárquico: a diversidade é maior nos cargos de entrada do que nas posições executivas.

Para estender o escopo da diversidade, é preciso agir de modo integral, incorporar as iniciativas à visão estratégica da empresa e também seu comprometimento para acelerar os processos, diz Ana Lucia Melo, diretora-adjunta do Instituto Ethos. "Isso também passa por entender esse tema de forma interseccional — a diversidade de gênero, raça, de orientação sexual e etária, entre outras, pode ser desenvolvida de forma mais integrada, de modo a garantir que a sociedade brasileira possa estar mais bem refletida nas maiores empresas do país", afirma.

> "Mais do que desconforto com a situação atual, é preciso ação e ritmo" *Ana Lucia Melo*

A igualdade de gênero, segundo a pesquisa, concentra a maior parte das práticas e ações: 78,2% das empresas participantes desenvolvem iniciativas nesse campo e 51,6% delas têm metas para ampliar a representação feminina em cargos de liderança. Isso se reflete no aumento da presença de mulheres nos conselhos de administração, que evoluiu de 11% em 2015 para 18,6% em 2023.

A baixa representatividade feminina no alto escalão é, segundo o estudo, um problema mundial. O Global Gender Gap Report 2024, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, aponta a partir de dados do Linkedin que embora as mulheres estejam perto de ocupar quase metade das posições de nível inicial, sua presença no comando das empresas é inferior a 25%, um fenômeno conhecido como "degrau quebrado", que impede a evolução das carreiras.

Avanço lento

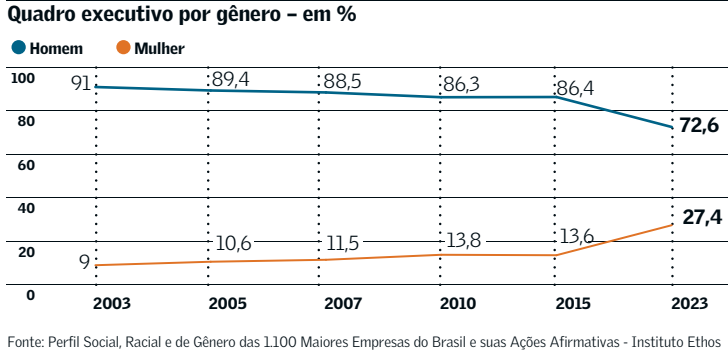
Perfil social, racial e de gênero das empresas

Distribuição por gênero nos níveis hierárquicos – em %

	Homens	Mulheres
Conselho de administração	81,4	18,6
Quadro executivo, diretoria	72,6	27,4
Gerência	62,7	37,3
Supervisão, chefia, coordenação	61,4	38,6
Quadro funcional	58	42
Trainees	27,5	72,5
Estagiários	45,5	54,5
Aprendizes	42,6	57,4

Distribuição por cor ou raça dos níveis hierárquicos – em %

	Branca	Negras*	Amarela	Indígena
Conselho de administração	93,8	5,9	0,2	0,2
Quadro executivo, diretoria	84	113,8	2,2	0,1
Gerência	71,4	26,1	2,4	0,2
Supervisão, chefia, coordenação	58,6	39,1	2	0,2
Quadro funcional	45,7	52,3	1,6	0,4
Trainees	27,4	70,8	1,7	0,1
Estagiários	51,6	46,8	1,3	0,3
Aprendizes	38	60,8	1	0,3

Quadro executivo por gênero – em %

Fonte: Perfil Social, Racial e de Gênero das 1.100 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas - Instituto Ethos

51,6% das empresas têm ações e metas para mulheres

21,1% têm ações e metas para pessoas negras

7,4% têm ações e metas para mulheres negras

6,3% têm ações para pessoas com deficiência

3,2% têm ações e metas para pessoas LGBTI+

3,2% têm ações e metas para pessoas de 45 anos ou mais

2,1% têm ações e metas para jovens

45,3% não têm ações ou metas para diversidade do quadro

*A população negra é a somatória de pessoas pretas e pardas

Quando a interseccionalidade entra na conta, a limitação do avanço fica mais evidente. Entre as empresas que desenvolvem políticas ou ações afirmativas desde a contratação, apenas 7,4% estabelecem metas para ampliar a presença de mulheres negras em cargos executivos.

"As empresas estão atuando sob a perspectiva de 'ranqueamento' de diversidades, tratando de primeiro combater a desigualdade de gênero para, depois, combater as outras disparidades", diz Caio Magri, diretor-presidente do Ethos. "O tratamento da disparidade por fases resulta em políticas e práticas isoladas e com pouca força de mudança no cenário atual."

"O empresariado brasileiro está atento às mudanças sociais que estão acontecendo e que a agenda de DE&I, mais do que uma onda passageira, tem condições de ser efetivamente incorporada pelas empresas", diz Ana Lucia Melo. "É claro que, para isso, mais do que desconforto com a situação atual, é preciso ação e ritmo, para que o discurso pró-equidade não caia em descrédito."

O estudo realizado pelo Instituto Ethos, entre 4 de setembro de 2023 e 31 de março de 2024, em parceria com o IPEC - Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica, envolveu um universo de 1.100 empresas, sendo as mil maiores companhias e as cem principais instituições financeiras do Brasil, de acordo com dados do ranking **Valor 1000** (2022) — 131 participaram.

IGP-10 desacelera, mas FGV espera pressão sobre os próximos índices

Rafael Rosas
Do Rio

A alta de 0,18% do Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) em setembro, divulgada nesta terça-feira (17), representa uma desaceleração frente aos 0,72% do mês anterior, mas deve representar muito mais o fim de um período de inflação comportada do que uma tendência. A afirmação é do economista André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) e responsável pelo indicador.

Segundo ele, a estiagem prolongada, a bandeira vermelha nas contas de luz, o câmbio e a demanda estimulada pelo mercado de trabalho aquecido deverão pressionar os índices de inflação.

Em setembro, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-10), com peso de 60% no IGP-10, registrou alta de 0,14%, desacelerando em relação à taxa de 0,84% observado no mês anterior. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) subiu 0,02% em setembro. Em agosto, o índice variara 0,33%. Já o Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), com peso de 10%, passou de 0,59% em agosto para 0,79% em setembro. O IGP-10 acumula alta de 2,54% no ano e de 4,25% nos últimos 12 meses.

"O IGP-10 tem 20 dias em agosto e só 10 em setembro. O resultado dele é mais uma influência do passado que do presente", resume.

O economista lembra que no IPA os alimentos in natura tiveram a segunda queda seguida, de 0,96%, depois de recuarem 6,21% em agosto. Braz explica que a estiagem não afeta tanto os alimentos in natura, uma vez que os agricultores desses produtos conseguem manejar melhor a irrigação.

Mas a partir de agora, lembra Braz, a situação deve mudar, com os efeitos da seca mais visíveis sobre produtos com volumes maiores, como café, carne, feijão e outros. "O que vemos em setembro é aceleração [dos alimentos]", diz.

Braz lembra que em setembro haverá bandeira vermelha na conta de energia, o câmbio segue pressionado e o mercado de trabalho aquecido, o que traz pressão de demanda. "O que foi âncora em julho e agosto vai ser fonte de pressão a partir de setembro", afirma o economista.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

São Paulo Boat Show começa amanhã com mais de 50 lançamentos

Realizada no São Paulo Expo, maior vitrine do mercado náutico da América Latina promete ser uma edição histórica, com variedade de barcos à venda e outros itens

© VICTOR SANTOS/REVISTA NÁUTICA

Além de mais de 170 barcos à venda, cotas de veleiros a partir de R$ 45 mil e lanchas de luxo são algumas das novidades do evento

Para quem gosta de náutica ou tem curiosidade em conhecer as inúmeras opções para o lazer sobre as águas, o São Paulo Boat Show, que começa nesta semana, de 19 a 24 de setembro, no São Paulo Expo, é o destino certo. Mais de 170 embarcações estarão disponíveis para visitação, de todos os tamanhos e estilos, para aventuras, esportes ou passeios e até modelos históricos como a lancha esportiva Pole Position, que foi por muitos anos companheira do ídolo da Fórmula 1 Ayrton Senna.

Barcos de alta velocidade como lanchas que chegam a 120km/h; modelos de jets e pranchas elétricas; barcos infláveis, além de uma diversidade de pontoons, embarcações mais largas e sustentadas por flutuantes, serão mais atrativos. Novidades repletas de inovações como: casas sobre as águas, barco em forma de carro de luxo esportivo e jets cheios de tecnologia para recreação leve ou para quem curte manobras radicais são mais exemplos do que poderá ser visto no local.

O evento também terá um completo shopping náutico com diversidade de produtos e serviços, como sofisticados remos de madeira artesanais, os menores motores para veleiros do mundo, hidrojatos, sistemas ultramodernos de controle, com opção de testes utilizando realidade virtual, painéis solares e até tecnologias para proteção de equipamentos em áreas submersas. Motores de variadas potências, para caiaques e pequenos botes até grandes embarcações; revestimentos; geradores; carretas; eletrodomésticos; estruturas náuticas; soluções em climatização; decoração; artigos de moda náutica; e estações de energia portáteis também farão parte do show.

Todos os visitantes do São Paulo Boat Show poderão concorrer ao sorteio de uma lancha de mais de R$ 200 mil

© VICTOR SANTOS/REVISTA NÁUTICA

© DIVULGAÇÃO

Boat Show traz os últimos lançamentos de jets e curiosidades, como casas sobre as águas e barco em forma de carro de luxo esportivo

© RIVO BIEHL/REVISTA NÁUTICA

O shopping também vai contar com opções de serviços como pacotes específicos para limpeza, reparo e manutenção ou cursos de habilitação náutica. Em termos de negócios, renomadas empresas irão oferecer modelos de aluguéis de barcos, cotas compartilhadas, consórcios e seguros. O Boat Show também contará com espaços que apresentarão carros off-road, veículos e equipamentos de luxo. Destinos turísticos reconhecidos pelo potencial náutico também serão apresentados.

Além de ampla estrutura de produtos e serviços, todos os visitantes do São Paulo Boat Show poderão concorrer ao sorteio de uma lancha Focker 188 Joy de mais de R$ 200 mil da marca Fibrafort com um motor de popa Yamaha. Para concorrer, basta preencher o cupom na entrada do evento respondendo à pergunta: "A lancha Focker 188 Joy está equipada com quantos motores de popa?".

Com a missão de contribuir para o desenvolvimento náutico no país e responsável pela geração de mais de 70% dos negócios náuticos por meio dos Boat Shows brasileiros, o evento de São Paulo também integra o Congresso Internacional Náutica, que reunirá governadores, prefeitos e secretários de Turismo para divulgar casos de sucesso, programas de incentivo ao setor e para discutir alternativas relacionadas ao crescimento do turismo náutico no Brasil, que reflete em geração de renda e alta empregabilidade.

ACOMPANHE O CALENDÁRIO DOS PRÓXIMOS EVENTOS NÁUTICOS DE 2024:

Salvador Boat Show
Maior evento náutico do Nordeste
- De 6 a 10/11
- Salvador/BA

Foz Internacional Boat Show
Principal evento náutico da Tríplice Fronteira
- De 28/11 a 1/12
- Foz do Iguaçu/PR

SERVIÇO

SÃO PAULO BOAT SHOW

QUANDO:
De 19 a 24 de setembro

ONDE:
São Paulo Expo | Exhibition & Convention Center. Rodovia dos Imigrantes, 1,5km – Vila Água Funda, São Paulo – SP, 04329-900

QUANTO:
R$ 100 + taxas

ORGANIZAÇÃO:
Boat Show Eventos

INSTAGRAM:
@boatshoweventos
Cobertura oficial: www.nautica.com.br, @revistanautica e youtube.com/@canalnautica, com transmissão ao vivo todos os dias

INGRESSOS PELO QR CODE:

INÊS 249

Conjuntura Para analistas, melhor resultado desde 2016 ainda é baixo; restrição fiscal impõe limites a gasto do governo em áreas como infraestrutura

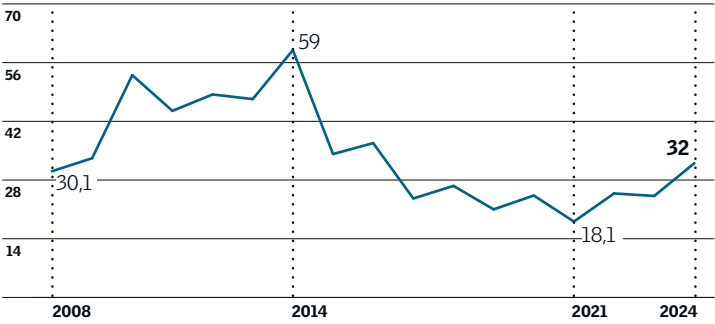
Investimento da União cresce em 2024, mas segue insuficiente

Estevão Taiar
De Brasília

Os investimentos do governo federal alcançaram nos sete primeiros meses de 2024 o maior patamar para o período desde 2016. Mas, segundo economistas ouvidos pelo **Valor**, ainda são insuficientes para, de maneira relevante, impulsionar o crescimento econômico ou garantir uma infraestrutura adequada para o país — tarefa que, de resto, cabe em sua maior parte ao setor privado, dadas as limitações fiscais do Brasil. Além disso, mesmo com o aumento recente, os valores investidos pela União seguem abaixo da média dos países desenvolvidos e continuam com pouca transparência.

Entre janeiro e julho deste ano, os investimentos da União alcançaram R$ 32 bilhões, o maior nível para o período desde 2016. Na ocasião, esses desembolsos atingiram R$ 36,8 bilhões. Os números, levantados pelo **Valor** na série histórica da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), estão todos a preços de julho de 2024 e desconsideram inversões financeiras. Em relação ao mesmo período do ano passado, a alta foi de 31,8%.

Na primeira metade da década passada, os investimentos rodavam na casa dos R$ 50 bilhões anuais. Mas, com a necessidade crescente de medidas de ajuste das contas públicas, que levou à adoção do teto de gastos em 20216, e a dificuldade para cortar despesas obrigatórias, os ajustes fiscais da União foram realizados principalmente em cima de gastos discricionários — aqueles que podem ser cortados livremente, como os próprios investimentos. A rigidez orçamentária no Brasil, com mais de 90% de gastos obrigatórios, também impõe limites ao volume que o governo consegue investir.

Investimentos da União
Nos primeiros sete meses do ano - em R$ bi*

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional Elaboração: Valor Data *Em valores de jul/24

Com isso, houve anos em que o volume investido pela União era insuficiente até mesmo para cobrir a depreciação da infraestrutura federal — o que não acontece mais, com o aumento dos desembolsos nos últimos anos.

A partir das aprovações da Emenda Constitucional (EC) da Transição, no fim de 2022, e do novo arcabouço fiscal para as contas da União, no ano passado, esses desembolsos voltaram a crescer. O arcabouço estabelece piso equivalente a 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) para os investimentos do governo federal.

Apresentado no fim de agosto, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 prevê que os investimentos precisarão alcançar pelo menos R$ 74,3 bilhões. Para este ano, o piso é de R$ 69,7 bilhões. Entram na conta os desembolsos do Novo Programa de Aceleração (PAC), lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2023.

"Mas a gente continua com investimentos públicos muito baixos", diz o coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), Manoel Pires.

Ele destaca que no ano passado esses desembolsos ficaram em 0,5% do PIB. Levando em conta os investimentos realizados por empresas estatais da União, que "no Brasil muitas vezes viram uma válvula de escape para gastos com infraestrutura", ficam em 2% do PIB.

Já os desembolsos médios realizados pelas administrações federais dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estão em torno de 3,5% a 4% do PIB — movimento que, "acumulado ao longo dos anos, dá uma diferença muito grande em termos de estoque de capital" entre o Brasil e os países desenvolvidos.

> "Contabilmente os gastos estão lançados como investimentos, muita coisa acaba entrando nessa rubrica"
> *Bruno Lavieri*

ADRIANA LORETE/DIVULGAÇÃO

A professora Margarida Gutierrez: "Está todo mundo olhando a dívida pública do Brasil com uma lupa"

"O caso brasileiro é especialmente grave, porque a gente tem uma infraestrutura muito precária. Outros países não possuem tanta necessidade de investimento", diz também José Ronaldo de Souza Jr, economista-chefe e sócio da Leme Consultores e professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec).

Embora os economistas ouvidos pelo **Valor** defendam que a maior parte dos investimentos venham do setor privado, também afirmam que, muitas vezes, aportes da União são necessários para viabilizar projetos. Souza Jr cita como exemplo a BR-381. Leiloada em agosto pela União, a BR-381 é conhecida como "Rodovia da Morte" e tem obras de alto grau de dificuldade técnica. O leilão estabeleceu que, de um total de 296 quilômetros, 31 quilômetros serão duplicados pelo próprio governo federal.

Embora reconheçam a necessidade de expandir investimentos, os analistas destacam a importância de manter as atuais regras do arcabouço fiscal como forma de evitar maiores desequilíbrios no caixa da União. Atualmente, a dívida bruta do governo geral (DBGG), considerada por diversos economistas como o principal indicador de estoque do endividamento da União, está em 78,5% do PIB, segundo o Banco Central. O número representa alta de 6,8 pontos percentuais desde o início do terceiro mandato do presidente Lula.

Além disso, é praticamente unanimidade entre especialistas em contas públicas neste momento que o indicador continuará em alta nos próximos anos. A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado, calcula em seu cenário principal que a DBGG alcançará 100,6% do PIB em 2034.

Um terceiro agravante é que o indicador já parte no Brasil de um patamar maior, em relação à grande parte dos emergentes. Conforme divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em março, a dívida bruta do Brasil é mais de 15 pontos superior à média dos países emergentes, só ficando abaixo de Egito, Ucrânia e China.

"Está todo mundo olhando a dívida pública do Brasil com uma lupa", diz Margarida Gutierrez, professora do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppead/UFRJ), para quem a União "está usando o cheque especial o tempo todo".

Na avaliação dos economistas ouvidos pelo **Valor**, a principal maneira de abrir espaço dentro do arcabouço para ampliar os investimentos seriam mudanças nas regras para as despesas obrigatórias da União. Entre as opções sugeridas, estão desvinculação de benefícios previdenciários e assistenciais dos reajustes do salário mínimo, correção do mínimo apenas pela inflação, sem altas reais, e alterações nos pisos constitucionais para gastos com saúde e educação, hoje atrelados à receita. De janeiro a julho, a despesa total da União foi de R$ 1,325 trilhão, mas só R$ 32 bilhões foram para o investimento.

Conforme o **Valor** publicou nas últimas semanas, a equipe econômica debate mudanças nas regras de diversas fontes de pressões de gastos obrigatórios, como seguro-desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), abono salarial, Simples Nacional e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). As sugestões só devem ser apresentadas formalmente depois das eleições municipais.

"Um país que possui despesas públicas tão elevadas não pode ter os gastos mais relevantes em termos de externalidades (espécie de efeitos secundários positivos para a economia e o bem-estar) tão baixos", diz Souza Jr, a respeito dos investimentos.

"Toda vez que o Brasil cresce um pouco mais, começa a faltar porto, aeroporto, saneamento, rodovia, ferrovia", afirma Gutierrez.

Um problema adicional apontado é a falta de transparência dos investimentos da União. Entram nos investimentos divulgados mensalmente pela STN as emendas parlamentares, que vêm sendo objeto de discussão entre Executivo, Legislativo e Judiciário justamente pela falta de transparência.

"Contabilmente os gastos estão lançados como investimentos, mas muita coisa acaba entrando nessa rubrica", diz Bruno Lavieri, economista-chefe e sócio da 4intelligence.

Avanço da indústria é desafio no Nordeste, diz FGV

Rafael Rosas
Do Rio

A atividade econômica do Nordeste cresce de forma sustentada e acima da média nacional em 2024, mas o setor industrial na região ainda carece de dinamismo e tem resultado pior que a média do país. A afirmação é de Flávio Ataliba, coordenador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) e responsável pelo Boletim Macro Regional para o Nordeste, publicação lançada nesta terça-feira (17).

Ataliba diz que o problema do setor industrial nordestino é estrutural e o patamar de produção local ainda não voltou ao nível pré-pandemia. "A grande mensagem é que a indústria do Nordeste precisa ganhar dinamismo. Ela ainda tem problemas estruturais e 'corre' abaixo do Brasil", frisa.

O documento lançado ontem compila uma série de dados sobre a economia dos nove Estados do Nordeste e mostra, com base no IBC-Br, do Banco Central, que a economia da região caiu 1% em junho frente ao mês anterior, enquanto no Brasil houve alta de 1,4%. Mas no acumulado do ano, o Nordeste avança 3,1%, contra 2,1% da média brasileira. Na indústria, porém o desempenho é diferente, com o Nordeste recuando 0,4% no ano, enquanto o Brasil sobe 2,6%.

Para Ataliba, é necessário aprofundar a análise sobre onde estão os principais gargalos da indústria nordestina. "É no financiamento? No acesso a mercados?"

O boletim cita dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para mostrar que a confiança do empresário industrial nordestino também não decola. Em julho houve recuo de 2,2 pontos, para 48,7 pontos. "Pelo indicador, há certa resistência dos empresários na disposição de investir e aumentar a produção no curto prazo", afirma o documento da entidade.

O desempenho do setor de serviços é oposto ao observado na indústria. O Boletim Macro Regional mostra, a partir de dados do IBGE, que sete dos nove Estados do Nordeste apresentaram crescimento no volume de serviços em junho frente a maio. Apenas Rio Grande do Norte e Alagoas recuaram, os mesmos dois Estados que apresentam queda no acumulado do ano.

O estudo também analisou dados da Pnad contínua do IBGE e mostrou que no segundo trimestre de 2024, a taxa de desocupação no Nordeste foi de 9,4%, com queda de 1,7 ponto percentual em relação aos primeiros três meses do ano, quando foi de 11,1%.

Parques do Recife preservam lendas e lutas além do verde

"O Globo", do Rio

A paixão pela pesquisa e pela arquitetura levou o pernambucano Célio Henrique Moura a iniciar, ainda na graduação, um estudo sobre a relação social da população e das gestões municipais com a Mata de Dois Irmãos e a Mata do Engenho Uchôa, áreas de conservação ambiental do Recife. A ideia inovadora da pesquisa, que revelou a existência de lendas folclóricas e lutas sociais nos territórios, foi vencedora da 29ª edição do Prêmio Jovem Cientista, em 2018. O programa está com inscrições abertas até o dia 4 de outubro.

Com orientação da professora do curso de Arquitetura e Urbanismo Onilda Bezerra, da Universidade Federal de Pernambuco, Célio, no oitavo período da faculdade, apostou na premiação como forma de compreender como a ocupação urbana dialoga com os resquícios de Mata Atlântica e áreas de mangue no Recife. O empenho rendeu frutos na carreira: ele ganhou R$ 18 mil e uma bolsa de mestrado do CNPq pelo 1º lugar na categoria Ensino Superior.

"Foi uma realização pessoal muito grande. A pesquisa mostrou que, além de as matas serem importantes para a qualidade do ar, têm também importância espiritual, e há uma resistência popular contra loteamento. No âmbito das gestões, a população local lutou para que as áreas fossem mais valorizadas pelo seu fator ecológico", destaca o pesquisador de 32 anos.

Além de ter impulsionado sua carreira acadêmica, o prêmio pagou a viagem de Célio ao México, onde apresentou sua pesquisa em um congresso em que era o único estudante de graduação.

"Na faculdade, muitas vezes não temos conhecimento sobre essas oportunidades. Temos que acreditar na nossa potencialidade e que o que propomos a pesquisar tem impacto", aconselha Célio, hoje doutorando na UFPE e pesquisador no Departamento de Geografia e Ciência da Informação Geográfica na Universidade de Illinois (EUA).

Em sua 30ª edição, o Prêmio Jovem Cientista contempla o tema "Conectividade e Inclusão Digital". Estudantes do ensino médio e superior, além de mestres e doutores, podem participar. Os projetos podem ir da construção de modelos usando inteligência artificial para abordar questões de saúde pública, educação e sustentabilidade, até a necessidade de uma discussão filosófica sobre a ética em tempos de realidade virtual.

O Prêmio Jovem Cientista, uma iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em parceria com a Fundação Roberto Marinho, conta com patrocínio da Shell e apoio de mídia da Editora Globo e do Canal Futura. As inscrições são feitas pelo site jovemcientista.cnpq.br. Entre as premiações previstas estão laptops, bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e valores em dinheiro que vão de R$ 12 mil a R$ 40 mil.

Conjuntura Concentração no fim do século XIX era similar à de sociedades europeias, aponta estudo

Desigualdade brasileira sobreviveu ao ciclo dos séculos

Marsílea Gombata
De São Paulo

Apesar das mudanças profundas pela qual passou o Brasil desde o século XVII, o tamanho da desigualdade de riqueza no país ficou praticamente estável nos últimos séculos. Na contramão da tendência mundial, de estabilidade e redução da desigualdade no século XX, o Brasil viu o crescimento dela. As conclusões são de estudo dos economistas Pedro Fandiño, Celia Kerstenetzky e Tais Simões, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O artigo mostra que da monarquia ao império, passando pelos primeiros anos da república, ditadura militar e retorno da democracia, a concentração patrimonial permaneceu sempre muito elevada, apesar de variadas formas de riqueza ao longo do tempo. Por exemplo, nos séculos XVIII e XIX, a concentração de renda dos 10% mais ricos ficou entre 55% e 75% da riqueza nacional.

"Por muito tempo, a elevada desigualdade de riqueza no Brasil foi atribuída a instituições nocivas do período colonial, como escravidão, latifúndio e monocultura, assim como controle de acesso à terra e ao poder político. Nossas desigualdades extremas eram entendidas como uma espécie de legado dessas instituições", diz Fandiño.

O economista afirma que, nas últimas décadas, estudos sobre a história da desigualdade mostram que em países desenvolvidos a desigualdade de riqueza diminuiu com força na primeira metade do século XX, graças às guerras mundiais, à crise de 1929 e a outros choques econômicos e políticos que destruíram ou reduziram o valor dos ativos, além de posteriores políticas de regulação, tributação e controle público do capital.

LEO PINHEIRO/VALOR

"Desigualdades extremas eram entendidas como legado de instituições" *Pedro Fandiño*

"Assim, embora o legado colonial não possa ser desconsiderado, parte importante da explicação para a permanência de nossa elevada desigualdade de riqueza reside em eventos que não ocorreram no Brasil", diz o economista. "Além de não termos passado por esse nivelamento como os países desenvolvidos, é preciso sublinhar o papel residual de nossa tributação sobre as heranças, as riquezas e suas rendas, assim como a ausência de qualquer reforma agrária ou habitacional significativa."

Para buscar entender a trajetória da desigualdade de riqueza no Brasil, os autores revisam 49 artigos, livros, relatórios, teses e dissertações, que se baseiam em recenseamentos e inventários dos séculos XVII ao XX, e dados tributários e inferências sobre distribuição de renda do século XXI. Não foram encontradas estimativas sobre o século XVI.

No Rio de Janeiro, em 1820, os 10% mais ricos possuíam 57,4% da riqueza, e em 1855 passaram a deter 59,1%. No fim do século XIX, registros anteriores revisado pelos autores mostram que 10% dos mais ricos no Estado do Rio de Janeiro detinham 82% da riqueza. Esse percentual caiu para 75%, na primeira década do século XX, mas voltou a crescer e atinge 97% na década de 1960. Nos anos 1980, cai para 79%.

Kerstenetzky argumenta que no século XIX o aumento da concentração de riqueza parece estar associado a dois fatores principais.

"O primeiro é o processo de formalização do comércio de terras, que instituiu (ou elevou) seu valor de mercado. Antes elas eram recebidas via sesmarias, e se tornaram formalmente mercadorias com a Lei de Terras, em 1850", afirma.

"O segundo diz respeito à 'posse' de pessoas escravizadas. Até meados do século XIX, pessoas escravizadas formavam um dos ativos mais relevantes e disseminados nos inventários."

Ela diz que, com o movimento abolicionista e a legislação que antecedeu a Lei Áurea de 1888, a 'posse' de escravos tornou-se menos acessível e cada vez mais concentrada entre os mais ricos, elevando a desigualdade. "[Por isso,] mesmo após 1888, quando seres humanos deixaram de ser entendidos como patrimônio, a desigualdade de riqueza parece não ter diminuído significativamente."

No texto, os autores argumentam que, apesar de em alguns países, o imposto sobre heranças constituir uma fonte importante para a construção de estimativas, como mostram estudos de economistas como Thomas Piketty e Gabriel Zucman, no Brasil não há informações sobre a concentração patrimonial construídas a partir dessas fontes. As estimativas são feitas com base em declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Como exemplos, os autores citam trabalhos de Marcelo Medeiros, que calculou que metade do patrimônio declarado em 1998 pertencia a 1% da população, ou de Fábio de Castro e Davi Bhering, que mostram que o 1% mais rico tinha 44,8% da riqueza no Brasil em 2006 e 46,8% em 2021, enquanto a parcela do 0,01% mais rico, passou de 12% para 18% no período.

Kerstenetzky argumenta que, mais do que os níveis de desigualdade, o que mais chama atenção é a trajetória da concentração de riqueza no Brasil. "É notável a estabilidade da concentração patrimonial ao longo do tempo", afirma.

Juntamente com os outros autores, a economista conclui no artigo que "a concentração de riqueza no Brasil é surpreendentemente semelhante àquela estimada para as sociedades servis europeias em fins do século XIX".

INÊS 249

Conjuntura Estudos indicam que atividade e mercado de trabalho em alta em meio à volatilidade cambial apressaram os efeitos da desvalorização do real

Economia aquecida acelera repasse do dólar para os preços

Marcelo Osakabe
De São Paulo

O mercado de trabalho pujante e a demanda aquecida parecem ter acelerando o ritmo com que a desvalorização do real chega aos preços de bens industriais. É o que sugerem dois estudos que analisam o comportamento recente dos preços no país.

Entre o fim de 2023 até agosto, a moeda americana subiu cerca de 16% no Brasil, escalando de R$ 4,85 a R$ 5,63. Foi um período, marcado por grande volatilidade, com o dólar chegando a bater R$ 5,86 na máxima intradiária, em meio a tensões fiscais e questionamento sobre o rumo da política monetária no Brasil e nos Estados Unidos. Ontem, a moeda americana fechou cotada a R$ 5,4883.

A Warren estima que a primeira "pernada" da desvalorização, de R$ 4,90 em dezembro a R$ 5,13 em maio, já acrescentou entre 0,05 ponto porcentual (p.p.) e 0,07 p.p ao IPCA de 2024. "Esses números consideram que o repasse foi entre 50% e 70%. Ainda resta outro 0,05 p.p. que ainda chegará aos preços", diz Andréa Angelo, estrategista de inflação da corretora.

A partir da lista de bens industriais que compõem o IPCA, a economista encontrou núcleos daqueles mais suscetíveis a variações do dólar — cerca de 24% da cesta de industriais e 6% do IPCA cheio — e também testou a correlação de cada item com até quatro defasagens trimestrais do câmbio. Na ponta, ela encontrou que a defasagem que melhor captura os efeitos da depreciação é a 1, de três meses. Além disso, em dois trimestres, o repasse está praticamente concluído.

"É como se o IPCA de agosto olhasse a variação de câmbio que ocorresse entre março e maio, na comparação com o período imediatamente anterior", diz Andréa. "Na janela em que a gente rodou o estudo, de 10 anos, esse é o repasse de câmbio mais rápido encontrado."

É uma diferença de defasagem significativa quando comparada a outro período de depreciação rápida. Em 2018, ano em que o dólar iniciou negociado a R$ 3,18 e terminou em R$ 3,87 — alta de quase 22%, Andréa Angelo encontrou que a defasagem que melhor capturou os efeitos da corrida do dólar naquele momento foi a de 4 trimestres. Ou seja, os efeitos só foram sentidos em 2019.

A diferença na velocidade em que as variações do câmbio chegam aos preços dos produtos pode ser explicada pelo ritmo de atividade, avalia Andréa. Enquanto a avaliação predominante é que, em 2024, a economia cresce acima de seu potencial, 2018 e 2019 foram anos de PIB baixo — alta de 1,8% e 1,2%, respectivamente. "Outra justificativa pode ser as expectativas de inflação, que estavam ancoradas naquele período", sugere.

Em outro trabalho, que também construiu um núcleo de bens industriais com sensibilidade de maior que à média às variações tanto do dólar quanto das commodities metálicas em reais, o Itaú Unibanco também nota que o repasse vem ocorrendo de forma acelerada.

Analisando a escalada do dólar de R$ 5,00 para R$ 5,50 entre março e julho, as economistas Luciana Rabelo e Julia Gottlieb notaram que esse núcleo mais sensível — cerca de 40% do total — acelerou de 4,2% para 8,4% entre o IPCA-15 de julho e o de agosto, na média móvel de 3 meses dessazonalizada e anualizada. Já o restante dos bens industriais, menos sensíveis, variaram de 3,1% para 3,4%.

"Olhando a série histórica, a gente vê que o câmbio demora, em média, cerca de seis meses para ser repassado aos preços. O que encontramos, desta vez, é que este grupo vem sendo pressionado mais rapidamente na margem", diz Luciana.

Mais especificamente, o trabalho mostrou que a correlação do núcleo sensível ao câmbio com as commodities defasadas em seis meses caiu para perto de zero a partir de agosto de 2022, ao passo que a correlação contemporânea permaneceu acima de 50%. Para a série histórica completa, iniciada em 2006, a correlação entre este núcleo e as commodities defasadas e contemporâneas é de 65%, e 58%, respectivamente.

A economista observa que o novo regime coincide com o momento em que a taxa de desemprego quando rompeu barreira dos 9% e passou a operar abaixo do que o banco considera como o nível do desocupação que não acelera a inflação. "Ou seja: esse mercado de trabalho apertado contribui para que com que os preços possam ser repassados mais rapidamente", explica.

> "Mercado de trabalho apertado contribui para repassar preços mais rapidamente" *Luciana Rabelo*

DIVULGAÇÃO

Andréa Angelo: "Na janela de 10 anos do estudo, esse é o repasse de câmbio mais rápido encontrado"

Os bens industriais não são o único canal através do qual o câmbio impacta os preços domésticos. Além dele, combustíveis e alimentos também são sensíveis à variação do dólar. No entanto, o primeiro é bastante dependente da política de preços da Petrobras.

Em relação ao segundo, Rabelo chegou a rodar o mesmo exercício, mas encontrou que a categoria mais sensível é a de proteínas, que vem em um ciclo bastante positivo desde 2023, devido a condições específicas do mercado.

"Houve um período de bastante oferta que não tem ligação com o preço da ração [por onde o câmbio contamina os custos]. Agora, já estamos vendo alguma virada dessa tendência, com dados de abate de fêmeas caindo e indicando que os preços devem acelerar daqui para frente", diz.

Dada a tendência recente de repasse cambial mais rápido e a perspectiva de que o real não sofra outras pernadas de desvalorização — a mediana da Focus prevê que o dólar deve cair a R$ 5,40 no fim de 2024 e R$ 5,35 no fim de 2025 —, o Itaú entende que o grosso do efeito da depreciação deve ficar restrito a este ano, afetando o IPCA de 2025 principalmente através de uma inércia maior.

Há também alguma incerteza sobre em que medida essa reversão pode ajudar no sentido contrário, de alívio nos preços — em geral, trabalhos que se debruçam sobre o tema notam que a intensidade do sobre repasse cambial é menor em momentos de valorização da moeda do que naqueles em que há desvalorização.

Um estudo de 2019 da MCM Consultores mostrou que uma depreciação do câmbio de 10% resulta em um repasse de 0,66 ponto porcentual. Já uma valorização no mesmo sentido traria um alívio de apenas 0,16 ponto.

De forma semelhante, o trabalho chega à conclusão de que a intensidade do repasse depende do hiato do produto — em momentos em que ele está positivo (não há hiato), o contágio é maior do que em momentos em que ele é negativo.

"Acredito que, qualitativamente, as conclusões sobre intensidade do repasse em relação ao sinal do câmbio e o hiato também valem em relação à velocidade com que ele ocorre", diz Alexandre Teixeira, autor do estudo da MCM.

Ele pondera, também que variações pequenas do câmbio como as que se espera que ocorram até o fim do ano tendem a ser repassadas de maneira demorada ou até absorvidas, independentemente de o hiato estar positivo ou negativo.

Rabelo, do Itaú, também avalia que não é possível saber se haverá ter repasse da volta. "Historicamente, a defasagem em que ele também ocorre é um pouco diferente, mas costuma conversar também com um período na casa de seis meses", diz o economista da MCM.

Ela nota, no entanto, que o banco reviu para baixo a projeção para o câmbio nos próximos dois anos — passou a esperar um dólar em R$ 5,40 no fim de 2024 e R$ 5,20 no fim de 2025. E isso ajudou a baixar a projeção do IPCA neste último caso de 4,20% para 4,10%, principalmente via impacto sobre bens industriais.

Já a Warren entende que os efeitos da segunda rodada de depreciação, de março a agosto, começarão ser sentidas apenas a partir de novembro. "Estimo que um repasse integral seria de 0,47 ponto porcentual, mas observando que apenas entre 50% e 70% são repassados em um primeiro momento, o que chegaria é algo entre 0,23 ponto e 0,33 ponto", diz Andréa.

Dessa forma, o repasse da depreciação registrada até agosto devem perdurar até o primeiro trimestre de 2025. "Isso significa que a nossa projeção de 4,20% de IPCA para o ano que vem tem viés de alta", afirma a economista.

Venda de petróleo mascara queda no superávit comercial

Marta Watanabe
De São Paulo

O aumento da exportação de petróleo fez o superávit da balança comercial da commodity e derivados aumentar, compensando o saldo menor no restante das trocas comerciais brasileiras. O superávit comercial no grupo de petróleo e derivados atingiu US$ 20,3 bilhões de janeiro a agosto deste ano, valor recorde na série histórica para o período, com aumento de 45,5% em relação a iguais meses de 2023 . Nos demais produtos da balança comercial o saldo foi de US$ 33,8 bilhões, com queda de 30,3% nos mesmos oito meses.

O saldo comercial em petróleo e derivados segue tendência de aumento desde 2017 na série histórica de janeiro a agosto. Em 2024, no acumulado até agosto o saldo na commodity e derivados foi equivalente a 37,5% do superávit da balança comercial total brasileira, de US$ 54,1 bilhões. Os dados da balança de petróleo e derivados foram levantados no âmbito do Indicador de Comércio Exterior do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Para Lia Valls, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e colaboradora para o Icomex, a contribuição da balança de petróleo e derivados deve se manter forte até o fim de 2024. Ela destaca que, com a menor safra de soja este ano, as exportações do setor agropecuária caíram, o que também contribuiu para um saldo menor nos demais produtos. "As queimadas também podem trazer algum efeito adicional à exportação do agro, o que pode aumentar ainda mais o peso do petróleo", diz.

Os dados do Icomex mostram que o aumento do superávit em petróleo e derivados em 2024 aconteceu puxado pelas exportações, que somaram US$ 40,2 bilhões até agosto, 18,8% a mais que em iguais meses de 2023. O desempenho teve influência do petróleo bruto, cujo valor embarcado subiu 21,1% na mesma comparação. A commodity bruta representa 78,6% de toda receita de exportação de petróleo e derivados.

"É o volume que puxa as exportações, porque há aumento de produção e, mais recentemente, com o conflito Rússia-Ucrânia, os embarques para a União Europeia aumentaram bastante", avalia Valls.

Bruno Cordeiro, analista de inteligência de mercado de petróleo da StoneX, ressalta a capacidade de refino, que não tem acompanhado o crescimento da produção, gerando excedente para exportação.

O volume de produção de petróleo aumentou 3,1% até julho, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Já os preços, lembra, subiram em 2022, com a guerra Rússia-Ucrânia, passaram por correção depois, até 2023 e, no ano passado, com o conflito no Oriente Médio, tiveram nova alta, ao fim de outubro. "Depois o preços cederam de novo e agora estamos observando preços em patamares relativamente estáveis apesar das oscilações nas últimas duas semanas."

Os dados do Icomex mostram que o volume de exportação de petróleo e derivados subiu 17,9% no acumulado até agosto enquanto os preços médios ficaram praticamente estáveis, com alta de 0,4%, sempre na comparação com iguais meses de 2023.

LEO PINHEIRO/VALOR

Lia Valls: queimadas podem ter impacto na exportação do agro

Ajuda de petróleo e derivados
Saldos comerciais de janeiro a agosto - US$ bilhões

Fonte: Secex/Mdic. Base: Icomex. Elaboração: FGV Ibre

Na importação de petróleo e derivados, os combustíveis, diz Valls, são mais representativos. A fatia do petróleo bruto é menor, de 30,2%. As compras externas da commodity e derivados aumentaram 0,13% em valor, de janeiro a agosto deste ano, com queda de 2,9% no petróleo bruto.

Walter De Vitto, sócio e analista do setor de energia da Tendências, destaca que a importação de derivados tem algumas peculiaridades. O diesel, que representou no ano passado cerca de metade do que o Brasil comprou em derivados de petróleo, exemplifica, teve aumento de volume de importação este ano. Em quantidade de barris, aponta, o volume desembarcado de diesel subiu 2,9% no acumulado até julho deste ano. Em termos de valor, houve queda 3,2%, diz De Vitto, mencionando dados da ANP.

"Importamos mais com preço menor. E como a importação de diesel é grande, tem impacto importante." Do lado das importações, isso ajudou a formar o maior superávit observado do grupo de petróleo e derivados, explica.

Para De Vitto, o superávit da balança de petróleo e derivados deve desacelerar no segundo semestre, porque terá uma base de comparação mais alta, já que a produção brasileira da commodity se intensificou na segunda metade de 2023 e atingiu um platô. Neste ano, diz ele, a produção tem sido afetada por fortes paradas de manutenção. "Mas ainda deve fechar com superávit [em petróleo e derivados] acima do que foi no último ano." O lado das importações deve continuar contribuindo, avalia.

Para Welber Barral, sócio da BMJ e ex-secretário de Comércio Exterior, o desempenho da balança de petróleo e derivados vem em linha com a produção cada vez maior da commodity a partir da exploração do pré-sal.

"A exportação de petróleo tem seguido tendência de crescimento todo ano. Este ano a commodity ganha destaque maior devido à queda na exportação de produtos agrícolas. Uma terceira observação é que o Brasil fica numa situação muito interessante, porque o país tem, claro, uma agenda de descarbonização, mas está se tornando ator muito relevante no mercado global de petróleo."

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), cita Cordeiro, prevê que a produção de petróleo deve alcançar 5 milhões de barris ao dia a partir de 2029. No ano passado, lembra, chegou a 3 milhões de barris ao dia.

As perspectivas de grande aumento de produção não são somente da EPE, destaca Cordeiro. "Há uma série de condicionantes para se chegar a esse volume de produção previsto, como a aprovação para perfuração de novos poços, por exemplo. Mas A IEA [Agência Internacional de Energia, na sigla em inglês] aposta que o Brasil será, junto do Canadá e da Guiana, um dos principais países que mais vai expandir a sua produção nos próximos anos."

A questão da transição energética, diz Cordeiro, deve chegar mais à frente. "A curto prazo, os fatores econômicos devem ditar mais a evolução do consumo dos derivados de petróleo. No médio prazo, olhando ali mais no fim da década, devemos começar a ver fatores relacionados à transição energética tendo maior peso para a demanda de petróleo e seus derivados", diz, também considerando os dados apontados pela IEA.

Os relatórios da agência, explica Cordeiro, apontam que ao fim desta década haverá o pico da demanda de petróleo e a partir de então os seus derivados devem começar a ceder lugar aos combustíveis alternativos.

Ambiente Recursos devem fica à disposição após reunião entre Lula e os governadores nesta semana

Lula libera R$ 514 milhões contra queimadas

Renan Truffi, Julia Lindner e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Após reunir representantes dos Três Poderes, o governo Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem medidas contra as queimadas na Amazônia Legal. A principal iniciativa será a liberação de R$ 514 milhões, através da edição de uma medida provisória (MP). O ministro da Casa Civil, Rui Costa, acrescentou que novos recursos devem ser liberados após reunião entre Lula e os governadores nesta semana.

A distribuição dos recursos só será possível porque, há alguns dias, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, autorizou a União a utilizar créditos extraordinários fora da meta fiscal para o combate a incêndios.

O anúncio foi feito durante reunião, no Palácio do Planalto, entre Lula e os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, além de outras autoridades. Logo no início da conversa, Lula reconheceu que houve um "agravamento" da crise ambiental nos últimos dias e que o País não estava "100% preparado" para lidar com a situação.

Como parte da resposta do Executivo, a gestão petista também anunciou um conjunto de matérias que devem ser publicadas nos próximos dias. Entre elas, está uma proposta para aumentar a punição por incêndios florestais. Isso porque há um consenso entre os Poderes de que os incêndios simultâneos são fruto de ataques "orquestrados" por organizações criminosas.

Segundo o titular da Casa Civil, a proposta em questão está em discussão na Advocacia-Geral da União (AGU) e busca equiparar a pena de incêndios florestais, de dois a quatro anos de prisão, àquela aplicada para incêndios "comuns", de três a seis anos. "O que vai se buscar aqui é ao menos igualar as penas", disse.

Além disso, o governo pretende enviar uma segunda medida provisória (MP) para flexibilizar a legislação e facilitar a possibilidade de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fazer uma análise mais rápida dos recursos do Fundo Amazônia, para que essa liberação seja direcionada a viaturas e equipamentos nos Estados.

Outra iniciativa do governo deverá ser a consolidação de fundos para outros biomas, de forma que o Cerrado e a Mata Atlântica também possam receber recursos de forma facilitada.

O chefe da Casa Civil comunicou, ainda, que existe a intenção de discutir com governadores a reestruturação da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros.

Durante a reunião, Barroso confirmou que, pelo lado do Judiciário, uma das iniciativas será a utilização de verbas das penas pecuniárias e das multas em ações coletivas para o mesmo fim, ou seja, o combate às queimadas. "Até pouco tempo estávamos preocupados com as futuras gerações. Esse tempo já passou. Nós estamos preocupados com o que está acontecendo aqui e agora", afirmou Barroso.

Nesse caso, as verbas das penas e multas serão destinadas às Defesas Civis dos Estados, justamente para o enfrentamento das queimadas em todo o país. Esse a comunicado já havia sido oficializado, durante a terça-feira (17), na sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na prática, a medida é a mesma que já havia sido adotada para socorrer o Rio Grande do Sul durante as enchentes que atingiram o Estado em maio deste ano. Para se ter uma ideia, até o momento, as Justiças estaduais, federal e do trabalho enviaram R$ 198 milhões à Defesa Civil gaúcha.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL
Lula: tentativa de evitar que incêndios sejam usados para barrar acordo entre Mercosul e União Europeia

> "Estávamos preocupados com as futuras gerações. Esse tempo passou"
> *Luís Roberto Barroso*

Ao anunciar a medida, Barroso acrescentou que o CNJ aprovou ontem uma recomendação a todos os juízes para que deem preferência à tramitação de inquéritos e ações envolvendo a punição de infrações ambientais.

"Nós vamos mobilizar os juízes de todo o País para a gravidade do que está acontecendo", declarou Barroso.

Apesar da tentativa de Lula de mostrar união entre os poderes, a reunião também evidenciou divergências no grupo. O presidente da Câmara, Arthur Lira, por exemplo, se mostrou incomodado com uma apresentação feita pelo professor de física atmosférica da Universidade de São Paulo, Paulo Artaxo Netto, que, a convite da gestão Lula, fez uma introdução sobre a crise climática e sugeriu atualizar o Código Florestal do Brasil. "O Código Florestal brasileiro é uma lei rígida, dura, forte e é elogiada no mundo inteiro. Foi aprovada com muita costura [no Congresso Nacional]", disse.

O presidente da Câmara defendeu que o problema das queimadas está relacionado às organizações criminosas. "Essa questão de tocar fogo no Brasil hoje é clara. Há um sentimento muito forte de preocupação com o combate mais ostensivo a essas organizações criminosas. Acho que é muito fácil de construir textos e aprovações, no Congresso, que flexibilizem até o arcabouço [fiscal] para que esses recursos cheguem no combate a essas organizações."

Já o presidente do Senado defendeu que o governo não deve deixar que as queimadas afetem a imagem do Brasil no cenário internacional, principalmente no que se refere às exportações. "O que acontece no Brasil em relação a desmatamento ou incêndios são coisas marginais, clandestinas. Precisamos dizer isso sob pena de a comunidade internacional nos enxergar como um país descomprometido com a causa ambiental".

Lula, por sua vez, disse que tentará evitar que o aumento das queimadas no país seja usado para dificultar as tratativas sobre o acordo entre Mercosul e União Europeia. O presidente Lula terá uma reunião com a negociadora da Comissão da União Europeia durante viagem a Nova York para participar da Assembleia Geral da ONU, no final deste mês.

"[Os europeus] passaram 30 anos dizendo que era a América Latina que não queria o acordo. Pois bem, nós decidimos, temos proposta, e, portanto, não inventem outro argumento para dizer que vão dificultar o acordo. Eu vou lá com uma dessas missões", destacou o presidente.

Ver também páginas A12 e A13

INÊS 249

PALESTRANTES CONFIRMADOS

Abrão Neto
CEO da Amcham Brasil

Aline Damasceno Ferreira Schleicher
Secretária Executiva Adjunta do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

André Corrêa do Lago
Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil

Barry Glickman
Presidente de Tecnologias e Soluções Sustentáveis da Honeywell

Carolyn Kissane
Especialista em geopolítica da New York University

David L. Goldwyn
Presidente, Goldwyn Global Strategies, LLC

Gabriel Santamaria
Head de Sustentabilidade Empresarial no Banco do Brasil

Gilberto Tomazoni
CEO Global na JBS S.A.

Jorge Arbache
Professor de economia da Universidade de Brasília

Jorge Viana
Presidente da ApexBrasil

Laura Lochman
Secretária Adjunta de Recursos Energéticos

Luciana Costa
Diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES

Luisa Palacios
Pesquisadora sênior do Centro de Política Global de Energia da Universidade de Columbia

Morgan Doyle
Representante do BID no Brasil

Marcos Peigo
CEO e cofundador Scala Data Centers

Marina Marçal
Chefe de Diplomacia para Cidades e Advocacy na C40 Cities

Mauricio Tolmasquim
Diretor Executivo de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras

Marcelo Marangon
Presidente do Conselho de Administração da Amcham Brasil

Paula Kovarsky
Vice-presidente de Estratégia, M&A e Sustentabilidade na Raízen Chief Strategy Officer

Thomas Rowland-Rees
Head de Pesquisa da América do Norte da BloombergNEF

ENTREVISTADOS PELOS JORNALISTAS DO VALOR ECONÔMICO

Maria Fernanda Delmas
Diretora de redação do Valor Econômico

Daniela Chiaretti
Repórter especial de Ambiente do Valor

Francisco Goes
Chefe sucursal Rio do Valor Econômico

Marcello Corrêa
Coordenador do Valor Econômico em Brasília

INÊS 249

Ambiente Ministra vê 'aliança criminosa' que se aproveita da seca e defende punições mais severas para quem atear fogo nas florestas

Brasil enfrenta 'terrorismo climático', afirma Marina

Fabio Murakawa
De Brasília

O Brasil está enfrentando uma "aliança criminosa" que se aproveita da seca severa para promover um "terrorismo climático", disse nesta terça-feira a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Em entrevista ao CanalGov, ela afirmou que o país vive uma "situação delicada", com o alastramento das queimadas em várias regiões. E defendeu punições mais severa para quem atear fogo nas florestas.

"Neste momento é uma situação delicada. Essa seca está acontecendo em vários lugares do mundo. Na Bolívia, no Peru, no Paraguai, em outras partes do mundo também temos incêndio", disse Marina.

"A diferença é que aqui no Brasil tem uma aliança criminosa, numa espécie de terrorismo climático, em que as pessoas estão usando a mudança do clima para agravar mais o problema. Isso é um crime contra o interesse público, contra a finança pública. É um crime que deve ter com certeza uma pena agravada."

Na visão da ministra, existe no Brasil "uma aliança criminosa entre ideologias políticas que querem negar a questão da mudança do clima e o crime que está sendo cometido de forma contumaz em todas as regiões do país". Ela defendeu que essas pessoas "possam ser punidos na forma da lei".

Marina afirmou que não há evidência de fogo causado por raios e que, portanto, todos os incêndios têm sido provocados por ação humana. Ela lembrou, neste momento, que qualquer incêndio florestal é criminoso em todo o país, dada a proibição em todos os Estados do uso do fogo para manejo agrícola.

"Neste momento, qualquer incêndio se caracteriza como incêndio criminoso. Há uma proibição do uso do fogo em todo o território nacional", disse. "Nós estamos vivendo uma seca severa praticamente em todo o território nacional. E essa proibição caracteriza que qualquer incêndio está sendo feito contrário à lei. E isso caracteriza crime", destacou a ministra.

As queimadas em diversas regiões do país, com a fumaça afetando diretamente a população em grandes centros urbanos estão colocando pressão sobre a ministra e o governo Luiz Inácio Lula da Silva como um todo.

> Queimadas no país estão colocando pressão sobre a ministra e o governo Lula

Lula convocou os chefes de Poderes para uma reunião de emergência no Palácio do Planalto para tratar do problema na tarde desta terça-feira (17). Na abertura do encontro, o presidente afirmou que houve um "agravamento" da crise ambiental nos últimos dias e que o país não estava "100% preparado" para lidar com a situação.

O presidente afirmou que os responsáveis precisam ser avisados que o governo "não está para brincadeira".

"Possivelmente tudo isso seja por causa da COP30 no país [em Belém, em 2025], por interesses políticos, não sabemos, não podemos acusar, mas que há suspeita, há", declarou.

"O dado concreto é que, para mim, parece que há muita anormalidade, algumas coisas são de sempre, de fogo, a seca é a maior de todos os tempos, assim como o calor, mas algo me cheira a oportunismo também, de alguns setores criarem o caos nesse país", acrescentou. ***(Colaboraram Julia Lindner, Renan Truffi e Marcelo Ribeiro)***

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Marina Silva: "pessoas estão usando a mudança do clima para agravar o problema"

Todos no barco da restauração florestal

Por Arminio Fraga, Candido Bracher, Joaquim Levy e Roberto S. Waack

Em "Moby Dick – The Whale", clássica obra da literatura americana publicada em 1851, o autor Herman Melville narra a história do grupo de marinheiros que embarca no navio baleeiro Pequod, a fim de extrair do animal o óleo usado na iluminação de casas e ruas. Mas, para satisfazer a um desejo pessoal de vingança, o capitão Ahab impõe uma mudança de rota, e parte em caça da baleia que lhe havia amputado uma das pernas em expedição anterior. Na perseguição insana a Moby Dick, Ahab põe todos a bordo em risco e conduz a viagem a um desfecho trágico.

Muitas interpretações de ordem filosófica, histórica, política e mitológica já foram feitas sobre o enredo deste que é considerado um dos maiores romances dos Estados Unidos. Mas existe ainda uma analogia clara com os atuais tempos de emergência climática: decisões errôneas, motivadas por visões limitadas, são capazes de colocar tudo a perder. Em se tratando de clima, a sociedade global está no mesmo barco, e depende de um pacto cooperativo para não sucumbir às forças da natureza em um mar tormentoso.

Para lidar com a realidade alarmante do clima, a humanidade não pode mais se dar ao luxo de prescindir de instrumentos poderosos, entre eles a restauração de florestas. Não basta resolver a questão energética e zerar o desmatamento: esforços adicionais devem ser feitos, o quanto antes, para regenerar os ecossistemas que funcionam como importante sorvedouro de carbono — sem falar nos ganhos para biodiversidade, ciclo hídrico e preservação do solo, entre outros serviços ambientais.

Naturalmente, existem dúvidas no ambiente institucional sobre como desenvolver o instrumento da restauração, mas justamente por isso os esforços devem ser direcionados a aprimorá-lo, consolidando-o como uma classe de ativos financeiros no emergente mercado de carbono – seja oficial, seja voluntário. Há que se chegar a um acordo sobre pelo menos dois pontos controversos. Um deles versa sobre como comprovar a adicionalidade, ou seja, garantir que o aumento do sequestro de carbono em determinada área deveu-se à sua restauração florestal.

> **Na emergência climática, decisões errôneas motivadas por visões limitadas são capazes de colocar tudo a perder**

Outro ponto questionado é que a compensação (offset) do carbono por meio da restauração poderia ser usada pelas empresas emissoras para manterem seu business as usual — por exemplo, uma companhia de aviação que invista na restauração de florestas sem promover reduções efetivas nas emissões do combustível que utiliza. Nesse caso, há saídas que podem ser pactuadas, como estabelecer um teto para uso da compensação, definindo limites.

A boa notícia é que a agenda da restauração avança, e não só em países tropicais. Uma série de anúncios do departamento do Tesouro Americano neste ano mostra a intenção de investir na restauração nos próprios EUA, a exemplo do American Climate Corps, serviço do governo que colocará mais de 20 mil jovens para trabalhar em projetos relacionados ao clima, incluindo restauração florestal; e a proposta de alterar todos os 128 planos de gestão de terras florestais para melhor administrar florestas antigas em todo o Sistema Florestal Nacional. O Tesouro também firmou acordos com países amazônicos para redirecionar os pagamentos da dívida para esforços de conservação, protegendo mais de 68 milhões de acres de florestas tropicais, enquanto uma parceria com o Brasil visa aprimorar a arquitetura de financiamento climático, com foco na conservação de florestas e biodiversidade. Além disso, o Reino Unido comprometeu £ 1,5 bilhão para a proteção e restauração de florestas internacionais.

É visível a demanda para compensação de carbono por parte das empresas americanas de tecnologia, considerando o consumo altíssimo de energia da Inteligência Artificial. Pois uma árvore já reúne inteligência para sequestrar carbono desde já, fazendo do reflorestamento uma solução prática que está à mão. O reflorestamento deve ser uma prioridade mesmo que em 15 anos surjam alternativas mais competitivas e acessíveis.

Há, portanto, apetite para tornar a restauração florestal uma classe de ativos, jogando o mercado a favor da proteção climática. No Brasil, líder mundial em florestas tropicais, há um leque de oportunidades, com várias opções tecnológicas e faixas de custos, que se encaixam em diferentes interesses de investimento. O país que receberá a COP 30 do Clima abriga um robusto segmento empresarial, com representantes presentes na Climate Week em Nova York, prontos para debater e desenvolver o ambiente regulatório da restauração.

Os ruídos que ainda travam essa agenda são capazes de pôr a pique o Pequod, sugestivo nome de uma população indígena da América do Norte exterminada com a colonização europeia. Quase 200 anos depois, a humanidade já teve a oportunidade de reconhecer a importância de traçar um horizonte em comum e seguir a rota da descarbonização.

Arminio Fraga presidiu o Banco Central do Brasil e é sócio-fundador da Gávea Investimentos

Candido Bracher integra o Conselho de Administração do Itaú Unibanco

Joaquim Levy foi ministro da Fazenda do Brasil e é diretor no Grupo Safra

Roberto S. Waack é presidente do Conselho do Instituto Arapyaú

Brasil tem oportunidade 'única' de liderar soluções verdes

Naiara Bertão
De São Paulo

Setembro terá uma janela "inédita" de oportunidade de chamar a atenção de investidores e empresários estrangeiros para as potencialidades do Brasil na economia verde. É o que destaca o CEO do Pacto Global da ONU - Rede Brasil, Carlo Pereira, em entrevista ao Prática ESG. Segundo o executivo, o país nunca esteve em uma posição tão de destaque na cena internacional, uma vez que, neste ano é o responsável pela presidência do Brics, grupo de emergentes que inclui o Brasil, é o líder das discussões do G20, grupo de grandes economias do mundo, e, ainda, se prepara para sediar a conferência do clima, COP30, em Belém, em 2025.

"O Brasil está no epicentro das discussões sobre clima e sustentabilidade. Diante disso, os olhares do mundo se voltam para o país, que tem uma oportunidade inédita — e talvez única em um longo período — de mostrar ao mundo que está comprometido em liderar uma transição justa para uma economia mais verde e inclusiva", comenta.

Setembro é o mês que acontece a Climate Week em Nova York (EUA) , semana com centenas de eventos para discutir os ângulos das mudanças climáticas, e também quando chefes de Estado de dezenas de países comparecem à Assembleia Geral da ONU. Contudo, ao mesmo tempo em que a janela é propícia ao país, especialistas, empresários, gestores e outros agentes brasileiros envolvidos na temática terão de lidar com o desafio do pensamento "anti-woke", que se espalha em alguns lugares, incluindo os Estados Unidos.

Desde o ano passado, alguns políticos, empresários e pensadores têm criticado os esforços ESG (sigla em inglês para questões ambientais, sociais e de governança) e despriorizado a pauta na sua tomada de decisão. Em alguns fóruns este movimento tem sido colocado como "anti-woke". O termo "woke" é derivado do verbo "wake", "acordar" em inglês, e se refere à intenção de combater injustiças e promover maior diversidade e valorização de minorias. Apesar de ter a diversidade e inclusão como principal objeto, o termo tem sido estendido à pauta de sustentabilidade.

Pereira argumenta que, apesar do movimento anti-ESG nos EUA, o "Brasil tem uma posição única" devido ao seu protagonismo em fóruns internacionais como o Brics, o G20 e a COP30, e que as discussões no Brasil, especialmente com foco na Amazônia e no financiamento climático, têm um apelo global que transcendem as questões locais dos EUA e ondas de resistência em outros países.

Na agenda de eventos em Nova York nesta semana está o SDGs in Brazil, organizado pelo próprio Pacto Global da ONU no Brasil na sede das Nações Unidas, nos dias 19 e 20 de setembro. Na edição deste ano, diz Pereira, haverá inclusive um debate sobre o impacto de movimentos contra a pauta ambiental e de direitos humanos.

"Consideramos importante trazer este tema para entender a visão por trás deste movimento, porque algumas empresas deixaram de priorizar a agenda ESG, especialmente no que diz respeito ao 'S' e pautas diretamente ligadas à diversidade, inclusão e justiça climática."

E reafirma que a sustentabilidade é cada vez mais uma vantagem competitiva clara, e as empresas que não se adaptarem a essa nova realidade correm o risco de ficar para trás em termos de inovação e atração de capital.

DIVULGAÇÃO

Pereira: "Bioeconomia e inovação tecnológica continuam no centro das discussões"

Pereira elenca temas como financiamento climático, justiça social e o impacto das mudanças climáticas na saúde como destaques das discussões neste ano tanto do SDGs quanto de eventos da semana do clima. "A bioeconomia amazônica e a inovação tecnológica também continuam no centro das discussões, mas agora com uma ênfase maior em como esses fatores podem atrair investimentos globais", diz.

Para reforçar o papel do Brasil na liderança da mitigação de mudanças climáticas e implementação de práticas ESG, será discutida a inovação no agronegócio, as soluções de energia renovável, infraestrutura sustentável e agricultura de baixo carbono e a diversidade no setor empresarial.

A COP30, que acontecerá em Belém no fim do ano que vem, é destacada pelo executivo como "uma grande vitrine", "um marco" e "uma oportunidade sem igual" para o setor privado brasileiro mostrar como está preparado para fornecer soluções globais além da Amazônia, apresentando uma agenda mais ampla e diversa. O Pacto Global do Brasil lançou em junho um movimento (Pacto Rumo à COP30) para engajar empresas a se prepararem para o evento e desenvolverem ações nas interseccionais de clima com água direitos humanos, governança e comunicação. Ele nasce com 250 companhias que já participavam de atividades da organização, mas a meta é chegar a 600 até 2025.

Mas há desafios, especialmente para levantar recursos para destravar o potencial do país. Pereira admite que "falta de um ecossistema financeiro bem estruturado para o financiamento climático no Brasil". Mas acredita que, de novo, com os holofotes internacionais no Brasil, o país poderá receber mais atenção de fundos internacionais. E adiciona que o papel do Pacto Global é também de conectar empresas e investidores que procuram oportunidades em projetos climáticos de impacto.

Ambiente Presidente da Câmara defende acordo com governo para definir titular do órgão

Lira quer 'consenso' em autoridade climática

Marcelo Ribeiro e Julia Lindner
De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou a aliados que a criação Autoridade Climática, anunciada pelo governo na semana passada, só será viabilizada se o nome for definido pelo Executivo em consenso com o Legislativo. A manutenção do órgão dependeria do aval do Congresso Nacional, responsável por aprovar ou não as medidas provisórias.

Durante o período de transição, em 2022, o governo tentou criar a entidade, uma das promessas de campanha do presidente Lula, mas recusou diante de resistências do Legislativo.

Em conversas reservadas, Lira ponderou que uma tentativa de impor o nome aumentará a chance de resistência no Congresso, ainda que os episódios recentes de queimadas pelo País fortaleçam a tese de necessidade dessa autoridade climática.

Questionamentos

A bancada ruralista já deu sinais de que pode se mobilizar contra a indicação, caso não seja previamente consultada. O grupo deve atuar para evitar que o órgão fique sob o guarda-chuva do Ministério do Meio Ambiente, chefiado por Marina Silva.

Segundo o presidente da bancada, Pedro Lupion (PP-PR), "Marina e sua turma já demonstraram a sua capacidade de gerir uma crise como esta". "Já está comprovada a incompetência. O Congresso vai ter que aprovar [a Autoridade Climática] e, nesse meio tempo, encontrar a melhor área do governo e os melhores nomes", defendeu.

"A autoridade climática não é um CPF, e sim um comitê que faz avaliação tanto de prevenção quanto de correção. Se a autoridade for como no Rio Grande do Sul, de colocar o Paulo Pimenta para ser autoridade, não adianta nada, porque coloca um ente político para fazer debate eleitoral. Aí ele contamina o debate e não resolve nada", disse o deputado Alceu Moreira (MDB-RS), que faz parte da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Moreira considera que se a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, fosse escolhida para acumular a função da Autoridade Climática, o nome seria rejeitado pelo Congresso.

"Autoridade Climática tem que ser indicada pelo Congresso Nacional e ser constituída pelo Congresso como uma instituição claramente posta e com um texto que diga qual é o seu papel. Tem que ser uma entidade de Estado, não de governo. Se repetir o governo ideologicamente, ela não tem função, só prejudica. Precisa ser um técnico", destacou o parlamentar gaúcho.

"Acho uma iniciativa positiva, desde que não seja um profissional ideológico. Essa posição exige capacidade suprapartidária e de grande articulação dentro e fora do governo. Se não for assim, já temos o próprio Ministério de Meio Ambiente. Defendo que seja construído um nome com os Três Poderes", disse o deputado Zé Vitor (PL-MG), que faz parte da bancada ruralista e é membro da Comissão de Meio Ambiente da Câmara.

A oposição, por sua vez, já começou a criticar a criação da Autoridade Climática. A deputada Bis Kicis (PL-DF), em vídeo divulgado nas redes sociais, afirmou que o governo "só pensa em criar órgão público, gastar mais dinheiro". "Ué, não tem a ministra Marina Silva? Não deveria ser dela essa Autoridade Climática?", questionou a parlamentar.

Ao **Valor** a ministra Marina Silva afirmou na semana passada que já vem conversando há meses com Lira sobre a necessidade de uma política estruturante para combater eventos extremos que contenha no seu bojo uma Autoridade Climática.

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Tentativa de impor o nome aumentará a chance de resistência no Congresso
Arthur Lira

Cedae alerta para prognóstico de pouca chuva no Rio

Kariny Leal e Rafael Rosas
Do Rio

Com o baixo volume de chuvas no Rio de Janeiro e a crise climática em todo o país, a preocupação de falta de água no Estado tem aumentado. Desde o dia 12, o governo estadual criou um gabinete de crise para lidar com as consequências do tema. O governador Cláudio Castro afirmou em entrevista coletiva na segunda-feira (16) que a fase de pico da seca passou. Mas para o presidente da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), Aguinaldo Balon, a população precisa se preparar para o prognóstico desfavorável dos próximos 20 dias.

"As condições climáticas para os próximos 20 dias não são animadoras. Estamos comunicando a população e pedindo uso racional da água. Pode ser que futuramente precisemos diminuir a produção", disse Ballon, que comanda a empresa responsável pela captação e tratamento de água no Estado — insumo que depois é vendido para as três concessionárias que atuam na distribuição do produto.

Ballon afirma que o trabalho de comunicar a população é preventivo para que, caso a previsão climática se confirme, os impactos sejam reduzidos e não haja falta de água. Segundo o executivo, as regiões mais delicadas neste momento são as atendidas pelo sistema Imunana-Laranjal: Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Paquetá e parte de Maricá (Inoã e Itaipuaçu). O sistema produz 6,3 mil litros de água por segundo e, nesta terça (17), opera com 95% da capacidade. Até ontem, quando começou uma chuva fraca na região, a operação estava em 90%.

No total, a Cedae administra 55 mil litros de água por segundo na região metropolitana do Rio, mas Ballon explica que, por serem sistemas diferentes, cada região tem uma proporção de abastecimento. A maior parte dos municípios fluminenses é servida por três concessionárias de distribuição que podem atuar de formas isoladas para evitar qualquer racionamento. A estimativa da Cedae é de que, em uma situação mais crítica de estiagem, a restrição à população não ultrapasse os 20%.

O presidente da Cedae diz que a companhia, para reduzir possíveis impactos, tem atuado com o desassoreamento de canais de captação, com a instalação de bombas para aumentar volume de captação e com o reforço de motores.

A Águas do Rio, que atende 26 municípios fluminenses e 124 bairros cariocas, afirmou que trabalha em parceria com o governo do Estado e a Cedae para realizar "ações operacionais de mitigação nas áreas afetadas pela estiagem, que prejudica o abastecimento no Rio de Janeiro". Entre essas iniciativas, a empresa cita a ampliação do contingente de caminhões-pipa e balsas nas áreas abastecidas pelos Sistemas Imunana-Laranjal e Acari, priorizando o atendimento a unidades de saúde.

"A empresa também está promovendo o direcionamento de água do Sistema Guandu para áreas abastecidas por represas na Baixada Fluminense, além de já ter implantado sistemas de bombeamento em pontos estratégicos da rede para reforçar o fornecimento de água", diz a companhia, acrescentando que, em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio, a Águas do Rio conseguiu, com o uso de tecnologia, aumentar a "disponibilidade hídrica" nos últimos meses. "Até o momento, não há impacto no abastecimento da população local", ressalta a companhia.

A Rio+Saneamento, que atua em 17 municípios e 22 bairros da capital, afirma que o volume de água recebido para a distribuição em sua área de atendimento encontra-se "dentro dos níveis normais". "De todo modo, em função da estiagem prolongada que atinge o Estado do Rio, a concessionária mantém um plano de contingência para minimizar eventuais impactos no abastecimento de água", frisa a empresa.

Também procurada, a Iguá, que abastece dois municípios e bairros da zona oeste da capital, destaca que até o momento não foi informada sobre problemas com os níveis de água do sistema Guandu, que abastece a sua área de operação. "A concessionária informa que também não registrou redução no volume de água recebido, mas que acompanha atentamente o tema e manterá seus clientes informados através de seus canais oficiais."

Atividade econômica

Indicadores agregados

	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,41	1,36	0,36	0,38	-0,17	0,50	0,66	0,74	0,10
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-1,4	4,3	-1,5	-0,4	0,8	0,2	-0,8	0,9	0,8
Indústria de transformação	-	-1,3	4,9	-2,4	0,3	0,7	0,6	0,2	0,4	0,1
Indústrias extrativas	-	-2,4	2,6	3,1	-3,5	0,6	-1,3	-6,6	3,7	3,2
Bens de capital	-	2,5	0,8	-1,9	3,0	-0,7	2,1	11,0	-1,7	-0,4
Bens intermediários	-	-0,3	2,3	-0,6	-1,1	1,1	-0,8	-2,7	1,6	1,8
Bens de consumo	-	-2,5	7,0	-2,3	0,4	0,4	1,6	-0,6	1,1	0,1
Faturamento real (CNI - %)	-	0,1	5,9	-4,1	2,2	-1,2	3,1	-0,6	2,4	0,8
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	0,9	2,0	-2,3	2,4	-1,5	2,5	0,2	1,6	0,6
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,0	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,6	-0,9	0,9	0,8	0,2	0,7	3,7	-2,3	0,4
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,1	2,5	-0,8	0,6	1,8	-1,5	2,2	0,1	1,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,2	1,7	-0,5	0,2	0,3	-0,4	0,4	0,5	1,0
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,8	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,2	0,2	0,0	0,1	0,3	0,4	0,6	0,1	0,3
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,5	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.079	30.919	28.766	30.201	30.478	27.711	23.419	26.708	28.786	27.886
Importações	24.251	23.279	22.381	21.875	21.882	20.495	18.223	20.512	19.463	19.097
Saldo	4.828	7.640	6.384	8.326	8.596	7.216	5.197	6.197	9.323	8.789

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35	24,44	1.412,00
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,83	0,5584	0,5088	0,3143	-	24,44	1.412,00
2024	**0,57**	**5,18**	**5,18**	**7,29**	**7,98**	**5,06**	**4,32**	**2,82**	**3,06**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,82**	**7,04**	**7,04**	**10,08**	**11,04**	**6,78**	**5,69**	**3,85**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para setembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	2º Tri/24	1º Tri/24	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.888	2.714	11.174	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	553	547	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	1,4	1,0	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	-2,3	11,1	0,0	15,1	-1,1	0,0
Indústria	1,8	-0,1	2,6	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,0	1,4	2,6	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	2,1	3,8	-0,9	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,8	16,9	16,6	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 2º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência set/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho 2024	Janeiro-julho 2023	Var. %	julho 2024	julho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**505,8**	**454,1**	**11,39**	**71,9**	**64,8**	**10,89**
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	43,9	34,5	27,26	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	37,4	34,7	7,81	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	**1.529,5**	**1.344,7**	**13,75**	**231,0**	**201,8**	**14,48**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	jun/24 Valor	jun/24 Var. %*	mai/24 Valor	mai/24 Var. %*	jun/23 Valor	jun/23 Var. %*
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	set/24	ago/24	2024	2023	12 meses	set/24	ago/24	dez/23	set/23
IBGE									
IPCA	-	-0,02	2,85	4,62	4,24	-	6.966,50	6.773,27	6.700,66
INPC	-	-0,14	2,80	3,71	3,71	-	7.149,55	6.954,74	6.901,51
IPCA-15	-	0,19	3,02	4,72	4,35	-	6.846,50	6.645,93	6.583,85
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.583,85
FGV									
IGP-DI	-	0,12	2,07	-3,30	4,23	-	1.128,41	1.105,54	1.087,42
Núcleo do IPC-DI	-	0,20	2,51	3,48	3,77	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,11	1,54	-5,92	4,11	-	1.314,28	1.294,35	1.268,88
IPA-Agro	-	0,30	2,48	-11,34	4,94	-	1.829,58	1.785,32	1.704,49
IPA-Ind.	-	0,04	1,19	-3,77	3,80	-	1.107,61	1.094,53	1.083,28
IPC-DI	-	-0,16	2,85	3,55	4,18	-	754,55	733,67	726,26
INCC-DI	-	0,70	4,27	3,49	5,23	-	1.134,78	1.088,31	1.082,10
IGP-M	-	0,29	2,00	-3,18	4,26	-	1.146,58	1.124,07	1.103,74
IPA-M	-	0,29	1,45	-5,60	4,20	-	1.353,52	1.334,20	1.304,27
IPC-M	-	0,09	3,05	3,40	4,19	-	738,33	716,46	710,56
INCC-M	-	0,64	4,00	3,32	4,84	-	1.129,64	1.086,15	1.080,07
IGP-10	0,18	0,72	2,54	-3,56	4,25	1.172,34	1.170,28	1.143,35	1.124,56
IPA-10	0,14	0,84	2,04	-6,02	4,12	1.394,69	1.392,81	1.366,78	1.339,54
IPC-10	0,02	0,33	3,34	3,43	4,23	744,92	744,76	720,87	714,68
INCC-10	0,79	0,59	4,69	3,04	5,28	1.120,46	1.111,71	1.070,21	1.064,31
FIPE									
IPC	-	0,18	2,12	3,15	3,56	-	689,58	675,27	667,80

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 1ª prévia set/24 0,18% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana set/24 0,10%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração	2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024		3,56%	
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jul/24 Valor	jul/24 % do PIB	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	jul/23 Valor	jul/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.962,6**	**61,90**	**6.946,2**	**62,18**	**6.186,2**	**58,53**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-45,5	-0,40	-12,8	-0,11	2,3	0,02
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-964,9	-8,58	-912,6	-8,17	-661,7	-6,26
Dívida fiscal líquida	**7.973,1**	**70,89**	**7.871,6**	**70,46**	**6.845,5**	**64,77**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.795,8	69,31	7.706,3	68,98	6.838,3	64,70
Dívida externa líquida	-833,2	-7,41	-760,1	-6,80	-652,1	-6,17
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.980,4	53,17	5.954,1	53,30	5.256,5	49,74
Governos Estaduais	872,4	7,76	872,3	7,81	823,9	7,80
Governos Municipais	70,1	0,62	64,4	0,58	45,1	0,43
Empresas Estatais	39,7	0,35	55,4	0,50	60,7	0,57

Necessidades de financiamento do setor público Fluxos acumulados em 12 meses	jul/24 Valor	jul/24 % do PIB	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	jul/23 Valor	jul/23 % do PIB
Total nominal	**1.127,5**	**10,02**	**1.108,0**	**9,92**	**721,8**	**6,83**
Governo Federal**	867,8	7,72	875,9	7,84	590,1	5,58
Banco Central	169,3	1,51	149,3	1,34	46,6	0,44
Governo regional	77,9	0,69	72,6	0,65	79,1	0,75
Total primário	**257,7**	**2,29**	**272,2**	**2,44**	**80,5**	**0,76**
Governo Federal	-50,7	-0,45	-47,2	-0,42	-189,4	-1,79
Banco Central	0,9	0,01	0,6	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-18,8	-0,17	-25,6	-0,23	-13,7	-0,13

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de julho*

Discriminação	Janeiro-julho 2024	Janeiro-julho 2023	Var. %	julho 2024	julho 2023	Var. %
Receita total	**1.546,9**	**1.423,8**	**8,64**	**221,5**	**202,3**	**9,49**
Receita Adm. Pela RFB**	1.002,0	896,8	11,73	144,4	125,0	15,51
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	354,6	339,7	4,37	50,9	49,6	2,75
Receitas Não Adm. Pela RFB	190,3	187,3	1,56	26,2	27,8	-5,80
Transferências a Estados e Municípios	**298,2**	**274,8**	**8,52**	**37,9**	**34,7**	**9,31**
Receita líquida total	**1.248,6**	**1.149,0**	**8,67**	**183,5**	**167,6**	**9,53**
Despesa Total	**1.325,9**	**1.230,5**	**7,75**	**192,8**	**205,1**	**-5,99**
Benefícios Precidenciários	577,2	558,3	3,39	73,4	94,6	-22,42
Pessoal e Encargos Sociais	212,0	208,9	1,47	36,6	36,8	-0,50
Outras Despesas Obrigatórias	223,7	190,0	17,71	30,6	31,0	-1,13
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	313,0	273,3	14,54	52,2	42,8	22,10
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-77,3**	**-81,5**	**-5,17**	**-9,3**	**-37,5**	**-75,27**

Discriminação	jul/24 Valor	jul/24 Var. %	jun/24 Valor	jun/24 Var. %	jul/23 Valor	jul/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,7	81,20	-0,4	450,94	1,4	-
Discrepância estatística	1,4	-	-1,0	-	2,2	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-8,6**	**-78,64**	**-40,3**	**-34,02**	**-33,9**	**-30,21**
Juros Noninimais	**-72,8**	**-16,10**	**-86,7**	**29,56**	**-38,7**	**11,11**
Result. Nominal do Gov. Central	**-81,4**	**-35,96**	**-127,1**	**-0,79**	**-72,7**	**-12,96**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Relações externas Apesar de dificuldades, presidência brasileira acumula vitórias, como lançamento da Aliança Global contra fome

A dois meses do G20, texto de consenso ainda é desafio

Lucianne Carneiro
Do Rio

A dois meses da Cúpula dos chefes de Estado do G20 no Rio de Janeiro, que será realizada em 18 e 19 novembro, a presidência brasileira acumula vitórias como o lançamento da Aliança Global contra a Fome; a primeira declaração de consenso em nível ministerial desde o começo da guerra da Ucrânia e outros cinco documentos em igual modelo; e a menção à taxação de grandes fortunas. O país, no entanto, ainda tem desafios pela frente, tanto no avanço das negociações para alcançar um documento final de consenso quanto na própria organização do evento.

Nesta fase final, as negociações se intensificam ainda mais e é o momento de ajustes minuciosos em textos que darão a base para o documento final da Cúpula dos Líderes, apontam especialistas. Há cautela sobre a possibilidade de acordos amplos, mas há sinais de conquistas da gestão brasileira à frente do G20.

"A agenda contra a fome é uma contribuição brasileira. É muito significativo que o tema entre em discussão e é uma vitória do país pautar esse debate, é relevante. Temos Estados Unidos, União Europeia e China discutindo o tema", diz a professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pesquisadora do Brics Policy Center Ana Saggioro Garcia.

Ela vê duas marcas principais da presidência brasileira que já podem ser identificadas no momento. A primeira é a ampliação da participação da sociedade, com a criação do G20 Social, que terá cúpula à parte. A segunda está na taxação de grandes fortunas, incluída no debate pelo Brasil, ainda que não se espere grandes avanços em termos práticos no momento.

"Um primeiro destaque é o que acontece além dos chefes de Estado. É a primeira vez que há um espaço organizado para a participação dos movimentos sociais. Outra marca brasileira é a taxação de grandes fortunas. É uma questão técnica e financeira, mas que também mexe com um aspecto ético, com o senso comum. Por isso ganha adesão na sociedade. E o Brasil conseguiu o apoio de parceiros importantes, como a França", afirma a pesquisadora.

Em julho, foi assinada por consenso a Declaração do Rio sobre Cooperação Tributária, com "várias menções explícitas" para uma taxa para super-ricos.

Foi também em julho que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez o pré-lançamento da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. A aliança vai funcionar como uma plataforma para conectar países, instituições financeiras e organizações internacionais para a implementação de um "cardápio" de políticas públicas reconhecidas internacionalmente.

Outro destaque da atuação diplomática brasileira nos últimos meses foi a primeira declaração de consenso em nível ministerial desde o começo da guerra da Ucrânia, em fevereiro de 2022, formalizado no encontro de ministros de desenvolvimento do grupo. Um consenso foi possível graças à estratégia da presidência brasileira, que costurou um acordo para deixar os conflitos geopolíticos internacionais fora das declarações conjuntas dos grupos de trabalho. Elas foram citadas em um documento separado, assinado pela presidência brasileira do G20. Mais cinco documentos de consenso foram resultantes dessa estratégia.

"O principal resultado até o momento foi a Aliança Global contra a Fome. É uma aliança global sendo gestada no G20 e que atende à primeira prioridade da presidência brasileira, de inclusão social", diz o chefe da coordenação-geral do G20, Flávio Pazeto.

Na próxima semana, em 25 de setembro, será realizada em Nova York a reunião dos ministros de relações exteriores, que discute um documento sobre a reforma da governança global, uma das três prioridades estabelecidas na agenda brasileira. O encontro, a primeira reunião de chanceleres do G20 realizada em paralelo à Assembleia Geral das Nações Unidas, tem "perspectivas boas" de terminar com um documento de consenso, de acordo com Pazeto.

"Estamos trabalhando em um documento sobre reforma da governança global. Não posso entrar em detalhes, mas as negociações avançam bem e as perspectivas são boas", afirma ele, que ainda assim adota cautela: "A gente nunca sabe se vai dar certo porque o contexto é muito complexo. [...] A negociação vai muito bem, mas ainda não está finalizada".

> "Agenda contra a fome é uma contribuição brasileira"
> *Ana Saggioro Garcia*

A coordenadora da Trilha de Finanças do G20 e secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, embaixadora Tatiana Rosito, destaca a expansão de possibilidades no debate internacional proporcionada pela presidência brasileira, ao contextualizar o "ritmo próprio" das discussões internacionais, ainda mais no âmbito do G20, em que a presidência rotativa dura apenas um ano. A primeira vitória, diz, é que a agenda de prioridades estabelecidas foi aceita e se desenvolveu.

"Falando da Trilha de Finanças, fomos capazes de converter essas prioridades em debates concretos. Em um ano, temas avançaram. Poderíamos citar o roteiro para os bancos multilaterais de desenvolvimento, o relatório sobre os fundos verdes e climáticos, uma nota contundente sobre a necessidade de se avançar na assimilação da desigualdade como uma variável fundamental para a política econômica. Abrimos também espaço para o protagonismo de países africanos e estabelecemos um canal permanente de diálogo com a sociedade civil. Nada disso é trivial", afirma, ao citar também a tributação de bilionários:

DIVULGAÇÃO
Lucas Padilha: "Cada delegação tem vida própria e uma logística própria"

"No prazo de um ano, ele [o tema] foi aceito para debate pelo conjunto dos países, a discussão se desenvolveu e uma posição conjunta do G20 foi assumida."

Presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), José Pio Borges lembra que a reta final é de intensificação das negociações. Na sua análise, diante do atual contexto internacional a participação engajada dos países do G20, como observada nesta gestão do Brasil, já pode ser considerada uma conquista.

Ele se mostra mais cauteloso, no entanto, em relação a avanços no tema de governança global. Sua percepção é de que o maior avanço do país será na área de clima. "Há muito o que fazer nessa área. Houve ameaças de recuos nos últimos anos, mas acredito que há chance de alguns resultados, embora modestos. Vai ser difícil conseguir um consenso. Mas no Acordo de Paris também foi assim e conseguiu-se concluir", afirma Pio Borges.

Sobre a Aliança contra a Fome, o presidente do Cebri pondera que o crescimento econômico é a forma mais importante de combate à pobreza e à fome. Por isso, considera exagerada a ênfase à Aliança contra a Fome, por ser mais voltada, segundo ele, para o aspecto assistencialista.

Se o desafio das negociações do G20 é enorme, análise semelhante pode ser feita em relação à organização da cúpula em si. O presidente do Comitê Rio 20, Lucas Padilha, destaca as peculiaridades de a cidade sediar, quase ao mesmo tempo, dois eventos: a Cúpula dos chefes de Estado e a Cúpula Social, que reúne movimentos sociais e os grupos de engajamento.

"São dois eventos com natureza complementar, mas bastante diferente. A Cúpula Social vai reunir milhares de pessoas no Boulevard Olímpico, na Praça Mauá, para atividades abertas, culturais e de participação social. Logo depois, tem o evento mais fechado e exclusivo que é a Cúpula dos chefes de Estado", diz.

Os perfis diferentes exigem também preparação logística direcionada. Para a Cúpula Social, entre 14 e 16 de novembro, são esperadas 60 mil pessoas, segundo ele, o que exige ampla operação de trânsito e de segurança.

No caso da Cúpula dos chefes do Estado, o esquema especial inclui organização dos horários de deslocamento dos líderes. A cidade decretou feriado nos dias 18 (segunda-feira) e 19 (terça-feira). O recesso vai se estender da Proclamação da República (dia 15, sexta-feira), até a Consciência Negra (20, quarta-feira), o que deve ajudar nessa organização.

"O G20 não inclui só 20 delegações. São cerca de 50 delegações, ou seja, cada delegação tem vida própria e uma logística própria", diz Padilha, ao reforçar o desafio de organização.

Agenda vai além da origem financeira global

Do Rio

Uma única sigla e uma estrutura gigantesca e complexa: assim é o G20. O grupo reúne as 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia e a União Africana. É um fórum internacional de cooperação entre países criado em 1999, após as crises dos anos 90, como a do México, dos países asiáticos e da Rússia. Inicialmente incluía apenas ministros de finanças e presidentes de bancos centrais e surgiu como extensão do G7.

O grupo ganhou força, no entanto, com a crise financeira internacional de 2008, quando o então o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, chamou pela primeira vez os chefes de Estado para a Cúpula de Washington. A ideia era conter a crise e avançar em regulação para evitar novas.

"Estamos determinados a aprimorar nossa cooperação e trabalhar juntos para restabelecer o crescimento global e atingir as reformas muito necessárias nos sistemas financeiros mundiais", escreveram os líderes naquele novembro de 2008.

A mudança mudou o caráter do G20 e elevou o grupo para alto nível na política internacional, como explica a professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pesquisadora do Brics Policy Center Ana Saggioro Garcia.

"Mas o G20 permanece um grupo informal, é um fórum, não tem estatuto, não tem sede e não tem acordo. Só que é muito relevante porque envolve as principais potências ocidentais, do Leste, a China e a Rússia, e as emergentes", afirma, ao destacar as diferenças do cenário atual daquele do passado. "Pensar que no mundo hoje jamais seria possível os Estados Unidos ou os europeus convidarem Rússia e China para um fórum."

O comando do G20 é exercido através de uma presidência rotativa, que dura um ano e é responsável por organizar e sediar a Cúpula dos Chefes de Estado e as demais programações paralelas. Existe uma organização chamada troika, que reúne o país que presidiu o G20 no ano anterior, a presidência atual e a nação que será a próxima presidente.

Dentro do G20, existem as trilhas de finanças e de sherpas, que Saggioro Garcia define como os dois "caminhos de negociação". A trilha de finanças é a origem do G20, enquanto a trilha de sherpas trata dos temas políticos. O termo sherpa é usado na diplomacia para designar o principal negociador de um país e faz referência ao povo sherpa, que trabalha como guia nas expedições no Himalaia.

Ana Saggioro Garcia destaca que a agenda de temas do G20 foi ampliada do foco inicial em arquitetura financeira global para um conjunto heterogêneo de temas, como infraestrutura, educação e cultura, por exemplo.

Dentro de cada uma das duas trilhas há os grupos de trabalho: são sete na trilha de finanças e 15 na trilha dos sherpas. Existem ainda três forças-tarefas definidas pela presidência brasileira do G20, com temas afins às duas trilhas: Aliança Global contra a Fome e a Pobreza; Mobilização global contra a mudança do clima; Iniciativa de Bioeconomia.

Em paralelo, fora do âmbito dos governos, existem outros 13 grupos de engajamento, formados por representantes da sociedade civil. Muitos de seus temas convergem com aqueles debatidos nos GTs oficiais e suas contribuições são encaminhadas para avaliação dos governos. Os documentos foram entregues em julho aos sherpas de todos os países.

A presidência brasileira do G20 estabeleceu como lema "Construir um mundo justo e um planeta sustentável" e três prioridades: combate à fome, pobreza e desigualdade; transições energéticas e desenvolvimento sustentável; e reforma das instituições de governança global. Além disso, criou o G20 Social, espaço de debate para a sociedade civil.

Ao longo do ano, mais de 100 eventos relacionados ao G20 foram realizados em todo o país, a maioria no Rio, com reuniões dos grupos de trabalho, dos grupos de engajamento e os encontros ministeriais. ***(LC)***

Estrutura de organização do G20

G20
Grupo das 19 maiores economias mais União Europeia e União Africana

TRILHA DE FINANÇAS

Grupos de trabalho (GTs):
- Assuntos do setor financeiro
- Arquitetura financeira internacional
- Economia global
- Finanças Sustentáveis
- Inclusão financeira
- Infraestrutura
- Tributação internacional

TRILHA DE SHERPAS

Grupos de trabalho (GTs):
- Agricultura
- Anticorrupção
- Comércio e investimentos
- Cultura
- Desenvolvimento
- Economia digital
- Educação
- Empoderamento de mulheres
- Pesquisa e inovação
- Sustentabilidade ambiental e climática
- Emprego
- Transições energéticas
- Redução de risco de desastres
- Turismo
- Saúde

Forças-tarefas
- Aliança Global contra a Fome e a Pobreza
- Mobilização global contra a mudança do Clima
- Iniciativa de Bioeconomia

Grupos de engajamento (GEs)
Formado por representantes da sociedade civil e com agendas correlatas aos GTs
- Business 20 (B20)
- Urban 20 (U20)
- Supreme Courts and Constitutional Courts 20 (J20)
- Parliament 20 (P20)
- Civil 20 (C20)
- Innovation, Entrepeneurship, Collaboration (Startup 20)
- Think Tanks 20 (T20)
- Supreme Audit Institutions 20 (SAI20)
- Youth 20 (Y20)
- Science 20 (S20)
- Women 20 (W20)
- Labour 20 (L20)
- Oceans 20 (O20)

Presidência brasileira do G20
Lema
Construir um mundo justo e um planeta sustentável
Três prioridades
- Combate à fome, pobreza e desigualdade
- Transições energéticas e desenvolvimento sustentável em suas três pilares – econômico, social e ambiental
- Reforma das instituições de governança global

G20 Social
Espaço para participação da sociedade civil, criado pela presidência brasileira

Fonte: https://www.g20.org/

INÊS 249

Eleições Marçal repete tática de provocar adversários e escolhe o prefeito Ricardo Nunes como alvo

Debate pós-cadeirada tem poucas propostas, ofensas e muitos pedidos de direito de resposta

Lucas Ferraz, Murillo Camarotto e Cristiane Agostine
De São Paulo

O debate entre os candidatos à Prefeitura de São Paulo nessa terça-feira (17) mais uma vez teve poucas propostas para a cidade, com trocas de ofensas e inúmeros pedidos de direitos de resposta para réplicas e tréplicas entre os adversários. A tensão marcou o primeiro bloco após o debate da TV Cultura, no domingo, quando José Luiz Datena (PSDB) foi expulso depois de agredir Pablo Marçal (PRTB) com uma cadeira.

O debate da Rede TV! e UOL reuniu seis dos dez candidatos. O primeiro bloco começou com Marçal valendo-se da sua tática incendiária, mirando desta vez no prefeito Ricardo Nunes (MDB), citando o boletim de ocorrência que a mulher de Nunes registrou contra ele, por violência doméstica, em 2011. O empresário também fez referência ao envolvimento de Nunes com a máfia das creches, ainda em investigação, e o chamou de "tchutchuca do PCC". Houve intenso bate-boca e os dois acabaram advertidos pela organização do debate.

"Ele saiu da cadeia, mas a cadeia não saiu de dentro dele. A forma como ele vem colocando e tratando as pessoas é a malandragem da cadeia", respondeu o prefeito, candidato à reeleição.

Durante todo o debate, Nunes se dirigiu ao adversário como "Pablo Henrique", e não como Marçal, que por sua vez tentou moderar a agressividade inicial. "Você chegou só agredindo, e a todos. Ao pai da Tabata, ao Datena, a mim, ao Boulos. Só a Marina [Helena, do Novo] que você poupou. Precisamos elevar o nível. Falo isso como um pai, dando um conselho".

Marçal também fez referência à agressão de Datena contra ele no debate da TV Cultura, episódio que tem explorado nas redes e nas declarações à imprensa: "Datena é um agressor, as cadeiras foram parafusadas no chão [nesse debate] porque ele teve atitude de um orangotango".

Datena rebateu o candidato do PRTB e relembrou sua condenação por furto qualificado. "Único jeito de falar com bandido condenado, ladrão virtual de velhinhos, é pela Justiça", disse o apresentador. "Eu não bato em covarde duas vezes", completou ele, alegando ter agido em legítima defesa em razão das agressões verbais de Marçal.

> "Eu não bato em covarde duas vezes"
> *José Luiz Datena*

A troca de farpas e de acusações dos minutos iniciais foi seguida por uma série de pedidos de respostas feitas pelos candidatos para tentar rebater os ataques.

A comissão organizadora concedeu boa parte, apesar dos reiterados pedidos da mediadora Amanda Klein para que os participantes se comportassem e evitassem um debate apenas com direitos de resposta.

A deputada federal Tabata Amaral (PSB) também lamentou o nível do debate e criticou Marçal pela postura "kamikaze". A candidata lembrou que o adversário a acusou de ser a responsável pelo suicídio do seu pai e perguntou se ele estava arrependido de explorar sua história familiar.

Marçal disse que reconhecia ter passado do limite e pediu desculpas. "Ele não se remenda porque lucra com isso. Ele ganha dinheiro em cima da desonra", disse Tabata.

O deputado federal Guilherme Boulos (Psol) fez a primeira pergunta do debate a Datena sobre o que ele "iria fazer para mudar a realidade" dos mais necessitados, oportunidade que o apresentador usou para falar da cadeirada. "Espero que o respeito à democracia paute esse debate. Não estou nem um pouco feliz pelo que aconteceu no último debate. Mas meu pai me ensinou que deveria honrar a mim mesmo e a minha família até a morte", disse Datena.

> "Você [que recebe o Bolsa Família] nunca vai prosperar"
> *Pablo Marçal*

Boulos, por sua vez, indagado por Ricardo Nunes sobre a descriminalização das drogas, comparou o prefeito a Marçal. "O nível de desequilíbrio e despreparo é terrível. Ainda mais para quem quer ser prefeito", afirmou. "É terrível que alguém com tamanha propensão à mentira esteja sentado na cadeira de prefeito de São Paulo."

Nunes tentou aproveitar a baixa de Marçal nas últimas pesquisas para explorar questões como o consumo de drogas para tentar conquistar uma faixa do eleitorado que flerta com a direita radical.

Três candidatos mais bem colocados nas pesquisas, Nunes, Boulos e Marçal desviaram das perguntas feitas por jornalistas.

O prefeito foi questionado sobre obras sem licitação com indícios de irregularidades em sua gestão. O candidato, contudo, preferiu enumerar o número de obras entregues e disse que teve as contas aprovadas pelo Tribunal de Contas do Município (TCM).

Perguntado sobre sua baixa aceitação nas periferias, num eleitorado que tradicionalmente vota no presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seu principal cabo eleitoral, Boulos disse ser um morador "orgulhoso" do Campo Limpo, na zona sul, e preferiu usar o tempo para falar do trabalho como líder do MTST.

Já Marçal não respondeu com clareza se extinguiria o Bolsa Família caso fosse candidato a presidente. O postulante à prefeitura repetiu suas críticas ao programa de transferência de renda, chamado por ele de "bolsa miséria" e que, em sua visão, estimula o "desemprego profissional". Ele afirmou que o benefício – carro-chefe das gestões petistas na Presidência – seria uma tentativa de a esquerda deixar a população pobre sob sua influência, sem detalhar sua proposta. "Chamei de bolsa miséria porque você que recebe sabe que é uma miséria. Você nunca vai prosperar", disse.

O influenciador também desconversou quando foi perguntado sobre críticas feitas a ele por um tio, de que, apesar de inteligente, Marçal tinha um perfil de atacar as pessoas. O candidato do PRTB disse apenas que irá ganhar a eleição no primeiro turno e voltou a atacar o "comunismo".

A candidata do Novo, Marina Helena, acusou Tabata Amaral de usar jatinho particular para visitar o namorado, o prefeito do recife, João Campos (PSB), mas não apresentou provas nem indícios de qualquer tipo de irregularidade. Tabata negou, disse que Marina estava "delirando" e afirmou que irá processá-la. Nos bastidores, a deputada falou a Marina que se ela se retratasse publicamente, não recorreria ao Judiciário. A candidata do Novo, no entanto, não demonstrou intenção de se retratar.

MARIA ISABEL OLIVEIRA/AGÊNCIA O GLOBO

Debate na RedeTV!/UOL: a mediadora, Amanda Klein, teve que intervir para encerrar discussão aos gritos entre os candidatos Ricardo Nunes e Pablo Marçal

Recuo da agressividade mostra que rejeição é o maior regulador do mercado eleitoral

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

A postura de recuo da maior parte dos candidatos no debate da Rede TV!/UOL mostrou a rejeição como o regulador mais forte do mercado eleitoral. Depois do acirrado primeiro bloco, a temperatura amainou.

A estratégia de Pablo Marçal (PRTB) foi a de ir puxar a corda das provocações no início do debate para chamar audiência de suas redes e recuar depois para não ser expulso do embate. O limite da exploração da vitimização de sua agressão parece justificar a calibragem da estratégia. Além disso, a "live" que faria ao fim do debate perderia seguidores se fosse expulso.

Distribuiu ataques ao longo do debate contra Guilherme Boulos (Psol), Ricardo Nunes (MDB) e José Luiz Datena (PSDB) que geraram muitos direitos de resposta, mas não foram suficientes para uma reprimenda maior. A reação dos adversários, que não responderam às suas acusações, e mudaram de assunto funcionou. Marçal só teve sucesso ao provocar Nunes, que se alterou nas respostas, levando sua assessoria a apelar para baixar o tom.

Quando limitado a discutir propostas, Marçal derrapa. O candidato do PRTB mentiu ao dizer que há mais beneficiários com Bolsa Família, que chamou de "bolsa miséria", do que trabalhadores com emprego formal. Os empregados com carteira de trabalho no setor privado atingiram 37,9 milhões em fevereiro deste ano. Há 20,7 milhões de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família.

José Luiz Datena (PSDB), que agrediu Marçal no debate do domingo da TV Cultura, estava mais calmo ("não ataco covardes duas vezes"), e não apenas em relação ao candidato do PRTB. Apesar de acusar Nunes pela presença do PCC no sistema de transporte municipal, ressalvou que o prefeito não estava pessoalmente citado na investigação. Atrapalhou-se ao ser indagado se estava arrependido de ter recusado o convite de Tabata para ser vice. Disse que não se arrependia "de nada" na sua vida depois de ter dito que o havia feito em relação à cadeirada em Pablo Marçal.

Ao reagir a Marçal, que trouxe de volta as queixas, já retiradas, da mulher do prefeito contra agressões, Ricardo Nunes (MDB) foi repreendido por sua assessoria, que foi para trás das câmaras para tentar impedir que ele batesse boca com Marçal. Depois de ambos terem sido ameaçados de suspensão, Nunes pediu desculpas ao eleitor. Explorou sua condição de prefeito ao anunciar a ampliação de propostas que já estão em curso, como a tarifa zero para mães com filhos nas creches. Apostou no apelo da continuidade em suas considerações finais.

Guilherme Boulos valeu-se do bate-boca entre Nunes e Marçal no início do debate para bater na tecla de que os candidatos são duas faces da mesma moeda. Não conseguiu responder por que não tem o voto majoritário da periferia, apesar de seu principal cabo eleitoral, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ser aprovado na região. Disse que a opção pela periferia não era uma promessa eleitoral mas uma opção de vida. Investiu na tecla propositiva para diminuir a rejeição que persiste nas pesquisas.

Tabata Amaral (PSB) viu se desfazer a aposta do último debate, quando disse que a baixaria era protagonizada por homens e elogiou Marina Helena (Novo). Na Rede TV foi acusada pela candidata do Novo de ter usado um jatinho para visitar seu namorado, o prefeito do Recife, João Campos (PSB), informação que a candidata do PSB disse ser falsa e será respondida com um processo. Mostrou segurança ao não titubear ("Só fui a Feira de Santana uma vez porque tenho família lá e fui de ônibus, o que não recomendo porque Minas Gerais não acaba nunca"). Fez dobradinha com Datena e criticou a estratégia dos três primeiros de se acusarem para ocupar o tempo do debate com direitos de resposta. Bateu na tecla de que é a única candidata a bater todos no segundo turno e, nas considerações finais, apelou até aos eleitores da causa "pet".

Mais agressiva do que nos blocos anteriores, Marina Helena tentou cativar o eleitor de extrema direita ao defender o impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Ainda se vendeu para o eleitor bolsonarista como admiradora do ex-ministro da Economia Paulo Guedes. E repetiu em mais de uma resposta sua proposta de "voucher" para quem não conseguir marcar uma consulta médica em 30 dias.

Resultado foi empate coletivo; o único a avançar alguns pontos foi Datena

Análise

César Felício
Brasília

O debate dos candidatos a prefeito de São Paulo promovido pela Rede TV! e pelo portal UOL terminou de maneira morna depois da sua duração prevista de duas horas, mas houve um instante em que a sensação era que o confronto acabaria em 15 minutos. Faltou pouco para o candidato do PRTB a prefeito de São Paulo, Pablo Marçal, provocar um tumulto que forçaria sua interrupção.

A tensão do encontro desta terça-feira (17) pode ser medida pelo fato de as cadeiras dos candidatos terem sido parafusadas no chão, depois da agressão física feita pelo tucano José Luiz Datena contra Marçal no debate de domingo (15), da TV Cultura. Cenas inéditas da desordem do domingo foram divulgadas pouco antes do novo confronto, mostrando que Datena tentou continuar golpeando Marçal depois da cadeirada, provocada pelo candidato depois de uma onda incessante de provocações.

Marçal enfrenta um avanço de sua rejeição em função do tom agressivo, e lucra quando adversários se descontrolam. Ele compareceu ao debate da Rede TV!/UOL com o propósito de destrui-lo. Essa disposição ficou patente desde o início, quando se recusou a pronunciar o nome do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), para se referir a ele como "bananinha". Na sequência, lembrou que o prefeito foi alvo no passado de denúncia de agressão física por parte de sua mulher, Regina Carnovale. Ela já há alguns anos retirou a acusação e passou a participar da vida política do marido, mas o tema desestabiliza Nunes.

O prefeito iniciou a resposta em tom paternal, como se Marçal fizesse os ataques por imaturidade. Na sequência procurou desqualificar o candidato do PRTB, aludindo ao processo em que Marçal foi condenado por integrar uma quadrilha de "hackers". "Você saiu da cadeia, mas a cadeia não saiu de você", disse. Por fim, foi arrastado para uma discussão aos gritos. Com muito custo a mediadora Amanda Klein controlou a situação.

Após o primeiro bloco, mais calmo, Nunes por diversas vezes respondeu às provocações de Marçal com a frase "não vou cair no seu golpe", saída claramente calculada por sua equipe de marketing.

Um dos líderes da disputa, o deputado Guilherme Boulos (Psol) resumiu suas intervenções a atacar Nunes, até mesmo ao responder a uma pergunta de jornalista sobre ter relatado na Câmara a favor da manutenção do mandato do deputado André Janones (Avante-MG), acusado de "rachadinha". Não proporcionou nenhum grande momento ao debate.

Guardadas as proporções e a precária régua de avaliação, Datena fez no debate Rede TV!/UOL sua melhor participação. Foi contido, respondendo às provocações de Marçal sobre a acusação de assédio sexual que recebeu desqualificando o adversário e ele mesmo se colocando na posição de vítima. "Quem tomou a cadeirada fui eu", chegou a dizer. Não gaguejou ao responder a perguntas sobre propostas de governo. Demonstrou humildade ao falar que Tabata Amaral (PSB) , a quem havia prometido apoiar, é "brilhante" e provocou Nunes sem abrir espaço para direitos de resposta. Dada a falta de equilíbrio emocional demonstrada por Datena ao longo da campanha, sobretudo no episódio da cadeirada que deu em Pablo Marçal no último debate, foi um feito.

A candidata do PSB à Prefeitura de São Paulo, deputada Tabata Amaral, lançou mão do argumento de "ganhar de todos no segundo turno", um sinal, segundo ela, de que o eleitor demonstra sinais de esgotamento com os ataques pessoais que marcam a postura de seus adversários no debate. Tabata aposta em se beneficiar do aumento da rejeição de seus adversários, embora patine nas pesquisas. Pela primeira vez foi alvo de uma acusação pessoal, a de usar um jatinho particular de alguém para visitar o namorado, o prefeito do Recife, João Campos (PSB). Tabata afirmou que a adversária Marina Helena (Novo) delirava e a ameaçou de processo. A candidata do Novo não aportou evidências de que a acusação tem alguma base.

No encerramento Marçal teve seu melhor momento, com uma ensaiada fala messiânica, com direito a citação pública, para cativar evangélicos, em que conclamou ao voto os "crias da periferia", motoboys, motoristas de táxi, de ônibus, entre outras categorias profissionais em que o gênero masculino, onde tem maior intenção de voto, prepondera. Foi uma mensagem para engajar quem já está com ele.

No conjunto, o debate terminou praticamente em um empate coletivo. O único a avançar alguns pontos foi Datena, em uma comparação prejudicada dado o baixíssimo patamar de onde partiu.

Na eleição municipal, todos de olho em Tarcísio

Fernando Exman

Aliados interessados em futuras parcerias e adversários acompanham com atenção as movimentações do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, no pleito municipal. Seu reforço na campanha à reeleição do prefeito da capital do Estado, Ricardo Nunes (MDB), é visto como um ponto de inflexão na sua trajetória política.

Há dois aspectos em jogo. O primeiro é uma demonstração de como o amplo arco de alianças que ele, filiado ao Republicanos, ajudou Nunes a construir. Onze partidos asseguraram ao prefeito um grande tempo de propaganda em rádio e televisão, um instrumento que, na visão de aliados do emedebista, tem sido eficaz na neutralização de ataques feitos nas redes sociais. Na opinião de uma fonte ligada à campanha, esta disputa pode ser vista como uma espécie de "laboratório" para 2026.

O segundo aspecto é a possibilidade de Tarcísio, do Republicanos, consolidar-se como a liderança à direita com o maior potencial de aglutinar os partidos de centro e de centro-direita em uma eventual disputa contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na próxima eleição nacional.

Carioca e com carreira profissional conduzida principalmente em Brasília, Tarcísio venceu a eleição para governador de São Paulo em 2022 sob o condão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O antipetismo que vigora em parte considerável do Estado, com o qual nunca teve grandes conexões durante a vida, foi também determinante.

No início do mandato, foi chamado de "tecnocrata" por alguns que hoje se surpreendem positivamente com a sua desenvoltura na campanha de Nunes. A classificação, feita de forma crítica, vinha de quem o considerava um engenheiro mais preocupado com assuntos administrativos do que um gestor que reconhecia a necessidade de colocar a política em sua agenda diária.

É fato que Tarcísio delegou parte considerável da articulação política a auxiliares. Conseguiu, dessa forma, construir uma rede de aliados ampla. No entanto, alguns aliados nunca esconderam a insatisfação com o que consideravam uma falta de envolvimento do governador com temas de interesse do seu próprio partido e de siglas da base no Estado.

A disputa pela prefeitura da capital tem alterado essa imagem. Nas palavras de um interlocutor, o engajamento do governador está "movendo o ponteiro" das pesquisas de intenção de voto e tem tudo para ajudar a decidir a eleição de São Paulo em favor de Nunes.

Isso se deve ao cálculo pragmático, segundo o qual a administração estadual e a prefeitura precisam muito uma da outra para destravar iniciativas estratégicas.

Um exemplo é a questão da segurança pública: não há operação policial na capital bem-sucedida sem uma articulação institucional e das forças policiais locais. É um tema fundamental para o eleitor.

A revitalização do centro da cidade, a qual depende da presença do poder público em áreas hoje degradadas, é outro exemplo. Assim como o fim das cracolândias. Além disso, a privatização da Sabesp não ocorreria sem apoio de Nunes.

Ter um oposicionista na Prefeitura de São Paulo seria, do ponto de vista administrativo, muito ruim para o governador. Sob a ótica política também.

Uma vitória do deputado federal Guilherme Boulos (Psol) seria um inegável triunfo do presidente Lula, que bancou a candidatura do aliado, a despeito das resistências do PT, e também construiu o retorno de Marta Suplicy ao partido para ocupar a vice. Já uma eventual eleição do influenciador Pablo Marçal (PRTB) representaria uma grande incógnita do ponto de vista da gestão e uma fonte de instabilidade política. O ex-coach tem lançado frequentes críticas a Tarcísio durante a campanha.

Quanto a Nunes, Tarcísio teria a garantia da manutenção de uma boa relação pessoal e prosseguimento da parceria administrativa. Isso não quer dizer que o MDB como um todo fará parte do projeto do governador em 2026. Lideranças de peso da sigla defendem uma aliança com Lula, em um movimento que poderia assegurar a vaga de vice-presidente ao partido.

A postura de Tarcísio, contudo, tem chamado a atenção de líderes das outras siglas que integram a chapa anabolizada de Ricardo Nunes. Um assunto que está presente em conversas além das fronteiras do Estado de São Paulo.

Essas lideranças, que mantêm influência no Congresso e na Esplanada dos Ministérios, reconhecem que o governador enfrentou muitas pressões para abandonar Nunes no meio do caminho, mas, mesmo assim, manteve a palavra e mergulhou na campanha para impulsionar a candidatura do aliado. É algo relevante para quem cogita afastar-se do PT para robustecer uma candidatura rival em 2026.

Adversários de Tarcísio relativizam. Dizem que ele não tinha opção e precisou mergulhar de cabeça na campanha por "uma questão de sobrevivência". Em outras palavras, para evitar que uma vitória de Pablo Marçal interdite o resto do seu mandato.

Interlocutores de Bolsonaro, por sua vez, dizem que Tarcísio dificilmente será alçado candidato a presidente do grupo que deixou o Planalto em 2022. Asseguram que hoje a escolha seria o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-mandatário, ou a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Mas o que parece haver consenso é que a eleição municipal tende a ser um divisor de águas na trajetória política de Tarcísio de Freitas.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Eleições Eleitorado feminino 'não embarcou' na candidatura de influencer, diz diretora do Datafolha

Marçal perde votos entre as mulheres

Gabriela Guido*
De São Paulo

Pablo Marçal, candidato do PRTB à Prefeitura de São Paulo, tem a metade das intenções de voto de Guilherme Boulos (Psol) e Ricardo Nunes (MDB) no eleitorado feminino. O influenciador está com 13% contra 26% de seus rivais, segundo pesquisa Datafolha divulgada quinta-feira (12) — a margem de erro nesse segmento é de 4 pontos, para mais ou para menos. Luciana Chong, diretora do Instituto Datafolha, avalia que as mulheres podem ser importantes na definição de quem passará para o segundo turno.

"As mulheres realmente não embarcaram na candidatura [de Marçal] e isso pode ser um dificultador para ele", analisa Chong. O voto feminino é maioria no município de São Paulo, representando 54% dos eleitores aptos a votar, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral. "Elas podem definir quem vai para o segundo turno", afirma.

O levantamento foi feito dias antes do debate na TV Cultura, realizado no domingo (15), marcado pela agressão do candidato José Luiz Datena (PSDB) contra Marçal. Na ocasião, o apresentador arremessou uma cadeira contra o influenciador depois que este o acusou de ter cometido assédio sexual. "Precisamos esperar os resultados da próxima pesquisa para ver o efeito do debate", disse. Nova pesquisa Datafolha será divulgada na quinta-feira (19).

No eleitorado total, o candidato do PRTB caiu nas intenções de voto (19%) e deixou de estar tecnicamente empatado com Ricardo Nunes (MDB), que tem 27%, ainda que continue em empate técnico, no limite da margem de erro — de 3 pontos percentuais —, com Guilherme Boulos (Psol), que está com 25%.

Desde o primeiro Datafolha, Marçal apresenta um desempenho pior entre as mulheres do que entre os homens. Seu percentual entre as eleitoras variou entre 8% e 16% e caiu 3 pontos no último levantamento em relação ao divulgado em 5 de setembro. Já Nunes e Boulos cresceram 4 e 3 pontos percentuais.

Entre os homens, Marçal está no bloco da frente da corrida eleitoral. Nunes assume a dianteira numérica com 27%, Marçal tem 26% e Boulos, 24%. "O eleitor dele [Marçal] é principalmente homem e na faixa de 25 a 34 anos e 35 a 44 anos", explica Chong. "A gente precisa ver se esse eleitor vai continuar convicto com ele. É um eleitor que a gente vê, pelas outras perguntas, que está bem decidido a votar no Marçal, mas pode ser que migre para outros candidatos."

Datena vai melhor do que Marçal entre as mulheres, com 14%, e tem 13% entre os homens. Tabata Amaral (PSB) registrou 9% no eleitorado feminino e 5% no masculino, segundo o Datafolha.

Os indecisos representam 4% dos entrevistados na pesquisa estimulada. As mulheres estão mais em dúvida do que os homens, com 6% não sabendo em quem votar, contra 2% deles. Apesar de dentro da margem de erro, esses índices podem indicar que há um espaço maior para as campanhas crescerem entre o eleitorado feminino.

Todos os segmentos de eleitores terão peso no resultado do primeiro turno das eleições, lembra Chong. No recorte de renda, por exemplo, Nunes sai à frente entre quem recebe até dois salários mínimos. Boulos e Marçal empatam no eleitorado que recebe de dois a cinco salários mínimos — com Nunes não muito distante —, e Boulos vence entre quem recebe acima de cinco salários mínimos.

Os únicos candidatos que se comprometeram a ter paridade de gênero em seu secretariado, caso eleitos, são Boulos e Tabata. Questionado no programa "Roda Viva", da TV Cultura, Nunes não se comprometeu com a paridade de gênero nesse nível da administração — ele tem 8 das 26 secretarias ocupadas por mulheres. Disse que quer continuar tendo 53% de mulheres no alto escalão da prefeitura, que inclui cargos de chefia, de direção e de coordenação.

Os candidatos com mais chances de ir ao segundo turno — Nunes, Boulos e Marçal, segundo as pesquisas — têm feito ações para atrair o eleitorado feminino, para além da escolha dos vices, que, nos casos de Boulos e Marçal, são mulheres — Marta Suplicy (PT) e Antônia de Jesus (PRTB).

Um dia após a divulgação do Datafolha, o prefeito promoveu uma caminhada com mulheres na região da República, no centro. Em seu plano de governo, não há propostas novas além das que diz já ter realizado. Ter zerado a fila das creches, uma de suas principais bandeiras, pode ajudá-lo a atrair esse eleitorado.

Boulos fez um evento voltado para mulheres na Vila Ipojuca (zona oeste), no qual afirmou que elas serão "decisivas" para que seja eleito. Ele propõe criar centros de cuidados para as mulheres, fortalecer políticas para a saúde delas e ampliar a Patrulha Guardiã Maria da Penha.

O candidato do PRTB, por sua vez, adotou o slogan "mulheres com Marçal" e propõe investir em saúde da mulher e atendimento especializado para vítimas de violência doméstica. Em entrevista, sua vice, Antônia de Jesus, já associou a saúde da mulher a ter uma casa limpa.

***Estagiária sob a supervisão de Fernanda Godoy**

Campo Grande vira prioridade para o PSDB em aliança com o PL

Renan Truffi
De Brasília

Capital do Estado que vem dando sobrevida ao PSDB, Campo Grande é umas das prioridades dos tucanos nas eleições municipais deste ano. O partido elegeu o governador do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, há dois anos e, agora, tenta repetir o mesmo feito na capital sul-mato-grossense por meio da candidatura do deputado federal Beto Pereira (PSDB). Além de ter a máquina estadual a seu favor, a sigla fechou um acordo com o PL, de Jair Bolsonaro, o que acabou por rachar o grupo bolsonarista na capital.

Toda a negociação que uniu PSDB e PL em Campo Grande teve aval do principal cacique tucano no Estado, o ex-governador Reinaldo Azambuja (PSDB). Na prática, a coligação entre a legenda de Azambuja e Valdemar Costa Neto, presidente do PL, deu à chapa de Beto Pereira uma vantagem significativa: o maior tempo de TV da campanha eleitoral, quase o triplo dos concorrentes.

Para completar, o acordo entre as duas legendas ainda isolou uma das principais expoentes do bolsonarismo num Estado conhecido pelo seu viés conservador: a senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra de Bolsonaro e cabo eleitoral da atual prefeita Adriane Lopes (PP).

Nos bastidores, os dirigentes do PP admitem o revés, mas culpam os tucanos por terem atravessado um acordo que já tinha sido costurado anteriormente com o PL de Costa Neto. A justificativa não é mera retórica. O PSDB controla, atualmente, 51 das 79 prefeituras do Mato Grosso do Sul, ativo que atraiu o PL por conta da promessa de acordos em outras cidades do Estado.

Aliada de Tereza Cristina, a atual gestora de Campo Grande também tem contra si o fato de nunca ter sido testada nas urnas antes. O motivo é que Adriane Lopes era, originalmente, vice-prefeita da capital e assumiu a cidade há apenas dois anos, quando o ex-prefeito Marquinhos Trad deixou a chefia da administração municipal.

A cúpula do PP minimiza a falta de "testagem" de Adriane Lopes em eleições. Para o partido, a atual prefeita está conseguindo engajar na campanha e, se não for para o segundo turno, será apenas por conta do pouco tempo que teve para mostrar sua capacidade de gestora à frente do município.

Ainda assim, os bolsonaristas do PP têm investido no discurso de que Beto Pereira não é um político notoriamente conservador. Pelo contrário, acusam o candidato de, na Câmara, ter votado mais contra a direita do que a favor das pautas do grupo.

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Beto Pereira: candidatura acordada por Reinaldo Azambuja e Valdemar Costa Neto

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Adriane Lopes: candidata à reeleição tem o apoio da ex-ministra Tereza Cristina

Todo esse pano de fundo, entretanto, tem entusiasmado os tucanos e seus aliados. Tanto que o PSDB também fechou aliança com outras duas legendas: MDB e PSD. Os emedebistas são conhecidos por terem, no Estado, o ex-governador André Puccinelli e a atual ministra do Planejamento, Simone Tebet. Já o PSD agregou à campanha tucana um dos seus principais quadros, o senador Nelsinho Trad (PSD-MS), que também vem dando suporte à candidatura de Beto Pereira.

Outras duas candidaturas de mulheres também disputam espaço na corrida eleitoral. O primeiro caso é o da ex-vice-governadora do Mato Grosso do Sul Rose Modesto (União). Ela é um dos nomes mais bem posicionados nas pesquisas de intenção de voto. A dúvida, entretanto, é se a candidata da União Brasil será capaz de manter esse desempenho até a eleição.

O motivo é que Rose já disputou outras duas vagas no Executivo local, mas perdeu em ambos os casos. A última vez foi em 2022, quando ela tentou o governo do Estado e não conseguiu avançar para o segundo turno. Antes disso, Rose Modesto se candidatou para a Prefeitura de Campo Grande em 2016, mas também perdeu.

Já o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está presente na disputa por meio de um jovem quadro do PT: a deputada federal Camila Jara (PT-MS), de apenas 29 anos. A candidata tem como principal desafio vencer a estagnação da esquerda no Estado.

Desde 2016, por exemplo, o PT não sabe o que é superar os 10% dos votos em eleições para o Executivo — isso vale tanto para as eleições ao governo do Estado quanto para a Prefeitura de Campo Grande. Diante desse desafio, Camila Jara vem reciclando programas do governo federal em sua campanha. Nesta eleição, por exemplo, ela apresentou a ideia de reproduzir o programa Pé de Meia, criado pela gestão Lula para garantir a manutenção de jovens no ensino médio.

Camila também prometeu criar o "Bolsa Escolinha", que forneceria uma espécie de ajuda de custo, mas voltado especificamente para as crianças da capital. O presidente Lula, no entanto, ainda não pisou em Campo Grande nesta eleição e, segundo interlocutores, não incluiu a capital do Mato Grosso do Sul entre suas prioridades eleitorais do pleito que ocorrerá em outubro.

INÊS 249

Judiciário Empresas permitiam apostar em quem seria o próximo prefeito de capitais

TSE deixa claro que apostas eleitorais em casas de jogos são proibidas

ROBSON ALVES/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Cármen Lúcia, presidente do TSE relatou o caso: resolução foi aprovada por unanimidade na corte e, com isso, esse tipo de aposta torna-se um ilícito eleitoral

Flávia Maia, Isadora Peron e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) criou regras para deixar claro que é proibido o serviço de apostas sobre as eleições municipais de 2024. As casas de "bets" vinham oferecendo jogos com apostas em dinheiro na vitória de um determinado candidato a prefeito de diferentes cidades do país. A resolução foi aprovada, por unanimidade, na sessão dessa terça-feira (17).

Empresas de jogos permitiam apostar em quem seria o próximo prefeito de capitais como São Paulo, Rio, Manaus, Porto Alegre, Salvador e Belo Horizonte.

Em dezembro de 2023, o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei que regulamenta o setor. A loteria de aposta de quota fixa é um sistema que inclui eventos virtuais de jogos on-line — como o tigrinho — e eventos reais esportivos, como jogos de futebol, por exemplo.

A relatora do caso foi a ministra Cármen Lúcia, que preside o Tribunal Superior Eleitoral. A medida foi elogiada pelo ministro André Mendonça. Especialistas apontavam que não havia previsão legal proibindo a prática. Agora, com a resolução do TSE, esse tipo de aposta torna-se um ilícito eleitoral.

Para a advogada Marilda Silveira, especialista em direito eleitoral, o TSE agiu bem em proibir a prática. "O tribunal acertou em associar essa prática ao abuso de poder econômico, porque é uma forma de usar recursos para dar maior ou menor visibilidade a um determinado candidato, associando a uma eventual chance de vitória", afirmou.

Para Wesley Araújo, que é membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), a nova resolução "é uma medida crucial para preservar a integridade do pleito". "Essa resolução é um passo importante para garantir que as eleições ocorram sem interferências externas e com total equidade entre os candidatos e partidos."

Já o advogado Fabrício Medeiros afirmou que compreende as razões do TSE, mas defende que a medida não poderia ser imposta através de uma resolução. "Embora compreenda o zelo do TSE em relação ao tema, preocupa-me a criação dessa proibição por meio de ato meramente regulamentar, e não por meio de lei, ou seja, ato normativo produzido pelo Poder Legislativo", disse.

Nessa terça-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a dependência psicológica causada pelos sites de apostas é uma "pandemia" que precisa ser enfrentada pelo Estado. Segundo ele, o governo antecipará ações previstas para prevenir e combater o vício.

O mercado regulado de apostas de quota fixa, as chamadas "bets", começa oficialmente em 1º de janeiro de 2025, quando estarão em vigor todas as regras para combate à fraude, à lavagem de dinheiro e à publicidade abusiva, entre outros temas.

Segundo Haddad, um dos objetivos da regulação é criar as condições para que o governo possa dar amparo à população. "Toda e qualquer forma de dependência tem que ser combatida pelo Estado."

A primeira ação antecipada foi a portaria publicada no "Diário Oficial da União" (DOU) dessa terça, que estabeleceu a suspensão, a partir de outubro, das empresas de apostas que não pediram autorização para funcionamento no país. Essas empresas serão classificadas como ilegais e terão seus sites bloqueados. Quem solicitou autorização e está com seu processo em análise poderá continuar funcionando até sair o credenciamento.

Uma lista de sites autorizados a funcionar será divulgada pelo governo em outubro. A pasta espera concluir o processo de análise dos pedidos de certificação até dezembro. As empresas aprovadas terão que pagar a outorga fixa de R$ 30 milhões pelo direto à operação no Brasil.

Ao todo, a Fazenda recebeu 113 pedidos de autorização de 108 empresas para a exploração de apostas de quota fixa no país. Se todas atenderem as regras estabelecidas na regulamentação, a União poderá arrecadar até R$ 3,4 bilhões somente com o pagamento das outorgas.

Anielle defende presença das mulheres nos 'espaços de poder'

ROBSON ALVES/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Anielle Franco: "Para transformar a fotografia do poder, de fato, é necessário avançarmos para além dos discursos"

Mariana Assis
De Brasília

Em seu primeiro compromisso público após as denúncias de assédio sexual que derrubaram o ex-ministro dos Direitos Humanos, Silvio de Almeida, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, defendeu a presença das mulheres em "espaços de poder".

Anielle teria sido uma das vítimas do ex-ministro, em denúncias que vieram à tona pela organização Me Too Brasil (ver abaixo). A demissão de Almeida foi há 11 dias, na sexta-feira, 6.

"Que a gente siga lutando por um projeto político de país que a gente acredita, e nesse projeto político de país, que a gente possa ter mulheres à frente de espaços de poder e de decisão sendo protagonistas de suas histórias sem que nenhuma pessoa ache que possa tirá-la apenas por violentar", disse Anielle, no seminário "Mulheres na Liderança por um Brasil mais Seguro", do Ministério da Justiça.

"Para transformar a fotografia do poder, de fato, é necessário avançarmos para além dos discursos, precisamos seguir avançando com práticas e políticas que nos permitam não só acessar mas permanecer nesses espaços de decisão para que os nossos espaços de trabalho sejam verdadeiramente seguros e acolhedoras para que possamos exercer o nosso trabalho de forma plena", acrescentou Anielle.

Sem fazer qualquer menção direta aos últimos acontecimentos, a ministra disse: "Mesmo nas dificuldades nunca estamos sozinhas e nunca estaremos sozinhas porque se a gente passa o microfone para cada uma de vocês certamente a gente teria muitas histórias em comum", adicionou Anielle.

O evento contou ainda com a participação da presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, da ministra Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos), e ainda de mulheres do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e das diferentes instituições de segurança pública, das esferas municipal, estadual e federal.

A presidente do TSE afirmou, durante aula magna dentro do seminário, que o número de processos relacionados à fraude à cota de gênero é, percentualmente, o maior número de recursos resolvidos pelo tribunal.

"O número de processos que o TSE votou, entre novembro de 2022 até agora, só para ficar nas eleições de 2022 com fraude à cota de gênero, é o maior número de recursos que nós temos, percentualmente, resolvidos no TSE, ou seja, usa-se o nome de mulheres, ficção, a própria candidata não vota nela, ela cede o nome instada por alguém, um partido, para alguém do partido para que ofereçam o nome dela e parece no processo ela fazendo campanha para o irmão, para o marido, para outra pessoa, isso eu estou falando em 2024", afirmou Cármen.

A presidente do TSE ressaltou que o discurso de ódio, quando direcionado as mulheres, é "sexista, desmoralizante e visa atingir a família".

A ministra ainda disse que foi avisada por algumas prefeitas bem avaliadas que não irão se recandidatar nas eleições que acontecem em outubro. Segundo Cármen Lúcia, uma delas disse que a filha estava vivendo há um ano e meio com a avó em outra cidade porque não conseguiam ir às aulas devido às "coisas" que eram plantadas contra ela de cunho sexual. "Esta é outra violência contra a democracia", afirmou Cármen Lúcia.

Mendonça abre inquérito contra Silvio de Almeida

De Brasília

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu abrir um inquérito para investigar as acusações de assédio sexual apresentadas contra o ex-ministro Silvio de Almeida (Direitos Humanos). O caso foi enviado para a Polícia Federal (PF), que deverá dar início às diligências.

Na semana passada, a PF questionou se o caso deveria tramitar na Corte ou ser enviado à primeira instância, já que o investigado foi demitido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e, portanto, não contava mais com o chamado foro privilegiado.

Antes de determinar a abertura do inquérito, Mendonça ouviu a Procuradoria-Geral da República (PGR), que foi favorável à investigação.

As acusações contra Almeida foram inicialmente divulgadas pelo portal Metrópoles e confirmadas pela organização Me Too Brasil, que atua em defesa de mulheres vítimas de violência sexual. Uma das vítimas teria sido a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco.

A ministra, então, relatou ter sido assediada por Almeida aos ministros da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Carvalho, e da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias. Diante das alegações, Lula decidiu demiti-lo do cargo no dia 6 de setembro.

Na PF, o caso vai ser tocado pela Diretoria de Inteligência e uma delegada foi nomeada para conduzir as investigações. Uma das primeiras diligências será pedir mais informações sobre as denúncias à organização Me Too Brasil e começar a colher os depoimentos dos envolvidos. Medidas como a quebra de sigilo telefônico podem ser autorizadas.

Desde que o caso veio à tona, Almeida vem dizendo que é inocente. Procurada, a defesa do ex-ministro não se manifestou. *(IP)*

PGR apresenta denúncia contra três deputados do PL

De Brasília

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou denúncia, ao Supremo Tribunal Federal (STF), contra três deputados do PL por suspeita de corrupção relacionada aos recursos de emendas parlamentares. Os denunciados são Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Bosco Costa (PL-SE) e Pastor Gil (PL-MA).

O PL é o partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, que tinha com uma das bandeiras o combate à corrupção. A informação foi revelada pelo portal UOL e confirmada pelo **Valor**.

Ao todo, nove pessoas foram denunciadas. O caso envolve o envio de emendas para a Prefeitura de São José de Ribamar, no Maranhão. Entre os crimes citados estão corrupção passiva e organização criminosa. Todos já foram notificados para apresentar resposta às acusações.

A investigação começou em 2021, em meio às denúncias que envolviam o chamado "orçamento secreto". Esse mecanismo foi criado durante o governo Bolsonaro e se tornou uma espécie de moeda de troca entre o governo federal e o Congresso.

Posteriormente, o modelo foi declarado inconstitucional pelo Supremo. O principal problema é a à falta de transparência no repasse dos recursos das emendas de relator, porque não tinham critério definido para a distribuição ou destino do dinheiro, o que dificultava a fiscalização.

Em março de 2022, os três deputados foram alvos de uma operação da Polícia Federal (PF). Na época, houve buscas em endereços ligados aos parlamentares, mas não em seus gabinetes, por falta de autorização do STF.

Maranhãozinho também é suspeito em outros casos. Em um deles, ele foi flagrado em imagens gravadas pela PF carregando caixas com maços de dinheiro em seu escritório, em São Luís. A suspeita também envolvia o desvio de recursos de emendas que deveria ir para a área da saúde.

No STF, o caso corre sob sigilo e é relatado pelo ministro Cristiano Zanin, que foi indicado para a Corte pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Esta é a primeira denúncia contra parlamentares apresentada pela PGR sob o comando de Paulo Gonet. Recentemente, o órgão também entrou com uma ação no Supremo contra as chamadas "emenda Pix".

Procurados, os três deputados do PL afirmaram que não iriam se manifestar. *(IP)*

Ataque Israel é apontado como autor de ação contra membros do Hezbollah, que matou 9 e feriu 2,8 mil pessoas, incluindo civis

Explosões simultâneas de milhares de pagers abalam o Líbano

Agências internacionais

Milhares de pagers pertencentes a membros do grupo xiita libanês Hezbollah explodiram quase simultaneamente ontem no Líbano e na Síria, matando pelo menos nove pessoas e ferindo mais de 2,8 mil em uma aparente sabotagem dos sistemas de comunicação de baixa tecnologia que o grupo militante usava para escapar da espionagem de Israel. Como geralmente ocorre, os israelenses não confirmaram nem desmentiram terem sido responsáveis pelo ataque.

Entre os mortos está uma menina libanesa de 8 anos e, entre os feridos, inclui-se o embaixador do Irã em Beirute, Moqtaba Amani — ele não corre risco de morrer, disseram funcionários. As explosões ocorreram principalmente em várias áreas do Líbano, incluindo a capital Beirute, a cidade de Tiro, no sul, e a área ocidental de Hermel. Imagens circularam nas mídias sociais de explosões e pessoas com áreas próximas de bolsos, orelhas ou rostos ensanguentados. Segundo alguns relatos, os aparelhos enviaram alertas pouco antes das explosões — fazendo com que as vítimas os manuseassem.

A série de ataques coordenados causou forte impacto no sistema sanitário libanês e lotou hospitais. O Ministério da Saúde do Líbano emitiu um apelo urgente aos profissionais de saúde após o ataque, pedindo a eles não deixarem seus postos ou retornassem ao trabalho. As autoridades libanesas também pediram a todos que ficassem longe de seus dispositivos eletrônicos.

Um analista de inteligência israelense disse à agência Dow Jones que os pagers usados pelos membros do Hezbollah, são fabricados pela empresa Gold Apollo, de Taiwan. Eles funcionam com pilhas alcalinas AAA — similares às usadas em controles remotos de TV comuns. Muitos dos pagers afetados eram de uma nova remessa que o grupo recebeu nos últimos dias, disseram testemunhas.

Deepa Kundur, professora de engenharia elétrica e de computação na Universidade de Toronto, disse à agência Bloomberg acreditar que a explosão foi resultado de uma "implantação [de material] da cadeia de suprimentos". Ou seja, segundo ela, alguém poderia ter-se infiltrado na cadeia de suprimentos do pager para fabricar um componente crítico com uma carga explosiva embutida, sem que o fornecedor final soubesse.

BASSAM MASRI/AP

Libaneses na frente do Hospital da Universidade Americana, em Beirute, que recebeu vários feridos no ataque

Inicialmente, a emissora de TV Al-Manar — mantida pelo Hezbollah — mostrou imagens de pagers da Motorola, que supostamente seria a marca usada pelos ativistas do Hezbollah. A empresa deixou de fabricar os dispositivos em 2011 e não quis fazer declarações sobre o caso das explosões.

"Esses pagers foram detonados com alta tecnologia pelo inimigo israelense", disse o parlamentar do Hezbollah Ibrahim Mousawi à rede de TV do grupo.

Os agentes do Hezbollah usam dispositivos de baixa tecnologia, como pagers e walkie-talkies, para evitar interceptações de suas comunicações pela inteligência israelense. Segundo testemunhas, hospitais e profissionais de saúde do Líbano também faziam uso do dispositivo. Os pagers fizeram grande sucesso nos anos 90 e trocavam mensagens — de texto curto ou numérica — por meio de uma tela de LCD. O último serviço comercial de pagers em grande escala foi descontinuado em 2019, quando a Tokyo Telemessage, do Japão, encerrou suas atividades.

Em fevereiro deste ano — em meio ao envolvimento do grupo libanês na guerra que Israel mantém contra o grupo terrorista palestino Hamas —, o líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, ordenou a seus combatentes que abandonassem seus smartphones para evitar a interceptação de Israel. Muitos ativistas migraram para tecnologias mais antigas, como pagers, telefones fixos e mensageiros humanos. Isso não impediu, por exemplo, a localização e o assassinato do comandante sênior do Hezbollah, Fuad Shukr, em um ataque aéreo israelense em julho no sul de Beirute, reduto do grupo.

As explosões de ontem ocorreram depois de Israel ter denunciado que havia frustrado uma tentativa de assassinato pelo Hezbollah contra um ex-alto funcionário do sistema de segurança de Israel.

Matthew Levitt, diretor de um programa de contraterrorismo do Washington Institute, disse que "por qualquer definição, trata-se de um golpe de inteligência importante, que mostra o quanto Israel penetrou nos canais de segurança do Hezbollah". "Israel tenta enviar ao Hezbollah a mensagem de que pode controlar as coisas mesmo sem uma guerra em larga escala", disse ele.

O Hezbollah tem a destruição de Israel como um de seus objetivos e as hostilidade entre as duas partes aumentaram com a guerra na Faixa de Gaza e, depois, com o assassinato de Shukr em Beirute.

"A ação indica aos líderes do Hezbollah que Israel pode levar a guerra a qualquer lugar", disse a libanesa Randa Slim, diretora do programa de resolução de conflitos de outro centro de estudos de Washington, o Middle East Institute. "E afeta muito o moral. A guerra na fronteira não está mais na fronteira — com este ataque, ela se expandiu para suas casas e lojas ao redor do Líbano", disse.

Os EUA disseram não ter recebido nenhum aviso prévio nem ter detectado a iminência de nenhum ataque antes das explosões. "Posso dizer que os EUA não estavam de nenhuma maneira envolvidos nisso", disse o porta-voz do Departamento de Estado Matt Miller. "Os EUA não estavam cientes e, neste momento, estamos reunindo informações."

Miller se recusou a comentar sobre a autoria das explosões e acrescentou que era "muito cedo para dizer" como elas afetariam as negociações de cessar-fogo em Gaza. "Estamos sempre preocupados com qualquer tipo de evento que possa causar uma escalada ainda maior" na região, acrescentou.

O temor de que o ataque no Líbano possa acirrar as tensões geopolíticas levou o petróleo Brent — referência internacional — a subir 1,3% para US$ 73,70 por barril.

As explosões de dispositivos eletrônicos são parecidas com ações semelhantes atribuídas à inteligência israelense há vários, afirmou Ronen Solomon, analista de inteligência independente e estudioso das operações israelenses contra o Hezbollah e o Irã. "O que vemos agora no Líbano é um esforço de alguma força estruturada como o Mossad (serviço de inteligência de Israel", acrescentou.

"Se for uma violação física, na qual Israel tem acesso ao produtor dos dispositivos, será outra mensagem importante de sua força", disse Michael Horowitz, chefe de inteligência da Le Beck, uma consultoria de segurança.

Israel já usou telefones para assassinar inimigos

Mehul Srivastava
Financial Times, de Londres

Há décadas, espiões israelenses usam telefones — e seus sucessores tecnológicos — para rastrear, vigiar e até assassinar seus inimigos.

Em 1972, como parte de sua vingança pelo assassinato pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP) de 11 atletas israelenses na Olimpíada de Munique, agentes do Mossad trocaram a base de mármore do telefone usado por Mahmoud Hamshari, o representante da OLP na França, em seu apartamento em Paris.

Em 8 de dezembro, quando ele atendeu o telefone, uma equipe de Israel nas proximidades detonou remotamente os explosivos embalados dentro da réplica da base. Hamshari perdeu uma perna e morreu mais tarde.

Em 1996, a agência de segurança interna da Israel, a Shin Bet, conseguiu enganar Yahya Ayyash, um habilidoso fabricante de bombas do Hamas responsável pela morte de dezenas de israelenses, para ele aceitar uma ligação de seu pai em um celular Motorola Alpha levado para a Faixa de Gaza por um colaborador palestino.

Escondidos dentro do telefone estavam 50g de explosivos — o suficiente para matar qualquer um estivesse segurando o aparelho junto do ouvido. Os dois exemplos agora fazem parte das lendas da espionagem israelense.

Entre ex-oficiais de inteligência, os casos são considerados sucessos exemplares, nos quais os telefones cumpriram diversos propósitos cruciais: monitorar e vigiar o alvo antes do assassinato; identificar e confirmar a identidade do alvo durante o assassinato; e finalmente tornar possível o uso das pequenas cargas explosivas que mataram apenas Ayyash e Hamshari em cada um dos casos.

Quando milhares de pagers explodiram no Líbano ontem, a suspeita imediatamente se voltou para Israel, a única potência regional com uma rede de espiões capaz de conduzir um ataque sofisticado e coordenado como esse.

França, Itália e Espanha ocupam principais cargos na Comissão Europeia

Jorge Valero e John Ainger
Bloomberg

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, indicou para os principais cargos à frente das políticas industriais e econômicas países mais intervencionistas, prometendo impulsionar a competitividade atrasada da UE.

Ela propôs pastas abrangentes para a Itália e a Espanha, além de um novo papel de supervisão da política financeira e industrial para a França, em seu próximo mandato à frente do braço executivo da União Europeia (UE).

O anúncio dos novos comissários foi feito ontem em Estrasburgo. Teresa Ribera, ministra do Clima da Espanha, foi escolhida para ficar encarregada da poderosa pasta antitruste e supervisionar a transição para a energia limpa, enquanto o ministro das Relações Europeias da Itália, Raffaele Fitto, foi encarregado da política de coesão, que envolve a supervisão de um dos maiores fundos sob o orçamento da UE, quase € 400 bilhões, e o desenvolvimento regional.

A finlandesa Henna Virkkunen terá uma pasta que inclui a soberania tecnológica, a segurança e a democracia. Na segunda-feira, a França nomeou o ministro das Relações Exteriores Stephane Sejourne (que está de saída) como seu indicado para substituir o comissário do mercado interno da UE, Thierry Breton, que criticou a decisão de von der Leyen na segunda-feira em uma carta de demissão com um tom duro.

A função proposta para Sejourne — que lhe dará a supervisão do comércio, dos serviços financeiros e da economia — prepara a França para um papel central no debate cada vez mais urgente da UE sobre como aumentar sua competitividade. O bloco está sob pressão para responder aos crescentes desafios industriais da China e dos Estados Unidos, enquanto digere as conclusões de um novo relatório do ex-presidente do Banco Central Europeu (BCE) Mario Draghi.

"Todo o colegiado está comprometido com a competitividade", disse von der Leyen a jornalistas, dizendo estar implementando algumas das recomendações de Draghi. "Eliminamos as antigas barreiras rígidas."

Von der Leyen passou semanas ajustando um conjunto de demandas concorrentes de partidos políticos e dos 27 Estados-membros da UE, enquanto tentava formar uma lista de indicados e pastas que passassem pelo crivo dos governos e sobrevivessem ao escrutínio do Parlamento Europeu.

Quando von der Leyen nomeou seu primeiro conjunto de comissários em 2019, ela disse: "A questão do aquecimento global está no topo absoluto". Desta vez, ela observou que embora as mudanças climáticas sejam um tópico-chave, "a questão da segurança e da competitividade tem muito mais impacto na composição e no desejo das diretrizes políticas".

A lista de 26 comissários precisa ser aprovada pelo Parlamento Europeu depois de uma série de audiências de confirmação. Von der Leyen gostaria de ter a nova comissão em operação até 1º de novembro, mas esse prazo poderá ser adiado para dezembro.

Competição. Em uma comissão majoritariamente masculina, Ribera, vice-premiê da Espanha, terá um lugar de destaque, supervisionando a política de transição e competição. Ela será responsável por aplicar o pesado arsenal de regras antitruste do bloco contra algumas das maiores empresas do mundo. Isso inclui as investigações em andamento sobre o Google, Gucci, Red Bull e Apple, bem como as regras de fusões do bloco num momento de uma consolidação crescente nos setores de telecomunicações, tecnologia e aéreo.

Clima e energia. O ex-ministro das Finanças da Holanda Wokpe Hoekstra continuará supervisionando a política climática da UE, inclusive no âmbito diplomático, o que significa que provavelmente representará o bloco nas próximas negociações climáticas globais em Baku, no Azerbaijão.

O ministro do Clima da Dinamarca, Dan Jorgensen, será o próximo chefe de Energia da UE, supervisionando a transição do bloco para longe dos combustíveis fósseis. Sua maior prioridade será reduzir os altos custos da energia, que prejudicam a economia, e também reduzir a dependência dos combustíveis fósseis russos.

Defesa. Andrius Kubilius, duas vezes premiê da Lituânia por dois mantados, é o indicado para a pasta de Defesa. Ele é um aliado fervoroso da Ucrânia e a favor de usar todos os ativos russos congelados — e não só os lucros inesperados — para ajudar a Ucrânia. Também defendeu que os países europeus destinassem 0,25% de seus PIBs para ajudar militarmente a Ucrânia.

> "Todos estão comprometidos com a competitividade"
> *Ursula von der Leyen*

Com Kubilius na Defesa e a ex-premiê estoniana Kaja Kallas atuando como principal diplomata do bloco, o foco da política externa da UE claramente estará na guerra em seu flanco oriental.

Serviços Financeiros. Maria Luis Albuquerque, de Portugal, ficará responsável pelos serviços financeiros e por cooperativas de poupanças e investimentos. Foi ministra das Finanças em um governo de coalizão de centro-direita entre 2013 e 2015, quando Portugal concluiu a implementação de um programa de socorro financeiro fornecido pela UE e o Fundo Monetário Internacional.

Comércio. Maros Sefcovic, da Eslováquia, foi indicado para comandar a pasta do Comércio, com foco em política alfandegária e segurança econômica. Ele assumirá o cargo do vice-presidente Valdis Dombrovskis, que enfrentou um período duro devido às tensões com EUA e China.

A comissão não conseguiu concluir acordos históricos com países e regiões, incluindo o Mercosul, nem resolver definitivamente uma disputa com os EUA sobre tarifas sobre o aço e o alumínio. Dombrovskis agora ficará encarregado da política econômica e também da nova pasta para a simplificação das regras da UE.

Resiliência do consumidor mantém varejo firme nos EUA

Christopher Rugaber
Associated Press, de Washington

Os americanos gastaram um pouco mais no varejo no mês passado, proporcionando um pequeno impulso à economia, enquanto o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) avalia o grau de redução de sua taxa de juros principal.

As vendas no varejo subiram 0,1% de julho para agosto, após um aumento significativo no mês anterior, o maior em um ano e meio, informou ontem o Departamento de Comércio. Lojas online, de artigos esportivos e de jardinagem registraram vendas mais altas.

Os dados indicam que os consumidores ainda são capazes e estão dispostos a gastar mais, apesar do impacto cumulativo de três anos de inflação elevada e das taxas de juros mais altas implementadas para combater o aumento dos preços. Os salários médios, especialmente para americanos de baixa renda, também subiram acentuadamente desde a pandemia, o que permitiu que muitos continuassem gastando, mesmo com o aumento do custo de bens essenciais.

"Com o consumo ainda muito saudável, por enquanto, os temores de recessão parecem exagerados", disse Olivia Cross, economista da Capital Economics.

Indústria. Também ontem o Fed informou que a produção industrial dos EUA se recuperou em agosto de uma contração relacionada ao impacto do furacão Beryl em julho, com a retomada na produção de manufatura e mineração. O aumento de 0,8% na produção em fábricas, minas e serviços públicos veio na sequência de uma contração de 0,9% em julho. A retomada de agosto superou as estimativas dos analistas.

A produção de manufatura aumentou 0,9%. A taxa de utilização da capacidade nas fábricas, subiu de 76,6% para 77,2% em agosto.

Venezuela prende e acusa 4º americano de conspiração

Associated Press

O governo da Venezuela anunciou ontem a prisão de outro cidadão americano ligado a um suposto plano para desestabilizar o país. No fim de semana, o regime de Nicolás Maduro disse ter detido seis estrangeiros, em meio à tensão com os resultados considerados fraudulentos das eleições presidenciais de 28 de julho, questionados pela comunidade internacional pela falta de transparência.

O ministro do Interior Diosdado Cabello relatou à Assembleia Nacional os detalhes da acusação.

Cabello informou no sábado a prisão de 14 pessoas — incluindo dois espanhóis, três americanos e um checo — por um suposto plano para assassinar Maduro.

O quarto americano, não identificado por Cabello, foi detido "fotografando instalações elétricas, petrolíferas e militares".

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Restrição fiscal limita programa de estímulo a investimentos

Quase oito meses depois de ter sido anunciada, a depreciação acelerada dos investimentos em máquinas e equipamentos, prometida pelo programa Nova Indústria Brasil (NIB), teve a regulamentação divulgada na semana passada. A medida permite às empresas descontarem de tributos a serem pagos metade do valor gasto na aquisição de determinadas máquinas e equipamentos no primeiro ano, e a outra metade no segundo ano, antecipando o prazo médio desse benefício, que depende da vida útil do bem, mas gira em torno de 20 anos.

A regulamentação definiu os 23 setores favorecidos, relação que engloba de alimentos a têxteis, biocombustíveis, produtos químicos (exceto os já incluídos no Reiq), farmacêuticos, minerais não metálicos, metalurgia, equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos, construção de edifícios, além do item diversos, como guarda-chuvas e instrumentos musicais.

Espera-se agora uma corrida das empresas para se habilitarem junto à Receita a tempo da próxima declaração de imposto de renda. O Ministério de Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio (MDIC) poderá também exigir alguns requisitos como promover a indústria nacional e a sustentabilidade e possuir determinado conteúdo nacional.

Apesar de os investimentos medidos pela formação bruta de capital fixo não terem apresentado um número robusto no segundo trimestre, de 16,8% do Produto Interno Bruto (PIB), a expectativa com a regulamentação pode ter represado algumas iniciativas. O tempo entre a decisão de compra de um novo equipamento, sua entrega, instalação e início de produção no setor de máquinas, por exemplo, pode levar de quatro a seis meses.

O volume de recursos direcionado pelo Nova Indústria Brasil para a depreciação acelerada é bem modesto: são R$ 3,4 bilhões nesta primeira etapa, divididos em R$ 1,7 bilhão neste ano e mais R$ 1,7 bilhão em 2025. O governo conta em ampliar os valores na segunda etapa. Por mais que procure novas maneiras de gastar, a situação fiscal limita esse e muitos outros programas — ainda que nesse caso se trate apenas da antecipação de um benefício que o contribuinte já teria.

O próprio governo reconhece que, para atender a todo o setor produtivo, precisaria destinar R$ 28 bilhões para o programa. De toda forma, a expectativa é que a antecipação da depreciação promova a modernização do parque fabril brasileiro, que, segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de 2023, tem máquinas com 14 anos de uso em média, sendo que 38% delas estão perto da idade indicada pelo fabricante como fim do ciclo de vida ideal ou já a ultrapassaram.

Para a empresa beneficiada, a antecipação da depreciação resulta em um ganho de capital de giro, abrindo espaço para outros investimentos. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada apontam que a iniciativa tem potencial para alavancar investimentos de R$ 20 bilhões, com reflexos no aumento do PIB e na geração de empregos. A estimativa da Fiesp é de R$ 18 bilhões em novos investimentos, com renovação do parque industrial, melhoria de produtividade e crescimento da produção e da folha de empregados.

A depreciação acelerada é uma medida para baratear investimentos e modernizar as indústrias e poderia ser feita independentemente do pacote na qual foi inserida, o da Nova Indústria Brasil, embalada por uma nostalgia de um passado que, por sinal, não deu certo. A aura de política industrial, que encanta o PT, encontrou apoio na adoção de medidas protecionistas e de estímulo ao investimento em uma série de países. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), as indústrias dos EUA, da União Europeia, do Reino Unido e do Japão estão recebendo US$ 6,8 trilhões em políticas industriais. O volume modesto de R$ 300 bilhões em quatro anos da NIB reflete as restrições fiscais, supondo que o programa vai na direção correta, o que está longe de ser o caso.

Se a depreciação acelerada parece eficaz, outras medidas deixam a desejar. A NIB reforça a busca de conteúdo local, o que não favorece a competitividade da indústria nacional, e quer usar as compras de governo para estimular determinados setores, o que não mostrou bons resultados na malfadada Nova Matriz Econômica do governo Dilma. O exemplo mais marcante foi o das fracassadas encomendas de navios feitas pela Petrobras, que agora se repetirá com estaleiros em recuperação judicial.

A mesma estratégia corre o risco de ser usada como parte da política de incentivos ao setor nacional de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, disse que é gigantesco o poder de fogo dessa demanda, ao informar que as compras públicas de bens e serviços em TICs são estimadas em R$ 16 bilhões neste ano, indicando que devam ser voltadas à produção nacional. Esses são setores vitais para o futuro e podem estar condenados a uma nova época de atraso tecnológico se o governo seguir com ideias arcaicas sobre desenvolvimento.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Consumidores poderiam economizar R$ 35,8 bi ao ano se pudessem migrar para ambiente livre. Por **Pedro Rio**

Poucos consumidores de energia livres (ainda)

O mercado livre de energia no Brasil ultrapassou recentemente a marca de 50 mil consumidores, com um crescimento notável de 25% até julho de 2024 e de 46% nos últimos 12 meses. Esse avanço, impulsionado pela Portaria 50 de 2022, que abriu o mercado para mais de 200 mil empresas conectadas em média e alta tensão (Grupo A), é um marco importante. No entanto, apesar dessa conquista, o mercado livre de energia ainda está longe de alcançar seu verdadeiro potencial.

Com 26 anos de existência efetiva, o Ambiente Livre de Contratação (ACL) abrange apenas 0,4% dos mais de 90 milhões de consumidores brasileiros de energia elétrica, restringindo-se a grandes consumidores e excluindo residências e pequenos negócios plugados em baixa tensão (Grupo B). Essa adoção lenta contrasta fortemente com outras inovações que também democratizam o acesso, reduzem custos e modernizam serviços essenciais, como os bancos digitais ou neobanks.

Esses bancos são frutos da modernização do sistema financeiro brasileiro, a partir da promulgação da Lei 12.865, de 2013, que ampliou o escopo de atuação do Banco Central junto ao mercado. Desde o surgimento dos bancos digitais, em 2016, o Brasil já conta com 180 milhões de usuários ativos, cerca de 80% da população, segundo pesquisa de 2022 da consultoria global Sensor Tower — um crescimento impressionante em apenas seis anos. Em comparação, o mercado livre de energia permanece praticamente estagnado há quase 30 anos, confinado a 0,4% do seu potencial de consumidores.

Internacionalmente, o Brasil também fica para trás, mesmo tendo largado junto aos demais países na liberalização dos mercados de energia, na década de 1990. Portugal, por exemplo, abriu completamente seu mercado de energia em nove anos, de 1995 a 2004, precisando de mais oito anos para extinguir em definitivo o ambiente regulado de contratação. O Japão, que iniciou seu processo de abertura na década de 2000, já é um dos líderes mundiais em liberdade de consumo de energia. Em toda Europa, os consumidores são livres para escolher a sua energia.

No Brasil, a liberalização avançou lentamente através de portarias do Ministério de Minas e Energia (MME), emitidas em 2018, 2019 e 2022, reduzindo gradualmente os limites de carga para a adesão dos consumidores de média e alta tensão. Vale dizer que a Lei 9.074 de 1995 permitia a abertura total do mercado já em 2003, o que colocaria o Brasil, hoje, na 4ª posição do Ranking Global de Liberdade de Energia, da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), atrás apenas de Japão, Coreia do Sul e Alemanha. Porém, a abertura não veio e ocupamos apenas a 41ª posição entre 56 países, atrás de toda a Europa, El Salvador e Turquia e à frente dos sul-americanos.

A demora na liberalização impacta diretamente os consumidores brasileiros do mercado regulado, que pagam a conta de luz mais cara, inflada por subsídios, encargos e tributos, em uma comparação com 33 países da (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), segundo levantamento da Associação Brasileira

RICARDO BOTELHO/MME

de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Tudo isso em meio a um cenário de sobreoferta de energia elétrica no país. Se esses consumidores do Grupo B tivessem a opção de migrar para o ambiente livre, poderiam economizar R$ 35,8 bilhões por ano, com uma redução média de 19% na conta de luz, de acordo com a Abraceel.

Diante deste cenário, o MME promete apresentar neste semestre um projeto de lei ou medida provisória para reformular o setor elétrico, priorizando uma tarifa de energia mais justa e a liberdade de escolha para todos os consumidores — em entrevista recente, o ministro Alexandre Silveira, do MME, indicou uma possível liberalização do mercado de energia até 2030. As regras para essa abertura total estão em discussão, mas um dos maiores desafios é a falta de compreensão e confiança dos consumidores sobre o mercado livre de energia — como estamos constatando no atual movimento de empresas do Grupo A diante da possibilidade de migrar para o ambiente livre. O principal receio dos consumidores diz respeito à segurança do suprimento físico de energia elétrica e muitos não entendem as condições de contratação.

A experiência internacional mostra que a comunicação eficaz é crucial para o sucesso das migrações e do mercado livre de energia. Segundo relatório da Comissão Nacional de Mercados e Concorrência (CNMC), de 2015, a disponibilização de informações claras e acessíveis na Noruega foi determinante para que seus consumidores entendessem as vantagens e a segurança do ambiente livre. Por outro lado, na Espanha, onde a comunicação foi deficiente, três em cada quatro famílias desconheciam as diferenças entre a contratação livre e regulada, mesmo após anos de abertura do mercado, o que acabou por manter a opção de compra de energia no ambiente cativo.

O grau de conhecimento destas populações se refletiu sobretudo no switching rate ou "taxa de troca" — a ação do consumidor de trocar o seu fornecedor de energia em busca de melhores condições de preço ou atendimento. Relatório do Conselho dos Reguladores de Energia Europeus (CEER), de 2018, mostra que a Espanha alcançou uma taxa de troca de 10,5% enquanto a Noruega atingiu o marco de 21,4%, reforçando a relação direta entre consumidores conscientes e suas migrações no mercado de energia.

No Brasil, uma abertura exitosa do mercado livre de energia dependerá, portanto, de campanhas de engajamento que informem clara e diretamente sobre as condições de contratação e a segurança no fornecimento de energia. Não à toa, o PL 414, de 2021, que legisla sobre a portabilidade da conta de luz e moderniza o marco regulatório do setor elétrico para ampliar o mercado livre de energia — e que segue estacionado no Congresso Nacional —, contém uma cláusula específica para tornar a comunicação sobre o mercado livre uma política de governo.

A marca de 50 mil consumidores no ambiente livre merece ser celebrada, mas também serve de lembrete do quanto resta caminhar. A liberalização do mercado, iniciada há quase três décadas, enfrenta desafios que exigirão não apenas ações de governo e regulação, mas um esforço conjunto de comunicação, educação e conscientização que empodere verdadeiramente o consumidor na escolha da sua energia.

Pedro Rio é CEO da Clarke Energia.

O problema não é a política monetária

Márcio G. P. Garcia

O folclore político brasileiro é recheado de boas anedotas. Uma delas é a de um prefeito do interior que queria fazer uma obra inexequível. Ao fim de longa conversa, o engenheiro responsável teria dito: prefeito, a obra do jeito que o senhor quer contraria a lei da gravidade. Ao que o prefeito teria respondido: me diz o número dessa lei para eu revogar lá na Câmara.

A economia está muito longe da precisão da engenharia. Não obstante, há muito conhecimento teórico, embasado em evidência empírica, que coloca limites no que se pode conseguir. Mas é difícil convencer os políticos dos limites a obedecer.

Em instigante artigo (Alvíssaras, Estadão, 9/9/24), o ex-diretor do BC Luís Eduardo Assis, com propriedade, chama a atenção para o fato de que a combinação de política monetária contracionista (juro alto) com política fiscal expansionista (alto crescimento dos gastos públicos) é muito nociva. Tal combinação, que tem sido a regra nesses 30 anos desde o Plano Real, reduz o investimento e o crescimento, dificulta o combate à inflação e concentra a renda, dentre outros males. No entanto, conter o aumento persistente do gasto público, o calcanhar de Aquiles de nossa política econômica, tem provado ser uma tarefa hercúlea ao longo das últimas três décadas desde o Plano Real.

Após esse início auspicioso, entretanto, o articulista passa a sugerir inovações na política monetária das quais discordo. A primeira delas é que se deveria estabelecer um duplo mandato para o BC, o que "(...) formalizaria uma vida mais difícil para a autoridade monetária, hoje dispensada de enfrentar dilemas".

Inicialmente, há que se notar que o duplo mandato é uma exceção entre os bancos centrais. Por exemplo, o Banco Central Europeu e o Banco da Inglaterra não incluem o emprego como meta da política monetária. Claro que ambos tentam maximizar o emprego, mas tal objetivo é submetido à estabilidade de preços.

O principal exemplo de duplo mandato da autoridade monetária é o do Fed. Segundo a lei que rege o funcionamento da autoridade monetária dos EUA, o Federal Reserve Act, a política monetária deve ser conduzida de forma a promover efetivamente as metas de máximo emprego, preços estáveis e taxas moderadas de juros de longo prazo. São, portanto, três objetivos, embora o foco se dê nos dois primeiros, daí a expressão mandato duplo. Além desses objetivos, o Congresso dos EUA adicionou o objetivo de promover a estabilidade financeira. Ora, se os EUA têm duplo mandato, por que não introduzir tal inovação também na institucionalidade brasileira?

Esta é uma velha discussão, que ganhou força quando se discutiu a lei de autonomia do BC (Lei Complementar 179). Os objetivos de máximo emprego e estabilidade de preços, em geral, são complementares, pois, mantendo uma inflação baixa, se consegue estimular o investimento, o crescimento e o emprego. Em situações de taxa de inflação em alta, seja por excesso de demanda ou por restrições de oferta, o Fed não hesita em subir o juro e esfriar a economia, a fim de manter a inflação sob controle. A diminuição do emprego durante tais episódios é o preço que se paga para manter a inflação sob controle, garantindo o máximo emprego em longo prazo.

Ou seja, o entendimento do duplo mandato é que em situações em que a inflação supera a meta, seu combate toma precedência, no curto prazo, sobre a maximização do emprego. Agir de outra forma, exacerbaria a inflação, o que desestimularia o investimento, o crescimento e o emprego em longo prazo.

O exemplo mais eloquente de como o duplo mandato é cumprido nos EUA ocorreu na década de 70, quando a inflação chegou aos dois dígitos. Foi a enorme elevação de juros sob Paul Volcker no final dos anos 70 e início dos anos 80 que conseguiu domar a inflação nos EUA. O custo em termos de perda de produto e emprego no curto prazo foi muito elevado, mas Volcker é tido hoje como um exemplo de como bem conduzir a política monetária para evitar a perpetuação da alta inflação.

É importante ter em conta que, nos EUA, o duplo mandato é uma herança do passado que está submetido a um amplo entendimento institucional de como ele deve ser aplicado[1]. Totalmente diferente seria acrescentar tal mandato à legislação brasileira. Não seria surpreendente se diretores do BC viessem a ser processados, por subirem os juros para combater eventual aumento da inflação, alegando-se descumprimento do mandato de maximizar o emprego. Isto dificultaria enormemente o trabalho do BC. Em um país que se livrou da hiperinflação apenas há três décadas, seria muito nocivo pensar em modificar nosso arcabouço legal relativo à política monetária, o sistema de metas para a inflação.

Não há muito a inovar na sistemática de metas para a inflação; o problema é a política fiscal

Outra ideia aventada pelo articulista é passar a usar mais ativamente os depósitos compulsórios como forma de controlar o crédito e a demanda, supostamente diminuindo a necessidade de subir os juros. Manejar requisitos de depósitos compulsórios é uma das três formas clássicas de controle monetário. As outras duas são os juros e o redesconto.

Mas os depósitos compulsórios no Brasil já são dos maiores do mundo, o que dificulta aumentá-los para poder subir menos os juros. Ademais, o Brasil tem longa experiência no uso dos compulsórios, em geral, não muito bem-sucedida. Compulsórios são geralmente vistos como uma ferramenta cega, de calibração muito difícil.

Por fim, o articulista propõe que o BC opere também na curva de juros, e não só via taxa Selic, para supostamente aumentar a potência da política monetária. Também nesse caso, a experiência internacional mostra que o banco central tentar controlar taxas de juros de mais longo prazo não funciona. O último país que fazia isso era o Japão, sob condições de inflação e juros muito baixos, bem diferentes das que se vê por aqui. E, mesmo o Japão já abandonou tal política.

Antes do Japão, a Austrália já havia sido forçada a abandonar esse tipo de intervenção. Os juros de longo prazo obedecem sobretudo à percepção de riscos de longo prazo pelos investidores. O melhor caminho para reduzi-los, no Brasil, é o governo reduzir a incerteza fiscal.

Enfim, ao contrário do que sugere o final do artigo do ex-diretor do BC, não há muito o que inovar na condução da política monetária atual. O que é imprescindível é se concentrar na velha e boa ideia, muito bem exposta no início do artigo, de uma política fiscal sustentável. Isto aliviaria muito a pressão de demanda que força o BC a manter o juro alto para não deixar a inflação disparar, além de impedir o contínuo crescimento da dívida pública, ora em curso.

1. Ainda assim, Trump costuma atacar a independência do Fed por conta dos juros altos.

Márcio G. P. Garcia é professor titular, Departamento de Economia da PUC-Rio, pesquisador afiliado da MIT Sloan School of Management, pesquisador sênior do CNPq e Cientista Nosso Estado da Faperj. Escreve mensalmente neste espaço. (sites.google.com/view/mgpgarcia).

Relatório sobre competitividade apresenta "desafio existencial" à UE. Por **Martin Wolf**

Draghi quer salvar a Europa de si mesma

"Dentro do nosso mandato, o BCE está pronto para fazer o que for necessário para preservar o euro. E acreditem, será suficiente". Essas 22 palavras, ditas por Mario Draghi, como presidente do Banco Central Europeu em julho de 2012, acalmaram o pânico que então envolvia o euro. Na semana passada, o mesmo homem publicou 393 páginas sobre o "O Futuro da Competitividade Europeia".

Como presidente do BCE, Draghi enfrentou uma crise imediata com os instrumentos que possuía. Hoje, porém, ele está aconselhando políticos assustados, burocratas sobrecarregados e um público desiludido sobre por que e como fazer um grande esforço. O objetivo é, mais uma vez, salvar o projeto europeu que ele ama de um desafio que ele classifica como "existencial".

Nas palavras de seu relatório: "Se a Europa não conseguir se tornar mais produtiva, seremos forçados a escolher. Não poderemos nos tornar, ao mesmo tempo, líderes em novas tecnologias, um farol de responsabilidade climática e um jogador independente no cenário mundial. Não seremos capazes de financiar nosso modelo social. Teremos que reduzir algumas, se não todas, de nossas ambições". Em suma, a UE corre o risco de fracassar.

O mundo atual, observa o relatório, é particularmente inadequado para a UE. A era do comércio dinâmico e do multilateralismo está morrendo. O bloco perdeu seu fornecedor mais importante de energia barata, a Rússia. Acima de tudo, está entrando em uma era de conflito geopolítico, em que as dependências econômicas correm o risco de se transformar em vulnerabilidades.

Pior ainda, a UE está entrando nesse novo mundo com muitas fragilidades.

Segundo o relatório, "a renda real disponível [per capita] cresceu quase o dobro nos EUA em comparação com a UE desde 2000". Uma grande parte da razão para isto é que a UE ficou muito atrás dos EUA (e até mesmo da China) na revolução digital. Apenas quatro das 50 maiores empresas de tecnologia do mundo são europeias. Os preços da energia na UE são relativamente altos, especialmente em comparação com os dos EUA. As demografias da UE também são terríveis. Assim, "se a UE mantiver sua taxa média de crescimento da produtividade desde 2015, isso seria suficiente apenas para manter o PIB constante até 2050". Não menos importante, os europeus são incapazes de se proteger, como a guerra na Ucrânia demonstrou.

A era do comércio dinâmico e do multilateralismo está morrendo. A UE perdeu seu fornecedor mais importante de energia barata, a Rússia. Não menos importante, os europeus são incapazes de se proteger, como demonstrou a guerra na Ucrânia

A UE não pode mudar o mundo. Mas pode — e deve — mudar a si mesma para lidar com ele. O que fica mais claro neste relatório são os fios comuns que conectam essas várias debilidades. As mais importantes são a fragmentação, o excesso de regulamentação, a regulamentação inadequada, o gasto insuficiente e o conservadorismo excessivo. Desses, a fragmentação é a mais prejudicial.

Esses males surgem repetidamente no relatório. Ele observa que "a Europa está presa em uma estrutura industrial estática, com poucas novas empresas surgindo para acabar com indústrias existentes ou desenvolver novos motores de crescimento. De fato, não há nenhuma empresa da UE com uma capitalização de mercado superior a €100 bilhões que tenha sido criada do zero nos últimos 50 anos, enquanto todas as seis empresas dos EUA com uma avaliação superior a US$ 1 trilhão foram criadas nesse período". Assim, a lista dos três maiores investidores em pesquisa e inovação (P&I) tem sido dominada por empresas automotivas há 20 anos. A Europa corre o risco de se tornar um museu industrial.

Por quê? A fragmentação é a principal resposta. Assim, o mercado único não existe verdadeiramente, em termos de resultados ou insumos, especialmente capital. O setor universitário também é fragmentado, assim como o apoio público à P&I. A falta de escala e a aversão ao risco significam que as fontes de financiamento dos EUA são muito maiores do que as da UE. Como resultado, "muitos empreendedores europeus preferem buscar financiamento de capitalistas de risco dos EUA e expandir-se no mercado dos EUA".

O excesso de regulamentação também é um grande problema. Isso se deve em parte ao conservadorismo excessivo, mas também à tendência dos Estados-membros de acumularem suas próprias regulamentações além das da UE.

A fragmentação também afeta a política energética e de segurança. Um mercado de energia totalmente integrado, por exemplo, não existe. A UE também falhou em integrar suas indústrias de defesa ou sua compra de equipamentos militares. Isso aumenta os custos e reduz a eficiência. Tal fragmentação é insustentável, especialmente à medida que a credibilidade do compromisso de defesa dos EUA é posta em questão.

Inevitavelmente, atenção está sendo dada à abordagem medida e sofisticada de Draghi em relação a políticas comerciais e industriais mais intervencionistas. Uma justificativa é a preocupação com a segurança. Outra é que a UE está implementando uma política industrial de qualquer maneira, mas ela está fragmentada e os gastos são dominados pelos grandes países-membros. A última é que sabemos que, se feita corretamente, a política industrial pode melhorar tanto a concorrência quanto o bem-estar global. Quem agora pensa que criar a Airbus foi um erro? Foi, sem dúvida, um triunfo. A lição é que tais grandes intervenções devem ser feitas em conjunto, em larga escala e com objetivos claros. Criar um novo sistema de energia com carbono zero exigirá tudo isso. O mesmo se aplica à criação de um setor de defesa eficaz.

Infelizmente, as explicações para muitos dos problemas descritos por Draghi, notadamente a fragmentação e o conservadorismo, também são as razões pelas quais suas soluções radicais são improváveis de serem adotadas. Como ele observa, "políticas industriais bem-sucedidas hoje exigem estratégias que abranjam investimento, tributação, educação, acesso a financiamento, regulamentação, comércio e política externa, unidos por um objetivo estratégico acordado". Para que a UE consiga isso, serão necessárias reformas radicais.

O nacionalismo crescente de hoje tornará ainda mais difícil a implementação dessas reformas. Os europeus correm o risco de esquecer as lições de seu passado: apenas se agirem juntos poderão moldar seu futuro. Os britânicos esqueceram isso. Será que os outros podem se lembrar — e agir? ***(Tradução de Samara Leonel)***

Martin Wolf é o principal comentarista econômico do Financial Times.

Frase do dia

"Pode agravar de maneira assustadora o problema da seca, da estiagem, e até aumentar esses incêndios".

Da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sobre a pavimentação da BR-319, defendida pelo presidente Lula

Cartas de Leitores

Flávio Dino

Não é muita intromissão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, determinando execução de atividades (combate aos focos de incêndio) e ainda que os gastos com combate a incêndios não farão parte do arcabouço fiscal?

Diante da hipótese de o ministro ter o poder de determinar se o gasto entra ou não no arcabouço fiscal, seria mais fácil o ministro Fernando Haddad usar esse canal para cumprir a meta.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Guardas municipais

A incapacidade dos Estados e da União em apresentar propostas eficazes para o combate à violência revela um quadro alarmante: ao invés de implementar políticas preventivas e estruturantes, assistimos ao fenômeno do desvio da função das Guardas Municipais.

No contexto atual, o que deveria ser uma atuação preventiva e comunitária se transforma em um campo fértil para a intensificação da violência, uma vez que essas forças são armadas e muitas vezes alocadas de maneira inadequada.

Este desvirtuamento do papel das Guardas Municipais contribui para uma escalada de conflitos urbanos, perpetuando um ciclo de insegurança e ineficácia que perpetua a fragilidade das políticas de segurança pública.

É imperativo reverter essa tendência e buscar soluções que efetivamente promovam a paz e a ordem social.

Luciano de Oliveira e Silva
luciano.os@adv.oabsp.org.br

Reforma judicial mexicana

Embora a escolha de juízes pelo voto popular, à primeira vista, seja uma ideia democraticamente sedutora, o governo do México, de López Obrador e seu crônico Movimento Regeneração Nacional, denominação que já é uma petição de princípios, só a aprovou em reforma do Judiciário num momento em que tem ampla maioria popular (**Valor**, Especial, 16/9).

A significação é o controle do Poder Judiciário pelo Executivo. A insegurança jurídica não só provocará o retração dos investimentos das grandes empresas estrangeiras, como poderá afetar a interpretação e aplicação do direito concernente a todos os cidadãos, postos sob instabilidade.

A história demonstra que as escolhas populares não são necessariamente respeitosas do regime das liberdades públicas essenciais. Entendemos que a melhor escolha dos magistrados dos Tribunais, em especial das Cortes Superiores, seria sua indicação em listas tríplices aprovadas por Conselhos compostos de juristas, cientistas sociais, representantes das classes e populares, encaminhadas ao Chefe do Executivo para sua submissão à final resolução dos Parlamentos.

Amadeu Garrido de Paula
amadeugarridoadv@uol.com.br

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Urbanismo O professor e pesquisador Adriano Borges da Costa é o terceiro da série de entrevistas que trata dos desafios urbanos e soluções pensadas em ano eleitoral

‘Pagamos hoje o preço do desequilíbrio no adensamento’

Marli Olmos
De São Paulo

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Costa, do Insper: "No Itaim, a média de vida é 82 anos; em Anhanguera, 59; o CEP onde você nasce, cresce e mora define se você vai viver 23 anos mais ou menos"

Toda vez que alguém vê dois ou três novos edifícios em construção na rua onde antes só existia um — ou mesmo nenhum — é comum a pessoa lamentar, prevendo que a rotina dos moradores dali vai se complicar. Para o professor Adriano Borges da Costa, pesquisador do tema, a simples proliferação de prédios não cria densidade e qualidade de vida. Mas, ao mesmo tempo, diz, ninguém deve temer o adensamento de uma cidade, desde que bem feito. E isso só se consegue, segundo ele, quando há um equilíbrio entre levar mais pessoas para áreas com melhor infraestrutura e, ao mesmo tempo, mais infraestrutura nos bairros mais povoados.

Segundo Costa, ao longo de décadas criamos as chamadas cidades 3D — dispersas, desconectadas e desiguais. A partir do desenvolvimento, houve, na América Latina, uma expansão urbana periférica: famílias de migrantes foram para regiões sem nenhuma infraestrutura porque não encontravam lugar para morar na cidade.

"Pagamos hoje o preço do crescimento periférico, da construção irregular e da informalidade, com cidades desequilibradas em termos de acessos a oportunidades", diz. Isso, segundo ele, provoca de um lado, a existência de bairros com boa infraestrutura e pouca densidade enquanto em outros há muita gente e pouca infraestrutura. Reequilibrar capacidades e acomodar o crescimento populacional se torna um grande desafio para gestores urbanos.

Costa é professor do Insper e coordenador acadêmico do Centro de Estudos das Cidades/ Laboratório Arq.Futuro do Insper. Voltado à análise de dados e evidências, o Arq.Futuro busca criar um corpo de pesquisadores multidisciplinar por acreditar que o diálogo entre grupos distintos ajuda a criar cidades mais sustentáveis, justas e acessíveis. A ideia é envolver acadêmicos, gestores públicos, incorporadores e a sociedade civil.

O professor, que também é pesquisador pós-doutor em estudos urbanos pelo MIT e mestre e doutor em Administração Pública e Governo pela FGV, lembra que a Cidade do México e São Paulo estão entre as que mais cresceram no mundo, desde a década de 1940. Para ele, aos grandes desafios para acomodar o fluxo habitacional somaram-se políticas que "focaram na regulação do investimento apenas na área formal da cidade".

Como não há a opção de mandar pessoas para fora da cidade, diz, a saída é buscar o reequilíbrio por meio de políticas públicas. Isso inclui estimular um padrão construtivo que gera densidade habitacional e, paralelamente, um espaço público que facilita deslocamentos sustentáveis, com uso do transporte público, caminhada e bicicleta; um espaço que reconhece que as crianças têm seu lugar e os idosos, suas necessidades. "Nada disso é inconsistente com densidade", destaca.

Para ele, cidade eficiente é a que promove o encontro. Não só entre amigos e familiares, mas também o encontro de bons empregos, oportunidades de ensino, cultura e lazer. "As empresas vão até as cidades para encontrar clientes e trabalhadores", diz Costa, que também foi consultor de curto prazo para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial, Bloomberg Philanthropies e WRI.

"Quando nos limitamos aos espaços privados, como clubes e restaurantes, só encontramos pessoas parecidas com nós mesmos, da mesma classe social e 'background' cultural. A eficiência urbana, no entanto, acontece quando a cidade prioriza o espaço público e o encontro de pessoas diferentes", afirma.

> "Eficiência urbana ocorre quando a cidade prioriza o encontro de pessoas diferentes"

Mas os encontros em locais privados não estariam relacionados ao receio das pessoas em relação à segurança? O pesquisador concorda. E aponta, mais uma vez, o município de São Paulo e também cidades pequenas e médias do interior como áreas em que é clara a forma como as pessoas "se fecharam atrás de muros e grades".

"À medida que nos fechamos em enclaves murados o espaço público se torna menos seguro, perde atratividade. E quanto mais inseguro o espaço público fica, mais nos fechamos", afirma. "É papel do poder público quebrar esse ciclo, promovendo ambientes mais seguros, fazendo um bom trabalho no campo da segurança pública.

Cabe ao gestor público, afirma o professor, conter atividades ilícitas no meio urbano e, ao mesmo tempo, levar mais gente para o centro, convidando as pessoas a voltarem a usar as ruas. A lógica, diz, é: mais pessoas circulando nas ruas traz mais segurança, assim como ruas mais seguras atraem pedestres.

Um problema complexo como a segurança, afirma o professor, "não pode passar apenas pelo policiamento, mas também pelo emprego, educação e planejamento urbano". "As coisas estão muito relacionadas numa cidade".

Para Costa, o espaço público e a forma como as cidades se organizam impactam não só na segurança, mas também na educação, saúde e questões climáticas. "Crianças que nascem e crescem em bairros com mais acesso a serviços e oportunidades de encontros terão melhor desempenho escolar e oportunidades de trabalho no futuro".

Em relação à saúde, o professor diz que basta observar a diferença de expectativa de vida entre bairros de uma mesma cidade. Em São Paulo, a média no Itaim é de 82 anos enquanto no bairro Anhanguera, o extremo, alcança 59 anos. "O CEP onde você nasce, cresce e mora define se você vai viver 23 anos mais ou menos."

Já os danos da poluição nem sempre têm a ver com endereço, mas com deslocamento. Problemas respiratórios, lembra, aumentam à medida que a pessoa fica mais exposta a poluentes no trajeto até o trabalho.

Costa aponta o Plano Diretor de São Paulo como exemplo de ferramenta para promover o adensamento populacional porque permitiu maior potencial construtivo nas regiões com melhor infraestrutura de transporte público. "Isso se alinha à ideia de reequilibrar as capacidades urbanas".

Ele elogia, ainda, o incentivo a prédios com fachada ativa — com pavimento térreo destinado a comércio e outros serviços abertos à população. E, ainda, a decisão de limitar vagas de garagem para estimular o transporte público. Essas regras foram bem-sucedidas, destaca, à medida que provocaram aumento de moradias no entorno dos acessos ao transporte público.

Entretanto, para ele, a revisão do Plano Diretor paulistano, em 2023, poderia ter avançado mais, criando políticas habitacionais para levar famílias com menor renda para também morar nesse entorno. "Nessas áreas, o desenvolvimento imobiliário tem se voltado à alta renda, que, em geral, não usa transporte público".

O Insper fez um estudo sobre qual parâmetro gera maior densidade habitacional. "Descobrimos que verticalização não é sinônimo de adensamento", destaca.

O especialista recomenda evitar repetir um padrão que prevaleceu durante décadas em grandes centros urbanos: "Prédios super altos que ocupam uma área pequena do terreno, mas têm grandes jardins em volta, no próprio terreno".

Tais jardins e áreas de lazer, em geral, atendem aos moradores daquele local. "Mas, além da segregação, prédios assim são extremamente ineficientes para colocar mais gente no bairro e promover densidade populacional", destaca, ao apontar Moema, em São Paulo, como mau exemplo desse processo. "Moema é bem-servido e verticalizado. Mas falta gente lá."

"Ninguém precisa ter medo de densidade", destaca Costa. Isso acontece, diz, porque é natural imaginar que densidade vem acompanhada de congestionamento de veículos. "Mas aí estamos colocando a lupa no lugar errado. Na verdade, teríamos que pensar em como a densidade vai permitir um transporte público mais eficiente."

"Se minha rua tinha um prédio e agora tem 10 não há problema se vierem acompanhados de fachadas ativas, se a rua passar a ter uma padaria que não tinha, um restaurante bacana. É preciso ver se antes só carros passavam por lá e agora tem gente circulando, tem uma ciclovia, uma estação de metrô próxima. Se o adensamento vier acompanhado de mais atividade urbana isso pode significar mais segurança, mais oportunidades, poder fazer mais coisas a pé, ter mais encontros, mais amigos."

Especialista defende pedágio urbano

De São Paulo

Quem passa pelo Insper no horário do almoço, ou intervalos das aulas, pode achar curioso ver grupos de estudantes sentados em cadeiras de praia na esquina onde fica um dos dois edifícios do instituto, na Vila Olímpia, em São Paulo.

Ainda que pequeno, esse espaço de lazer improvisado, por onde passam os alunos que circulam entre um prédio e outro, seria um local aprazível não fossem os carros que passam no meio dos estudantes para acessar a pequena rua que separa os dois edifícios.

A direção do Insper tem solicitado que aquele quarteirão, da rua Cachoeirinha, seja interditado para veículos e o assunto já foi tema de audiência pública.

Além do congestionamento, chama a atenção a fila de veículos parados no lado direito da rua Cachoeirinha, apesar das placas que claramente advertem que é proibido estacionar ali.

A cena incomoda Adriano Borges da Costa, coordenador acadêmico do Centro de Estudos das Cidades/ Laboratório Arq.Futuro. Ele considera ineficiente para a mobilidade destinar "espaço tão grande" da cidade aos carros.

Historicamente, o uso do automóvel foi incentivado nos grandes centros urbanos brasileiros. Mas hoje, para Costa, "não há outra saída para uma cidade como São Paulo que não seja desincentivar o uso do carro e estimular meios mais eficientes de mobilidade".

"Hoje a média de passageiros por carro que circula em São Paulo e outras grandes capitais do Brasil gira em torno de 1,1 e 1,5. Ou seja, um carro que ocupa uma área grande, feito de uma tonelada de aparato tecnológico, move entre 80 e 120 quilos ou menos", afirma.

O professor defende a adoção do pedágio urbano, como fizeram cidades como Londres, Cingapura, Estocolmo e, mais recentemente, Nova York.

Para Costa, o carro tem seu espaço numa cidade. "Idosos, crianças e pessoas com deficiências dependem do carro. "Mas a esmagadora parte das viagens poderia ser feita em meios mais sustentáveis se o uso do carro fosse dificultado e a cidade oferecesse alternativas".

Costa aponta melhorias na mobilidade de grandes centros como São Paulo, na última década, com a ampliação de redes metroviárias e construção de ciclovias. Mas, para ele, falta, ainda, muito. Ele cita, como exemplo, incentivos para moradias próximas do local de trabalho, o que eliminaria as longas viagens. E também uma atenção maior ao pedestre. "Um terço dos deslocamentos em São Paulo é feito a pé", afirma.

É, no entanto, urgente, segundo Costa, acertar "o descompasso entre o custo do carro para o motorista e para a sociedade". "Além da questão da infraestrutura viária ineficiente, os carros provocam acidentes e emitem poluentes. São muitos os custos que toda a sociedade carrega pelo uso excessivo do carro. Isso precisa ser pago pelo usuário do automóvel", destaca. *(MO)*

Legislação Decisões do TRF-3 consideram ilegal publicação de relatórios de igualdade salarial E1

Fertilizantes
Eurochem avalia novas aquisições no Brasil, afirma Gustavo Horbach B10

Energia
Raízen vai vender usinas renováveis de pequeno porte e focar no cliente B2

Aviação
Aumento de capital privado na Azul deve ficar para abril ou maio B4

Tecnologia
TikTok tenta bloquear lei para manter sua operação nos EUA B7

Água Estado prevê realizar leilões até o início de 2026; 120 cidades já aderiram ao programa de universalização, mas adesão a blocos é voluntária

Após Sabesp, governo prepara concessões de saneamento em SP

SILVIA COSTANTI/VALOR

Natália Resende, secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística: "PPP de barragens deve sair em 2025"

Taís Hirata
De São Paulo

Após concluir a privatização da Sabesp, o governo de São Paulo planeja estruturar novas concessões regionais de água e esgoto no Estado, com os municípios que hoje não são atendidos pela companhia de saneamento. A meta é tirar os novos projetos do papel até o início de 2026, segundo Natália Resende, secretária estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.

Hoje, 120 municípios, com 4 milhões de habitantes, já aderiram ao programa estadual Universaliza SP, no qual as concessões estão sendo estruturadas.

Já há estudos para a composição dos blocos que serão licitados, mas a gestão vai aguardar as eleições municipais para fechar os arranjos junto aos novos prefeitos. "A ideia é deixar tudo pronto para, em janeiro, chamar os novos gestores e analisar a viabilidade dos lotes", afirma. Ainda não há cálculo oficial sobre os investimentos necessários nos projetos.

Em 2021, por obrigação do novo marco legal do saneamento, o Estado aprovou uma lei dividindo seus 645 municípios em quatro Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (URAEs). A primeira delas é a URAE das cidades atendidas pela Sabesp. Os demais municípios foram distribuídos em outros três blocos. Porém, na prática, estes ficaram apenas no papel, e nenhuma operação regionalizada foi implementada até hoje.

Segundo Resende, pode haver uma reconfiguração das três URAEs para a formação das concessões, mas não necessariamente será preciso mudar a lei. A depender dos blocos, será possível fazer "sub URAEs" via decreto. Outra alternativa seria fazer as concessões por meio de consórcios intermunicipais. Em todos os casos, porém, a adesão das cidades às concessões é voluntária, mesmo para aqueles que já entraram no Universaliza SP. O desafio, diz ela, é convencer cidades com operação superavitária a se unir a municípios deficitários.

> Há estudos para compor blocos que serão licitados, mas ideia é esperar o fim das eleições

"Para a modelagem dos blocos de municípios, estamos partindo das bacias hidrográficas, que é o que faz mais sentido em uma visão integrada dos recursos hídricos. E também usamos a premissa da viabilidade econômico-financeira da operação", afirma.

As concessões poderão ser plenas (financiadas apenas com tarifa) ou patrocinadas (com previsão de pagamentos do poder público para dar viabilidade à operação). Além disso, a ideia é replicar a mesma regulação adotada na privatização da Sabesp, em que a remuneração se dá pela base de ativos da empresa. "Para setores que precisam de muito investimento, esse modelo ajuda na execução", diz Resende.

Os novos leilões em São Paulo poderão ser uma oportunidade de expansão para a Sabesp, dado que há um potencial de sinergias muito elevado. Porém, a secretária afirma que isso dependerá da companhia ter encaminhado bem seu plano de investimentos nos municípios em que já opera.

Além das concessões de água e esgoto, o governo também prepara uma Parceria Público-Privada (PPP) voltada à segurança hídrica de 28 cidades localizadas nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, com investimento estimado de R$ 1 bilhão.

Antes da PPP, o governo já deverá iniciar a construção de duas barragens na região, Pedreira e Duas Pontes. A obra pública deverá ter início no fim de setembro e afetará diretamente 11 cidades: Americana, Pedreira, Jaguariúna, Holambra, Cosmópolis, Limeira, Artur Nogueira, Hortolândia, Monte Mor, Paulínia e Santa Bárbara D'Oeste.

A ideia é incluir a operação dessas duas barragens na PPP, juntamente com a construção de um novo sistema adutor, para distribuir a água no entorno, o que beneficiaria 28 cidades no total. Também entraria no contrato a operação de duas estações de tratamento de esgoto.

O plano do governo é abrir a consulta pública da PPP entre o fim deste ano e o início de 2025, para que o leilão seja realizado até o fim do ano que vem.

Para lidar com a forte seca deste ano, as ações de curtíssimo prazo incluem a abertura de poços artesianos e o desassoreamento de rios. Segundo Resende, foram desassoreados 225 cursos d'água no interior e deverá haver ações em outros 250. "Isso ajuda tanto na seca, para melhorar a captação, quanto nas enchentes."

A declaração de racionamento de água cabe ou ao concessionário ou ao município, mas ela afirma que o Estado mantém contato com prefeituras para apoiar com a Defesa Civil e com o envio de carros-pipa nos locais críticos.

Desmontagem de plataformas pode movimentar R$ 306 bi

Petróleo

Fábio Couto e Kariny Leal
Do Rio

A desmontagem de plataformas marítimas (offshore) e terrestres (onshore) de petróleo e gás, conhecida como descomissionamento, deve gerar um fluxo de investimentos no país da ordem de R$ 306 bilhões nos próximos 30 anos, conforme estudo da Aurum Tank. A desativação das unidades envolve remoção de instalações, destinação adequada de materiais, resíduos e rejeitos, recuperação ambiental da área e preservação de condições de segurança de navegação local para que se retorne às condições ambientais anteriores à produção. Apesar dos valores bilionários, o desmantelamento das estruturas esbarra em desafios ambientais e tributários.

O descomissionamento é obrigatório, previsto nos contratos de concessão firmados com as petroleiras, uma vez que termina a vida útil dos campos de produção. A medida pode envolver a reutilização ou reciclagem dos materiais em outras indústrias, como sucata.

A plataforma da Petrobras P-32 será a primeira a ser desmontada no Brasil. A Shell realizou descomissionamento de uma unidade que operava na Bacia de Campos, o FPSO Fluminense, mas o ativo foi enviado para desmontagem no exterior. "Creio que essa é uma avenida que o Brasil, como indústria, deveria investigar. Há oportunidade para que estaleiros se capacitem, desenvolvam tecnologia e se preparem para essa oportunidade que está vindo, em vez de deixar esse navio sair do país", disse o presidente da Shell Brasil, Cristiano Pinto da Costa.

LEO PINHEIRO/VALOR

Petrobras iniciou plano de desmontar 23 plataformas nos próximos cinco anos

A Petrobras iniciou o plano de desmontar 23 plataformas nos próximos cinco anos. As duas primeiras unidades foram arrematadas pela Gerdau em licitação: a P-32 e a P-33. A Ocyan venceu outro certame, da retirada dos dutos, tubulações e equipamentos submarinos, por R$ 900 milhões. A P-32 está no Estaleiro Rio Grande, da Ecovix, no Rio Grande do Sul, e a P-33 está no Porto do Açu, no Rio, para serviços prévios, antes de seguir para desmontagem, também no estaleiro Rio Grande.

Para a Petrobras, o descomissionamento está em processo de aprimoramento para incorporar lições aprendidas e melhores práticas da indústria. "Muitos aprendizados, tanto para a Petrobras, quanto para o mercado nacional, estão sendo extraídos desse processo", avalia, em nota.

Segundo levantamento da Aurum Tank, o total de investimento considera 240 plataformas instaladas no país, incluindo as que ainda serão construídas e entrarão em operação nos próximos anos. O movimento deve ser em duas fases: a primeira, principalmente, com unidades das bacias de Campos e Sergipe-Alagoas e a segunda com plataformas do pré-sal de Santos.

A primeira onda envolverá investimentos de R$ 115,1 bilhões até 2036, e a segunda, de R$ 191 bilhões, segundo a consultoria de José Mauro Coelho, ex-presidente da Petrobras e ex-secretário de petróleo e gás do Ministério de Minas e Energia (MME), e de Guilherme Mercês, ex-economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio, Serviços e Turismo (CNC) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Entre 2037 e 2040, projeta-se o maior volume de investimentos, com R$ 69,7 bilhões voltados para desmontar 23 unidades, sendo 17 na Bacia de Campos e o restante na de Santos. O valor pode aumentar, considerando os investimentos em novas fronteiras petrolíferas, como a Bacia de Pelotas e a Margem Equatorial.

O licenciamento de empresas que fazem o desmantelamento das embarcações é de competência dos órgãos estaduais de meio ambiente, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

As petroleiras fazem provisões e apresentam garantias à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para assegurar recursos para a desmontagem das instalações. É o chamado custo do abandono ("abex"), que se alinha às despesas de investimento ("capex") e de operação ("opex"). "O negócio de um operador é produzir petróleo, mas não fazer o abandono do campo. Mas é obrigação fazer ou contratar alguém que faça o abandono", disse Coelho.

Há alguns desafios para que esse mercado se consolide no país. Um deles é tributário, pois as plataformas, em geral, são enquadradas no regime tributário especial denominado Repetro, que permite incentivos à exportação das que foram produzidas no Brasil. O regime admite importação temporária de plataformas e equipamentos, com suspensão dos tributos aduaneiros. No caso do descomissionamento, ainda não está claro se a atividade está enquadrada.

Jeniffer Pires, sócia do Kincaid Mendes Vianna Advogados, diz que falta um regime aduaneiro que preveja regras de desmantelamento de plataformas. "A norma brasileira não atende à atividade de reciclagem de embarcações. O ideal é que a indústria não perca a oportunidade de fazer descomissionamento no Brasil."

A especialista na área de petróleo afirma que a falta de legislação adequada pode levar as companhias do setor a deixarem de trazer um incremento ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, caso a atividade não seja regulamentada. "Tanto os órgãos ambientais quanto a Receita Federal não estão abertos para essa oportunidade de modernizar um setor importante como a indústria naval. O Brasil tem a chance de se tornar um polo, como alguns países asiáticos são. Se nada for feito, as empresas devem escolher fazer o desmantelamento de plataforma em outros países."

A primeira plataforma a ser desmontada no Brasil, a P-32, enfrenta um impasse por conta dos resíduos de água oleosa encontrados na desmontagem. Segundo a Petrobras, a plataforma pertence agora à Gerdau, com quem está tratando sobre as providências. "Quando a unidade chegou no estaleiro para iniciar as atividades de desmonte, constatou-se um desalinhamento entre a expectativa da Gerdau e a real condição de limpeza da plataforma", disse a estatal.

Procurada, a Gerdau diz que tem tomado providências, respeitando limites legais, ambientais e de saúde dos colaboradores. A empresa reforçou o ganho ambiental do uso da sucata metálica como matéria-prima na produção de aço.

INÊS 249

Beleza Conglomerado francês foca no segmento de cabelo e pele no país e quer fortalecer venda digital

Para L'Oréal, Brasil é 'laboratório a céu aberto'

Helena Benfica
De São Paulo

O conglomerado de beleza francês L'Oréal tem a meta de duplicar o faturamento das operações brasileiras até 2027. Para isso, o grupo tem como prioridade crescer de forma orgânica nos segmentos de cabelo e pele, além de fortalecer as vendas digitais, que já representam 20% do faturamento no país.

Ao mesmo tempo, o avanço no mercado por meio de fusões e aquisições continua no radar da companhia. Das 37 marcas do grupo, só três são originais: L'Oréal Profissional, L'Oréal Paris e Kerastase. Todo o restante foi por M&A.

Em abril do ano passado, a companhia assinou um acordo com a Natura&Co para aquisição da marca australiana de luxo Aesop. A transação foi avaliada em US$ 2,53 bilhões, uma das maiores da história do grupo francês.

Mais recentemente, em agosto, o grupo comprou uma participação de 10% na empresa suíça de cuidados com a pele Galderma, avaliada em US$ 1,85 bilhão, aumentando sua exposição ao mercado de injeções estéticas.

"Sabemos quais são as marcas que poderiam ser interessantes para o nosso portfólio e estamos sempre abertos a novas aquisições", disse Marcelo Zimet, primeiro brasileiro a presidir a L'Oréal no Brasil, ao **Valor**. No momento, a prioridade da companhia é crescer organicamente no país, explorando seu grande potencial de consumo.

De acordo com a Euromonitor Internacional, o Brasil é o terceiro maior mercado de beleza e cuidados pessoais do mundo, atrás dos Estados Unidos e China. A indústria no país cresceu 12,7% no último ano, contra 9,3% em nível mundial. Em 2023, o faturamento do setor totalizou R$ 156 bilhões.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Zimet, presidente da L'Oréal: "Prioridade é crescimento orgânico no Brasil"

"O crescimento de dois dígitos para a beleza e cuidados pessoais no Brasil em 2023 reflete um ambiente macroeconômico mais favorável", avalia Mariana Teixeira, consultora da Euromonitor. Além disso, as questões climáticas também têm influenciado no consumo dos brasileiros.

Segundo Teixeira, a proteção solar se destacou no ano passado, com crescimento acelerado de dois dígitos, uma vez que o aumento das temperaturas elevou a conscientização sobre os riscos da exposição ao sol. Os produtos de higiene, especialmente para banho, cuidados com os cabelos e desodorantes, também são impulsionados pelo aumento das temperaturas.

As redes sociais também assumem um papel cada vez mais relevante para o segmento, com publicações de influenciadores que podem fazer determinado produto viralizar da noite para o dia.

Além do potencial de consumo, a exigência da consumidora brasileira e a diversidade são atributos que diferenciam o Brasil do restante do mundo. Isso faz com que o país seja um verdadeiro "laboratório a céu aberto" para o lançamento de novos produtos, disse Zimet.

"O desenvolvimento de produtos no Brasil é como se fosse um grande teste para ver realmente a eficiência de fórmulas, porque, se funciona aqui, a probabilidade de que funcione fora é muito grande", afirmou.

No primeiro semestre deste ano, o grupo registrou lucro de € 3,74 bilhões, alta de 3,5% em relação ao mesmo período de 2023.

Na América Latina, a receita foi de € 867,6 milhões, aumento de 13,3% em relação ao segundo trimestre do ano passado, com crescimento em todas as divisões de negócio, segundo a empresa.

No Brasil, o destaque ficou por conta da linha de cuidados para cabelos Elsève, que se tornou a marca com maior receita no país.

Questionado sobre o impacto do cenário econômico no consumo, Zimet disse que o segmento de beleza avança a despeito de crises. "Nos últimos 20 anos, o mercado cresce a uma tendência de 5% a 6% globalmente, e no Brasil não é diferente", afirmou o executivo. Segundo ele, o consumidor não deixa de comprar, mas se torna cada vez mais exigente com a qualidade do produto para fazer o seu dinheiro valer.

A especialista da Euromonitor complementa essa visão, ao afirmar que "a eficácia dos produtos está se tornando cada vez mais importante" para o público, que tem buscado por evidências científicas e resultados que comprovem o efeito que os produtos prometem.

Outra frente de crescimento importante para a companhia no país são as vendas digitais. Segundo Zimet, esse canal já representa mais de 23% do faturamento global da L'Oréal. "No Brasil, devemos fechar este ano com quase 20% das vendas provenientes do e-commerce", afirmou.

Uma das estratégias utilizadas para impulsionar o digital foi a formação de parcerias com marketplaces. Isso inclui tanto plataformas especializadas, como Beleza na Web, pertencente ao concorrente Boticário, e Época Cosméticos, do Magazine Luiza, quanto marketplaces mais generalistas, como Mercado Livre e Amazon.

R$ 156 bilhões foi a receita do setor em 2023

No que diz respeito à capacidade produtiva, Zimet contou que não há um grande projeto de ampliação da fábrica ou dos centros de distribuição, mas existe uma expansão contínua que acompanha a performance da companhia, que cresce duplo dígito anualmente. Atualmente, 95% do volume que é vendido no Brasil é produzido na fábrica na rodovia Anhanguera, na Grande São Paulo.

A entrevista com Zimet aconteceu na quinta-feira passada (12), no evento da L'Oréal Paris, em São Paulo, que reuniu mulheres para falar sobre diversidade e beleza.

Estiveram presentes Taís Araújo, embaixadora da marca há 15 anos, Zezé Motta, Daiane dos Santos, Larissa Manoela, Nath Finanças, entre outras personalidades, famosas ou não.

Segundo Zimet, o evento simboliza o entendimento da empresa de que, para ser capaz de se conectar com as diferentes brasileiras e assim atender suas necessidades, era imprescindível ter a diversidade como premissa do negócio.

Isso resultou em um movimento para aumentar a representatividade de diferentes grupos na estrutura interna da companhia. Segundo Zimet, 55% das lideranças da L'Oréal são mulheres, das quais 40% negras. No comitê executivo, as mulheres representam pelo menos metade, mas apenas 20% são negras.

Raízen vai vender usinas renováveis menores

Energia

Robson Rodrigues
De São Paulo

A Raízen Power, divisão da Raízen voltada a serviços de energia renovável, decidiu que vai vender todas as usinas de geração distribuída (de menor porte) para focar apenas no serviço a clientes e captação de novos consumidores. A empresa não está deixando o segmento, mas pretende oferecer a possibilidade de contratar energia renovável através do portfólio de parceiros que operam as usinas.

Atualmente, a companhia opera 87 usinas de pequeno porte nas fontes solar, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e biogás, distribuídas em 14 Estados, com uma capacidade total de 177 megawatts (MW), gerando 48 gigawatts-hora (GWh) por mês.

A empresa já iniciou o plano de desinvestimento, quando anunciou em abril a venda de 31 usinas solares para a Élis Energia, empresa controlada pelo fundo do Pátria Investimentos, por R$ 700 milhões. Os recursos serão recebidos à medida que os projetos forem desenvolvidos e construídos pela Raízen, e transferidos até dezembro de 2025.

Ao **Valor**, o CEO da empresa, Frederico Saliba, afirma que a geração distribuída é chave para aumentar sua base de clientes e ter contato com este consumidor. "A operação deve ficar com empresas cujo foco de atividade é a propriedade de ativos. O foco da Raízen é aumentar a base de clientes em todos os nossos segmentos de atuação, que inclui geração distribuída", diz.

Conforme o execeutivo, a geração distribuída é uma forma de acesso para prestação de serviços de energia renovável. Os fornecedores dessa energia são também os parceiros que já adquiriram e continuarão comprando as usinas da Raízen.

Hoje, o setor de geração distribuída está passando por um momento de consolidação, com alguns grupos se destacando na compra de ativos, como Pátria, Brasol e Brookfield, enquanto outros possuem ativos e arrendam suas usinas para parceiros, como na parceria entre Santander e RZK. Além disso, companhias mais focadas nos consumidores finais, como Matrix e Raízen Power, têm ganhado espaço.

> "Foco da empresa é aumentar a base de clientes em todos os segmentos"
> *Frederico Saliba*

Saliba afirma que ainda não há um prazo definido para a conclusão do processo de desinvestimento, que ocorrerá conforme surgirem oportunidades. Em junho de 2023, a empresa contava com 30 mil clientes conectados ao portfólio Raízen Power, que oferece uma gama de serviços integrados de energia, sem a necessidade de múltiplos fornecedores ("one-stop-shop", na tradução para o inglês). Atualmente, esse número já ultrapassa os 110 mil clientes.

No último ano-safra (de abril de 2023 a março de 2024), a Raízen Power negociou cerca de 3 GW médios no mercado livre, dobrou sua atuação em geração distribuída para 67 plantas e realizou mais de 120 mil recargas de veículos elétricos através da rede Shell Recharge.

Em teleconferência sobre os resultados do trimestre, o presidente da Raízen, Ricardo Mussa, já dava sinais deste movimento, quanto disse que que a companhia "não é apaixonada por geração de energia elétrica", mas, sim, em levar as melhores opções aos seus clientes. Mussa disse ainda que a estratégia de reciclagem do portfólio é para continuar investindo.

Curta

Mudança na Tigre

O grupo Tigre nomeou Luis Felipe Dau como seu novo diretor-presidente. Ele substituiu Otto von Sothen, que deixará a fabricante de tubos para construção após 11 anos no cargo, a partir de outubro. Dau vem da Whirlpool, onde nos últimos quatro anos atuava como vice-presidente global de qualidade. O engenheiro também tem passagens por Embraco, McKinsey & Company e Ambev. "A chegada do Dau à presidência da Tigre coincide com a conclusão de um ciclo vitorioso do Otto von Sothen a frente da nossa empresa", diz Felipe Hansen, presidente do conselho da Tigre, em nota. No segundo trimestre, a Tigre teve lucro de R$ 9,3 milhões, queda de 79% na comparação anual. As receitas caíram 11%, a R$ 1,14 bilhão. A companhia é controlada pelo Grupo CRH.

O Brasil em chamas: além do chamado à ação

Gestão

Carlo Pereira

O Brasil está em chamas, literalmente. As queimadas que assolam o país, combinadas com uma seca histórica, não são apenas manchetes alarmantes, mas uma realidade que afeta diretamente nossos negócios, nossa economia e, mais importante, nosso futuro como nação.

Caros colegas líderes empresariais, com 159.411 focos de incêndio até setembro de 2024, estamos inundados por uma enxurrada de artigos e discursos clamando por ação. Novas iniciativas e manifestos surgem diariamente. Mas sejamos honestos: não é de mais chamados à ação que precisamos.

As leis já existem. Os frameworks estão estabelecidos. Pactos e coletivos foram formados. O que realmente falta não são mais palavras ou mesmo mais ações isoladas. O que falta é coerência, consistência e um plano de longo prazo verdadeiramente assertivo.

É hora de pararmos de mirar no lugar errado. Ação, na verdade, pode estar até sobrando, mas frequentemente descoordenada e sem foco estratégico. O que precisamos agora é de engajamento inteligente no que já existe e funciona, para acelerar e dar escala às soluções comprovadas.

Proponho uma mudança de perspectiva:

1. Coerência: alinhemos nossas ações com os compromissos já assumidos. Chega de discursos vazios; é hora de praticar o que pregamos.

2. Consistência: comprometamo-nos com estratégias de longo prazo, não apenas com iniciativas de curto prazo que geram manchetes, mas pouco impacto duradouro.

3. Assertividade: foquemos nossos recursos nas ações que demonstraram resultados concretos. Não precisamos reinventar a roda, precisamos fazê-la girar mais rápido.

4. Planejamento de longo prazo: pensemos além dos ciclos de negócios imediatos. Como nossas decisões de hoje moldarão o Brasil de 2050?

5. Escala: identifiquemos as iniciativas que funcionam e trabalhemos coletivamente para ampliá-las. O impacto vem da escala, não da multiplicidade de projetos isolados.

A tecnologia necessária já existe. O verdadeiro desafio está na execução e na alocação eficiente de recursos. Muitos fundos estão capitalizados, mas precisamos garantir que o dinheiro chegue aos projetos certos, especialmente aqueles em estágio inicial e em regiões críticas.

Vamos focar nossa energia e recursos no que já sabemos que funciona. Vamos ampliar, acelerar e dar escala às iniciativas existentes que provaram seu valor.

As chamas que vemos hoje não são um chamado para mais debates ou novas promessas. São um ultimato para agirmos com coerência, consistência e visão de longo prazo. Não podemos nos dar ao luxo de dispersar esforços enquanto o Brasil queima.

O desafio está posto. Não precisamos de mais líderes dispostos a fazer declarações grandiosas, precisamos de líderes prontos para se engajar de forma consistente e estratégica nas soluções que já temos.

O futuro do Brasil não será determinado por novos manifestos ou iniciativas isoladas, mas por nossa capacidade de trabalhar coletivamente em estratégias coerentes e de longo prazo. É hora de transformar todo o conhecimento acumulado, todos os pactos assinados e todas as leis aprovadas em uma ação coordenada e impactante.

Quem está disposto a ir além da retórica e se comprometer com uma estratégia verdadeiramente coerente e de longo prazo para um Brasil sustentável?

Carlo Pereira é CEO do Pacto Global da ONU - Rede Brasil
E-mail
coluna.carlo@pactoglobal.org.br

Aviação Oferta privada, se avançar, não virá antes de maio e só depois de recurso de fundo; ação dispara

Na Azul, as etapas para tentar sair da crise

Adriana Mattos
De São Paulo

Um aumento de capital privado da Azul, se acontecer, pode avançar caso sejam resolvidas a questão com os arrendadores das aeronaves, a negociação de um novo “funding” para as aéreas e, em seguida, o acordo com os “bondholders”.

A expectativa da aérea é que essas questões se destravem nesta ordem, de forma que uma eventual oferta privada possa ocorrer posteriormente, entre o primeiro e o segundo trimestre de 2025, diz uma fonte que acompanha o tema.

“Neste cenário, se uma oferta privada avançar, ela não ficaria de pé antes de abril ou maio de 2025”, diz esta fonte.

Nesse passo a passo, há diversas pré-condições para que a empresa saia da situação crítica atual, mas há um conjunto de aspectos positivos que, conjugados, tornam o cenário hoje mais animador do que o de semanas atrás, na visão do Citi, banco que assessora a empresa nesse processo, apurou o **Valor**.

Há um entendimento de que, com o Fed, o Banco Central dos EUA, cortando a taxa de juros e o BC no Brasil elevando as taxas, o dólar vai perder força, e essa desvalorização da moeda poderá abrir um cenário de redução do endividamento da Azul.

“Eles, obviamente, não fazem ‘trade’ de ‘hedge’ de petróleo e receita com base nisso, mas há no ‘management’ uma confiança maior na depreciação do dólar do que se tinha antes”, diz a fonte.

No cálculo de uma segunda pessoa a par do assunto, se o câmbio se valorizar 10%, a dívida da Azul cairia, com base nos valores atuais, para R$ 21,6 bilhões, grosso modo, e geraria um “equity value” da empresa de R$ 2,4 bilhões.

A partir daí, se os acordos forem sendo mesmo destravados, e uma valorização da Azul avançar na B3, isso abriria espaço para a ação ir a um patamar na faixa de R$ 18 a R$ 20, calcula um assessor com conhecimento do tema. Nesse nível de preço, uma oferta privada tem mais chances de evoluir, mas é algo que também dependeria de um investidor âncora para a oferta. Hoje, a ação está em R$ 6,27.

Procurada, a Azul preferiu não se manifestar, assim como o Citi.

Nesse cenário dos últimos dias, uma percepção mais favorável já estaria contaminando os mercados para a alta do papel na B3 desde o início da semana. Continua fora da mesa a hipótese de a companhia recorrer ao “Chapter 11”, que permite a reestruturação de uma empresa sob as leis de falência americanas.

Desde o pregão da sexta-feira (13), quando começaram a circular informações de avanço no acordo com arrendadores, a ação já subiu 55%, mas no ano ainda cai 57%. Ontem, o papel subiu 13,85%.

A agência “Reuters” informou na sexta-feira que a empresa está discutindo com arrendadores para uma potencial troca de dívida por participação societária na empresa. Depois disso, no domingo, a Azul confirmou a informação.

Na noite de ontem, em resposta a um ofício da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Azul disse que as negociações continuam ativas, sem documento vinculante até o momento.

Dentro do passo a passo desenhado, em relação ao “funding” do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a Azul defendeu, em reunião com o ministro Fernando Haddad na segunda-feira (16), que fosse acelerada a definição das regras para o uso dos recursos do FNAC como crédito para aéreas endividadas. É preciso definir ainda taxas de juros e prazos. Até o momento, o FNAC era limitado a investimentos em infraestrutura.

A ideia da Fazenda era de que as alterações no FNAC só ficassem prontas no começo de 2025, quando as linhas poderiam seriam liberadas, o que atrasaria uma reestruturação mais rápida da empresa. Depois dessa reunião com a Azul, apurou o **Valor**, a Fazenda acenou que poderia avançar na definição das regras de uso do fundo, com caixa disponível de R$ 5 bilhões, até o fim de novembro.

A difícil situação que a Azul enfrenta hoje tem relação com o aumento de sua alavancagem financeira, após a valorização do dólar que pressionou suas dívidas, as maiores despesas com combustíveis, além de atrasos recentes nas entregas de aeronaves. O prejuízo líquido atingiu R$ 3,8 bilhões de abril a junho, frente a um lucro de R$ 23,9 milhões um ano antes.

Desde o ano passado, a empresa discute formas de otimizar a sua estrutura de capital, reduzindo o peso da dívida nos resultados, e isso chegou a avançar, mas neste ano, o grupo passou a analisar outras formas de captação adicional de recursos, pelo fundo de aviação e utilizando a Azul Cargo como garantia.

MÁRCIA FOLETTO

Com provável corte de juro nos EUA e aumento das taxas no país, dólar deve perder força, o que pode reduzir alavancagem da Azul e diminuir pressões sobre grupo

55%
foi a valorização da ação em 3 pregões

Movimento Falimentar

Nota da redação: Excepcionalmente, não publicaremos a coluna nesta data.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Shopping Gestora canadense, que colocou à venda o controle dos dois empreendimentos, já atraiu quatro interessados no negócio

Brookfield tem propostas por Pátio Higienópolis e Paulista

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

Ao menos quatro interessados já apresentaram propostas preliminares à Brookfield pela fatia da gestora canadense nos shoppings Pátio Higienópolis e Pátio Paulista, apurou o **Pipeline**.

Iguatemi e Allos, como era de se esperar, estão no páreo, assim como a Syn — empresa de Elie Horn que tem no portfólio empreendimentos como Cidade São Paulo e Metropolitano Barra. Há ainda um investidor pessoa física, empresário conhecido do varejo, segundo fonte, que curiosamente fez proposta em ambos empreendimentos, chamando atenção dos players do setor dado o tamanho do cheque.

Esses ativos são avaliados em R$ 1,3 bilhão e R$ 1,24 bilhão, respectivamente. Bradesco BBI e BTG Pactual assessoram a Brookfield na venda.

Há ainda sócios com preferência de compra nos imóveis, com um fundo gerido pela gestora Rio Bravo que tem fatia no Pátio Higienópolis e tem interesse em exercer sua opção naquele empreendimento. "Mas tem que ser o cheque inteiro, então é um desafio de levantar capital", disse uma fonte com conhecimento do assunto.

Essa é a terceira vez, nos últimos quatro anos, que a gestora canadense tenta retomar o processo de venda desse ativos. O fundo não se manifestou sobre o assunto.

O grupo Iguatemi tem interesse no aumento de sua fatia no Higienópolis, hoje em 11,5%, e retomou as conversas neste ano, disseram duas fontes ouvidas pelo **Valor**, depois de já ter iniciado tratativas em 2023. Na época, as conversas não avançaram porque a Brookfield desistiu da venda temporariamente — a empresa tem pouco mais de 50% do Higienópolis.

A retomada mais sólida do setor e o destravamento de alguns investimentos na indústria de shoppings acabaram favorecendo o retorno das conversas com os interessados nos negócios, segundo fontes.

Outro importante movimento de fusão e aquisição nesse setor foi anunciado este ano. Em julho, a BB Asset, por meio de seu fundo imobiliário BB Premium Malls, e o grupo Iguatemi informaram a compra de 49,9% do Shopping RioSul. Inaugurado em 1980, o RioSul foi o primeiro shopping center do Rio. O empreendimento reúne 400 lojas e tem uma área bruta locável de 52 mil metros quadrados.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

DIVULGAÇÃO

Shopping Higienópolis também tem o grupo Iguatemi como interessado

Especializada em receita digital, Mevo recebe aporte de R$ 110 milhões

Saúde

Luiz Fernando Figliagi
De São Paulo

A startup Mevo, especializada em receitas de prescrição médica digitais, recebeu um aporte de R$ 110 milhões das firmas Matrix Partners, gestora americana de investimentos de capital privado, e da Jefferson River Capital, "family office" do bilionário Hamilton E. James.

Os recursos novos serão para expandir a base de clientes da startup, que conta com aproximadamente 20% da fatia do mercado de hospitais do país.

A ideia, segundo o CEO da Mevo, Pedro Dias, é neste ano superar mais de 10 milhões de pacientes únicos atendidos com os serviços da empresa. O principal objetivo da startup, conforme ele, é transformar as receitas de papel em versões eletrônicas, para melhorar o processo de prescrição e facilitar a adesão ao tratamento dos pacientes.

Os aportes também serão direcionados para o avanço tecnológico e desenvolvimento de novos produtos para clientes B2B e no marketplace, para o cliente da ponta final.

Desde a fundação, a Mevo já atraiu investidores que vão do empresário Jorge Paulo Lemann a Guilherme Benchimol, fundador da XP Investimentos, passando por Mercado Livre e Hospital Albert Einstein.

A empresa realizou duas captações entre 2018 e 2022, com um total de aportes em R$ 100 milhões, contando com fundos como Floating Point, IKJ Capital, FIR Capital, Einstein — além dos integrantes da LTS Investments, dos fundadores da 3G Capital (Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira). A terceira injeção de capital veio agora, com os americanos.

Essa é a primeira vez que a Matrix Partners fará um investimento deste tipo no Brasil, destaca Dias.

A companhia americana possui mais de 45 anos de tradição e tem US$ 2,2 bilhões de ativos sob gestão. Segundo Dias, a empresa já investiu na Apple e FedEx, enquanto elas estavam em estágio inicial.

"A gente sofreu bastante nos últimos dois anos, assim como várias outras startups, só que a gente nunca perdeu a crença no nosso modelo de negócio. Ter conseguido conquistar esse aporte com um fundo que respeitamos, muito como a Matrix, na primeira vez que eles entram no Brasil, é muito importante", diz.

Em 2024, o CEO conta que a startup deve chegar à marca de 1 mil hospitais que contrataram seus serviços no Brasil.

"[Nessa rodada] A companhia foi avaliada acima da última captação e a gente cresceu o faturamento em 133% em 2024. Isso é um bom sinal, dado que o mercado de venture capital [investimento em empresas em fase inicial] nos últimos anos passou por um momento de muito estresse e acho que ele está retomando agora", afirma Dias.

Atualmente, o portfólio de atendimento da Mevo tem grupos como Sírio Libanês, Rede D'Or São Luiz, Dr. Consulta, Beneficência Portuguesa, Hospital do Amor e Atena Saúde.

INÊS 249

Entretenimento A expansão vigorosa parou em 2022, mas a empresa voltou a atrair milhões de clientes

Como a Netflix recupera o terreno perdido

Christopher Grimes
Financial Times, de Los Angeles

A equipe de comando da Netflix parecia abalada. A impressionante sequência de expansão de 10 anos que a havia transformado em uma queridinha de Wall Street chegou a um fim abrupto na primavera de 2022, com a revelação de que a empresa estava perdendo centenas de milhares de assinantes.

As guerras de streaming estavam a todo vapor, com o Disney+ e outros serviços lançados pelos estúdios tradicionais de Hollywood tentando derrubar a Netflix. Falando a investidores atônitos em uma videochamada em 19 de abril de 2022, o cofundador da Netflix, Reed Hastings, começou a listar iniciativas para reverter a queda.

O comando e o desempenho

Dados da Netflix

Greg Peters, Co-CEO

Ted Sarandos, Co-CEO

LEONARDO RODRIGUES / VALOR

Reed Hastings, fundador

DIVULGAÇÃO

Netflix - Cotação* dia a dia - em US$/ação

HENRIQUE MANREZA/NETFLIX

Variação
136,74% 5 anos

Valor de mercado:
US$ 303,4 bilhões

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Listada na Nasdaq

A Netflix começaria a limitar os clientes que compartilhavam suas senhas com amigos ou parentes, uma ideia que Hastings havia se oposto no passado. Outra proposta que Hastings havia rejeitado há muito tempo — publicidade — agora estava sendo considerada.

Para alguns, parecia que Hastings estava jogando ideias ao acaso, na esperança de que alguma delas funcionasse. As ações despencaram, marcando o início do que ficou conhecido como a "Grande Correção da Netflix".

Mas, em vez de ser a ruína que muitos na velha guarda de Hollywood esperavam, marcou o início de uma mudança que expandiu a liderança da Netflix sobre as empresas tradicionais de entretenimento, que ainda lutam para lucrar com o negócio após investir bilhões em streaming.

Desde que lançou o controle das senhas em maio de 2023, a Netflix adicionou 45 milhões de assinantes pagantes. O preço de suas ações subiu mais de 300% desde a baixa pós-correção, atingindo recentemente novas máximas históricas [a alta supera 130% em 5 anos].

Tal recuperação estava longe de ser garantida em 2022. Mas, desde então, a Netflix lançou um negócio de publicidade do zero, investiu em sua divisão nascente de videogames e expandiu suas "experiências" ao vivo em torno de programas populares como Bridgerton, Round 6 e Stranger Things. A empresa até começou a se aventurar em esportes ao vivo.

"É simplesmente uma estratégia incrível", diz Jessica Reif Ehrlich, uma veterana analista de mídia do Bank of America. Ela observa que as novas iniciativas começaram todas enquanto a Netflix passava por uma grande mudança de gestão.

Hastings se aposentou como CEO em 2023 e foi substituído por um protegido, Greg Peters, que divide o cargo com Ted Sarandos. "Esta deve ser a transição mais suave de qualquer equipe de gestão de todos os tempos", acrescenta Ehrlich. "Não houve nem um soluço."

Enquanto a Netflix recuperava grande parte de sua confiança, os grupos tradicionais de Hollywood estavam atolados em uma crise. A correção da Netflix marcou o fim da paciência dos investidores com as perdas no streaming, e a Disney é o único dos grupos de entretenimento que atualmente está ganhando com esse negócio, após se tornar lucrativa neste verão.

A indústria cinematográfica está enfrentando outro ano difícil, o que levantou preocupações sobre o número de ingressos vendidos nos cinemas voltará a ser como antes da pandemia. A televisão a cabo — outrora uma geradora prodigiosa de fluxo de caixa — está em profundo declínio, e muitos duvidam que o streaming substituirá seu poder de lucratividade.

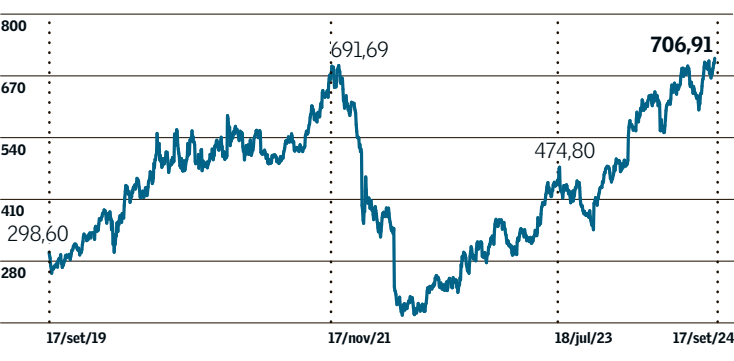
Essas pressões contribuíram para a decisão de Shari Redstone, neste verão, de vender a Paramount, uma empresa que sua família controlou por décadas. Quase ao mesmo tempo, a analista Ehrlich, do Bank of America, tomou a medida incomum de implorar à gestão da Warner Bros. Discovery para explorar opções estratégicas, declarando que sua "atual composição como empresa pública não está funcionando".

Esses problemas afetaram a comunidade criativa de Hollywood na forma de cortes de empregos e orçamentos reduzidos de produção, enquanto a recuperação que muitos esperavam após as greves do ano passado, de atores e roteiristas, não se materializou.

> Desde maio de 2023, a companhia ganhou mais 45 milhões de assinantes e as ações sobem mais de 130% em cinco anos

Um veterano escritor e produtor de TV confirma o clima sombrio. "Não há um roteirista nesta cidade que pense que sua carreira está indo bem", diz ele.

Mas o poder da Netflix está aumentando em Hollywood. Sarandos é presidente do Museu da Academia de Artes Cinematográficas e supervisionou a recente renovação de US$ 70 milhões do histórico Grauman's Egyptian Theatre, na Hollywood Boulevard. Sua esposa, Nicole Avant, é amiga de longa data da candidata democrata à presidência, Kamala Harris. Em um gesto de poder à moda antiga, a Netflix até comprou todos os outdoors ao longo da Strip, na Sunset Boulevard.

Alguns em Hollywood estão furiosos com a empresa por mudar radicalmente a economia do negócio de entretenimento. Membros votantes da Academia continuam ressentidos pelo fato de a Netflix não dar a seus filmes concorrentes ao Oscar uma ampla exibição, preferindo exibições limitadas em cinemas selecionados apenas pelo tempo mínimo exigido para se qualificar à premiação.

"O desprezo pela Netflix é além de tudo que já vi", diz um veterano de Hollywood que ocupou altos cargos em grandes empresas de entretenimento. "Eles eliminaram a participação financeira de cada artista no mundo. Eles dominam e controlam tudo, e ninguém chega perto." Ele acrescenta: "A cidade está sangrando agora. Sangrando."

Pode ter parecido que Hastings estava improvisando quando fez seus anúncios sobre o compartilhamento de senhas e a venda de publicidade. Mas, na realidade, ele e outros altos gerentes já vinham discutindo essas ideias há anos, segundo funcionários atuais e antigos. Para colocar essas ideias em prática, Hastings recorreu a Peters, o diretor de operações na época.

Assim como Hastings, Peters veio de uma formação em tecnologia. Sua mãe era programadora na IBM e garantiu que ele aprendesse a programar ao mesmo tempo em que aprendia a ler e a escrever. Antes de ingressar na Netflix em 2008, Peters havia trabalhado para a Tivo e a Red Hat Network.

Havia ceticismo sobre o controle ao compartilhamento de senhas quando Peters começou a realizar testes controlados em mercados como Chile, Costa Rica e Peru no início de 2023. Alguns analistas pensavam que a iniciativa acabaria afastando clientes da Netflix.

Em vez disso, a iniciativa se mostrou um impulso que alimentou o crescimento da Netflix por mais de um ano, com o total de assinantes atingindo 238 milhões no trimestre mais recente, um aumento de 16% em relação ao ano anterior.

Quase cinco anos após o lançamento do Disney+, que deu início às guerras de streaming, a Netflix continua no topo em termos de assinantes e tempo gasto no serviço. Em julho, ela capturou cerca de 8,4% do tempo de tela dos EUA, enquanto seu rival mais próximo de Hollywood, a Disney, tinha 4,8% entre Disney+ e Hulu.

Os serviços de streaming operados pelos outros estúdios de Hollywood — Max, da Warner Bros. Discovery, Peacock, da Comcast, e Paramount+ — tiveram menos de 2% das horas de visualização.

Com o fim do impulso gerado pela limitação do compartilhamento de senhas, os analistas começam a questionar qual será o próximo motor de expansão da Netflix. Sua outra grande iniciativa — a publicidade — levará mais tempo antes de se tornar uma contribuição significativa aos lucros.

A Netflix fez parceria com a Microsoft para usar seu "stack" — um sistema para veicular anúncios digitais — e lançou seu serviço com suporte de anúncios em 12 países no outono de 2022. A empresa também começou a divulgar publicamente uma lista de seus dez programas mais assistidos, permitindo que os anunciantes observassem os programas mais populares da plataforma.

No entanto, a Amazon, que compete com a Netflix por meio do serviço Prime Video, também entrou no negócio de anúncios de streaming e, de forma agressiva, começou a oferecer tarifas muito mais baixas do que as que a Netflix estava buscando.

Em um movimento que chocou a indústria, o executivo responsável da publicidade, Peter Naylor, deixou a empresa neste ano. Logo depois, a Netflix anunciou que eliminaria o uso do "stack" da Microsoft e construiria uma plataforma interna de publicidade. A empresa agora diz que a publicidade não será um "motor primário" de aumento de receita até 2026.

Apesar dos contratempos, Ehrlich acredita que a Netflix terá sucesso no negócio de publicidade quando ele estiver funcionando em escala. Uma razão para isso é a lealdade da audiência da Netflix. "Eles são como o antigo pacote de TV paga, [onde as pessoas assistem] duas horas por dia, 60 horas por mês", ela diz. "Então, eles podem garantir que conseguem alcançar os consumidores. O dinheiro segue os olhos."

Em Hollywood e em Wall Street, há a expectativa de que serviços de streaming mais fracos se combinem ou sejam desativados nos próximos 18 a 24 meses. No entanto, mesmo que haja uma consolidação, a disputa por audiência no mercado mais amplo de streaming continuará acirrada.

O YouTube é conhecido por seu conteúdo gerado por usuários, mas também está investindo em assinaturas pagas para ofertas como o NFL Sunday Ticket, que pode custar US$ 480 por ano.

O TikTok está permitindo que seus usuários experimentem vídeos longos, de até uma hora. E os sites gratuitos de streaming, como o Tubi, um serviço da Fox, estão crescendo rapidamente com a oferta de títulos de TV antigos.

"A competição continua feroz, não apenas dentro da categoria de streaming por assinatura, mas também contra a categoria mais ampla como um todo", escreveram analistas da Moffett-Nathanson, uma empresa de pesquisa. "O YouTube já representa mais de 20% a mais de uso de TV do que a Netflix e está crescendo em um ritmo mais rápido. O vídeo de curta duração também veio para ficar."

Antes da correção da Netflix, a empresa era conhecida em Hollywood por pagar quantias enormes a diretores e roteiristas para fazer filmes ou séries. Isso ajudou a conquistar o público desde cedo, com programas ousados como "Orange is the New Black" e "House of Cards". O orçamento para conteúdo disparou, financiado pelo entusiasmo dos investidores em comprar novas ações da empresa, que na época ainda operava com prejuízo.

Para a fúria da elite de Hollywood, a Netflix rejeitou o sistema de participação nos lucros dos estúdios, conhecido como "backend", no qual diretores e atores aceitam uma quantia menor antecipadamente em troca de uma parte da receita bruta, caso um filme seja um sucesso de bilheteria.

Mas ela recompensou generosamente diretores renomados como Martin Scorsese, por seu épico de três horas sobre a máfia, "The Irishman", ou roteiristas como Shonda Rhimes, por seu drama de época "Bridgerton".

Os gastos extravagantes parecem ter atingido o pico, pelo menos por enquanto. Neste momento a Netflix consolidou sua posição no topo de uma Hollywood ferida. "Cada década tem uma empresa de mídia dominante", diz um executivo sênior de uma rival de Hollywood. "E a Netflix é a desta década." *(Tradução de Samara Leonel e Lilian Carmona)*

Tecnologia Fundo destinará verba para a construção de centros de dados e projetos de energia para atender a demanda por inteligência artificial

Microsoft e BlackRock investem US$ 30 bi em IA

Financial Times, de Nova York e San Francisco

A BlackRock, maior gestora financeira do mundo, está se preparando para lançar um fundo de investimento em inteligência artificial de mais de US$ 30 bilhões com a empresa de tecnologia Microsoft para construir centros de dados e projetos de energia para atender à crescente demanda por IA.

A parceria que a BlackRock deve lançar, por meio de sua nova unidade de investimento em infra-estrutura, a Global Infrastructure Partners (GIP), seria um dos maiores veículos de investimento já criado em Wall Street. A Microsoft e a MGX, a empresa de investimentos apoiada por Abu Dhabi, são sócias do fundo. A Nvidia, fabricante de chip, aconselhará sobre design e integração de fábrica.

O veículo de investimento visa dar resposta às impressionantes exigências de energia e infraestruturas digitais para a construção de produtos de IA, que deverão enfrentar graves estrangulamentos de capacidade nos próximos anos. O poder computacional da IA requer muito mais energia do que as inovações tecnológicas anteriores e sobrecarrega a infraestrutura energética existente.

O plano é angariar até US$ 30 bilhões em investimentos de capital, para apoiar até US$ 70 bilhões adicionais em financiamento de dívida. O fundo marcaria o primeiro grande fundo da GIP desde que concordou em ser comprada pela BlackRock por US$ 12,5 bilhões no início deste ano. Esse acordo deve ser fechado em outubro.

A BlackRock destacou o setor da energia como uma das suas principais oportunidades de crescimento. "A mobilização de capital privado para construir infra-estruturas de IA, como centros de dados e energia, irá desbloquear uma oportunidade de investimento multimilionária a longo prazo", disse Larry Fink, presidente-executivo da BlackRock, em nota.

O fundo a ser lançado em breve é o mais recente veículo criado por um grande gestor de ativos para atender à crescente demanda por energia para impulsionar a IA e a computação em nuvem. No início deste ano, a Microsoft concordou em apoiar US$ 10 bilhões em projetos de eletricidade renovável construídos pela canadense Brookfield Asset Management. A Microsoft assumiu o compromisso de garantir que 100% do seu consumo de energia seja correspondido por compras de energia com zero carbono até 2030.

"O país e o mundo vão precisar de mais investimento de capital para acelerar o desenvolvimento da infra-estrutura de IA necessária. Este tipo de esforço é um passo importante", disse Brad Smith, presidente da Microsoft.

> "A computação e a IA impulsionam a necessidade de infraestrutura" *Jensen Huang*

A MGX foi criada no início deste ano com o apoio do fundo soberano de Abu Dhabi, Mubadala, para promover o progresso do país em IA. Está em negociações para investir na próxima rodada de financiamento da Open AI.

Em 2017, a Blackstone anunciou planos para um veículo de infra-estruturas de US$ 40 bilhões com o apoio da Arábia Saudita, e a Brookfield angariou no ano passado US$ 28 bilhões.

A Agência Internacional de Energia estima que o consumo global de eletricidade pelos centros de dados poderá ultrapassar os 1.000 terawatts-hora até 2026, mais do dobro da quantidade utilizada em 2022. "A computação acelerada e a IA generativa estão impulsionando uma necessidade crescente de infraestrutura de IA para a próxima revolução industrial", disse Jensen Huang, fundador da Nvidia, em nota.

Nos EUA, que acolhem um terço dos centros de dados do mundo, a demanda por eletricidade cresce rapidamente pela primeira vez em duas décadas. Um relatório da Grid Strategies indica que as projeções de cinco anos para o crescimento da demanda nos EUA quase duplicaram no ano passado, aumentando de 2,6% para 4,7%.

TIERNEY L. CROSS/BLOOMBERG

Brad Smith, da Microsoft: "O país e o mundo precisarão de mais investimento para acelerar a infra-estrutura de IA"

Nos EUA, jovem lê notícias no TikTok

Bloomberg

O TikTok está se tornando uma fonte regular de notícias para um número crescente de americanos, incluindo jovens adultos, segundo uma nova pesquisa — sinal de que mais pessoas estão recorrendo ao aplicativo de vídeo para debates on-line sobre política.

Cerca de 17% dos adultos nos EUA dizem que recebem regularmente notícias do site de propriedade da ByteDance, com sede na China – um aumento de cinco vezes em relação a 2020, de acordo com pesquisa da Pew Research publicada na terça-feira (17).

Jovens adultos de 18 a 29 anos são os mais propensos a usar o TikTok para obter notícias, e o Pew descobriu que 39% das pessoas nessa faixa etária afirmam que recebem notícias regularmente do aplicativo. Isso representa um aumento em relação aos 32% de apenas um ano atrás. Quase 50% desses adultos dizem que usam o aplicativo para se manter atualizados sobre política ou questões políticas, mostrou a Pew em uma pesquisa anterior.

O aumento é notável dada a posição do TikTok nos EUA, onde os legisladores estão tentando ativamente proibir o aplicativo por medo de que sua controladora chinesa poderia abusar dos dados do usuário ou tentar influenciar opiniões políticas por meio do feed do aplicativo.

Algumas autoridades eleitas temem que os laços do TikTok com a China possam afetar o algoritmo do aplicativo, o que pode influenciar sutilmente o conteúdo que os usuários veem e moldar as opiniões dos americanos sobre questões importantes.

O governo dos EUA afirma que a ameaça da rede social chinesa à segurança nacional supera as preocupações com a liberdade de expressão.

Evento ‘Fazenda Sustentável’ apresenta o novo grupo de elite das boas práticas do agro brasileiro

Prêmio reconhece as propriedades campeãs em sustentabilidade

Valor, de São Paulo

Fazendas de Minas Gerais, Paraná e São Paulo formam o novo grupo de elite da sustentabilidade do agronegócio brasileiro. Elas receberam ontem, em São Paulo, o Prêmio Fazenda Sustentável, da “Globo Rural”, que, todos os anos, reconhece as propriedades rurais que têm as melhores práticas ambientais, sociais e financeiras do país.

A premiação divide as fazendas em três categorias. Entre as propriedades de grande porte, a campeã foi a Jaracatiá, de Querência do Norte (PR), que produz plantas aromáticas e medicinais e óleos essenciais e que tem a pecuária como atividade complementar.

“O prêmio foi uma surpresa. Estar no meio de vocês já é uma vitória”, disse Maurício Garcia Cid, proprietário da fazenda, dirigindo-se aos demais homenageados. Ele e a esposa, Flavia Garcia Cid, viajaram de Querência do Norte a São Paulo para participar da premiação.

Em segundo lugar entre as grandes propriedades ficou a Fazenda São Manoel, localizada no município de mesmo nome, no interior de São Paulo, que se dedica à produção de cana-de-açúcar. A terceira colocada foi a Fazenda Curucaca, que produz grãos no distrito de Entre Rios, em Guarapuava (PR).

Entre as médias propriedades rurais, a campeã foi a Recanto, de Patos de Minas (MG). Com 240 hectares de área produtiva e 170 preservados, ela dedica-se à cafeicultura e à suinocultura e, como atividade complementar, investe na produção de compostagem, biofertilizantes e biometano.

“A gente espera ser inspiração. Eu sinto que, em muitos ambientes, sou muito julgado como produtor rural. E, muitas vezes, quem julga não nos conhece. O público da cidade precisa conhecer o agro e ver o que está acontecendo lá”, disse Claudio Nasser, presidente da Auma Negócios, grupo do qual a Recanto faz parte.

A Fazenda Água Limpa, de São João do Manhuaçu (MG), que produz café arábica orgânico, recebeu o troféu pela segunda colocação na categoria. Também representante da cafeicultura, a Fazenda Lagoinha, de Carmo da Cachoeira (MG), ficou em terceiro lugar entre as médias.

No grupo de propriedades de pequeno porte, a campeã deste ano foi a Fazenda Três Meninas, de Monte Carmelo (MG), que produz café. “Temos orgulho quando nosso trabalho tem um impacto positivo na sociedade”, disse Marcelo Urtado, proprietário da fazenda ao lado da esposa, Ana Paula. O casal e as filhas, Maria Luiza e Fernanda, receberam o troféu no evento.

> “Temos orgulho quando nosso trabalho tem um impacto positivo”
> *Marcelo Urtado*

Na segunda colocação entre as de pequeno porte ficou a Fazenda São Geraldo, de Batatais (SP), especializada na produção de mudas de cana-de-açúcar e que também produz cachaça e cria aves de corte. Em terceiro lugar ficou a Café Campo Místico, de Bueno Brandão (MG), que produz café em sistema agroflorestal.

Rabobank e Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) são os apoiadores técnicos do prêmio, que chegou neste ano à oitava edição. Depois de análise de documentos, licenças, certificações e relatórios financeiros, chegou-se à lista de 15 finalistas, que receberam visitas de agrônomos — todas as 15 participaram da entrega da premiação ontem. A definição de primeiro, segundo e terceiro lugares em cada categoria ficou sob responsabilidade de comissão julgadora, formada por Annelise Limonta Soares, da Nestlé Purina, Daniel Vargas, da Fundação Getulio Vargas (FGV), e Julia Faro, da Tropical Forest Alliance.

THIAGO DE JESUS

Marcelo e Ana Paulo Urtado, da Fazenda Três Meninas, com as filhas, Maria Luiza e Fernanda: exemplo sustentável

‘Agenda ambiental tem vácuo de liderança’

Cleyton Vilarino e Patrick Cruz
De São Paulo

Extremos climáticos como os que o Brasil tem enfrentado em 2024, ano de chuvas sem precedentes no Rio Grande do Sul e de estiagem severa na região central do país, acentuaram a urgência das ações contra o aquecimento do planeta. Mas, de forma paradoxal, em um momento em que os países buscam referências no combate às mudanças climáticas, o que se vê é uma falta de liderança na agenda ambiental, avalia o embaixador Roberto Azevêdo, ex-diretor geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Por um lado, esse vácuo é um problema para o qual líderes políticos, empresariais e do meio acadêmico ainda não encontraram solução. Mas, por outro, afirma o embaixador, ele é uma oportunidade para o Brasil se estabelecer como protagonista nas discussões sobre clima e meio ambiente.

“É importante que o Brasil exerça liderança porque no mundo, hoje, há um vácuo de liderança na agenda climática e ambiental, por incrível que pareça. São poucos os polos que estão inspirando esse debate”, disse Azevêdo, em participação que fez ontem, por vídeo, diretamente de Nova York, da entrega do Prêmio Fazenda Sustentável. “Vê-se a Europa nas discussões, com uma visão muito eurocêntrica das possíveis soluções. Não existem outros polos para dar equilíbrio a esse debate”.

Segundo o embaixador, por muito tempo, o Brasil “permitiu que observadores externos pautassem nossa agenda”. Com essa postura, afirmou, o usual sempre foi o país apenas reagir a pautas internacionais sobre a agenda ambiental brasileira. “E com uma reação negativa, dizendo, por exemplo, ‘vocês querem que nós preservemos as nossas florestas, mas onde está a de vocês?’ Tudo isso é verdade, mas é uma mensagem que não agrega”, disse Azevêdo. “O país tem que assumir uma postura propositiva, engajada. E precisa dizer que não fará nada sozinho”.

Agronegócios

Por GLOBO RURAL

Cenários Atraso pode concentrar entregas e gerar problemas logísticos, segundo empresas; analistas veem possibilidade de redução na demanda por adubos este ano

Com margens apertadas, produtor adia compra de fertilizantes para nova safra

Gabriella Weiss e Isadora Camargo
De São Paulo

O aperto nas margens dos produtores rurais em decorrência da queda dos preços das commodities está atrasando a comercialização de fertilizantes para o plantio da safra 2024/25. E tem potencial para reduzir a demanda pelo insumo neste ano, segundo analistas.

"O mercado está um pouco atrasado em função da demora dos produtores rurais na compra de insumos para a safra 2024/25. (...) Já estamos olhando com muito cuidado os gargalos logísticos que devem acontecer até dezembro para a entrega dos fertilizantes", afirma Gustavo Horbach, diretor presidente da Eurochem América do Sul. *(ver mais ao lado)*.

A BRQ Brasilquímica também registra atraso na comercialização, mas espera que a demanda ganhe fôlego agora. Segundo a empresa, a lentidão nas vendas está relacionada à seca severa que fez com que muitos produtores freassem investimentos. A tendência, assim, é que "optem pelo básico" ou por produtos mais baratos e deixem as compras para a última hora.

Marcelo Fernandes, sócio da BRQ Brasilquímica, observa ainda que a demanda costuma ser maior nesta época do ano, se o preço for atrativo, pois o produtor começa a negociar o adubo que será utilizado no plantio da safrinha de milho, após a colheita da soja. Mas isso não está acontecendo.

A parcimônia tem suas razões. Relatório do Rabobank afirma que após um ciclo de prosperidade que se estendeu de 2020 até o fim de 2023, produtores vivem um cenário em que as commodities caíram mais rapidamente do que os custos de produção. Esse quadro suscita dúvidas sobre a demanda por fertilizantes, diz o analista de insumos do Rabobank, Bruno Fonseca.

Segundo ele, com margens mais apertadas, os produtores estão mais cautelosos na hora de gastar. Assim, com a alta do custo do fósforo — que compõe fertilizantes usados no cultivo de grãos — a tendência é que os agricultores recorram a uma tática utilizada em 2022, quando o preço do insumo disparou em decorrência da Guerra da Ucrânia. Na ocasião, diz, eles reduziram o uso de fosfatados, contando com o estoque da substância já existente no solo.

Um indicador elaborado pelo banco mostra que está mais difícil para o produtor comprar adubos. O Índice de Acessibilidade para a compra de fertilizante varia entre -1 e 1. Quanto mais próximo de -1, menor o poder de compra dos produtores e quanto mais próximo de 1, melhor.

Atualmente, o índice no país está em 0,01, próximo da neutralidade, o que sugere que o poder de compra dos produtores é limitado, mas não crítico. Globalmente, o índice é de 0,02, refletindo uma condição semelhante, porém um pouco mais favorável em termos de acesso aos fertilizantes.

Outro indicador que mostra o menor poder de compra é a relação de troca. Considerando o valor atual do MAP (fosfato monoamônico), Marcelo Mello, analista da StoneX, afirma que a relação de troca entre o adubo e a soja é uma das piores dos últimos cinco anos. "Piores do que quando estourou a Guerra da Rússia com a Ucrânia", afirma. Segundo ele, então, o valor do MAP era o dobro do praticado hoje. Contudo, a soja chegava a US$ 18 por bushel, enquanto hoje está cotada entre US$ 9 e 10.

O Rabobank já projeta uma diminuição de 1 milhão de toneladas na entrega de fertilizantes aos consumidores finais no Brasil este ano, para 45,5 milhões de toneladas. A redução se deve, sobretudo, à alta do preço dos fosfatados.

Pelos cálculos do banco holandês, os custos gerais de fertilizantes devem apresentar uma redução de cerca de 7% na safra atual em comparação com a temporada 2023/24. Mas o aumento de 6% do MAP limitou essa queda.

Segundo Fonseca, a alta dos fosfatados é reflexo da redução da oferta global de fósforo, diante de uma mudança de estratégia dos três maiores exportadores mundiais, China, EUA e Marrocos.

O aumento de preços já provoca diminuição nas importações dos fosfatados. Entre janeiro e julho de 2024, o Brasil importou 2,3 milhões de toneladas de MAP, 18% menos que no mesmo período de 2023. Já as importações de TSP (fosfato superfosfatado triplo) e SS (sulfato de amônio) subiram 29% e 24%.

Segundo Fonseca, o aumento é uma tentativa de oferecer opções mais econômicas ao superfosfato simples (P205), cujas importações recuaram 6% em relação a 2023.

Para Mello, da StoneX, a recente queda nos preços do potássio — matéria-prima dos fertilizantes NPK (que combinam nitrogênio, fósforo e potássio) — pode ajudar a compensar o alto custo do fósforo. "O produtor precisa comprar um pouco de cada, então os preços estão na média dos últimos cinco anos, e dá para conviver com ela. Não é atrativa, mas é aceitável". *(Colaborou CB, de Belo Horizonte)*

DIVULGAÇÃO

Gustavo Horbach, da Eurochem: de imediato, nosso principal foco é otimizar ao máximo as fábricas de distribuição

Eurochem avalia aquisições no país

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A Eurochem, subsidiária da AIM Capital, controlada da Linetrust PTC, avalia aquisições no mercado brasileiro de fertilizantes, como parte da estratégia para ampliar a produção no país. No curto prazo, no entanto, a companhia prevê dificuldade na logística de distribuição, devido à demora dos produtores para adquirir insumos para o plantio da safra 2024/25.

"De imediato, nosso principal foco é otimizar ao máximo as fábricas de distribuição que temos no Brasil e a produção na Serra do Salitre. Mas não descarto que, num período breve, a nossa posição no Brasil seja enriquecida com outros ativos de produção", diz Gustavo Horbach, diretor-presidente da Eurochem América do Sul.

Segundo ele, a empresa avalia aquisições principalmente de projetos greenfield (a partir do zero) alinhados com o Programa Nacional de Fertilizantes. A Eurochem opera no Brasil com 22 unidades de mistura e distribuição da Eurochem Fertilizantes Tocantins e da Fertilizantes Heringer, da qual detém controle acionário, além do complexo na Serra do Salitre.

O executivo observa que, embora tenha começado a operar no Brasil com distribuição, a empresa é voltada à produção de fertilizantes, como fósforo e potássio. No país, começou a produção local em março deste ano, com a inauguração do complexo de fertilizantes fosfatados na Serra do Salitre, em Minas Gerais.

Horbach diz que a unidade deve produzir este ano 350 mil toneladas de fertilizantes fosfatados — abaixo da previsão original, de 500 mil toneladas. A empresa também revisou para baixo a projeção de distribuição, de 7,5 milhões de toneladas no início do ano para 7 milhões de toneladas.

"O mercado está um pouco atrasado em função da demora dos produtores na compra de insumos para a safra 2024/25. A gente está mantendo o volume de 7 milhões de toneladas distribuídas no Brasil no ano, mas já estamos olhando com muito cuidado os gargalos logísticos que devem acontecer até dezembro para a entrega dos fertilizantes", afirma.

22
é o número de unidades no Brasil

Segundo ele, a entrega está 15% atrasada em relação ao ano passado, na média. Isso, apesar de uma aceleração recente da demanda. Há duas semanas, a empresa entregava uma média de 80 mil toneladas por semana no Brasil. Na semana passada, esse volume dobrou para 160 mil toneladas.

Horbach afirma que a empresa fez manutenções preventivas nas fábricas no primeiro semestre para garantir capacidade máxima disponível agora. Mas, ainda assim, deve enfrentar gargalos na disponibilidade de caminhões, na competição da chegada de navios nos portos.

Para 2025, a Eurochem estima que a produção própria no Brasil atingirá sua capacidade plena, de 1 milhão de toneladas por ano. A produção em Serra do Salitre vai atender agricultores em Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, sul do Mato Grosso, Tocantins e Goiás.

A Eurochem é a terceira em volume de fertilizantes distribuído no Brasil, com 13% do mercado, ficando atrás da Mosaic e da Yara.

Apesar de clima adverso, Conab vê nova colheita recorde de grãos

Safra 2024/25

Rafael Walendorff
De Brasília

Perspectivas para safra 2024/25
Clima e atrasos no plantio preocupam

Área (em milhão ha)

	2023/24	2024/25
Algodão (pluma)	1,9	2,0
Arroz	1,6	1,7
Feijão	2,8	2,8
Milho	20,9	20,9
Soja	46,0	47,4
Outros	6,3	6,3
Total	**79,7**	**81,4**

Produção (em milhão toneladas)

	2023/24	2024/25
Algodão (pluma)	3,6	3,6
Arroz	10,6	12,1
Feijão	3,2	3,2
Milho	115,6	119,7
Soja	147,3	166,2
Outros	16,5	16,5
Total	**302,2**	**326,9**

Fonte: Conab

Projeções para a produção de carnes
Em milhão de toneladas

Fonte: Conab

Apesar dos desafios climáticos enfrentados pelo Brasil, com o registro de seca severa em diversas regiões, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima, a princípio, que a próxima safra de grãos 2024/25, que começará a ser plantada neste mês, tem potencial para atingir 326,9 milhões de toneladas. O número é 8% maior do que o colhido no ciclo precedente.

Na safra 2023/24, encerrada há pouco, a produção nacional de grãos atingiu 302,2 milhões de toneladas, de acordo com a estatal. Se confirmada a projeção para a nova temporada, o número será um novo recorde.

Porém, a instabilidade climática coloca pontos de interrogação sobre a safra 2024/25. A persistência da estiagem pode atrasar o plantio da safra de verão, segundo Sílvio Porto, diretor de Política Agrícola e Informações da Conab. Ele destacou ainda a preocupação com as elevadas temperaturas e o impacto nas culturas agrícolas.

"Estamos vendo, possivelmente, um atraso no plantio em função das chuvas que ainda não chegaram. Não sabemos se o atraso será intenso, se as chuvas serão muito irregulares. Temos novamente grande complexidade em relação ao acompanhamento da safra que vai se iniciar", disse em evento virtual.

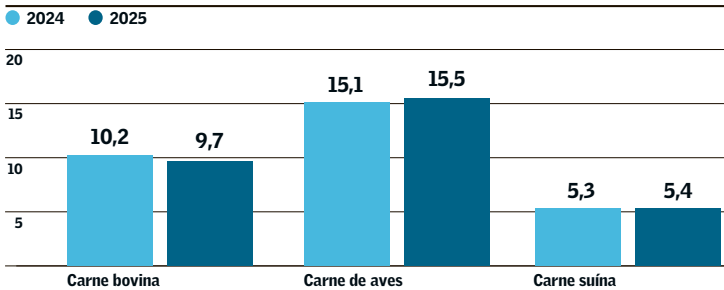
Ele ressaltou que as perspectivas levam em consideração modelos estatísticos, análises macro e microeconômicas e uma mediação técnica dos dados. Mas que a concretização dessas estimativas depende de uma série de fatores, como o clima, principalmente.

"Temos desafios enormes pela frente, entre eles a questão climática. Como a La Niña, com tendência de ser moderada, mas não sabemos como isso vai se desenvolver ao longo da safra", afirmou.

Por ora, a autarquia estima que a área total de grãos no país deverá crescer 2,1% e alcançar 81,4 milhões de hectares.

A projeção divulgada ontem pela Conab baseia-se na premissa de um cenário positivo para a soja, carro-chefe do agronegócio brasileiro. Mesmo com a pressão baixista nos preços da oleaginosa internamente e a queda na rentabilidade, a cultura continua lucrativa e com alta liquidez, diz a estatal.

Segundo a Conab, a área de soja deve crescer 3% e chegar a 47,4 milhões de hectares. A produtividade também pode se recuperar. Essa combinação deverá resultar em uma colheita de 166,3 milhões de toneladas, alta de 12,8%.

"A crescente demanda global, impulsionada pelo aumento do esmagamento e pela expansão da produção de biocombustíveis, tanto no Brasil quanto internacionalmente, alimenta expectativas de crescimento nas exportações e no esmagamento interno", estima a Conab.

Para o milho, o cenário é de manutenção da área cultivada. Para a produtividade, a Conab espera um resultado melhor do que a da safra passada, o que faz a empresa esperar uma alta na produção, para 119,8 milhões de toneladas. Mas a projeção é de queda de 5,6% nas exportações do cereal, para 34 milhões de toneladas.

No mercado interno, a procura pelo grão deverá permanecer aquecida, sobretudo para composição de ração animal. E, para produção de etanol, a expectativa é de alta de 17,3% na demanda.

A Conab também estimou que o arroz deverá ter uma área plantada 11,1% maior na safra 2024/25. A produção deve crescer quase 15% e ficar em torno de 12,1 milhões de toneladas. "Os preços e a rentabilidade da cultura encontram-se em um dos melhores patamares históricos para o produtor", diz a Conab.

Com a maior disponibilidade de arroz, aliada à demanda externa aquecida pelo produto brasileiro, a perspectiva da Conab é que as exportações aumentem e cheguem a 2 milhões de toneladas.

valor.com.br
Mais estimativas sobre grãos e produção de carnes em
www.valor.com.br/agro

Premiação
Propriedades de Minas Gerais, Paraná e São Paulo venceram Prêmio Fazenda Sustentável
B9

Renda variável
Para Jeffrey Schulze, da ClearBridge, EUA terão desinflação e período positivo para a bolsa C2

Previdência
Maioria dos planos fechados não garante ‘aposentadoria digna’ C6

Oferta de ações
Moove prepara o primeiro IPO de empresa brasileira nos EUA em três anos C3

Finanças

Renda variável Casas como Verde Asset, Tenax Capital e o fundo K10, da Kapitalo, mostram visão negativa com Ibovespa antes de aperto de juros

À espera de alta na Selic, mercado reforça cautela com a bolsa

Bruna Furlani e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

O Ibovespa deve passar por um cenário incomum a partir de hoje, se as projeções em torno das decisões de política monetária no Brasil e nos Estados Unidos se cumprirem. À medida que a economia americana dá sinais de desaceleração suave e a inflação por lá parece convergir à meta, possibilitando um início do ciclo de cortes pelo Federal Reserve (Fed), o Brasil se prepara para um aperto monetário. Nesse ambiente de incerteza, parcela dos gestores ouvidos pelo **Valor** mostra mais cautela e pessimismo com o desempenho do Ibovespa, enquanto outros ainda veem oportunidades, mas reforçam a necessidade de “stock picking”, uma seleção criteriosa de ações.

Na sessão de ontem, às vésperas das decisões de juros no Brasil e nos EUA, o Ibovespa anotou queda de 0,12%, aos 134.960 pontos.

O gestor Bruno Cordeiro, do fundo K10, da Kapitalo Investimentos, diz ter montado recentemente uma posição comprada em real contra o dólar (alocação que se beneficia de uma valorização da divisa brasileira), ao mesmo tempo em que tem posições vendidas em Ibovespa (aposta no recuo do índice).

“Do ponto de vista mais macro, vamos entrar num ambiente de puxada de juros [brasileiros], o que deveria melhorar o carrego do real e piorar o da bolsa”, diz Cordeiro. O profissional ressalta que há um posicionamento técnico mais neutro de gestores em bolsa local hoje e que houve uma pausa no fluxo de capital de estrangeiros para o mercado acionário local em setembro — ainda que seja cedo para dizer se haverá uma reversão.

Após saldos positivos em julho e em agosto, o mês de setembro tem sido de saques pelos estrangeiros, com déficit de R$ 1,82 bilhão até o dia 13, de acordo com dados da B3.

As posições vendidas dentro do K10 também abarcam alguns nomes específicos, como os papéis da Petrobras e de petroleiras estrangeiras, como a americana Exxon Mobil. “Estamos com um cenário mais baixista para petróleo”, diz. Cordeiro argumenta que o balanço de oferta e demanda de petróleo está menor em razão de um crescimento global mais fraco, especialmente vindo da China, e de um avanço acima do esperado em produtividade e em produção do óleo de xisto nos EUA.

Já Rodrigo Mello, gestor de renda variável na Tenax Capital, avalia que a bolsa já teve um grande movimento e diz que a casa está mais neutra agora nessa classe nos mandatos mais ativos. Ele ressalta que as empresas estão bem e que a atividade econômica segue robusta, mas que as condições “macro” estão piores, diante de um fiscal mais “solto” e do cenário de início de um processo de aperto monetário. “Se continuar essa deterioração, isso pode ter uma assimetria pior para o mercado acionário local.”

O executivo também se mostra preocupado com uma eventual queda mais agressiva dos juros pelo Fed — o que passou a ser a aposta majoritária dos investidores desde ontem. “Se virmos que o motivo de o Fed acelerar os cortes é porque ele está ‘atrás da curva’, isso pode não ser tão positivo para mercados emergentes, como o Brasil”, resume o gestor da Tenax.

Em carta referente a agosto, a Verde Asset Management também aproveitou para destacar que o fundo Verde está liquidamente zerado em bolsa local. No documento, a casa disse que o fluxo mais favorável de estrangeiros para emergentes, apoiado por um corte de juros pelo Fed, não deve superar fatores locais, como os “fundamentos preocupantes” do Brasil e o ciclo de alta da Selic.

Outras casas, porém, defendem que há oportunidades no principal índice da bolsa, mas que agora é preciso olhar com lupa. “Ainda enxergamos oportunidades em alguns setores, mas o Ibovespa não é mais uma ‘barganha’ como era dois meses atrás”, avalia Naio Ino, gestor de renda variável da Western Asset no Brasil.

A Western gosta, em especial, de nomes ligados à economia doméstica, como consumo e setores cíclicos, por estarem um pouco mais “descontados” em termos de “valuation”.

A gestora de renda variável da Fator Capital, Isabel Lemos, destaca, ainda, os efeitos indiretos provocados pela retomada do fluxo estrangeiro no Ibovespa, além da

LEO PINHEIRO/VALOR

> “Puxada de juros deveria melhorar o carrego do real e piorar o da bolsa”
> *Bruno Cordeiro*

perspectiva de lucro das empresas nos próximos meses, cujos resultados do segundo trimestre surpreenderam positivamente, e a queda dos juros de longo prazo como fatores que podem apoiar a bolsa.

Lemos também acredita que o fato de o investidor estrangeiro analisar múltiplos de empresas similares em mercados internacionais pode “tornar as empresas brasileiras ainda mais atraentes”. “Pode haver fluxo de investidores estrangeiros, seja para a bolsa ou para a renda fixa, o que vai levar à valorização do real”, afirma. A entrada do fluxo desse tipo de investidor pode elevar o grau de liquidez das operações. “Não vai acontecer de um dia para o outro, é um processo que ocorre ao longo do tempo.”

A Mantaro Capital também vê oportunidades em empresas com receita em reais, ao mesmo tempo em que projeta um cenário mais desafiador para exportadoras. O sócio e gestor da casa, Paulo Abreu, diz que um corte agressivo nos juros americanos, de 0,5 ponto, combinado a uma alta de 0,25 ponto da Selic, criaria um diferencial de juros que voltaria a beneficiar o real.

No entanto, Abreu pondera que as empresas que seriam as mais beneficiadas por um câmbio mais apreciado não representam os maiores componentes do índice. Por isso, ele defende que “o cenário é bom para a bolsa aqui, mas não necessariamente bom para o Ibovespa, porque ele não é o mecanismo mais importante para capturar eventos de risco por causa da forte presença de ações de commodities”.

“Preferimos serviços financeiros, setor de saúde e imobiliário, de média e alta renda. São segmentos que se beneficiam da redução de prêmio de risco Brasil apesar do aperto monetário”, avalia o gestor da Mantaro.

Lemos, da Fator, considera que o Ibovespa tem espaço para valorização por ver várias empresas atrativas, mesmo entre as mais ligadas a commodities. “Pode haver uma troca, pois continuam sendo grandes geradoras de caixa, e há potencial de resiliência dos ‘earnings’ do índice”, afirma. A gestora, porém, enfatiza a necessidade de analisar a empresa em si, já que ações de setores atrativos podem não ter desempenho tão bom.

Emergentes se tornaram uma redundância

Análise

Gene Frieda
Financial Times

À medida que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) caminha na direção dos cortes das taxas de juro, alguns apregoam o ressurgimento iminente dos “mercados emergentes”. Mas a que mercados se referem? Quênia ou Catar? Coreia do Sul ou Colômbia? Exportadores de commodities ou titãs da tecnologia?

Seja com relação a ações ou a bônus, a expressão “mercados emergentes” não faz mais justiça à ampla gama de participantes dos vários índices de mercados emergentes que foram criados, antes de tudo, para atrair o interesse dos investidores.

Qual é a melhor definição de um mercado emergente? É todo país que não seja uma das dez economias avançadas “legadas”. O restante dos mercados emergentes representa 87% de todos os países, 85% da população mundial e pouco menos de 50% do PIB mundial. E também responde por cerca de um terço dos ativos financeiros do mundo, de acordo com Jon Anderson, do EMAdvisors Group. De certa maneira, a definição atual de mercado emergente se aplica a quase todo mundo e ao mesmo tempo não define quase nada (exceto a esperança).

A criação de índices de mercados emergentes em que vale a pena investir, a partir do fim dos anos 1980, marcou um passo importante na mobilização de investimentos de carteiras estrangeiras para economias em desenvolvimento. O aprofundamento da globalização do comércio e o aumento do interesse dos investidores estrangeiros em mercados emergentes se reforçavam mutuamente.

Mas é cada vez menos útil, quando não enganoso, defender algum dos índices de referência de mercados emergentes, porque seus participantes falhariam em testes básicos de similaridade no comportamento de ativos e na diversidade de retornos.

No seu ponto extremo, o pacote atual de índices de referência é sumamente prejudicial, porque o desempenho econômico e financeiro de um país precisa chegar a um ponto negativo extremo antes de que esse país seja excluído do índice. Em vários momentos dos últimos 25 anos, Argentina, Venezuela, Turquia, Nigéria, Egito e Ucrânia foram exemplos de países que continuaram a receber entradas de recursos residuais porque integravam índices de referência, embora tivessem políticas econômicas insustentáveis.

Para os possíveis investidores que se baseiam em índices, a China é um elefante na sala. Ela pode não transmitir seu peso econômico nos vários índices, mas seu predomínio econômico e, mais importante, seus diferentes motores financeiros a diferenciam de todos os outros países no índice. O ponto-chave não é que a China seja grande demais ou dominante nos índices de ações e bônus em que se pode investir (apesar do fato de que, como está perto de 25% do índice de ações de mercados emergentes, isso ainda seja um problema), mas sim que o “boom” de investimentos na China, que alimentou um crescimento tão forte na demanda por commodities, terminou há mais de uma década.

O outro grande problema para o universo dos emergentes é o dólar, dado que os índices de referência são baseados nessa moeda. Isso torna esses índices altamente voláteis em comparação com os índices de referência mundiais como um todo quando os retornos dos ativos subjacentes dos emergentes são de fato “convertidos” para a moeda americana. As oscilações acontecem em ambas as direções, mas com tendência a retornos extremamente negativos em períodos de aversão ao risco. Consequentemente, os índices de mercados emergentes são alugados com frequência, mas é raro que sejam comprados para o longo prazo.

Há também uma única premissa errônea em que o investimento em emergentes tem se baseado: a da futura convergência para os níveis de renda dos países ricos. O desempenho acima da média do crescimento econômico deveria levar as moedas dos mercados emergentes a se valorizarem em termos reais em relação às dos países desenvolvidos, e desse modo turbinar um desempenho acima da média de seus ativos em termos de dólar.

Mas como Anderson demonstrou, quando a China é removida da amostra, a participação dos demais mercados emergentes no PIB mundial está estagnada em 28% desde 1960. E desde 1980 as únicas economias emergentes a convergir em mais de 1 ponto porcentual em relação ao nível de renda dos EUA são China (53 pontos porcentuais), Índia (7 pontos), Coreia do Sul (4 pontos), Indonésia (2 pontos) e Cingapura (2 pontos). Infelizmente, não havia índice de investimentos disponíveis para esses mercados.

Então, o que um possível investidor deve fazer? Em vez de se livrar dos pontos positivos junto com os problemas, a maneira mais simples de “reformar” os índices de mercados emergentes seria exigir produtos de índice que tenham um seguro parcial contra o dólar. Os testes com dados históricos em vários horizontes de tempo mostram que os retornos do índice de mercados emergentes são maiores de uma maneira consistente quando são financiados contra uma cesta 50/50 de dólares e euros, em vez de apenas na moeda dos EUA.

Em segundo lugar, deveria haver um deslocamento de um índice “guarda-chuva”, que abrange os equivalentes a joias e a tralhas, em favor de um conjunto de cestas de investimento temáticas e personalizáveis. Os investidores precisam de maneiras melhores de diferenciar entre a miríade de temas em oferta nos mercados emergentes. Adotar a diversidade do grupo de países que hoje são conhecidos como emergentes exige a aposentadoria do próprio descritor. Ele dá uma má reputação a essa classe de ativos.

Gene Frieda é pesquisador visitante sênior na London School of Economics e ex-estrategista global da Pimco

Curtas

Bradesco e John Deere

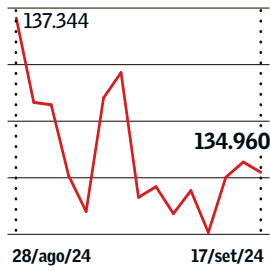
A superintendência-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) deu aval à aquisição do banco da fabricante de máquinas agrícolas John Deere pelo Bradesco. O autorização para a operação foi publicada ontem no “Diário Oficial da União” (DOU). Segundo o Bradesco, a operação vai favorecer o banco na entrada no agronegócio e construção no Brasil. Já o Grupo Deere avalia que o negócio possibilitará a captação financeira necessária para promover o crescimento no Brasil e diversificar as opções de financiamento ofertadas para seus equipamentos, peças e serviços. A operação precisa, agora, ser aprovada pelo Banco Central.

Debêntures da Armac

A empresa de locação de máquinas pesadas Armac começou apresentações aos investidores para uma oferta de R$ 1 bilhão em debêntures. A companhia pretende usar o dinheiro para o resgate de outros papéis, emitidos em 2021 e que venceriam em 2028. Os papéis serão emitidos em duas séries, com prazo de oito e dez anos. A remuneração será de, no máximo, DI mais 1,35% para a primeira série e DI mais 1,6% na segunda série. *(Rita Azevedo)*

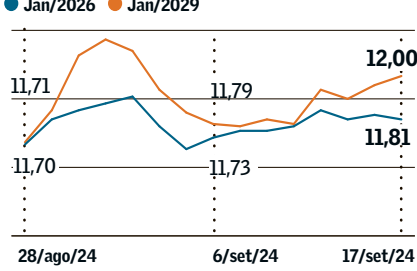
INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

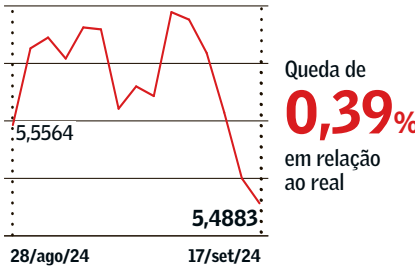
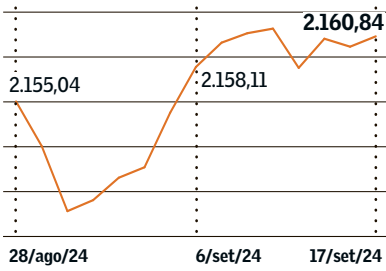
Queda de **0,12%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 17/set/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-0,04
S&P 500	0,03
Euronext 100	0,42
DAX	0,50
CAC-40	0,51
Nikkei-225	-1,03
SSE Composite	Feriado

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

5,5564
5,4883
28/ago/24
17/set/24

Queda de **0,39%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Mercados Juros futuros de curto e médio prazos também recuam; no exterior, moeda americana sobe

Dólar cai pelo 5º dia antes de Fed e Copom

Arthur Cagliari, Bruna Furlani, Cristiana Euclydes, Gabriel Caldeira e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

Embalado pelo maior diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos, o dólar à vista anotou a quinta sessão seguida de depreciação frente ao real, ao terminar a sessão de ontem cotado a R$ 5,4883, em queda de 0,39% no mercado à vista. No período, o dólar anotou recuo de quase 3%.

A sessão de ontem inclusive foi mais uma em que o real foi destaque positivo, ao registrar o terceiro melhor desempenho entre as 33 moedas mais líquidas acompanhadas pelo **Valor**.

A estrategista de moedas emergentes Teresa Alves, do Goldman Sachs, avalia em relatório enviado a clientes que, embora acredite que um novo ciclo de alta de juros possa beneficiar a moeda brasileira, ainda é necessária uma "articulação clara sobre o compromisso com uma âncora fiscal a médio prazo" para "desbloquear" toda a extensão do valor do real. Nos cálculos de Alves, o valor do real está cerca de 8% abaixo do nível apontado como "justo" pelos modelos do banco americano.

O comportamento do câmbio doméstico destoou do movimento visto no exterior. No fim da tarde de ontem, o índice DXY, que mede o desempenho do dólar contra uma cesta de outras seis moedas fortes, operava em alta de 0,24%, aos 101,004 pontos.

Parte do impulso do dólar no exterior veio após números mais fortes que o esperado do varejo e da indústria dos Estados Unidos em agosto. "Os gastos do consumidor têm sido o principal motor da economia dos EUA", diz o economista sênior do CIBC Economics, Ali Jaffery, em relatório. "Mas, com o mercado de trabalho começando a mudar, esperamos que esse ritmo de gastos seja mais difícil de sustentar, porque o crescimento da renda fica restrito", afirma.

Segundo o economista, parece improvável que a modesta surpresa positiva no relatório de ontem mude o cálculo do Fed, ao mesmo tempo em que o mercado continuou se inclinando na direção de um corte mais agressivo, de 0,5 ponto. "Esperamos que haja uma ampla gama de visões dentro do comitê e nenhum consenso forte sobre o ritmo, mas um sinal inequívoco de que as taxas estão caindo."

Em Wall Street, o índice Dow Jones fechou em queda de 0,04%; o S&P 500 subiu 0,03%; e o Nasdaq teve alta de 0,20%. No mercado de Treasuries, o retorno da T-note de dois anos subiu de 3,561% para 3,615%, enquanto a taxa do papel de dez anos passou de 3,623% para 3,659%.

Já no Brasil, houve recuo dos juros futuros, especialmente os de prazo curto e intermediário. Ao longo da sessão, a curva de juros chegou a operar pressionada, mas, à medida que o mercado se ajustou à provável alta de 0,25 ponto percentual da Selic e à precificação por um corte mais agressivo do Fed, de 0,5 ponto, os juros passaram a cair, ainda que as taxas de longo prazo tenham encerrado a sessão com algum estresse residual.

A taxa do DI com vencimento em janeiro de 2025 recuou de 10,96% do ajuste anterior para 10,945%; e a do DI de janeiro de 2026 teve queda firme, ao passar de 11,835% para 11,78%.

> "É necessária uma articulação clara sobre compromisso com âncora fiscal"
> *Teresa Alves*

Vale notar que a dinâmica do mercado de juros voltou a repercutir a influência da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de hoje. Para um operador, a alta das taxas de longo prazo, ao mesmo tempo em que os juros curtos caíram, guarda relação com a expectativa de que o colegiado ingressará em um ciclo de aumento gradual da Selic nos próximos meses, a começar pela reunião de hoje, e não optará por dar início de forma mais agressiva.

A avaliação do estrategista Mario Lima, da Medley Advisors, é de que o comitê também deve optar por manter a flexibilidade em sua comunicação e não fechar a porta para a possibilidade de acelerar o ritmo do aperto monetário, sublinhando que os movimentos serão feitos com cautela.

Na projeção da casa, o ciclo de aperto monetário não deve ser tão longo: a Selic deve alcançar 11,5% ao fim deste ano, com uma alta adicional de 0,25 ponto na primeira reunião do ano que vem, o que levaria a taxa básica de juros a 11,75% no fim do ciclo.

"Precisam manter a flexibilidade e não devem se comprometer com o próximo movimento. Acredito que deveriam dizer, abertamente, que o balanço de riscos está assimétrico neste momento e a prescrição é de manter a vigilância e que os passos seguintes vão ser decididos com os novos dados", afirma Lima.

Outro fator fundamental, na visão do estrategista, é o comitê demonstrar coesão e votar de forma unânime. "O BC não pode mais não ter decisão unânime nas próximas reuniões. A função de reação de todo mundo tem que ser igual neste momento", avalia.

'EUA terão período positivo para bolsa e investidor vai buscar mais setores'

Eduardo Magossi
De São Paulo

Os Estados Unidos passarão por um processo de desinflação nos próximos três a cinco anos que será acompanhado de um período de crescimento econômico e consumo resiliente, segundo o chefe de estratégia econômica e de mercado da gestora ClearBridge, Jeffrey Schulze.

"Será um processo semelhante ao que aconteceu em meados da década de 90. Temos muitos investimentos em tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, que vão gerar ganhos de produtividade nos EUA", disse em entrevista ao **Valor**.

Os investimentos em empresas de internet feitos entre 1995 e 2010, de acordo com ele, impulsionaram a produtividade em 1% ao ano no período. "Podemos ver esse impulso novamente agora, o que gera maior crescimento e lucros mais robustos para as empresas americanas, porque se tornam mais produtivas", afirmou.

Schulze também se diz otimista com a resiliência do consumidor nos EUA. Para ele, os US$ 5 trilhões transferidos à população pelo governo durante a pandemia deixaram o consumidor em boa posição. "O cenário de consumo continuará sendo o mesmo registrado nos últimos 12 meses. Vemos uma redução nos gastos do consumidor de baixa renda, mas não é preocupante e por isso o Federal Reserve [Fed, banco central dos EUA] não vai querer ficar atrás da curva."

Segundo o estrategista, os 20% de americanos de renda mais elevada representaram 38% dos gastos com consumo no segundo trimestre deste ano, o que compensa qualquer enfraquecimento nas faixas de renda mais baixa. "Na perspectiva de renda, os americanos mais ricos também registraram valorização expressiva em seus ativos, sejam ações, renda fixa ou imóveis. E os dados de emprego mostram que as empresas continuam mantendo seus funcionários, o que parece ser mais um indicativo de pouso suave do que de recessão."

Mesmo em um custo importante para os americanos — as taxas de financiamento imobiliário —, a alta de juros não provocou impacto importante, diz. "As taxas hipotecárias subiram de 3% para 7%, mas o fato de serem fixas e de longo prazo protegeu os mutuários de parcelas mais elevadas, com as hipotecas subindo apenas de 3,2% para 3,8%."

Schulze diz que os próximos 12 meses serão de uma economia mais dinâmica e as bolsas terão desempenho melhor, com investidores abrindo o leque para mais ações e setores. "A razão pela qual as 'sete magníficas' [as sete grandes de tecnologia] tiveram bom desempenho no ano passado foi porque registraram crescimento de lucros superior ao mercado mais amplo."

Segundo ele, em 2023, essas companhias tiveram, em média, crescimento de 34% nos lucros, enquanto as demais 493 empresas do S&P 500 registraram queda de 4% e o índice Russell 2000, de "small caps", caiu 12%. "Então os investidores foram para as 'sete' porque registraram forte crescimento em um momento em que o resto do mercado estava com dificuldades."

Para 2024, a expectativa é que o intervalo entre os lucros das "big techs" e do mercado mais amplo diminua. Schulze trabalha com um crescimento nos lucros de 30% para as sete magníficas, e de um dígito médio para as demais ações do S&P e do Russell 200. Para 2025, projeta que as sete superem as demais ações do S&P em 5%, e que o Russell 2000 supere as sete em um dígito duplo. "As vantagens das big techs já não serão tão grandes e veremos uma rotação mais duradoura para outros setores do mercado que tiveram desempenho inferior nos últimos 18 meses."

LEO RODRIGUES/VALOR

Schulze, da ClearBridge: novo impulso gera maior crescimento e lucros maiores para as empresas americanas

Na sua visão, a normalização das cadeias de abastecimento após a pandemia fez a inflação cair de forma mais duradoura, e o fato de o Fed manter os juros acima de 5% por mais tempo reduziu parte do excesso de demanda agregada.

"Com a inflação caindo, consumo resiliente e sem recessão, chegou a hora de o Fed cortar juros para não criar recessão. Mas ele não precisa ter pressa", disse. "Acredito que teremos um corte de 0,25 ponto percentual [na reunião de hoje], outro em dezembro e outro no primeiro trimestre de 2025. Com esse corte de 0,75 ponto ou pouco mais, o Fed vai criar um pouso suave similar aos registrados em 1984 e 1995."

Ele diz não acreditar, contudo, que o juro chegará a 3% na conclusão do ciclo, no fim de 2026, como indicado pelo "dot plot", o gráfico de pontos da autoridade monetária. "O motivo é que, se a taxa dos 'Fed funds' ficar abaixo do crescimento nominal do PIB, o banco central ficará acomodatício. Se ficar acima, continuará restritivo. Com a previsão de Fed funds a 3% e meta de inflação de 2%, supõe-se um crescimento do PIB de 1%. Mas o PIB está bem acima de 1% neste ciclo, o que provavelmente deixará a taxa de juro de fim de ciclo em 4%."

Acionista via fundo prefere delegar voto para gestora

Madison Darbyshire
Financial Times, de Nova York

A Vanguard deu aos investidores de alguns de seus fundos a opção de votar em assuntos de interesse das empresas investidas no ano passado, como parte de um esforço inédito para permitir aos cotistas se manifestarem sobre a governança das maiores empresas dos Estados Unidos. Quase metade dos cotistas, no entanto, optou por deixar a própria Vanguard fazer isso por eles.

Cerca de 45% dos acionistas via fundos escolheram deixar a gestora de recursos, que soma US$ 9,7 trilhões, votar por eles.

A mudança ocorre enquanto os maiores provedores de investimentos passivos, como ETFs (fundos negociados em bolsa), lidam com a pressão política da esquerda e da direita por exercer o voto que têm sobre as empresas dos EUA. Os críticos alegam que as gestoras de fundos passivos têm muito poder porque controlam de 15% a 20% das ações em muitas das empresas listadas.

À medida que a retaliação às iniciativas ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) dos investidores se intensificou, os gestores de recursos se apressaram para encontrar maneiras de transferir a responsabilidade pela votação diretamente para aos acionistas individuais em seus fundos, em nome dos quais eles votavam anteriormente.

A BlackRock e a State Street também lançaram recentemente programas para permitir que alguns investidores individuais votassem proporcionalmente a suas ações. As gestoras já deram a alguns investidores institucionais a capacidade de escolher deveriam votar.

Mas muitos investidores mostraram que estão felizes em deixar as gestoras de recursos se manifestarem por eles.

"É uma resposta baseada em dados para a pergunta que alguns levantaram sobre 'O que os investidores realmente querem?' e 'É apropriado que o gestor de ativos decida o voto por suas ações?' ", disse John Galloway, chefe global de administração de investimentos da Vanguard, que lidera o programa piloto de voto por procuração.

Os dados mostram que, para muitos investidores, "isso parece totalmente apropriado porque eles estão do mesmo lado dos acionistas".

A política da Vanguard para ações com direito a voto é clara e apoia medidas que criam valor para os acionistas, disse Galloway. É "gratificante ver que essa política é algo que ressoa com os investidores".

> "Isso mostra que os investidores valorizam a tomada de decisão de seus gestores"
> *Matteo Tonello*

O programa piloto da Vanguard, lançado no início de 2023 e expandido este ano, permitiu que investidores em cinco fundos participassem da votação por procuração em propostas das empresas. Os investidores nos fundos com mais de US$ 100 bilhões em ativos combinados poderiam selecionar opções como abster-se; votar com foco em ESG; votar junto com o conselho da empresa; ou permitir que a Vanguard exercesse o voto referente a suas ações. A participação no piloto era voluntária.

Quase um quarto dos 40 mil investidores de varejo no programa votaram por apoiar as propostas ligadas a ESG, de acordo com os dados, enquanto 30% optaram por seguir as recomendações dos conselhos da empresa. Mas o maior número de investidores escolheu votar de acordo com as recomendações da Vanguard, da mesma forma que a gestora fazia antes desse programa.

"O fato de os investidores de varejo terem optado por permitir que a Vanguard votasse por suas próprias ações é bastante significativo... mostra que eles valorizam as práticas de tomada de decisão que seus gestores institucionais adotam em relação a essas questões", disse Matteo Tonello, diretor administrativo de pesquisa de ESG no The Conference Board, um "think-tank" dos EUA.

As iniciativas de votação por procuração individual foram em grande parte uma resposta à forte politização do ativismo ESG nos EUA, à medida que os gestores de recursos foram criticados e os políticos questionaram a capacidade dessas empresas de votarem de uma forma coerente com os interesses dos acionistas subjacentes.

"Da próxima vez que os republicanos reclamarem de democracias corporativas não representativas, os gestores de recursos vão se virar e dizer para olhar os dados", disse Shiva Rajgopal, professora da Columbia Business School.

A adoção do programa também tem sido lenta, com apenas 2% dos 2 milhões de investidores individuais convidados a participarem. "Isso coloca em perspectiva que talvez menos pessoas estejam realmente inteiradas sobre os detalhes da votação por procuração do que o esperado", disse Ali Saribas, sócio e especialista em governança corporativa da consultoria SquareWell Partners. Ele acrescentou que a Vanguard manteve um perfil mais baixo em questões de ESG do que a BlackRock e a disposição dos investidores em permanecer com a Vanguard "sugere que sua abordagem de administração é amplamente incontroversa".

Mercado de capitais Empresa será primeira brasileira a abrir capital na bolsa americana em três anos

Moove, da Cosan, avança em IPO nos EUA

Fernanda Guimarães e Rita Azevedo
São Paulo

A Moove, controlada da Cosan, deve fazer a primeira oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) de uma empresa brasileira no mercado americano em quase três anos. A companhia, que fabrica lubrificantes, protocolou na comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos (SEC) o pedido de registro da operação na última segunda-feira. Segundo fontes, o plano é precificar a oferta na metade de outubro.

As interações com investidores foram positivas, disse um interlocutor. Uma das fontes consultadas afirmou que a Moove, por se tratar de uma multinacional, sempre colocou na mesa a possibilidade de uma oferta nos Estados Unidos e a decisão, assim, não teria relação direta com a seca de IPOs no mercado local, que já dura três anos.

"A oferta lá tem a ver com a empresa ser global. Hoje 50% das receitas são fora da América do Sul. Suas ambições são globais", relatou uma das fontes, que falou na condição de anonimato. Assim, disse, "não se trata de uma tendência de listagem de brasileiras nas bolsas americanas".

A última companhia a estrear no mercado de ações americano foi o Nubank em dezembro de 2021. No mercado brasileiro, o IPO mais recente foi da fabricante de fertilizantes Vittia, em setembro de 2021.

Uma fonte próxima da Moove disse que todas as empresas comparáveis estão listadas nos Estados Unidos ou na Europa. Destacou ainda que o fato de as empresas brasileiras listadas fora do Brasil agora poderem integrar o MSCI Brasil também ajuda. "Antes, as brasileiras listadas fora ficavam órfãs de estarem em índices brasileiros", explicou.

No prospecto, a administração da empresa não diz quanto pretende captar com a operação. No primeiro semestre, a Moove teve lucro de R$ 237,6 milhões, revertendo um prejuízo de R$ 58,4 milhões registrado no mesmo período do ano passado, e quase alcançando o lucro de R$ 266 milhões de 2023 completo. A receita no período de janeiro a junho foi de R$ 5,02 bilhões, 1,6% menor na comparação com igual período de 2023. No ano passado, a receita da Moove somou R$ 10,1 bilhões.

Agora, após fazer o arquivamento da documentação, a companhia tem quinze dias para atualizar os dados, quando abrirá o tamanho da oferta e seu "valuation". Com isso, poderá começar o roadshow com investidores, o que está previsto para o início de outubro. A precificação e estreia na bolsa americana deverá ocorrer, assim, na metade do próximo mês. A estimativa é que seu valuation fique em 10 vezes o Ebitda.

A companhia foi criada após a aquisição pela Cosan dos ativos de fabricação e distribuição de lubrificantes da ExxonMobil no Brasil em 2008 e atende clientes de setores como automotivo e de aviação. Sua principal fábrica fica no Rio de Janeiro, com capacidade de de produção anual de aproximadamente 400 milhões de litros, mas a empresa também tem plantas em São Paulo. Lá fora, mantém fábricas no Reino Unido e nos Estados Unidos.

J.P. Morgan, Bank of America, Citi, Itaú BBA, BTG Pactual e Santander coordenam a oferta.

IA generativa eleva produtividade de bancos

Daniela Braun
De São Paulo

O uso de inteligência artificial (IA) pode elevar em 25% a 35% a produtividade do setor bancário no desenvolvimento e nos testes de softwares para novas aplicações digitais, mostra o "Estudo de Tecnologias Emergentes para o Setor Bancário" da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

"A IA é uma tecnologia conhecida há décadas, mas a IA generativa trouxe um salto de adoção rápida em diversos setores, além do bancário", afirma o diretor do comitê de inovação e tecnologia da Febraban, Rodrigo Dantas, ao **Valor**.

No setor de bens de consumo, por exemplo, a IA generativa acelerou em 10% o ciclo de desenvolvimento de software, em menos de seis meses, destaca o líder de dados e IA da Accenture América Latina, Daniel Lázaro. "Houve redução de 50% na geração de cenários de testes e de 30% em revisão de relatórios de erros e definição de critérios de aceite", ilustra o executivo.

O ganho de produtividade com o uso da IA já é visto pelo setor na área de desenvolvimento de software, destaca Dantas. "Hoje, é possível usar a IA para gerar testes de aplicações dando suporte à equipe humana."

Além da área de tecnologia, o impacto da IA generativa para a produtividade será mais evidente nos setores de marketing, financeiro, de serviço ao cliente, recursos humanos, vendas e jurídico, aponta o relatório.

Entre os exemplos práticos de uso da IA generativa estão assistência a operadores de "contact center", leitura e elaboração de documentos jurídicos e relatórios financeiros, criação e sumarização de conteúdos. Os processos ligados ao relacionamento com clientes e à gestão de documentos são os de maior impacto, segundo o estudo.

"A IA é capaz de organizar o imenso volume de dados dos bancos, identificar padrões e sugerir ofertas diferenciadas, por exemplo", cita a diretora-adjunta de inovação, tecnologia bancária e cibersegurançadaFebraban, Carolina Sansão.

O levantamento envolveu sondagens com 90 especialistas que integram o grupo de trabalho de tecnologia da Febraban, bem como visitas técnicas a empresas de tecnologia na Irlanda e na Inglaterra. "A pesquisa é um indicador de como os bancos estão se preparando para o que está por vir", diz Dantas.

> "Houve redução de 50% na geração de cenários e de 30% em revisão de erros"
> *Daniel Lázaro*

Além da IA generativa, o estudo feito entre março e junho deste ano aponta oportunidades para os bancos em criptoativos, cibersegurança, computação quântica, identidade digital e biometria, nos próximos anos.

Apesar dos benefícios, a IA generativa também carrega riscos. O aumento de golpes ("phishing"), de disseminação de softwares maliciosos ("malware") e manipulações de imagens falsas ("deepfakes") são vistos como riscos para 46% dos pesquisados, enquanto 20% também se preocupam com a exposição de dados pessoais.

Em 2024, os bancos brasileiros devem investir R$ 1,16 bilhão em IA generativa e análise de dados, alta de 43% ante 2023, projeta a "Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária", divulgada no fim de junho. A sondagem feita com 28 bancos mostrou que 54% possuem tecnologias de IA generativa com foco em inteligência cognitiva (25%), robôs consultores (21%) e biometria por voz (17%).

DIVULGAÇÃO

Dantas, da Febraban: IA generativa trouxe salto de adoção de tecnologia

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 17/09/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.247,2019430	0,05	0,52	6,85
IRF-M	1+**	20.561,8228350	0,00	0,71	3,11
IRF-M	Total	18.698,8894620	0,01	0,64	4,21
IMA-B	5***	9.463,7369860	0,07	0,52	5,42
IMA-B	5+****	11.418,1539210	0,03	-0,40	-1,61
IMA-B	Total	10.052,9811910	0,05	-0,02	1,47
IMA-S	Total	6.887,8938420	0,04	0,48	7,78
IMA-Geral	Total	8.350,2988190	0,04	0,39	5,04

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	03/09	02/09	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,50	32,08	33,22	32,55	32,48	28,99
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	23,99	24,22	23,97	23,58	25,20	22,79
Conta garantida pré - a.a.	39,42	39,43	51,50	45,01	36,70	48,18
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,27	21,63	21,53	21,37	21,79	25,79
Vendor pré - a.a.	16,45	16,38	15,99	16,90	15,92	17,74
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,00	16,32	14,05	15,23	16,73	17,52
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,28	18,64	19,06	18,24	18,14	17,41
Conta garantida pós - a.a.	24,60	24,18	23,95	24,41	24,65	27,65
ACC pós - a.a.	7,58	7,66	7,80	8,10	7,85	8,73
Factoring - a.m.	3,26	3,25	3,18	3,22	3,25	3,50

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	17/09/24	16/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3800	5,3300	5,3200	5,3200	5,3100
1 mês	-	5,3414	5,3431	5,3465	5,3532	5,3133
3 meses	-	5,3697	5,3687	5,3684	5,3670	5,2263
6 meses	-	5,3972	5,3966	5,3951	5,3935	5,1203
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6620	3,6640	3,6540	3,6640	3,6500
1 mês	-	3,6682	3,6683	3,6690	3,6686	3,6580
3 meses	-	3,6798	3,6848	3,7145	3,7519	3,5204
6 meses	-	3,8167	3,8256	3,8379	3,8562	3,2580
1 ano	-	3,9131	3,9126	3,9130	3,9125	2,4179
Euribor ***						
1 mês	-	3,412	3,489	3,589	3,595	3,762
3 meses	-	3,488	3,460	3,490	3,560	3,878
6 meses	-	3,285	3,293	3,360	3,367	4,055
1 ano	-	2,975	2,970	3,088	3,139	4,169
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	4,92	4,92	5,05	5,26	5,42	5,38
T-Bill (3 meses)	4,86	4,87	4,97	5,09	5,22	5,47
T-Bill (6 meses)	4,56	4,60	4,67	4,85	4,98	5,52
T-Note (2 anos)	3,62	3,56	3,61	3,90	4,05	5,04
T-Note (5 anos)	3,45	3,41	3,43	3,67	3,76	4,47
T-Note (10 anos)	3,66	3,62	3,65	3,86	3,88	4,35
T-Bond (30 anos)	3,96	3,93	3,97	4,15	4,14	4,42

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	set/24*	ago/24	Mês jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,47	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,60	11,20
CDI	0,47	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,60	11,20
CDB (1)	0,73	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	6,81	9,99
Poupança (2)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
Poupança (3)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
IRF-M	0,64	0,66	1,34	-0,29	0,66	-0,52	4,21	8,26
IMA-B	-0,02	0,52	2,09	-0,97	1,33	-1,61	1,47	5,32
IMA-S	0,48	0,90	0,94	0,81	0,83	0,90	7,78	11,40
Renda Variável								
Ibovespa	-0,77	6,54	3,02	1,48	-3,04	-1,70	0,58	17,51
Índice Small Cap	0,44	4,52	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	-9,29	-2,18
IBrX 50	-1,03	6,51	3,15	1,63	-3,11	-0,62	2,08	19,46
ISE	1,11	5,98	2,84	1,10	-3,61	-6,02	-0,97	9,55
IMOB	4,63	5,86	4,82	1,06	-0,73	-11,56	-3,45	4,77
IDIV	0,60	6,68	1,90	1,99	-0,99	-0,56	5,64	21,94
IFIX	-1,18	0,85	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,28	5,63
Dólar Ptax (BC)	-2,74	-0,10	1,86	6,05	1,35	3,51	13,63	14,92
Dólar Comercial (mercado)	-2,56	-0,38	1,18	6,46	1,09	3,54	13,10	13,79
Euro (BC) (4)	-2,25	2,08	2,92	4,73	2,89	2,37	14,27	17,26
Euro Comercial (mercado) (4)	-2,02	1,77	2,23	5,07	2,79	2,43	13,62	16,00
Ouro (BC)	-0,34	3,19	5,98	5,97	2,87	7,18	41,07	48,11
Inflação								
IPCA	-	-0,02	0,38	0,21	0,46	0,38	2,85	4,24
IGP-M	-	0,29	0,61	0,81	0,89	0,31	2,00	4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 17/set. ** Até ago/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 12/09/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.740.559,67					3.424,85	51.885,76	359.208,76	304.732,81
RF Indexados (2)	144.614,63	-0,12	0,30	4,38	7,73	-140,75	-618,57	-12.506,77	-18.717,88
RF Duração Baixa Soberano (2)	697.901,70	0,04	0,33	6,88	10,34	-595,18	18.376,22	44.929,43	19.640,92
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	914.890,82	0,04	0,37	7,85	11,80	527,11	8.555,27	100.511,26	101.622,31
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	196.783,53	0,05	0,05	7,94	11,87	249,75	3.096,07	86.243,67	89.187,87
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	171.632,39	-0,02	0,14	6,17	9,19	-27,67	1.445,42	-3.604,46	-5.566,56
RF Duração Livre Soberano (2)	223.789,57	0,00	0,29	6,41	9,92	-112,52	6.590,51	-8.717,03	-24.576,56
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	677.470,29	0,02	0,30	7,03	10,72	1.073,04	5.181,80	-12.443,95	-28.667,57
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	412.801,03	-0,04	0,37	7,20	11,22	1.342,96	2.755,06	115.940,34	150.598,35
Ações	642.572,56					-256,38	-2.410,31	333,64	45.029,71
Ações Indexados (2)	10.775,28	-0,50	-1,42	-0,09	13,27	-17,25	91,32	271,14	-1.844,92
Ações Índice Ativo (2)	29.136,73	-0,56	-0,89	-1,31	10,25	-2,72	-996,76	-8.144,78	-7.538,30
Ações Livre	232.248,89	-0,23	-0,32	1,24	10,94	-87,34	-1.101,29	-2.151,15	-5.647,15
Fechados de Ações	125.447,37	-0,18	-0,19	-4,32	-0,84	5,27	1.188,63	-1.115,66	13.106,76
Multimercados	1.578.858,15					-2.061,48	-41.640,08	-185.871,34	-319.089,26
Multimercados Macro	143.712,46	0,07	0,54	3,42	7,27	-209,78	7.217,83	-36.837,79	-56.493,30
Multimercados Livre	587.202,36	0,03	0,29	6,52	10,79	-481,72	-41.643,24	-56.253,73	-116.344,97
Multimercados Juros e Moedas	47.413,35	0,04	0,38	6,94	10,79	-28,26	-1.771,95	-11.361,21	-15.592,58
Multimercados Invest. no Exterior (2)	718.059,61	-0,04	0,16	8,20	13,16	-1.355,36	-5.636,25	-82.316,53	-127.571,25
Cambial	6.381,38	-0,27	-0,09	20,76	20,68	-27,23	-74,12	-710,12	-1.009,05
Previdência	1.479.205,41					375,12	75,47	29.228,17	41.367,13
ETF	42.729,76					-113,11	-31,70	-3.373,53	-1.337,03
Demais Tipos	2.107.315,78					1.342,51	5.180,75	90.456,47	106.445,23
Total Fundos de Investimentos	**7.490.306,92**					**1.341,76**	**7.805,02**	**198.815,58**	**69.694,32**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.773.840,30**					**710,97**	**7.062,90**	**114.140,27**	**177.021,44**
Total Fundos Off Shore (4)	**49.457,77**					-	-	-	-
Total Geral	**9.313.604,99**					**2.052,73**	**14.867,92**	**312.955,85**	**246.715,75**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de julho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	17/09/24	16/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,9853
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,9853
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,49
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9853
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	13,05
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0277
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,86	10,84	10,78	10,77	10,62	12,41
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,31	11,32	11,22	11,28	11,06	11,81
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,66	10,65	10,58	10,53	10,45	12,75
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,74	10,74	10,67	10,62	10,52	12,60
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,88	10,88	10,80	10,79	10,62	12,38
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	11,04	11,02	10,95	10,98	10,76	12,20
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,31	11,32	11,21	11,30	11,03	11,83
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,71	11,73	11,63	11,74	11,52	10,81

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 17/09/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	99.600,35	10,618	387.784	10,614	10,622	10,614
Vencimento em nov/24	98.681,26	10,669	22.084	10,658	10,674	10,668
Vencimento em dez/24	97.908,91	10,784	21.321	10,774	10,802	10,774
Vencimento em jan/25	97.033,51	10,955	718.840	10,940	10,990	10,945
Vencimento em fev/25	96.107,59	11,106	10.880	11,080	11,135	11,085
Vencimento em mar/25	95.246,25	11,263	8.086	11,255	11,305	11,275
Vencimento em abr/25	94.437,31	11,364	192.798	11,330	11,420	11,330
Vencimento em mai/25	93.585,76	11,458	15.325	11,425	11,505	11,425
Vencimento em jun/25	92.707,77	11,520	6.952	11,475	11,570	11,475
Vencimento em jul/25	91.862,46	11,593	371.414	11,545	11,675	11,560
Vencimento em ago/25	90.905,11	11,653	2.914	11,650	11,715	11,655

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	5.488,26	-0,67	208.470	5.486,00	5.523,00	5.488,50
Vencimento em nov/24	5.507,65	-0,67	1.625	5.505,00	5.536,50	5.505,00
Vencimento em dez/24	5.524,56	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.544,78	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em fev/25	5.569,94	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	6.107,79	-0,66	5	6.115,00	6.115,00	6.115,00
Vencimento em nov/24	6.137,90	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	6.163,38	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	136.011	-0,18	65.325	135.140	136.720	136.280
Vencimento em dez/24	138.211	-	0	0	0	0
Vencimento em fev/25	140.301	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 17/09/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,5004	5,5010	-0,36	-2,74	13,63	12,98
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4877	5,4883	-0,39	-2,56	13,10	12,68
Dólar Turismo (R$/US$)	5,5249	5,7049	-0,35	-2,66	13,02	12,73
Euro (BC) - (R$/€)	6,1142	6,1155	-0,41	-2,25	14,27	17,67
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1001	6,1007	-0,51	-2,02	13,62	17,49
Euro Turismo (R$/€)	6,1808	6,3608	-0,39	-2,10	13,44	17,53
Euro (BC) - (US$/€)	1,1116	1,1117	-0,05	0,51	0,57	4,15
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	453,4542	453,5037	-0,93	-0,34	41,07	50,43
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.569,46	-0,55	2,66	24,42	33,60
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.575,50	-0,46	2,03	24,88	34,23

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	17/09/24	16/09/24	No fim de ago/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	176.159,67	176.494,27	178.922,92	173.997,89	-0,19	-1,54	1,24
Valor-Coppead Mínima Variância	103.817,17	104.460,09	105.748,61	93.533,91	-0,62	-1,83	10,99

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-
Raízen (2)	17/09/24	17/01/35	124	1.000	5,7	2,18	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 17/09/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 17/09/24

Índice	17/09/24	16/09/24	Em 30/08/24	Em 29/12/23	Em 17/09/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	183,88	185,07	188,53	165,54	157,30	-0,65	-2,47	11,08	16,89
S&P BNY Emergentes	353,49	353,81	354,71	312,75	290,79	-0,09	-0,35	13,03	21,56
S&P BNY América Latina	198,83	198,66	196,58	225,28	202,08	0,09	1,15	-11,74	-1,61
S&P BNY Brasil	199,00	198,79	197,44	232,95	207,87	0,11	0,79	-14,57	-4,27
S&P BNY México	291,92	290,74	286,82	331,67	303,37	0,41	1,78	-11,98	-3,77
S&P BNY Argentina	295,14	294,18	268,80	178,27	140,02	0,33	9,80	65,56	110,79
S&P BNY Chile	138,71	140,63	143,28	162,12	159,26	-1,36	-3,19	-14,44	-12,91
S&P BNY Índia	3.215,80	3.223,35	3.175,88	2.923,01	2.854,09	-0,23	1,26	10,02	12,67
S&P BNY Ásia	213,93	215,42	218,99	189,60	181,33	-0,69	-2,31	12,83	17,98
S&P BNY China	297,91	293,22	294,08	336,11	333,44	1,60	1,30	-11,36	-10,65
S&P BNY África do Sul	198,88	198,88	192,07	199,87	196,93	0,00	3,55	-0,50	0,99
S&P BNY Turquia	31,05	30,94	33,07	22,45	23,18	0,34	-6,11	38,28	33,97

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
31/08 a 01/10	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760
01/09 a 01/10	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718	0,5718	0,8150
03/09 a 03/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8184
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8186
05/09 a 05/10	0,0718	0,5722	0,5722	0,8193
06/09 a 06/10	0,0682	0,5685	0,5685	0,7829
07/09 a 07/10	0,0645	0,5648	0,5648	0,7460
08/09 a 08/10	0,0684	0,5687	0,5687	0,7846
09/09 a 09/10	0,0722	0,5726	0,5726	0,8231
10/09 a 10/10	0,0724	0,5728	0,5728	0,8245
11/09 a 11/10	0,0726	0,5730	0,5730	0,8269
12/09 a 12/10	0,0730	0,5734	0,5734	0,8312
13/09 a 13/10	0,0693	0,5696	0,5696	0,7943
14/09 a 14/10	0,0656	0,5659	0,5659	0,7566
15/09 a 15/10	0,0694	0,5697	0,5697	0,7952
16/09 a 16/10	0,0733	0,5737	0,5737	0,8338

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 17/09/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	134.960	-0,12	-0,77	0,58	13,64
IBrX	57.046	-0,12	-0,72	1,06	14,05
IBrX 50	22.680	-0,13	-1,03	2,08	14,96
IEE	93.363	-0,11	0,51	-1,68	5,16
SMLL	2.134	0,00	0,44	-9,29	-2,69
ISE	3.727	0,07	1,11	-0,97	9,70
IMOB	976	-0,61	4,63	-3,45	8,45
IDIV	9.585	-0,40	0,60	5,64	18,72
IFIX	3.354	-0,21	-1,18	1,28	3,70
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.534	0,24	2,03	-11,48	0,59
IBrX	10.370	0,24	2,08	-11,06	0,95
IBrX 50	4.123	0,23	1,77	-10,16	1,75
IEE	16.972	0,25	3,34	-13,47	-6,93
SMLL	388	0,36	3,28	-20,17	-13,88
ISE	678	0,43	3,97	-12,85	-2,90
IMOB	177	-0,25	7,58	-15,03	-4,01
IDIV	1.742	-0,04	3,44	-7,03	5,08
IFIX	610	0,15	1,61	-10,87	-8,22

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	Spread 29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
jan/24	353.563	05/09/24	368.984
fev/24	352.705	06/09/24	369.769
mar/24	355.008	09/09/24	369.339
abr/24	351.599	10/09/24	369.785
mai/24	355.560	11/09/24	370.260
jun/24	357.827	12/09/24	370.017
jul/24	363.282	13/09/24	371.009
ago/24	369.214	16/09/24	371.538

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	17/09/24	16/09/24	13/09/24	12/09/24	11/09/24	10/09/24
Índice	2.160,84	2.159,92	2.160,63	2.158,03	2.161,53	2.161,12
Var. no dia	0,04%	-0,03%	0,12%	-0,16%	0,02%	0,04%
Var. no mês	0,73%	0,68%	0,72%	0,59%	0,76%	0,74%
Var. no ano	4,63%	4,59%	4,62%	4,49%	4,66%	4,64%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 17/09/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	33,3800	33,4000	0,16470	0,16480
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,5004	5,5010
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,6832	36,7751	0,1496000	0,1500000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7847	0,8019
Colon (Costa Rica)	514,2100	520,3600	0,010570	0,010700
Coroa (Dinamarca)	6,7121	6,7126	0,8194	0,8196
Coroa (Islândia)	136,9100	137,0900	0,04012	0,04018
Coroa (Noruega)	10,5982	10,6014	0,5188	0,5191
Coroa (Rep. Tcheca)	22,5750	22,5870	0,2435	0,2437
Coroa (Suécia)	10,1900	10,1925	0,5397	0,5398
Dinar (Argélia)	131,9854	132,5294	0,04150	0,04168
Dinar (Kuwait)	0,3050	0,3051	18,0282	18,0361
Dinar (Líbia)	4,7478	4,7701	1,1531	1,1586
Direitos Especiais de Saque ***	1,3517	1,3517	7,4349	7,4357
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6727	3,6731	1,4975	1,4978
Dirham (Marrocos)	9,7420	9,7470	0,5643	0,5647
Dólar (Austrália)***	0,6753	0,6754	3,7144	3,7154
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,5004	5,5010
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7053	2,7530
Dólar (Canadá)	1,3599	1,3600	4,0444	4,0452
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5873	6,6679
Dólar (Cingapura)	1,2961	1,2969	4,2412	4,2443
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,5004	5,5010
Dólar (Hong Kong)	7,7923	7,7924	0,7059	0,7060
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6180	0,6184	3,3992	3,4018
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7590	6,8260	0,8058	0,8139
Euro (Comunidade Européia)***	1,1116	1,1117	6,1142	6,1155
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0222	3,0827
Franco (Suíça)	0,8469	0,8471	6,4932	6,4955
Guarani (Paraguai)	7792,3900	7801,2800	0,0007051	0,0007059
Hryvnia (Ucrânia)	41,4500	41,4900	0,1326	0,1327
Iene (Japão)	141,7800	141,7900	0,03879	0,03880
Lev (Bulgária)	1,7587	1,7598	3,1256	3,1279
Libra (Egito)	48,3500	48,4500	0,1135	0,1138
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000062
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3161	1,3162	7,2391	7,2404
Naira (Nigéria)	1614,2000	1664,2000	0,00331	0,00341
Lira (Turquia)	34,0899	34,0999	0,1613	0,1614
Novo Dólar (Taiwan)	31,9270	31,9570	0,17210	0,17230
Novo Sol (Peru)	3,7768	3,7812	1,4547	1,4565
Peso (Argentina)	961,0000	961,5000	0,00572	0,00572
Peso (Chile)	929,4500	930,0500	0,005914	0,005919
Peso (Colômbia)	4223,3100	4229,4000	0,001301	0,001303
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2292	0,2292
Peso (Filipinas)	55,6200	55,6400	0,09886	0,09890
Peso (México)	19,2774	19,2879	0,2852	0,2854
Peso (Rep. Dominicana)	59,7100	60,1000	0,09152	0,09213
Peso (Uruguai)	40,9600	40,9900	0,13420	0,13430
Rande (África do Sul)	17,6424	17,6475	0,3117	0,3118
Rial (Arábia Saudita)	3,7534	3,7536	1,4654	1,4656
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001309	0,0001310
Ringgit (Malásia)	4,2540	4,2640	1,2900	1,2931
Rublo (Rússia)	91,4455	91,4545	0,06014	0,06016
Rúpia (Índia)	83,7470	83,8020	0,06564	0,06569
Rúpia (Indonésia)	15330,0000	15340,0000	0,0003586	0,0003588
Rúpia (Paquistão)	278,1200	278,6300	0,01974	0,01978
Shekel (Israel)	3,7850	3,7870	1,4524	1,4534
Won (Coréia do Sul)	1318,6000	1321,0600	0,004164	0,004172
Yuan Renminbi (China)	7,0930	7,0944	0,7753	0,7756
Zloty (Polônia)	3,8421	3,8429	1,4313	1,4318

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2564,83	0,01213	453,4542	453,5037

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	17/09/24	16/09/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	41.606,18	41.622,08	-0,04	0,10	10,39	20,19	32.417,59	41.622,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.432,40	19.423,06	0,05	-0,73	15,49	27,82	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.628,06	17.592,13	0,20	-0,48	17,43	28,59	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.634,58	5.633,09	0,03	-0,24	18,13	26,61	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.677,71	23.702,07	-0,10	1,42	12,97	14,82	18.737,39	23.702,07
México	Cidade do México	IPC	52.273,53	52.016,85	0,49	0,55	-8,91	1,80	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.313,35	1.317,98	-0,35	-3,59	9,89	19,54	1.083,95	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	97.529,06	Feriado	-0,03	6,55	68,64	152,29	38.658,05	98.913,06
Chile	Santiago	IPSA	6.333,16	6.346,81	-0,22	-1,96	2,18	5,51	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.696,64	28.872,21	-0,61	0,90	10,54	25,01	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.813.297,97	1.812.872,38	0,02	5,57	95,04	219,52	543.252,12	1.817.734,06
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.472,88	1.466,78	0,42	-1,70	5,54	8,37	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.726,08	18.633,11	0,50	-0,96	11,79	17,82	14.687,41	18.930,85
França	Paris	CAC-40	7.487,42	7.449,44	0,51	-1,88	-0,74	1,47	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.780,28	33.569,98	0,63	-1,72	11,30	16,91	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.239,66	4.244,62	-0,12	1,32	14,35	14,20	3.290,68	4.245,21
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.745,20	2.778,19	-1,19	-1,38	20,22	25,31	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.703,40	11.581,00	1,06	2,64	15,85	22,55	8.918,30	11.703,40
Grécia	Atenas	ASE General	1.429,79	1.423,61	0,43	-0,10	10,57	13,60	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	900,32	895,75	0,51	-2,00	14,43	21,42	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.685,08	72.750,50	-0,09	-0,25	19,90	25,28	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	82.923,92	81.710,75	1,48	-2,29	5,69	23,09	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.818,27	6.790,66	0,41	0,86	6,59	9,90	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	955,80	948,50	0,77	4,39	-11,78	-7,13	890,82	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.555,90	2.529,75	1,03	-1,54	6,58	16,43	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.042,78	12.005,47	0,31	-3,17	8,13	7,55	10.323,71	12.451,48
Turquia	Istambul	BIST 100	9.758,14	9.577,46	1,89	-0,76	30,63	22,56	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.991,60	2.016,56	-1,24	-4,33	6,18	6,75	1.608,42	2.083,86
África do Sul	Joanesburgo	All Share	83.032,69	82.007,38	1,25	-0,86	7,98	11,32	69.451,97	84.553,56
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	36.203,22	Feriado	-1,03	-6,33	8,19	7,96	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.361,20	8.341,10	0,24	0,54	6,79	11,74	6.960,20	8.361,20
China	Shenzhen	SZSE Composite	Feriado	Feriado	-	-4,40	-19,67	-23,49	1.433,10	1.936,49
China	Xangai	SSE Composite	Feriado	Feriado	-	-4,86	-9,10	-13,42	2.702,19	3.171,15
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	Feriado	Feriado	-	-3,70	-3,01	1,61	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.660,02	17.422,12	1,37	-1,83	3,59	-2,88	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	83.079,66	82.988,78	0,11	0,87	15,00	22,47	63.148,15	83.079,66
Indonésia	Jacarta	JCI	7.831,78	Feriado	0,25	2,10	7,69	12,16	6.642,42	7.831,78
Tailândia	Bangcoc	SET	1.436,60	1.435,53	0,07	5,70	1,47	-6,84	1.274,01	1.542,03
Taiwan	Taipé	TAIEX	Feriado	21.850,08	-	-2,28	21,35	29,46	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

aes Brasil

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 00.194.724/0001-13 - NIRE 35.3.0057429-0

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2024

1. Data, hora e local: No dia 26 de agosto de 2024, às 9h00, na sede social da AES Brasil Operações S.A. ("**Companhia**"), localizada na cidade de Bauru, no estado de São Paulo, na Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 343+95, s/nº, Sala 7, Distrito Industrial Marcus Vinicius Feliz Machado, CEP 17.039-800. **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação prévia, em virtude da presença de sua única acionista, a AES Brasil Energia S.A. ("**AES Brasil**"), representando a totalidade de seu capital, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). Presente o Sr. Rogério Pereira Jorge, Diretor Presidente da Companhia, como representante da administração. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Carlos Renato Xavier Pompermaier,** e secretariados pela Sra. **Sabrina Cassará Andrade da Silva. 4. Ordem do dia:** Examinar, discutir e votar as seguintes matérias: **(i)** o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal ("**Ações**"), a serem subscritas mediante capitalização, em proveito da AES Holdings Brasil Ltda. ("**AHB**"), de parcela da reserva especial de ágio registrada pela Companhia, nos termos do artigo 11, *caput*, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 78, de 29 de março de 2022, no montante de R$ 24.513.385,05 (vinte e quatro milhões quinhentos e treze mil trezentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos), ("**Reserva Especial de Ágio**" e "**Aumento de Capital**", respectivamente); e **(ii)** alteração e consolidação do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**") para refletir o Aumento de Capital, sujeito à aprovação da matéria indicada no item (i) da ordem do dia. **5. Deliberações:** Após análise das matérias constantes da ordem do dia, foi aprovado, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas: **5.1** o Aumento de Capital, observados os seguintes termos e condições: (i) quantidade de Ações e valor da emissão: o Aumento de Capital contemplará o montante de R$ 24.513.385,05 (vinte e quatro milhões quinhentos e treze mil trezentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos), mediante a emissão, ao preço de R$ 1,432857621852 por ação, de 17.108.039 (dezessete milhões, cento e oito mil e trinta e nove) Ações, desconsiderando-se eventual fração de ações, a ser destinado, integralmente, à conta de capital social da Companhia; (ii) preço de emissão por Ação: o preço de emissão por Ação será de R$ 1,432857621852, fixado em observância ao artigo 170, parágrafo 1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, determinado com base no balanço patrimonial da Companhia em 31 de março de 2024; (iii) integralização das Ações: as Ações serão integralizadas mediante a capitalização, em proveito da AHB, de parcela da Reserva Especial de Ágio; (iv) alteração do capital social da Companhia: em decorrência do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passará de R$ 1.799.261.667,36 (um bilhão setecentos e noventa e nove milhões duzentos e sessenta e um mil seiscentos e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos), representado por 2.014.441.535 (dois bilhões, quatorze milhões, quatrocentas e quarenta e uma mil, quinhentas e trinta e cinco) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, para R$ 1.823.775.052,41 (um bilhão oitocentos e vinte e três milhões setecentos e setenta e cinco mil e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos), representado por 2.031.549.574 (dois bilhões, trinta e um milhões, quinhentas e quarenta e nove mil, quinhentas e setenta e quatro) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal; (v) direitos das Ações: as Ações conferirão aos seus titulares direitos, vantagens e restrições idênticos aos atualmente aplicáveis às ações ordinárias de emissão da Companhia; (vi) destinação dos recursos: tendo em vista que o Aumento de Capital será realizado mediante a capitalização de parcela da Reserva Especial de Ágio, não haverá recursos a serem vertidos para a Companhia no final do processo de subscrição das Ações; (vii) aporte das Ações ao capital social da AES Brasil Energia S.A.: conforme previsto no Contrato de Cessão de Direitos, celebrado, entre a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e a AHB, com interveniência da AES Brasil Energia S.A. e da AES Tietê Energia S.A. (sucedida por incorporação pela Companhia), em 26 de outubro de 2015, conforme aditado em 17 de dezembro de 2020, as Ações deverão ser aportadas pela AHB ao capital social da AES Brasil; e (viii) renúncia do direito de preferência pela AES Brasil: fica consignado que, a AES Brasil renunciou, de forma irrevogável e irretratável, ao direito de preferência a que faria jus para subscrição das Ações emitidas no âmbito do Aumento de Capital. **5.2** a alteração do artigo 5º, *caput*, do Estatuto Social, o qual passará a vigorar com a redação abaixo, bem como a consolidação do Estatuto Social, nos termos do **Anexo I** à esta ata, de modo a refletir o Aumento de Capital aprovado no item 5.1 acima: "***Artigo 5º.*** *O capital social subscrito e integralizado é R$ 1.823.775.052,41 (um bilhão oitocentos e vinte e três milhões setecentos e setenta e cinco mil e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos), representado por 2.031.549.574 (dois bilhões, trinta e um milhões, quinhentas e quarenta e nove mil, quinhentas e setenta e quatro) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.*". **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos da Assembleia para lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, que será publicada com omissão das assinaturas da única acionista presente, nos termos do art. 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **7. Presença:** Mesa: Sr. **Carlos Renato Xavier Pompermaier -** Presidente; e Sra. **Sabrina Cassará Andrade da Silva -** Secretária. Acionista Presente: **AES Brasil Energia S.A.** (representada por José Ricardo Elbel Simão e André Guilherme Gil Guimarães). *Certifico que a presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.* São Paulo, 26 de agosto de 2024. **Carlos Renato Xavier Pompermaier -** Presidente; **Sabrina Cassará Andrade da Silva -** Secretária. **JUCESP** nº 340.639/24-6 em 13/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social da AES Brasil Operações S.A. -** Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 00.194.724/0001-13 - NIRE 35.3.0057429-0. **Capítulo I - Denominação, Sede, Duração e Objeto Social: Artigo 1º.** A **AES Brasil Operações S.A.** ("**Companhia**") é uma sociedade anônima, que se rege pelo presente estatuto social ("**Estatuto Social**") e pela legislação e pela regulamentação aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede social na cidade de Bauru, Estado de São Paulo e, por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir e/ou extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações em quaisquer pontos do território nacional, mediante deliberação da Diretoria, e, no exterior, por proposta da Diretoria e deliberação do Conselho de Administração. **Parágrafo 1º.** A sede da Companhia não poderá ser transferida a outro Estado da Federação, devendo ser mantida, a todo tempo, no Estado de São Paulo. **Parágrafo 2º.** Competirá à Diretoria deliberar acerca da alteração do endereço da sede social da Companhia, desde que tal endereço se mantenha no Estado de São Paulo. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, produzir, comercializar, construir, executar e operar (a) sistemas de produção, transmissão e comercialização de energia, resultante do aproveitamento de rios e de outras fontes de energia incluindo, sem contudo se limitar, fontes renováveis como a solar, eólica e biomassa, além de fontes não renováveis e termoelétricas de qualquer natureza, bem como desempenhar qualquer atividade relacionada a este objeto, como a instalação e implantação de projetos de produção independente de energia, operação e manutenção de usinas, obras e edificações correlatas, além de compra e importação de equipamentos para a geração de energia; (b) barragens de acumulação, eclusas e outros empreendimentos destinados ao aproveitamento múltiplo das águas e de seus leitos e reservatórios; e (c) planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes e vetores de energia, diretamente ou em cooperação com outras entidade; (ii) explorar, desenvolver, produzir, importar, exportar, processar, tratar, transportar, carregar, estocar, acondicionar, operar e manter atividades relacionadas ao suprimento, distribuição e comercialização de combustíveis destinados à geração de energia, além de realizar liquefação e regaseificação; (iii) prestar todo e qualquer serviço, observando o que dispõe o Contrato de Concessão; e (iv) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, desde que o respectivo objeto social destas sociedades esteja abrangido nos incisos (i) a (iii) deste Artigo 3º. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social: Artigo 5º.** O capital social subscrito e integralizado é R$ 1.823.775.052,41 (um bilhão oitocentos e vinte e três milhões setecentos e setenta e cinco mil e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos), representado por 2.031.549.574 (dois bilhões, trinta e um milhões, quinhentas e quarenta e nove mil, quinhentas e setenta e quatro) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** O capital social autorizado é de R$ 4.600.000.000,00 (quatro bilhões e seiscentos milhões de reais), composto por ações ordinárias e/ou preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, observada a proporção prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Parágrafo 2º.** A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite referido no Parágrafo 1º deste Artigo 5º, emitindo as ações correspondentes a cada espécie. **Parágrafo 3º.** Na emissão de ações dentro do limite do capital autorizado serão fixados: (i) quantidade, espécie e classe de ações; (ii) preço da emissão; e (iii) demais condições de subscrição e integralização, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 4º.** O disposto no Parágrafo 2º deste Artigo 5º não se aplica na hipótese de aumento de capital mediante integralização de bens, que dependerá de aprovação de Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 5º.** A Companhia também poderá emitir debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observando o limite do capital autorizado, mediante deliberação do Conselho de Administração. **Parágrafo 6º.** A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4°, da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado. **Parágrafo 7º.** O Conselho de Administração deverá dispor sobre as sobras de ações não subscritas em aumento de capital, durante o prazo do exercício de preferência, determinando, antes da venda das mesmas em bolsa de valores em benefício da Companhia, o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem manifestado, no boletim ou lista de subscrição, interesse em subscrever as eventuais sobras. **Parágrafo 8º.** Os acionistas que deixarem de realizar as integralizações nas condições fixadas ficarão de pleno direito constituídos em mora e sujeitos ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês, correção monetária, segundo índice a ser definido pelo Conselho de Administração, e multa de 10% (dez por cento), calculados sobre os valores em atraso, sem prejuízo das demais providências legais cabíveis. **Parágrafo 9º.** Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá adquirir ações de sua própria emissão para fins de cancelamento ou manutenção em tesouraria, determinar sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas legais e demais disposições aplicáveis, inclusive aquelas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"). **Parágrafo 10.** As ações de emissão da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em instituição depositária, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados. A Companhia poderá autorizar a instituição depositária encarregada do registro das ações escriturais a cobrar do acionista, observados os limites fixados pela CVM, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais. **Parágrafo 11.** A cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Parágrafo 12.** A Companhia poderá emitir ações preferenciais, as quais terão as seguintes vantagens: (i) prioridade de reembolso no capital; (ii) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante, nos termos do Capítulo VI deste Estatuto Social; (iii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias; e (iv) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com ações ordinárias. **Parágrafo 13.** É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 6º.** Sem prejuízo do previsto no Parágrafo 6º do Artigo 5º acima, em caso de aumento do capital social, aos acionistas se confere o direito de preferência para subscrição das ações correspondentes ao aumento, na proporção do número de ações detidas, observando o disposto no artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 7º.** As ações que fazem parte do controle acionário da Companhia não poderão ser transferidas, cedidas ou, de qualquer forma, alienadas, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia e expressa concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica ("**ANEEL**"). **Parágrafo Único.** Na hipótese de transferência, integral ou parcial, de ações, que fazem parte do controle acionário, o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) deverá(ão) assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do "Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para Geração de Energia Elétrica" firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, e às normas legais e regulamentares da referida concessão. **Artigo 8º.** Após o deferimento do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários, na categoria "A", perante a CVM e dos pedidos de listagem da Companhia perante a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") e de admissão das ações de emissão da Companhia à negociação na B3, a Companhia será uma companhia aberta com ações de sua emissão admitidas à negociação na B3, sendo que a Companhia deverá manter tais características durante todo o prazo da concessão de uso de bem público para geração de energia elétrica que lhe foi outorgada pelo Poder Concedente, salvo em decorrência de exigência legal. **Capítulo III - Órgãos da Companhia: Seção I - Assembleia Geral: Artigo 9º.** A Assembleia Geral dos Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, este Estatuto Social e/ou a legislação aplicável assim exigirem. **Parágrafo 1º.** As Assembleias Gerais, salvo as exceções previstas na legislação em vigor e neste Estatuto Social, serão convocadas pelo Conselho de Administração ou acionistas, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo 2º.** As Assembleias Gerais serão convocadas, tanto em primeira quanto em segunda convocação, seguindo as formalidades de publicação e divulgação dispostas na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável. **Parágrafo 3º.** Independentemente das formalidades referentes à convocação das Assembleias Gerais previstas nesta Cláusula, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo 4º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 5º.** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem o presidente da Assembleia Geral indicar. **Parágrafo 6º.** No caso de ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida por outro administrador da Companhia por ele nomeado e secretariada por quem o presidente da mesa indicar. **Artigo 10.** Dentro do limite de capital autorizado, a Assembleia Geral poderá aprovar, na forma da Lei das Sociedades por Ações, planos de remuneração baseada em ações de emissão da Companhia. **Artigo 11.** Exceto se maior quórum for estabelecido na legislação ou na regulamentação aplicável, as deliberações serão tomadas em Assembleia Geral por maioria de votos presentes, não se computando votos em branco, nos termos do artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações. **Seção II - Conselho de Administração: Artigo 12.** O Conselho de Administração será constituído por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral. Os honorários e demais vantagens dos membros do Conselho de Administração serão fixados pela Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente, e 1 (um) Vice-Presidente, a serem eleitos na primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária que eleger os membros do Conselho de Administração. **Parágrafo 2º.** Os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. **Parágrafo 3º.** A posse dos membros do Conselho de Administração estará condicionada à assinatura do termo de posse lavrado no respectivo livro da Companhia e ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Parágrafo 4º.** O acionista controlador da Companhia assegurará que 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia seja eleito pelos seus empregados, na forma da legislação societária, sendo certo que, uma vez obtida pelos empregados a representação assegurada pela legislação societária, a presente obrigação perderá a eficácia. **Parágrafo 5º.** Nos termos do artigo 138, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, fica vedada a acumulação do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia e do cargo de Diretor Presidente da Companhia. **Artigo 13.** Ocorrendo vacância tanto do membro efetivo do Conselho de Administração quanto do seu respectivo suplente, exceto no caso de vacância do representante dos empregados da Companhia eleito nos termos do Artigo 12, Parágrafo 4º, deste Estatuto Social, hipótese na qual deverá ser convocada Assembleia Geral no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da referida vacância, os membros do Conselho de Administração remanescentes indicarão um substituto em complementação de mandato, o qual permanecerá no cargo até a próxima Assembleia Geral Ordinária que eleger os membros do Conselho de Administração para um novo mandato unificado. Ocorrendo a vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, a Assembleia Geral deverá ser convocada para proceder a nova eleição. **Parágrafo 1º.** O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos seus impedimentos temporários, pelo Vice-Presidente, ou, na falta deste, por outro membro do Conselho de Administração por ele indicado (exceto em casos de impedimento por conflito de interesses) e, não havendo indicação, por escolha dos demais membros do Conselho de Administração. **Parágrafo 2º.** Em caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho de Administração escolha seu novo titular, exercendo o substituto mandato pelo prazo restante. **Artigo 14.** O Conselho de Administração reunir-se-á em reuniões ordinárias em periodicidade mínima trimestral e, extraordinariamente, sempre que convocado nos termos do presente Estatuto Social. **Parágrafo Único.** As decisões do Conselho de Administração deverão ser transcritas em atas, as quais serão lavradas em livro próprio mantido na sede social da Companhia. **Artigo 15.** O Conselho de Administração reunir-se-á quando convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou por solicitação da maioria de seus membros, podendo tal convocação ser solicitada de forma justificada, por qualquer membro do Conselho de Administração. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se contarem com a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração. **Parágrafo 1º.** As deliberações serão tomadas em reunião do Conselho de Administração por maioria de votos dos membros presentes, tendo o Presidente do Conselho de Administração, além do voto próprio, o de qualidade. **Parágrafo 2º.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas mediante convocação por escrito com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, em primeira convocação, e de 3 (três) dias corridos, em segunda convocação, e com apresentação da data, horário e local da reunião, bem como da pauta dos assuntos a serem tratados. **Artigo 16.** Os membros do Conselho de Administração poderão participar de qualquer reunião do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica, videoconferência ou outros meios de comunicação por meio dos quais todas as pessoas participantes da reunião possam ouvir as demais, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. **Artigo 17.** Independentemente das formalidades previstas no Artigo 16 acima, será considerada regular a reunião do Conselho de Administração a que comparecerem todos os seus membros. **Artigo 18.** O membro do Conselho de Administração deve se abster de participar de qualquer reunião, discussão ou votação sobre assunto com relação ao qual tenha interesse conflitante com o da Companhia ou que possa beneficiá-lo de maneira particular, devendo tal membro cientificar o Conselho de Administração do seu impedimento e fazer consignar, em ata, a natureza e extensão do seu interesse. **Artigo 19.** Além das demais matérias previstas em lei e neste Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração: **(i)** fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; **(ii)** eleger e destituir os membros da Diretoria da Companhia, fixando-lhes as atribuições; **(iii)** fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e praticar quaisquer outros atos; **(iv)** convocar Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgado conveniente; **(v)** manifestar-se sobre o relatório da administração, as demonstrações contábeis e contas da Diretoria em periodicidade mínima trimestral; **(vi)** a aprovação, no início de cada exercício, dos Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreenderão os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, bem como suas revisões cujas variações sejam superiores a 5% (cinco por cento) das despesas ou dos investimentos previstos no orçamento aprovado; **(vii)** escolher e destituir auditores independentes da Companhia; **(viii)** submeter à Assembleia Geral proposta de reforma deste Estatuto Social; **(ix)** deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, bem como fazer os aumentos e as chamadas de capital, nos limites do capital autorizado; **(x)** deliberar sobre a outorga, dentro do capital autorizado, e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, de opção de compra de ações a seus administradores e empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, sem direito de preferência para os acionistas; **(xi)** deliberar sobre a abertura de subsidiárias da Companhia, no exterior, sendo vedada, em qualquer caso, a abertura de subsidiária cujo objeto social contemple atividades ou negócios estranhos ao objeto da Companhia; **(xii)** deliberar sobre a aquisição de bens cujo valor exceda a 5% do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior deste que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas de demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia; **(xiii)** deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto Social que lhe forem submetidos pela Diretoria ou determinados pela Assembleia Geral; **(xiv)** deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio da Companhia, à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP; **(xv)** deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários e intercalares, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço, anual ou semestral; **(xvi)** deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários em períodos inferiores a 1 (um) semestre, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; **(xvii)** deliberar sobre a abertura de programas de recompra de ações e sobre a aquisição de ações, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, observado o disposto no Artigo 5º, Parágrafo 9º, deste Estatuto Social; **(xviii)** deliberar sobre a celebração de quaisquer acordos, contratos, documentos, títulos, notas promissórias comerciais, instrumentos ou investimentos de capital, financiamentos, empréstimos, mútuos, em um valor superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em valor individual ou em uma série de operações com mesmas partes e objeto em um mesmo exercício social, com exceção (a) de contratos de comercialização de energia e (b) investimentos de capital ou transferências de recursos, ativos e/ou obrigações em favor de controladas cujo capital social seja direta ou indiretamente integralmente detido pela Companhia e controladas cujo capital social seja direta ou indiretamente integralmente detido pela Companhia, com exceção de uma ação/quota, detida por outrem a fim de garantir a pluralidade de sócios, sendo certo que, excepcionalmente nesses casos, não será necessária a aprovação pelo Conselho de Administração, independentemente do valor envolvido; **(xix)** deliberar sobre a venda, a locação, cessão, transferência, alienação, liquidação ou outra disposição, de qualquer ativo ou participação acionária da Companhia por um valor que exceda R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), exceto nos seguintes casos: (a) se estiverem especificados no Plano de Negócios Anual; ou (b) os contratos de compra e venda de energia; **(xx)** deliberar sobre a baixa ou cessão de bens integrantes do ativo imobilizado da Companhia cujos valores excedam, isolada ou conjuntamente, por exercício social, o limite de 15% (quinze por cento) do ativo imobilizado consolidado, aferido com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas mais recentes apresentadas pela Companhia à CVM; **(xxi)** deliberar sobre a prestação de quaisquer garantias por obrigações de terceiros que excedam, isolada ou conjuntamente, o valor de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) por exercício social, exceto pela prestação de garantias por obrigações relacionadas a contratos de energia - que não estará sujeita à deliberação pelo Conselho de Administração -, assumidas por (a) controladas direta ou indiretamente integralmente detidas pela Companhia; (b) controladas cujo capital social seja direta ou indiretamente integralmente detido pela Companhia, com exceção de uma ação/quota, detida por outrem a fim de garantir a pluralidade de sócios; ou (c) sociedades coligadas da Companhia, até o limite da proporção que a participação da Companhia representa em relação ao capital social total de tais sociedades, desde que os demais sócios da referida coligada não sejam partes relacionadas da Companhia; **(xxii)** deliberar sobre a oneração de bens integrantes do ativo imobilizado da Companhia cujos valores excedam, isolada ou conjuntamente, por exercício social, o limite de 20% (vinte por cento) do ativo imobilizado consolidado, aferido com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas mais recentes apresentadas pela Companhia à CVM; **(xxiii)** ressalvada a competência legal de a Assembleia Geral deliberar acerca de transações com partes relacionadas com valor superior a 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado, nos termos do artigo 122, inciso X, da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre a participação ou realização de quaisquer operações com partes relacionadas que envolvam valor, individual ou em uma série de operações com mesmas partes e objeto e em um mesmo exercício social, igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com exceção das (a) controladas cujo capital social seja direta ou indiretamente integralmente detido pela Companhia; (b) controladas cujo capital social seja direta ou indiretamente integralmente detido pela Companhia, com exceção de uma ação/quota, detida por outrem a fim de garantir a pluralidade de sócios, sendo certo que não necessitarão de aprovação pelo Conselho de Administração, independentemente do valor envolvido, as transações relativas à celebração de contratos de compra e venda de energia com partes relacionadas, conforme previsto na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia; **(xxiv)** analisar e se manifestar sobre propostas para aquisição, incorporação, incorporação de ações, fusão ou cisão da Companhia, além de negociar os respectivos instrumentos de Protocolo e Justificativa, bem como submeter referidas operações à aprovação da Assembleia Geral; **(xxv)** autorizar a participação da Companhia em outras sociedades como sócia quotista ou acionista, bem como a sua participação em acordos de investimento, associação e/ou acordos de acionistas e sobre a constituição de sociedades, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, sempre que o respectivo valor envolvido na participação, individual ou em uma série de operações com mesmas partes e objeto, em um mesmo exercício social, for igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); e **(xxvi)** autorizar a contratação ou aditamento, pela Companhia ou por qualquer de suas sociedades controladas, de quaisquer empréstimos, financiamentos ou obrigações que visem à aquisição de ativos ou de participação em outras empresas, consórcios, sociedades ou comunhões e condomínios, cujo valor individual ou em uma série de operações com mesmas partes e objeto em um mesmo exercício social, seja igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com exceção de contratos de comercialização de energia. **Parágrafo Único.** As importâncias determinadas em reais neste Artigo 19 serão consideradas com ajuste ao final de cada exercício social, de acordo com a variação do IGP-M/FGV. **Seção III - Diretoria: Artigo 20.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de no mínimo de 2 (dois) e por até 5 (cinco) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Relações com Investidores e os demais Diretores Vice-Presidentes sem designação específica. Os membros da Diretoria exercerão suas funções na forma estabelecida no presente Estatuto Social, competindo ao Conselho de Administração fixar as atribuições individuais que serão aplicáveis aos Diretores Vice-Presidentes sem designação específica, observado o previsto no Parágrafo 3º deste Artigo 20. **Parágrafo 1º.** Observado o limite mínimo de 2 (dois) membros da Diretoria previsto no artigo 143, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, os cargos previstos no *caput* deste Artigo 20 poderão ser acumulados por uma mesma pessoa. **Parágrafo 2º.** Compete ao Diretor Presidente: (i) presidir os negócios da Companhia de forma geral voltado para a consecução do seu objeto social, incluindo as definições e alterações da estrutura organizacional; (ii) implementar a política geral da Companhia fixada pelo Conselho de Administração e as atividades de elaboração do plano de negócios e de crescimento; (iii) convocar e presidir os trabalhos das reuniões de Diretoria e coordenar as atividades de seus membros; (iv) conduzir o atendimento e as relações com os órgãos governamentais, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, quando instalado; (v) conduzir o desenvolvimento, implementação e gestão das ações, políticas e programas de recursos humanos, operações, novos negócios e regulação setorial; (vi) representar a Companhia perante autoridades públicas, regulatórias e veículos de comunicação; e (vii) administrar os ativos da Companhia. **Parágrafo 3º.** Compete ao Diretor Vice-Presidente de Relações com Investidores representar a Companhia nas relações com os mercados de capitais e financeiro, interno e externo, responsabilizando-se pela prestação de informações à CVM e às bolsas de valores, bem como pela manutenção do registro de companhia aberta. **Parágrafo 4º.** Os Diretores Vice-Presidentes sem designação específica terão suas respectivas competências atribuídas pelo Conselho de Administração, os quais deverão orientar, coordenar e supervisionar as atividades específicas que lhes venham a ser atribuídas nos termos deste Artigo 20, Parágrafo 4º, do Estatuto Social. **Artigo 21.** O mandato dos membros da Diretoria será de 3 (três) anos, admitida a reeleição. **Parágrafo Único.** Terminado o prazo de mandato, os membros da Diretoria permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores. **Artigo 22.** Em caso de vacância definitiva de cargo da Diretoria, a respectiva substituição, para completar o prazo de gestão, será deliberada pelo Conselho de Administração. **Artigo 23.** Durante o período do impedimento temporário de qualquer Diretor, as funções a ele atribuídas serão desempenhadas temporariamente por outro Diretor a ser designado pelo Conselho de Administração. **Artigo 24.** Os membros da Diretoria desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações com estrita observância das disposições deste Estatuto Social e das resoluções das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração. **Artigo 25.** À Diretoria compete administrar e representar a Companhia, com poderes para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, doar, onerar e alienar bens sociais, inclusive os integrantes do ativo permanente, sempre observadas as disposições e os limites aqui previstos e as competências do Conselho de Administração previstos em lei e neste Estatuto Social. **Artigo 26.** A posse dos Diretores estará condicionada à prévia assinatura do termo de posse lavrado no respectivo livro da Companhia, que deve contemplar o atendimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis. **Artigo 27.** A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente da Companhia com a presença da maioria de seus membros. **Parágrafo 1º.** As decisões da Diretoria tomar-se-ão por maioria de votos dos membros presentes, tendo o Diretor Presidente da Companhia, além do voto pessoal, o de qualidade. **Parágrafo 2º.** Caberá a qualquer membro da Diretoria, ressalvadas as competências legais e estatutárias, a representação judicial e extrajudicial da Companhia. **Parágrafo 3º.** A representação da Companhia em relação a documentos que envolvam a Companhia em obrigações ou exonerem terceiros de responsabilidade conterão a assinatura de: (i) 2 (dois) membros da Diretoria; ou (ii) 1 (um) membro da Diretoria em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais; ou (iii) 2 (dois) procuradores com poderes especiais. **Parágrafo 4º.** Os instrumentos de mandato da Companhia deverão ser assinados, conjuntamente, por 2 (dois) Diretores e estabelecerão expressamente a limitação dos poderes. Os instrumentos de mandato serão outorgados por prazo certo não superior a 2 (dois) anos, exceto os outorgados (i) para fins judiciais, arbitrais e/ou administrativos em que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou processo ou (ii) no âmbito de contratos de financiamento e demais instrumentos relacionados a tais contratos, incluindo, mas não se limitando, aqueles celebrados a fim de garantir as obrigações da Companhia ou de qualquer sociedade em que esta detenha participação direta ou indireta, que poderão ser outorgados pelo prazo de vigência do contrato ou instrumento a que estiverem vinculados. **Artigo 28.** Compete a qualquer membro da Diretoria, além de exercer os poderes conferidos pelo presente Estatuto Social, as atribuições que lhe serão fixadas pelo Conselho de Administração. **Artigo 29.** O Diretor Presidente será substituído, nos seus impedimentos temporários, pelo Diretor Vice-Presidente de Relações com Investidores ou, na falta deste, por outro Diretor a ser designado pelo Conselho de Administração, sendo certo que na hipótese de impedimento por conflito de interesses, o Diretor não poderá intervir na matéria em questão, seja diretamente ou por meio de substituto discricionariamente indicado. **Capítulo IV - Conselho Fiscal: Artigo 30.** A Companhia terá um Conselho Fiscal que se instalará somente a pedido de acionistas nos termos da lei e terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. **Parágrafo 1º.** O Conselho Fiscal será constituído de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e o mesmo número de suplentes, com mandato de 1 (um) ano, eleitos em Assembleia Geral, que também estabelecerá a respectiva remuneração, permitida a reeleição. **Parágrafo 2º.** Na hipótese da vacância ou impedimento de membro efetivo, convocar-se-á o respectivo suplente. **Parágrafo 3º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitados os limites legais. **Parágrafo 4º.** Sem prejuízo das atribuições e competências do Conselho Fiscal, não estará a cargo dos membros do Conselho Fiscal assuntos negociais e de estratégia. **Parágrafo 5º.** A posse dos membros do Conselho Fiscal, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar o atendimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis. **Capítulo V - Exercício Social, Balanço e Lucros: Artigo 31.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. No dia 30 de junho e no encerramento do exercício levantar-se-á o balanço patrimonial da Companhia e serão produzidas as demais demonstrações contábeis previstas na Lei das Sociedades por Ações e demais normativos aplicáveis, para os fins previstos neste Artigo 31, Parágrafo Único, abaixo. Adicionalmente, a Companhia levantará demonstrações contábeis trimestrais para os fins previstos na regulamentação aplicável da CVM. **Parágrafo Único.** A distribuição dos resultados apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano far-se-á semestralmente, ou em períodos inferiores a 1 (um) semestre, caso o Conselho da Administração delibere a distribuição de dividendos intermediários, conforme previsto neste Estatuto Social, com base em balanço especial levantado para esse fim. **Artigo 32.** Observadas além as normas legais aplicáveis, do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, destinando-se: **(i)** 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até o máximo previsto em lei; **(ii)** 5% (cinco por cento) para o pagamento do dividendo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; **(iii)** uma parcela ou a totalidade do saldo do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e a alocação ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório será destinado à formação de Reserva de Investimentos e Capital de Giro, que terá por fim o reforço de capital de giro da Companhia (inclusive mediante a amortização de dívidas) e/ou o financiamento da expansão e desenvolvimento das atividades da Companhia e de suas controladas ou coligadas, não podendo o saldo total desta reserva, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, ultrapassar o capital social da Companhia, observado que, atingido este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo excedente, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou à integralização ou aumento do capital social da Companhia. **Parágrafo 1º.** O dividendo de que trata o inciso (ii) do *caput* deste Artigo 32 não será obrigatório no exercício em que a Diretoria informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. **Parágrafo 2º.** O pagamento de juros sobre o capital próprio poderá ser deduzido do montante de dividendos obrigatório a pagar. **Capítulo VI - Dissolução e Liquidação; Artigo 33.** A Companhia se dissolverá nos casos previstos na lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma de liquidação, nomeará o liquidante e instalará o Conselho Fiscal para todo o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando os honorários correspondentes, de acordo com o estabelecido nos termos dos artigos 208 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VII - Solução de Conflitos: Artigo 34.** A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/1976, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. **Capítulo VIII - Disposições Gerais: Artigo 35.** Este Estatuto Social rege-se pela Lei das Sociedades por Ações. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, respeitado a regulamentação da CVM. **Artigo 36.** A Companhia observará, no que aplicável, as regras de divulgação de informações previstas na regulamentação da CVM e nas normas da B3, aplicáveis a companhias listadas em geral. **Artigo 37.** A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, sendo expressamente vedado ao presidente da mesa da Assembleia Geral ou da reunião Conselho de Administração acatar declaração de voto que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo.

AVISO PÚBLICO
LEILÃO DE COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA

A **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE, "CEPRAG"**, inscrita no CNPJ nº 78.274.610/0001-70, de forma a assegurar publicidade, transparência e igualdade de acesso aos interessados, conforme legislação aplicável, comunica que realizará em 22/10/2024 o **Leilão de Compra de Energia Elétrica**. O Edital do Leilão e toda a documentação do certame, encontra-se disponível desde 20/09/2024 conforme orientação descrita no sítio eletrônico http://ceprag.com.br. Os interessados deverão ser agentes na CCEE e solicitar a documentação pelo e-mail leilao@ceprag.com.br até às 17h00 de 04/10/2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO

LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL COMPLETO: www.pncp.gov.br, www.doe.sp.gov.br e http://portalservicos.usp.br/contratacoes ou no seguinte endereço: **Serviço de Compras Centralizadas da Reitoria da USP,** sito na Rua da Reitoria, 374 – 1º andar – São Paulo – SP – CEP: 05508-220 – Telefones: (0XX11) 2648-0518/0426, 3091-1112/0485/0611 – e-mail: licitausp@usp.br.

DADOS DO PREGÃO	OBJETO DA LICITAÇÃO	DISPUTA
PREGÃO ELETRÔNICO PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024 – RUSP PROCESSO SEI Nº: 154.00003391/2024-64	Contratação de empresa especializada em fornecimento de mão de obra eventual para prestação de serviços na movimentação de materiais, equipamentos e mobiliários, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.	03/10/2024 às 09h00

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta na ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, a seguinte licitação, tipo de julgamento MENOR PREÇO: **Modalidade: Pregão Eletrônico – nº 04/2024 – EACH. Número da Licitação: 90004/2024 - CONTRATANTE (UASG) 102168 – EACH/USP - Processo SEI nº 154.00004178/2024-70.** A Escola de Artes, Ciências e Humanidades torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob Nº: 04/2024 – EACH,** do tipo menor preço, cujo objeto é a **aquisição de VEÍCULO UTILITÁRIO DE CARGA - (Carrinho Elétrico à Bateria)**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será a **dia 18/09/2024 a partir das 08h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 02/10/2024 às 09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"compras.gov"** através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia **18/09/2024**, além da página do **"compras.gov"**, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **https://www5.each.usp.br/licitacoes-em-andamento/** e **www.imprensaoficial.com.br**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

CURITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 020/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2024 – SME

OBJETO: Aquisição de itens de primeiros socorros para a Secretaria Municipal da Educação.
ENVIO DE PROPOSTAS: até às 10h, do dia 01 de outubro de 2024, em horário comercial, ou seja, das 08h às 18h.
ENVIO DE LANCES: 01 de outubro de 2024 das 10h05 às 10h30.
O EDITAL está à disposição dos interessados no portal de compras da Prefeitura Municipal de Curitiba: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br.
Em caso de dúvidas, os interessados deverão entrar em contato pelos telefones: (041) 3350-9867, 3350-9588, 3350-3175 e 3350-3009.

Cristiane Guterres de Oliveira Ribeiro
Pregoeira/Agente Operador do Certame

Previdência Estudo aponta que 72% não acumulam recursos para manter padrão de vida; principal motivo é a baixa contribuição

Maioria dos planos fechados não garante 'aposentadoria digna'

Liane Thedim
Do Rio

Estudo da consultoria Mercer aponta que, de um universo de 665 planos mantidos por fundos de pensão, 72% não acumulam, no atual cenário de sua carteira de investimentos, recursos suficientes para uma aposentadoria considerada digna, conceito que significa manter o padrão de vida financeira de quando o participante estava na ativa, levando em conta que mudam os gastos com remédios, planos de saúde e lazer.

"Boa parte dos fundos de pensão tem batido metas de resultados, mas o nível de contribuição é baixo", diz Tiago Calçada, diretor de previdência da Mercer Brasil. O estudo considera que o beneficiário irá se aposentar aos 60 anos e projeta um retorno de juros de 4%, 5% e 6% ao ano no longo prazo.

Essa parcela de 72% dos planos, mostra o relatório, fica na faixa de rendimento até 4%, o que significa que, mantendo o atual ritmo de contribuições com esse nível de retorno, pagará um benefício inferior a 40% do salário final.

Do total de planos avaliados pela consultoria, o pior cenário é os dos planos do tipo Contribuição Definida (CD), que começaram a ser adotados no mercado depois, por volta de 1995, e não têm garantia de renda. Somente 21,1% dos 246 dessa categoria têm saldos acumulados suficientes para pagar a previdência digna.

Já os de Benefício Definido (BD), os primeiros a serem criados e que deixaram de aceitar novos participantes com a chegada do tipo Contribuição Definida, têm benefícios estabelecidos já na contratação. Esses planos somam 419 da amostra e apenas 32,2% garantiriam uma aposentadoria digna.

"Vamos ser um país de idosos em pouco tempo, teremos mais gente recebendo do que pagando à Previdência", afirma Calçada. "É preciso que a aposentadoria não mais seja vista como a fase final da vida, mas como um momento que se deve desfrutar com qualidade, e a solução é a previdência complementar."

Segundo Calçada, 75% dos planos podem estar com contribuições abaixo do necessário. "Em percentual, a literatura mundial manda que a contribuição seja de 15% do salário, ou seja, 7,5% do empregado e 7,5% da empresa, mas só 25% das empresas têm esse nível de contribuição."

Além disso, o perfil de cada participante deveria ser observado para, quando for o caso, ampliar ou passar a alocar em investimentos com maior risco que dão maior retorno. "O departamento de recursos humanos da empresa não pode achar que vai decidir o melhor perfil", diz ele.

Uma terceira medida que faria diferença no quadro do setor seria as empresas investirem em educação financeira e, "de fato olharem para a jornada de bem-estar financeiro do empregado", comenta Calçada. A ideia é mostrar ao funcionário a importância de aumentar a contribuição para a aposentadoria. Pesquisa da consultoria mostra que apenas 23% das empresas no Brasil praticam ações voltadas à saúde financeira de seus colaboradores. Outras 13% têm intenção de adotar algo nessa linha.

Ao mesmo tempo, dados da Mercer mostram que 79% dos funcionários dizem esperar que a empresa ajude no planejamento da aposentadoria. "A companhia tem que ser protagonista, tem o dever social de participar do processo de planejamento financeiro." Uma ideia de adequação, pontua o executivo, seria, por exemplo, o empregado de perfil conservador ser incentivado a contribuir mais e o arrojado, a assumir mais risco.

A Mercer ouviu também 800 empresas e verificou que 51% ofereciam benefícios de previdência, patamar que pela primeira vez ficou acima de 50% em mais de 20 anos. O diretor da consultoria diz que a tendência é de mais grandes empresas oferecendo o benefício, já que o incentivo fiscal é direcionado a companhias com lucro real. As que pagam impostos sobre lucro presumido, ou seja, pequenas e médias, não têm permissão para deduzir suas contribuições.

Ele cita que somente de 8% a 9% da população brasileira têm plano de previdência privada, cobertura que precisaria ser ampliada com políticas públicas de incentivo. "Se nada for feito agora não vai haver tempo para reagir lá na frente. Uma solução seria empresas de lucro presumido também terem incentivo para oferecerem planos para seus funcionários."

Jarbas de Biagi, presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), diz que os fundos de pensão não personalizam o plano, mas, por outro lado, permitem ganho de escala ao participante, que consegue as melhores taxas com o maior poder de negociação da instituição.

Mas ele concorda que é preciso aumentar o investimento em educação financeira e previdenciária para conscientização da população, inclusive incluindo o tema na grade curricular das escolas, medida recentemente sugerida pela entidade ao Ministério da Previdência.

Biagi cita que a Abrapp tem um programa de universidade corporativa, que tanto oferece cursos sobre governança e prevenção à lavagem de dinheiro, por exemplo, quanto de planejamento financeiro e para a aposentadoria.

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR

> "A companhia tem dever de participar do planejamento financeiro"
> *Tiago Calçada*

BNP reforça asset e vê mercado de dívida aquecido

Álvaro Campos
De São Paulo

Quando o BNP Paribas no Brasil anunciou um acordo para a transferência da sua área de gestão de fortunas para o Bradesco, em junho de 2022, a asset do banco francês sofreu um baque ao perder seu principal canal de distribuição. Agora, dois anos depois, a gestora vem se recuperando, impulsionada pela migração de investidores para a renda fixa.

O volume de recursos sob gestão, que era de R$ 85 bilhões quando a venda do wealth management foi firmada, está agora em R$ 71,8 bilhões, sendo R$ 59,5 bilhões em renda fixa, segundo dados da Anbima, associação das instituições que atuam nos mercados financeiro e de capitais. Se por um lado a asset perdeu seu principal canal de distribuição na época, por outro o novo cenário fez a gestora procurar mais ativamente outras parcerias, afirma Ricardo Guimarães, CEO do BNP Paribas no Brasil. Segundo ele, mais da metade dos clientes de wealth migrou para o Bradesco.

"De certa forma, ter a operação do wealth aqui dentro limitava um pouco a minha capacidade de distribuição para outros canais, havia certa resistência em oferecer meus fundos em plataformas de outros bancos, de family offices. A asset foi nossa unidade que mais sofreu com a transferência do wealth, mas abriu a possibilidade de recuperar [captação], tanto que a gente conseguiu ter captação líquida positiva ao longo de 2022 e 2023; e 2024 está sendo assim também", diz Guimarães.

Os dados da Anbima mostram captação negativa da gestora de recursos neste ano, mas o BNP diz que ali estão contabilizados dois fundos que pertencem à tesouraria do banco e que não são geridos pela asset. Em 2023, já desconsiderando os dois fundos proprietários, a asset do BNP teve uma captação positiva de R$ 884 milhões. No acumulado deste ano até julho está com R$ 614,4 milhões, o que a colocaria entre as cinco maiores do país.

De acordo com Guimarães, isso se deve à estratégia da gestora de focar no segmento de renda fixa. A modalidade se beneficiou do momento de juros elevados e também das mudanças nas regras de letras de crédito imobiliário e do agronegócio (LCI e LCA) neste ano, que levaram muitos investidores para outros ativos, tanto debêntures quanto produtos de crédito, como os certificados de operações estruturadas (COEs).

"Focamos muito em um fundo de crédito com liquidez diária, nos beneficiamos em função do nosso mix de produto. E essa tendência deve continuar. A grande maioria dos fundos multimercados está abaixo do CDI e leva um tempo até começar a gerar alfa [medida de rentabilidade] de novo para o investidor ter interesse em alocar", afirma.

A matriz do BNP negocia a aquisição do braço de gestão da seguradora francesa AXA, o que o transformaria no segundo ou terceiro maior nome europeu do setor e um dos maiores do mundo. Guimarães diz que a AXA não tinha gestora no Brasil, mas que ser parte de um dos maiores grupos do mundo acaba beneficiando as operações locais. Na Europa, o BNP também se beneficiou no ano passado da crise do Credit Suisse, vendido para o UBS.

A asset responde por quase 6% da receita do BNP no Brasil. O restante vem da área de banco de investimento, que inclui mercados de capitais e derivativos; crédito; serviços fiduciários; e administração de fundos. No ano passado o BNP incorporou a Cetelem, sua unidade de financiamento ao consumo, que está sendo descontinuada pelo grupo fora da Europa. Como parou de originar crédito, mas tem de manter a estrutura para atender os clientes que ainda têm operações com o banco, isso afeta os resultados do grupo como um todo, que devem fechar no negativo este ano. Guimarães diz que o banco estuda uma venda de carteira para acelerar o encerramento do Cetelem, mas por enquanto ela ainda deve continuar pesando nos números do banco.

O aumento das operações de renda fixa no mercado de capitais tem ajudado o banco de investimentos do BNP no Brasil. Segundo Guimarães, num ano recorde em emissões de dívida no mercado local, o banco tem ganhado participação de mercado em diversos segmentos. A expectativa é que o ritmo continue forte nos próximos meses. A instituição tem sete operações no "pipeline", ou seja, em fase de preparação. "O mercado está cada vez mais maduro, passou por algumas crises, mas se desenvolveu e os spreads estão nas mínimas históricas", afirma.

Com as eleições presidenciais nos EUA, o executivo pondera que a janela para operações no mercado de capitais que normalmente vai de setembro a novembro pode ser um pouco menor neste ano. No entanto, ele diz que o impacto no Brasil não deve ser tão grande.

Com atuação relevante na área de sustentabilidade, o BNP vê na realização da COP 29 em Belém, no próximo ano, uma grande oportunidade de o Brasil se destacar no cenário global. Guimarães afirma que, enquanto o México se beneficia do "nearshoring" (estratégia de levar a produção para mais perto dos centros consumidores), o Brasil pode tirar vantagem do "powershoring" (produzir mais próximo de fontes de energia, preferencialmente limpas). "A indústria de data centers, por exemplo, demanda muita energia, e de fontes limpas. Então, é muito fácil convencer que o Brasil é um dos melhores players para essa infraestrutura. Temos acompanhados vários clientes e participado de muitas discussões para esse tipo de projeto", diz.

O executivo afirma ainda que o BNP tem diversos projetos sobre o uso de inteligência artificial (IA), tanto internos, para ganhos de eficiência, quanto externos, ou seja, voltado para clientes. Um exemplo é a parceria anunciada no mês passado com a QuantumStreet para o lançamento de um COE lastreado em um índice gerenciado por IA.

> "Migração de fundo multimercado para renda fixa deve continuar"
> *Ricardo Guimarães*

Piora na composição da dívida deixa Brasil vulnerável

Palavra do gestor

Luiz Eduardo Portella

O debate em relação à trajetória fiscal de longo prazo voltou ao foco nesta semana, após a aprovação, pelo Congresso, das medidas de compensação para manter a desoneração da folha de pagamento. Apesar do alerta do Banco Central, que afirmou que não iria contabilizar como receita primária a apropriação pelo Tesouro Nacional de recursos esquecidos em bancos por correntistas, o Congresso aprovou por lei que essa receita seria primária e passaria a ser computada no resultado da meta fiscal. A tentativa de manobra no auxílio-gás sem transitar de maneira correta pelo Orçamento também foi mais uma tentativa de contabilidade criativa das contas públicas que trouxe de volta o fantasma da dinâmica fiscal do governo Dilma.

Um tema importante que ainda está longe do radar dos analistas é a forte piora da composição da dívida pública, atingindo níveis não observados desde 2005. A forte concentração das emissões de LFT ao longo do ano levou a uma revisão dos limites de referência para os títulos atrelados à Selic da faixa de 40% a 44% para a de 43% a 47%, anunciada pelo Tesouro na revisão do Plano Anual de Financiamento (PAF). A parcela indexada à taxa flutuante (Selic) atingiu 45%, enquanto a parcela prefixada se reduziu para 21% e a atrelada ao índice de preços continuou caindo para 29%. Essa composição deixa o país vulnerável a ciclos de alta de juros, pois, a cada ponto percentual de aumento da taxa Selic, o impacto na conta de juros é de R$ 47 bilhões por ano. O pagamento de juros nominais em proporção do PIB voltou a subir a está perto de 8% do PIB, nível próximo de 2005 e do pior momento do governo Dilma, quando atingiu 9%.

O Copom se reúne hoje e vai iniciar um novo ciclo de alta para conter o aumento das expectativas de inflação, que continuaram se deteriorando desde a última reunião, em uma economia aquecida com seguidas surpresas positivas na atividade e no emprego. A inflação, que já estava pressionada por um hiato mais apertado, agora sofre choques do clima seco e das grandes queimadas pelo Brasil. Enquanto o BC discute hoje se inicia o ciclo com uma alta de 0,25 ou 0,5 ponto percentual, o banco central americano está na dívida se inicia o ciclo de corte de juros com 0,25 ou 0,50 ponto percentual. Perdemos essa janela positiva do cenário internacional, onde poderíamos estar discutindo a volta do juro a um dígito no Brasil.

O governo está enfrentando a questão fiscal de forma preocupante, pois cria receitas temporárias para pagar despesas permanentes. Medidas pontuais de aumento de receita estão garantindo aumento de despesas permanentes à frente. Quando criamos muitas exceções para contabilizar a despesa primária, quebra-se o termômetro e temos que olhar o simples, que é o aumento da dívida pública. A dívida segue em uma trajetória ascendente e a desconfiança com o arcabouço fiscal com a volta de artifícios para atingir a meta está exigindo um juro estrutural mais alto. Se assumirmos um juro real perto de 5% de equilíbrio, a dívida em relação ao PIB pode saltar para 95% nos próximos dez anos.

A falta de credibilidade nas metas fiscais, junto com uma indexação da dívida à taxa flutuante, está sendo uma combinação explosiva à frente. Ainda há tempo de reverter, mas precisamos ter coragem de enfrentar os problemas estruturais de aumento de gastos, ou veremos a cada dia mais uma retroalimentação negativa de dívida e de juros pagos, dinâmica nefasta para a economia do país.

Composição da DPMFi
Em %

Prefixado | Índice Preços | Taxa Flutuante | Câmbio

80, 70, 60, 50, 40, 30, 20, 10
62,45 | 22,82 | 9,00 | 5,58 | 40,5 | 31,9 | 27,1 | 0,44 | 47,04 | 30,65 | 22,25 | 0,06
dez/99 | dez/2019 | jul/24

Luiz Eduardo Portella é sócio e gestor da Novus Capital
E-mail lportella@novuscapital.com.br

STJ
Multa por dano ambiental não é transmitida a herdeiro da área degradada
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Novo cenário para divórcios e inventários com menores
E2

TJDFT
Mantida prisão de homem autuado por causar incêndio
valor.globo.com/legislacao

Empresarial Há pelo menos dois acórdãos favoráveis aos empregadores em turma do tribunal federal

Empresas vencem no TRF-3 discussão sobre relatórios de transparência salarial

Marcela Villar
De São Paulo

As discussões sobre a necessidade de empresas com mais de 100 funcionários publicarem relatórios de transparência salarial começam a chegar em turmas dos Tribunais Regionais Federais (TRFs). Há pelo menos dois acórdãos favoráveis aos empregadores. Em duas decisões recentes e unânimes, a 3ª Turma do TRF-3 entendeu que dar publicidade a essas informações extrapola os limites legais e os princípios constitucionais da intimidade e privacidade.

A obrigação de publicar o relatório de transparência salarial veio com a Lei nº 14.611, de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 11.795, e por uma portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a de nº 3.714, do mesmo ano. O documento, elaborado pelo governo, deve ser publicado a cada semestre, tanto no site do MTE quanto em plataformas e redes sociais das empresas.

Os casos julgados pelo TRF-3 envolvem a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia) e a HM Empilhadeiras. Para o relator dos dois casos, desembargador Rubens Calixto, a portaria e o decreto inovam e extrapolam o que está previsto na lei, principalmente quando obrigam as empresas a replicarem os relatórios nos sítios eletrônicos e a apresentarem cópia de eventual plano de mitigação ao sindicato.

Ao mesmo tempo que o desembargador entende que o ato possa trazer transparência e segurança jurídica, afirma que "há que se prevenir o risco de a publicidade ser utilizada como simples ferramenta de exposição pública, conversível em mera execração, com todas as consequências que isso pode acarretar, violando os direitos constitucionais à privacidade e à intimidade".

Na visão do relator, "ainda que muito louvável e necessária a equiparação salarial de gênero e raça, a sua implementação poderia ocorrer com os instrumentos ordinários ao alcance do Poder Público e das pessoas eventualmente interessadas". A decisão validou a tutela de urgência concedida à Abia e converteu-a em julgamento de mérito, por não haver fatos novos nos autos. O acórdão em favor da HM teve mesmo fundamento (processos nº 5007991-77.2024.4.03.0000 e nº 5009068-24.2024.4.03.0000).

Rubens Calixto ainda reconheceu a competência da Justiça Federal para julgar a questão, algo também debatido no Judiciário. Para ele, a matéria é de ordem pública e "não tem relação direta com emprego ou trabalho, mas com encargos de índole administrativa perante órgãos da administração pública federal".

O único pedido feito pela Abia que não foi acatado foi a desobrigação de apresentar plano de ação para mitigar a desigualdade. Segundo o relator, não há ilegalidade nesse ponto, pois estava previsto na lei e é algo "aparentemente coerente com o objetivo da norma".

Christiana Fontenelle, sócia do Bichara Advogados, que atuou nos casos, diz que os TRFs têm sido mais vagarosos para dar decisões de mérito. E que, no início, as ações se pautavam muito mais na ofensa à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Lei nº 13.709/2018. Agora, as empresas insistem no prejuízo à livre concorrência.

"Fica claro que os relatórios publicados e as decisões confirmam isso, expõem as políticas da empresa, a estratégia de remuneração. E a dúvida que o concorrente tinha sobre a empresa pode ser esclarecida", afirma Christiana. Ela também critica que não há tempo hábil para a empresa, se notificada, elaborar um plano de ação para mitigar eventual discriminação salarial. "Antes de fazer o plano de ação, é preciso ao menos um prazo para me defender, mostrar as políticas da empresa, se são efetivas, e os benefícios."

Outro problema, diz, são os relatórios serem publicados sem contexto. "Se sair o relatório de uma mineradora, que há anos tem como público o masculino por questões históricas e de características físicas, não dá para em seis meses mudar esse mercado". Na visão dela, a principal demanda, alvo de todas as ações, é a republicação dos relatórios nas plataformas das empresas, "que é um ambiente sem lei". "Vai ofender a realidade da empresa e não vai atender ao propósito da norma."

Eduardo Alcântara, sócio trabalhista do Demarest, diz que as decisões têm sido muito diversas. "Acabam variando porque os pedidos dependem da necessidade de cada empresa. Então tem ações mais amplas e mais restritas", afirma. O que motivou os primeiros processos, foi o receio de os próprios dados informados saírem de forma incorreta quando confeccionados pelo MTE, segundo ele. "Tinha descrição que muitas vezes não se concretizava com a realidade e as empresas não podiam fazer essa ressalva."

Ele lembra existir uma liminar favorável à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), no TRF-6, que dispensa a republicação dos relatórios nos sites e redes sociais das empresas e seria válida para todo o Brasil. Mas caso as companhias tenham outros pedidos, como o envio dos dados ao MTE ou se abster de fazer plano de mitigação, devem entrar com ação própria.

As empresas que descumprirem o disposto na lei podem ser multadas em até 3% da folha de salários, com limite de 100 salários mínimos, o equivalente a R$ 141,2 mil. Mais difícil de cumprir, segundo Alcântara, é a negociação de eventual plano de mitigação com sindicato, se os auditores do trabalho identificarem que a pessoa jurídica oferece salários diferentes para homens e mulheres na mesma função.

"É uma questão política porque, conhecendo os sindicatos dos trabalhadores no Brasil, provavelmente para fazer essa adequação da discriminação vão usar essa negociação como moeda de troca para outra coisa que esteja pendente com a empresa", completa o advogado.

Alcântara conseguiu decisões favoráveis para clientes, mas um dos acórdãos, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), foi contrário, também de forma unânime (processo nº 5005981-87.2024.4.02.0000). A palavra final, porém, será do Supremo Tribunal Federal (STF), em uma ação proposta em março pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O relator é o ministro Alexandre de Moraes (ADI 7612).

Em nota ao **Valor**, a Advocacia-Geral da União (AGU) diz que as normas sobre a publicação dos relatórios "atendem às previsões da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais" e foram editadas "para ampliar a publicidade de dados de interesse público como forma de fomentar a igualdade salarial entre homens e mulheres". No Judiciário, acrescenta o órgão, a maioria dos pedidos de liminares foi negada.

DIVULGAÇÃO
Christiana Fontenelle: fica claro que os relatórios publicados, e as decisões confirmam isso, expõem as políticas da empresa, a estratégia de remuneração

Mulheres ganham R$ 76,7 bi a menos

Marcela Villar
De São Paulo

A desigualdade salarial entre homens e mulheres no Brasil aumentou de 19,4%, em 2022, para 20,7%, em 2023, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) compartilhados de forma exclusiva com o **Valor**. Embora as trabalhadoras representem 40% da mão de obra, recebem 34,1% do total de rendimentos dos empregados no país. Para corrigir a disparidade, precisariam ganhar R$ 76,7 bilhões a mais por ano.

Os números tomam como base informações do e-Social de empresas com mais de 100 funcionários e o segundo relatório de transparência salarial preenchido no dia 31 de agosto. Mais de 50 mil companhias enviaram os dados, exceto 450, segundo o MTE, que obtiveram decisão judicial afastando a obrigação, advinda com a Lei nº 14.611, de 2023, e regulamentações posteriores. Segundo o órgão, uma instrução normativa sobre o tema deve ser publicada em breve.

Na visão das corporações, a publicação do relatório no site do MTE, com a exigência de republicá-lo no site e redes sociais das empresas fere a livre concorrência por conter informações sensíveis e estratégicas sobre remuneração. O Ministério, porém, diz que respeitou a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), nº 13.709/2018. "A gente tem muito cuidado no sentido de garantir que ninguém vai ser individualmente afetado", afirma a subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do MTE, Paula Montagner.

No primeiro relatório, entregue em março, mais de 49 mil empresas explicaram os motivos da diferença de salários. Dessa vez, foram quase 32 mil. Segundo Paula, algumas empresas não entenderam que a publicação seria semestral, entre outros motivos.

Ela não atribui a menor entrega dos dados às decisões judiciais. Também diz que o jurídico do MTE não foi notificado sobre a liminar favorável à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), que dispensa a republicação dos relatórios e seria válida para todo o Brasil. "Até o momento, o MTE não foi notificado pela Justiça, portanto, as regras continuam valendo", afirma.

Um dos motivos para o aumento da diferença entre salários, segundo a subsecretária, foi o crescimento de recém-contratados, que entram no mercado com menor remuneração.

Os dados mostram que o salário médio das mulheres é de R$ 3,6 mil, enquanto o dos homens é 20,7% maior, de R$ 4,5 mil. Essa desigualdade é mais acentuada entre mulheres negras, se comparado a homens brancos. Elas recebem em torno de R$ 2,7 mil, metade dos R$ 5,5 mil que eles ganham. Também é menor que a média nacional de R$ 4,1 mil, considerando todos os grupos.

Os relatórios também expõem a falta de mulheres nas empresas. Em 53% delas, não havia ao menos três mulheres em cargos de gerência ou direção para que os cálculos fossem realizados. Em 85 companhias (0,2% do total), não havia funcionárias.

A "boa notícia", segundo Paula, é que em 31% dos estabelecimentos a remuneração das mulheres era quase igual a dos homens, com uma diferença de 5%. Essas empresas, diz, serão levadas como modelo e trabalharão em conjunto com o MTE para ajudar outras companhias a atingirem índice semelhante. "A ideia é que a gente construa junto com as empresas novos indicadores para que a gente avance numa política de igualdade salarial", afirma.

Haver uma pequena divergência, diz, é perfeitamente explicável, até porque a legislação permite, até certo ponto, salários diferentes a depender do tempo na firma, experiência ou produtividade. O objetivo com os relatórios, acrescenta, é ter "mais clareza se aquelas diferenças são explicáveis".

A subsecretária também afirma que nenhuma empresa foi multada ainda. "Queremos educar antes e só multar quem for reincidente", diz. Ela lembra que a companhia terá direito de defesa. "A ideia da legislação é, ao dar transparência, incentivar as empresas a melhorarem seus salários."

WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL

"Ideia é que a gente construa junto com as empresas novos indicadores"
Paula Montagner

Destaque

Penhora em conta

A 13ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) manteve a sentença que determinou a liberação de valores bloqueados em duas contas poupanças mantidas pela requerente no Banco do Brasil (BB) por estarem dentro do limite de 40 salários-mínimos, conforme a jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Fazenda Nacional apelou argumentando que a sentença foi proferida sem a necessária "dilação probatória" e que os documentos apresentados pela embargante não comprovam que os valores bloqueados correspondem aos das contas de poupança. O relator, desembargador Roberto Carvalho Veloso, afirmou, porém, que por força do artigo 833, X, do CPC e do entendimento firmado pelo STJ, "independentemente da espécie de conta bancária com bloqueio de valores impenhoráveis é o caso de determinar a liberação de tais valores constritos, salvo se comprovado pelo credor eventual abuso, má-fé ou fraude do devedor" (processo nº 0000535-71.2008.4.01.3301).

INÊS 249

Novo cenário para divórcios e inventários com menores

Opinião Jurídica

Rachel Delmás Leoni

Recentemente o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acolheu pedido formulado pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) para ampliar as hipóteses em que é admissível a realização de inventários, partilhas, divórcios e dissoluções de uniões estáveis pela via extrajudicial, alterando a Resolução nº 35/2007 do CNJ por meio da Resolução nº 571/2024.

A desjudicialização é uma tendência global e tem assento na Constituição de 1988 como instrumento de democratização e acesso à Justiça. Apesar de a realização de divórcios, inventários e partilhas ser possível pela via extrajudicial há quase duas décadas, os requisitos legais exigidos até o momento para que as famílias pudessem solucionar situações patrimoniais sem recorrer ao Judiciário tornavam a via extrajudicial, por vezes, restrita.

A inviabilidade da via administrativa, em determinados casos, em muito se dava pela necessidade de que todos os interessados fossem maiores e capazes, ou seja que o casal, nas hipóteses de divórcio e dissolução de união estável, não tivesse filhos menores, e, nos casos de inventário, o falecido não tivesse deixado herdeiros incapazes ou testamento. Porém, para além de requisitos legais restritivos, não raro o custo de realização do inventário extrajudicial também se apresentava como fator impeditivo às famílias menos abastadas.

Uma família de classe média que não goze de gratuidade dos atos notariais ou isenção do imposto de transmissão causa mortis e, concomitantemente, não possua liquidez suficiente para o pagamento das despesas inerentes ao inventário, pode se ver impedida de acessar a via administrativa. Nesses casos, a solução seria recorrer à via judicial, por falta de recursos financeiros, para que algum bem móvel ou imóvel pertencente ao espólio fosse alienado, mediante autorização judicial.

Apesar de a rigidez dos requisitos legais e necessidade de alvará judicial para alienação de bens do espólio serem objetos de flexibilização por disposições constantes dos Códigos de Normas da Corregedoria Geral de alguns Tribunais Estaduais, a medida não alcançava a todos.

A decisão que resultou na Resolução nº 571/2024, dando nova redação à nº 35/2007, que disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa, deve ser festejada. Em resumo, as alterações estabelecidas flexibilizam os requisitos exigidos para a adoção da via extrajudicial, ampliando suas hipóteses de cabimento, além de alargar o rol de interessados que poderão se utilizar do procedimento.

De plano, é indispensável que as partes envolvidas sejam concordes quanto aos termos do divórcio, dissolução de união estável, inventário ou partilha, de acordo com a hipótese fática, devendo existir absoluto consenso. Em havendo conflito, em nenhuma hipótese caberá a adoção da via administrativa.

Nos termos da nova redação da Resolução nº 35/2007, nos casos em que o falecido deixar testamento, a partilha poderá ser feita por escritura pública, mas dependerá de prévia homologação judicial do testamento.

Quanto ao rol de interessados, a admissibilidade de realização de divórcios, dissolução de uniões estáveis e inventários com filhos menores, meeiro e/ou herdeiros menores ou curatelados promove enorme impacto positivo, ao afastar do Poder Judiciário milhares de procedimentos consensuais. Essa realidade também incentiva muitas famílias a buscar em consenso, na expectativa de solucionar mais brevemente a questão.

Todavia, torna-se latente a inquietação social quanto à efetiva proteção dos interesses de pessoas menores ou curateladas.

Em relação aos divórcios e dissoluções de uniões estáveis, os riscos são ínfimos, na medida em que mesmo quando realizados por escritura pública, as questões relativas aos filhos menores, tais como guarda, convivência e alimentos, seguem sendo submetidos à homologação judicial, com a respectiva oitiva do Ministério Público (MP), ainda que consensuais.

A possibilidade de realização de inventário extrajudicial com herdeiros incapazes já vinha sendo contemplada pelas corregedorias de alguns Estados, assegurando que herdeiros menores ou incapazes também se beneficiassem da celeridade da via administrativa. Em paralelo, a necessária segurança jurídica na proteção dos interesses de pessoas vulneráveis será provida a partir de medidas que resguardem que a partilha consensual não seja efetivada em detrimento de seus interesses.

Uniformizando os procedimentos a serem adotados, o artigo 12-A da Resolução nº 35/2007, incluído pela Resolução nº 571/2024, passa a permitir que o inventário ou partilha seja realizado por escritura pública ainda que inclua interessado menor ou incapaz, desde que o pagamento de seu quinhão ou meação ocorra em parte ideal em cada um dos bens inventariados e haja manifestação favorável do MP.

Entre outras disposições, as mudanças na Resolução nº 35/2007 tornam o acesso ao procedimento extrajudicial mais democrático, já que viabilizam que o patrimônio deixado pelo falecido seja empregado no pagamento de despesas e impostos, sem a necessidade de recorrer ao Judiciário, desde que observadas certas cautelas.

As mudanças implementadas pelo CNJ possibilitarão que o Judiciário se ocupe efetivamente das causas em que sua participação é indispensável, além de assegurar aos herdeiros melhor gestão dos recursos deixados pelo falecido, promovendo efetiva função social do direito de herança, de modo que seus beneficiários usufruam dos bens deixados, sem que o processo em si se torne o algoz da família.

Rachel Delmás Leoni é advogada, doutora e mestre em Direito pela PUC-Rio e professora do Mestrado Profissional em Direito Civil Contemporâneo da PUC-Rio

Coco Bambu vence no STJ disputa com a rede Camarões

Adriana David
De São Paulo

A 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento a um recurso (agravo interno) do Camarões Restaurante, com unidades em Natal (RN) e uma na capital paulista, contra julgamento da própria Corte favorável à rede Coco Bambu, acusada de prática de concorrência desleal. A decisão, tomada ontem pelos ministros, foi unânime.

Prevaleceu no julgamento o voto do relator do caso, o ministro Marco Buzzi. Ele considerou que não foi constatada confusão mercadológica, nem tampouco concorrência desleal.

O Camarões Restaurante alegava que a Coco Bambu, que também é uma rede de restaurantes, estaria praticando concorrência desleal por aliciar empregados e colaboradores das autoras, além de imitar seu conjunto imagem ou "trade dress" — que é o visual de apresentação de determinado produto ou serviço, estabelecimento ou marca, perante o mercado.

O advogado do Camarões Restaurante, Emanuel Campelo Pereira, alegou que a rede Coco Bambu não possui originalidade. "Quando falamos em imitação, não é só da logomarca, mas de todo o trade dress. É um conjunto que gera confusão no consumidor", disse ele em sustentação oral no STJ. "Foi um conjunto que se formou para copiar o modelo de negócios do Camarão Restaurante, inclusive com os erros do cardápio. E esse modelo de negócio foi multiplicado sem pudor", completou.

Já a defesa do grupo de restaurantes Coco Bambu, por meio do advogado André Rodrigues Parente, alegou que a marca do Camarões é fraca, que o trade dress dela não lhe garante exclusividade e que o sucesso da Coco Bambu está baseado em sua gestão empresarial. "A LPI [Lei de Propriedade Industrial] não confere esse poder da exclusividade e garante a convivência com marcas semelhantes", afirmou.

Parente também questionou a concorrência desleal por entender que as empresas estão instaladas longe uma da outra, não disputando o mesmo mercado, e usam logos diferentes. "Desde 2009, a Coco Bambu cresce exponencialmente, tendo como logo um arara bebendo água de coco", disse. As unidades do concorrente têm um camarão no logo (AREsp 1303548).

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE 35300332351

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de agosto de 2024

I. Data, Hora e Local: Em 30 de agosto de 2024, às 10h, realizada de forma exclusivamente digital por videoconferência (plataforma "*MS Teams*"), conforme autoriza o §6º do art. 8º do Estatuto Social da **Iguá Saneamento S.A**. ("Companhia"), Resolução CVM 81/22 e Instrução Normativa DREI 81/2020 ("IN DREI 81"). **II. Convocação e Presença:** Presente a totalidade dos Conselheiros de Administração, nos termos do art. 8º §§6º e 7º do Estatuto Social, ficando dispensada a convocação. **III. Mesa:** Presidente: Vital Meira de Menezes Junior; Secretária: Thaís da Rosa Mallmann. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (1) eleição de novo membro da Diretoria Executiva da Companhia. **V. Discussões e Deliberações: (1) Eleição de novo membro da Diretoria Executiva da Companhia:** A matéria foi encaminhada pelo Diretor-Presidente, Roberto Barbuti, após apresentação ao Comitê de Remuneração e Gente, que emitiu recomendação favorável e submeteu ao Conselho de Administração a eleição do candidato Douglas Ronan Casagrande da Silva para exercer o cargo de Diretor Financeiro e Relações com Investidores. A matéria foi colocada em discussão e em seguida em deliberação. O Conselho de Administração, por unanimidade, sem ressalvas ou restrições, **aprovou a eleição de Douglas Ronan Casagrande da Silva**, brasileiro, solteiro, bacharel em contabilidade, portador da Carteira de Identidade nº 20.958.235-44-SJS/RS, inscrito no CPF sob o nº 015.767.950-04, residente e domiciliado na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com endereço Av. Nova York nº 205, bairro Auxiliadora, CEP 90550-070, para exercer o cargo de Diretor Financeiro e Relações com Investidores, a contar de 02/09/2024, para um mandato unificado com os demais diretores da Companhia, ou seja, até 09 de agosto de 2025, permanecendo no cargo até a eleição de seu sucessor e tomando posse do cargo para o qual é ora eleito, mediante assinatura do Termo de Posse que consta do Anexo I à presente ata. Sendo assim, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição: **Roberto Correa Barbuti**, como Diretor-Presidente; **Douglas Ronan Casagrande da Silva**, como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; **Juliano Heinhen**, como Diretor sem Designação Específica; **Péricles Sócrates Weber**, como Diretor sem Designação Específica; e **Gabriel Montagnini Ribeiro Gouveia**, como Diretor sem Designação Específica. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. O Presidente e a Secretária da mesa declararam, expressamente, que foram atendidos todos os requisitos para a realização desta Reunião do Conselho de Administração. **Mesa**: Vital Meira de Menezes Junior - Presidente; Thaís da Rosa Mallmann - Secretária. **Conselheiros presentes**: Vital Meira de Menezes Junior, Carlos da Costa Parcias Junior, Ricardo Szlejf, Vanessa Cristina Resende Viana, Maria Silvia Bastos, Cleverson Aroeira da Silva e Jerson Kelman. São Paulo/SP, 30 de agosto de 2024. Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. **Mesa: Thaís da Rosa Mallmann** - Secretária. JUCESP nº 339.536/24-0 em 12/09/2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 226ª E 228ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 19H0135701/19H0135754) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 23 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 226ª e 228ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 226ª e 228ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 02 de agosto de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **14 de outubro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **23 de outubro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 226ª e 228ª Séries da 1ª Emissão – (IF 19H0135701/19H0135754), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 17 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Usina Paulista Queluz de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 06.976.417/0001-70 - NIRE 35.300.347.366

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **Usina Paulista Queluz de Energia S.A.** ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF nº 06.976.417/0001-70, NIRE 35.300.347.366, a se reunirem presencialmente em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se reunirem presencialmente em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em **24 de setembro de 2024, às 17:00 horas**, na sede social da Companhia, localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Conjunto 151, Sala L, Vila Olímpia, CEP 04547-905, na cidade e Estado de São Paulo, a fim de examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias: (i) Aprovar as Contas da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes; (ii) Aprovar a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo a distribuição de dividendos; e (iii) Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024.

São Paulo, 16 de setembro de 2024

Atenciosamente, **José Luiz de Godoy Pereira -** Presidente do Conselho de Administração

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

CNPJ nº 06.976.406/0001-90 - NIRE nº 35.300.347.374

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.** ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF nº 06.976.406/0001-90, NIRE nº 35.300.347.374, a se reunirem presencialmente em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, a ser realizada em **24 de setembro de 2024, às 16:00 horas**, na sede social da Companhia, localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Conjunto 151, Sala M, Vila Olímpia, CEP 04547-905, na cidade e Estado de São Paulo, a fim de examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias: (i) Aprovar as Contas da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes; (ii) Aprovar a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo a distribuição de dividendos; e (iii) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024.

São Paulo, 16 de setembro de 2024

Atenciosamente, **José Luiz de Godoy Pereira -** Presidente do Conselho de Administração

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 108ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 18F0879293) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 31 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 108ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 108ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de junho de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de outubro de 2024, às 11:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **31 de outubro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 108ª Série da 4ª Emissão – (IF 18F0879293), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Banco MUFG Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 60.498.557/0001-26 - NIRE nº 35.300.012.143

Convocação de Assembleia

São convocados os senhores acionistas do **Banco MUFG Brasil S.A.**, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede social, na Avenida Paulista, nº 1274, 1º andar, nesta Cidade e Estado de São Paulo, no dia **27/09/2024**, às **09:00 horas**, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: a) Remanejamento de um Diretor Vice-Presidente para o cargo de Diretor-Presidente; e b) Outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 16 de setembro de 2024. **Banco MUFG Brasil S.A. -** Akihiko Kisaka - Diretor-Presidente

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE SUSPENSÃO SINE DIE

Pregão Eletrônico n° 90065/24 - Constituição de Sistema de Registro de Preços para a aquisição futura de notebooks educacionais, com todos os seus componentes e acessórios, e respectivos manuais técnicos, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência Anexo I, e visando contratações futuras pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes. A Prodesp comunica a suspensão "sine die" da licitação em referência, em razão de decisão proferida no âmbito do processo TC 019448.989.24-4.

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 215ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19G0026527) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 21 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 215ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 215ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 05 de julho de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de outubro de 2024, às 11:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **21 de outubro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 215ª Série da 1ª Emissão - (IF 19G0026527), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 17ª EMISSÃO (IF 22G0859034) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 23 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 17ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 17ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de julho de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **14 de outubro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **23 de outubro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 17ª Emissão – (IF 22G0859034), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 18 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 112ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 18L1299235) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 112ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 112ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de dezembro de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de outubro de 2024, às 11:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 112ª Série da 4ª Emissão – (IF 18L1299235), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 107ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 18C0804986) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 107ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 107ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de março de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 107ª Série da 4ª Emissão – (IF 18C0804986), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 200ª E 201ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 18L1368412/18L1368427) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 21 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 200ª e 201ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 200ª e 201ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de janeiro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de outubro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **21 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 200ª e 201ª Séries da 1ª Emissão - (IF 18L1368412/18L1368427), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Correios | MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES | GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial, Tipo Galpão; para locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial, tipo Galpão; Para locação; entre os bairros: Jardim Sapopemba, Cidade São Mateus, Vila Flávia ,Jardim Nove de Julho, Jardim cinco de Julho, Jardim Colonial, formado pelas intersecções dos logradouros abaixo: – Avenida Mateo Bei x Avenida Aricanduva, – Avenida Aricanduva x Avenida Ragueb Chohfi, – Avenida Ragueb Chohfi x Avenida Sapopemba, – Avenida Sapopemba x Rua Roberto Park, – TV Antonio Koberger x Rua Clenio Wanderley, – Rua Clenio Wanderley x Rua Srg. Herminio Aurélio Sampaio, – Rua Srg. Herminio Aurélio Sampaio x Avenida Sapopemba, – Avenida Sapopemba x Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, – Avenida Arquiteto Vilanova Artigas/ Rua Manuel Quirino de Mattos, – Rua Manuel Quirino de Mattos/ Rua Ernesto Manograsso, – Rua Amália Cordelli Cardenuto x Rua Luis Pitta, – Rua Luis Pitta x Avenida Mateo Bei. - São Paulo/SP para locação, com vista a abrigar o CDD SÃO MATEUS. Nesse sentido, o imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 1.136,05 m² sendo área construída 965,05 m² + área de estacionamento 171,00 m², que obedeça as normas da Lei de acessibilidade, acesso para carga e descarga, cobertura com laje ou gradil de ferro, a região não deve ter restrição de órgão municipal para instalação de comercio e/ou funcionamento da unidade operacional. Por fim, informamos aos interessados que entrem em contato com por intermédio dos e-mail brunovignol@correios.com.br ou limoreira@correios.com.br ou pelo telefone (11) 4313-7867.

IRANILDO LIMA DA SILVA
Gerente SE/SPM

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria da República no Tocantins

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90006/2024 - UASG 200201

Nº Processo: 1.36.000.000755/2023-09. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços técnicos continuados de manutenção predial nos edifícios utilizados pelas Procuradorias da República nos Municípios do Tocantins – Palmas e Araguaína, com fornecimento de peças e componentes, através de ressarcimento, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 18/09/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Rua Ne-03, Qd. 104 Norte, Conj. 02, Lote 43, Plano Diretor Norte, - Palmas/TO ou https://www.gov.br/compras/edital/200201-5-90006-2024. Entrega das Propostas: a partir de 18/09/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 03/10/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras.

NOEME SOUSA DA SILVA
Supervisora de Licitações e Disputas Eletrônicas

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA (IF RBRA13) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE NOVEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. debenturistas da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dss DEB", "DEB" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Escritura de Emissão de Debênture da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 01 e abril de 2021, ("Escritura de Emissão de Debênture"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares das Debêntures ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **15 de outubro de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de novembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares das Debêntures devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares das Debêntures que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única – (IF RBRA13), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular das Debêntures; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular das Debêntures (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares das Debêntures poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular das Debêntures ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular das Debêntures com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos na Escritura de Emissão de Debênture. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular das Debêntures ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular das Debêntures, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 18 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 93ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 14A0135702) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 31 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 93ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 93ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de janeiro de 2014, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **10 de outubro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **31 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 93ª Série da 1ª Emissão - (IF 14A0135702), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 16 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

INÊS 249

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª (PRIMEIRA) E DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 16ª (DECIMA SEXTA) EMISSÃO (IF CRA021001PQ / CRA021001VA) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 24 DE SETEMBRO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries da 16ª (Décima Sexta) Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries para Emissão da 16 (Décima Sexta) Emissão da Opea Securitizadora S.A., com Lastro em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Mafrig Global S.A.*", celebrado em 29 de junho de 2021, conforme aditado em 22 de julho de 2021 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia" e "AGT"), conforme Cláusulas 13.2.3 e 13.4 do Termo de Securitização, a realizar-se no dia 24 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma da **Plataforma Digital Ten Meetings** ("Plataforma Digital"), sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sem prejuízo da possibilidade da adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGT a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A alteração do Evento de Vencimento Antecipado Automático, constante no item (v) da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão e no item (v), da Cláusula 7.1.1, do Termo de Securitização, que, caso aprovada referida matéria, passarão a vigorar com a seguinte redação: **Escritura de Emissão** "***5.1. Vencimento Antecipado Automático 5.1.1.*** *Todas as obrigações constantes desta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de Debêntures ou de CRA, pelo que se exigirá da Emissora o pagamento integral, com relação a todas as Debêntures, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura ("Montante Devido Antecipadamente"), nas seguintes hipóteses, observados eventuais prazos de cura aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"): (...)* ***(v)*** *liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou qualquer Subsidiária Relevante, exceto se decorrente de reorganização societária realizada no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Emissora e desde que observadas a legislação e regulamentação aplicáveis à emissão de certificados de recebíveis do agronegócio à época da realização da mencionada reorganização societária; sendo que, para os fins deste item, "Grupo Econômico" significará as sociedades controladoras, controladas ou coligadas da Emissora, desde que por eles controladas ou que estejam sob controle comum e "Afiliada" significa quaisquer sociedades que sejam pela Emissora controladas ou que estejam sob controle comum"* **Termo de Securitização: "*7.1. Vencimento Antecipado Automático 7.1.1.*** *A Emissora ou o Agente Fiduciário e/ou qualquer terceiro que venha a sucedê-la como administradora do Patrimônio Separado vinculado à emissão dos CRA, ou os titulares de CRA, na sua ausência, observada a Cláusula 7.2.1 abaixo, poderão declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas nesta cláusula e na Cláusula 7.2.1 abaixo, que as Partes reconhecem, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Devedora, tornando mais onerosa a obrigação de concessão de crédito assumida pela Emissora na Escritura de Emissão. São Eventos de Vencimento Antecipado automático, que independem de qualquer aviso, interpelação, notificação judicial e/ou extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de CRA, pelo que se exigirá a Devedora o pagamento integral, com relação a todos os CRA, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Devedora nos termos deste Termo de Securitização: (...)* ***(v)*** *liquidação, dissolução ou extinção da Devedora e/ou qualquer Subsidiária Relevante, exceto se decorrente de reorganização societária realizada no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Devedora e desde que observadas a legislação e regulamentação aplicáveis a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio à época da realização da mencionada reorganização societária; sendo que, para os fins deste item, "Grupo Econômico" significará as sociedades controladoras, controladas ou coligadas da Devedora, desde que por eles controladas ou que estejam sob controle comum e "Afiliada" significa quaisquer sociedades que sejam pela Devedora controladas ou que estejam sob controle comum;"* **(ii)** A alteração do Evento de Vencimento Antecipado Automático, constante no item (vii) da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão e no item (vii), da Cláusula 7.1.1, do Termo de Securitização, que, caso aprovada referida matéria, passarão a vigorar com a seguinte redação: **Escritura de Emissão** "***5.1. Vencimento Antecipado Automático 5.1.1.*** *Todas as obrigações constantes desta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de Debêntures ou de CRA, pelo que se exigirá da Emissora o pagamento integral, com relação a todas as Debêntures, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura ("Montante Devido Antecipadamente"), nas seguintes hipóteses, observados eventuais prazos de cura aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"): (...)* ***(vii)*** *redução do capital social da Emissora, exceto se* ***(a)*** *realizadas no contexto de uma reorganização societária no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Emissora, sem prejuízo do disposto no item (c) a seguir; ou* ***(b)*** *realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, ou* ***(c)*** *previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pela Debenturista, de acordo com o deliberado pelos Titulares dos CRA, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que a exceção disposta no item "(a)" será permitida apenas quando não estiverem vigentes contratos financeiros dos quais a Emissora seja parte, e em que a mencionada exceção não seja permitida;"* **Termo de Securitização: "*7.1. Vencimento Antecipado Automático 7.1.1.*** *A Emissora ou o Agente Fiduciário e/ou qualquer terceiro que venha a sucedê-la como administradora do Patrimônio Separado vinculado à emissão dos CRA, ou os titulares de CRA, na sua ausência, observada a Cláusula 7.2.1 abaixo, poderão declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas nesta cláusula e na Cláusula 7.2.1 abaixo, que as Partes reconhecem, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Devedora, tornando mais onerosa a obrigação de concessão de crédito assumida pela Emissora na Escritura de Emissão. São Eventos de Vencimento Antecipado automático, que independem de qualquer aviso, interpelação, notificação judicial e/ou extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de CRA, pelo que se exigirá a Devedora o pagamento integral, com relação a todos os CRA, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Devedora nos termos deste Termo de Securitização: (...)* ***(vii)*** *redução do capital social da Devedora, exceto se* ***(a)*** *realizadas no contexto de uma reorganização societária no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Devedora, sem prejuízo do disposto no item (c) a seguir; ou* ***(b)*** *realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, ou* ***(c)*** *previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pela Emissora, de acordo com o deliberado pelos Titulares dos CRA, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que a exceção disposta no item "(a)" será permitida apenas quando não estiverem vigentes contratos financeiros dos quais a Devedora seja parte, e em que a mencionada exceção não seja permitida;* **(iii)** A alteração do Evento de Vencimento Antecipado Automático, constante no item (xii) da Cláusula 5.1.1 da Escritura de Emissão e no item (xii), da Cláusula 7.1.1, do Termo de Securitização, que, caso aprovada referida matéria, passarão a vigorar com a seguinte redação: **Escritura de Emissão** "***5.1. Vencimento Antecipado Automático 5.1.1.*** *Todas as obrigações constantes desta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de Debêntures ou de CRA, pelo que se exigirá da Emissora o pagamento integral, com relação a todas as Debêntures, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura ("Montante Devido Antecipadamente"), nas seguintes hipóteses, observados eventuais prazos de cura aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"): (...)* ***(xii)*** *cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Emissora, exceto se* ***(a)*** *realizadas no âmbito do mesmo Grupo Econômico da Emissora; ou* ***(b)*** *previamente autorizado pela Debenturista, a partir de decisão da assembleia geral de titulares de CRA a ser convocada em até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento pela Debenturista do comunicado encaminhado pela Emissora, ou* ***(c)*** *tiver sido realizada Oferta Facultativa de Resgate Antecipado destinada a 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e a respectiva Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, sendo que no edital da Oferta de Resgate Antecipado dos CRA deverá constar a referida cisão, fusão ou incorporação, em qualquer dos casos, desde que observadas a legislação e regulamentação aplicáveis à emissão de certificados de recebíveis do agronegócio à época da realização da mencionada operação, sendo certo que a exceção disposta no item "(a)" será permitida apenas quando não estiverem vigentes contratos financeiros dos quais a Emissora seja parte, e em que a mencionada exceção não seja permitida";* **Termo de Securitização: "*7.1. Vencimento Antecipado Automático 7.1.1.*** *A Emissora ou o Agente Fiduciário e/ou qualquer terceiro que venha a sucedê-la como administradora do Patrimônio Separado vinculado à emissão dos CRA, ou os titulares de CRA, na sua ausência, observada a Cláusula 7.2.1 abaixo, poderão declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas nesta cláusula e na Cláusula 7.2.1 abaixo, que as Partes reconhecem, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Devedora, tornando mais onerosa a obrigação de concessão de crédito assumida pela Emissora na Escritura de Emissão. São Eventos de Vencimento Antecipado automático, que independem de qualquer aviso, interpelação, notificação judicial e/ou extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de CRA, pelo que se exigirá a Devedora o pagamento integral, com relação a todos os CRA, do Preço de Resgate Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Devedora nos termos deste Termo de Securitização: (...)* ***(xii)*** *cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Devedora, exceto se (a) realizadas no âmbito do mesmo Grupo Econômico) da Devedora; ou (b) previamente autorizado pela Emissora, a partir de decisão da assembleia geral de titulares de CRA a ser convocada em até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento pela Emissora do comunicado encaminhado pela Devedora, ou (c) tiver sido realizada Oferta Facultativa de Resgate Antecipado destinada a 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e a respectiva Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, sendo que no edital da Oferta de Resgate Antecipado dos CRA deverá constar a referida cisão, fusão ou incorporação, em qualquer dos casos, desde que observadas a legislação e regulamentação aplicáveis à emissão de certificados de recebíveis do agronegócio à época da realização da mencionada operação, sendo certo que a exceção disposta no item "(a)" será permitida apenas quando não estiverem vigentes contratos financeiros dos quais a Devedora seja parte, e em que a mencionada exceção não seja permitida;";* **(iv)** A alteração do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, constante no item (xiii) da Cláusula 5.2.1 da Escritura de Emissão e no item (xiii), da Cláusula 7.2.1, do Termo de Securitização, que, caso aprovada referida matéria, passarão a vigorar com a seguinte redação: **Escritura de Emissão** "***5.2. Vencimento Antecipado Não Automático 5.2.1.*** *Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nesta Cláusula ("Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático"), e, em conjunto com os Eventos de Vencimento Antecipado Automático, ("Eventos de Vencimento Antecipado"), não sanados no prazo de cura eventualmente aplicável, a Debenturista deverá tomar as providências previstas na Cláusula 5.2.3 abaixo e seguintes: (...)* ***(xiii)*** *se a Emissora alienar ou transferir de qualquer forma, total ou parcialmente, sem anuência prévia e por escrito da Debenturista, de acordo com o deliberado pelos Titulares dos CRA, quaisquer bens de seu ativo que representem, em uma operação ou em um conjunto de operações, 20% (vinte por cento) dos ativos totais da Emissora com base nas então mais recentes demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, salvo se tais recursos oriundos da alienação forem destinados à compra de novo ativo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apurado com base na demonstração financeira auditada mais recente da Emissora"* **Termo de Securitização: "*7.2. Vencimento Antecipado Não Automático 7.2.1.*** *São Eventos de Vencimento Antecipado não automático, nos quais a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures pela Emissora dependerá de deliberação prévia de Assembleia Geral dos CRA especialmente convocada para esta finalidade, observados os prazos e procedimentos previstos neste Termo de Securitização, os seguintes eventos: (...)* ***(xiii)*** *se a Devedora alienar ou transferir de qualquer forma, total ou parcialmente, sem anuência prévia e por escrito da Emissora, de acordo com o deliberado pelos Titulares dos CRA, quaisquer bens de seu ativo que representem, em uma operação ou em um conjunto de operações, 20% (vinte por cento) dos ativos totais da Devedora com base nas então mais recentes demonstrações financeiras consolidadas da Devedora, salvo se tais recursos oriundos da alienação forem destinados à compra de novo ativo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apurado com base na demonstração financeira auditada mais recente da Devedora."* Caso aprovados os itens (i) a (iv) da Ordem do Dia, será oferecida contrapartida aos Titulares dos CRA, devidamente descrita na Proposta de Administração. A Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 13.4 do Termo de Securitização. Ainda, as matérias da Ordem do Dia serão deliberadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares dos CRA presentes à assembleia, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) dos Titulares dos CRA em Circulação, conforme cláusula 13.5 do Termo de Securitização. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. O Titular de CRA que desejar participar da Assembleia deverá acessar website específico para a Assembleia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/474331332), preencher o seu cadastro e anexar todos os Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de **2 (dois) dias** antes da data de realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada do documento de identidade do Titular do CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia da respectiva procuração, em sua versão digital, assinada de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular do CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia da respectiva procuração, em sua versão digital, assinada de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) manifestação de voto**, conforme abaixo. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. O Agente Fiduciário não interpretará o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Após a análise dos documentos o Titular do CRA receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. O Titular do CRA que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/474331332), e apresentar os documentos indicados abaixo: (a) documento de identificação com foto; (b) instrumento de mandato (procuração), o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos; e (c) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Titular do CRA pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Titular do CRA registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. Instrução de Voto: Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Titulares dos CRA mediante preenchimento de instrução de voto a distância, conforme modelo de instrução de voto a distância disponibilizado como Anexo II à Proposta da Administração ("Instrução de Voto"). O Titular dos CRA que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras: (i) através do preenchimento da Instrução de Voto, por meio da Plataforma Digital, na seção de "Instrução de voto", acessível por meio do endereço (https://assembleia.ten.com.br/474331332), e anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos acima, em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou (ii) acessando a Plataforma Digital para a Assembleia da Companhia no endereço (https://assembleia.ten.com.br/474331332), preenchendo o cadastro, anexando todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos acima, e anexando a Instrução de Voto, preenchida nos termos do Anexo II da Proposta de Administração, digitalizada por meio do referido *website* em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Titular do CRA que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital. Contudo, caso o Titular do CRA que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada. Todos os documentos e informações pertinentes à ordem do dia estarão disponíveis no website da Emissora, nos termos do inciso III do §2º do art. 26 da Resolução CVM 60/2021. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 16 de setembro de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 71ª EMISSÃO (IF 22I1658293) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 23 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 71ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 71ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de outubro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **14 de outubro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **23 de outubro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 71ª Emissão – (IF 22I1658293), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 17 de setembro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

EDITORA GLOBO

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.